

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

REESTRUTURAÇÃO URBANO-INDUSTRIAL

Centralização do Capital e Desconcentração da Metrópole de
São Paulo

A indústria têxtil

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de
Doutor. Orientador: Prof. Dr. Ana Fani
Alessandri Carlos

Sandra Lencioni

São Paulo
1991

Ao Paulo, que me
alenta com amor e as
crianças, Maurício,
Andréa e Emiliano, que
já cresceram.

AO APRESENTAR este trabalho gostaria de destacar e agradecer o apoio de várias entidades, dentre elas, FAPESP, CNPq, FIESP, SINDITEXTIL, IGC e Price Waterhouse. No transcorrer dos anos de elaboração desta pesquisa pude contar com gestos de amizade que se traduziram em incentivo para trilhar o árduo caminho do conhecimento. Gostaria de expressar meu reconhecimento à Maria Regina de Toledo Sader e Armando Corrêa da Silva pela leitura de parte dos originais. A José de Souza Martins, presença forte na minha formação, que juntamente com os colegas de seminário de estudos estimulam a reflexão intelectual partilhando as inquietações e sonhos. A Michel Rochefort e Paul Claval pelo apoio por ocasião do intercâmbio cultural na Universidade de Paris I. A Marcelo Martinelli pela colaboração nos gráficos e mapas e pela oportunidade de compartilhar de seu conhecimento e de suas indagações sobre o uso da cartografia. A Maria Adélia M. de Souza, pelo incentivo no encaminhamento da pesquisa e à Milton Santos e Paulo Pedro Perides, pelas valiosas sugestões por ocasião da qualificação. As alunas Paula Pessoa, Yeda M. T. Silveira Fernanda Zuquim, pela ajuda prestimosa. Por último, à Ana Fani Alessandri Carlos pelas sugestões e críticas sempre perspicazes, pela disponibilidade em assumir a orientação deste trabalho com dedicação e amizade e, sobretudo, por poder compartilhar de suas esperanças e utopias, meu especial agradecimento.

INDICE

1 - O Fio da Meada	
1.1 - Introdução	1
1.2 - Transformações Recentes da Indústria no Estado de São Paulo	15
1.3 - O Primado Metropolitano	48
2 - Tecendo Contextos e Conflitos	74
2.1 - A Integração Produtiva do Território	78
2.2 - A Internacionalização da Produção Têxtil	108
3 - Nas Tramas da Restruturação Urbano-Industrial do Estado de São Paulo	157
3.1 - A Grande Empresa e a Subcontratação na reestruturação da Indústria Têxtil.	161
3.2 - Distribuição Espacial da Indústria e Desconcentração da Metrópole.	213
Considerações Finais	271
Bibliografia	277
Anexo	

INDICE DE TABELAS, QUADROS, GRAFICOS E MAPAS

TABELAS

TABELA I - Estado de São Paulo Valor da Produção Industrial (1940-1980).....	19
TABELA II - Região Metropolitana e Interior Distribuição do Valor da Transformação Industrial por Grupos de Indústrias (1970-1980)	21
TABELA III - Brasil Ramos da Indústria Têxtil (1980-1981).....	41
TABELA IV - Região Metropolitana de São Paulo Indústria Têxtil. Número de Estabelecimentos 1970-1988....	44
TABELA V - Estado de São Paulo - Interior Indústria Têxtil. Número de Estabelecimentos 1970-1988....	45
TABELA VI - Estado de São Paulo Número de Empregos na Indústria Têxtil 1982-1988.....	46
TABELA VII - Brasil Exportação e Importação de Manufaturados Têxteis Valor da Produção Industrial 1940-1980.....	111
TABELA VIII Taxa de Crescimento da Produção Mundial da Indústria Têxtil 1960-1984.....	122
Tabela IX - Brasil Estabelecimentos Têxteis por Foste 1960-1988.....	176
TABELA X - Brasil Associações, Absorções e Fusões Indústria Têxtil e Indústria de Transformação em Geral 1985-1990.....	198
TABELA XI - Estado de São Paulo Estabelecimentos Têxteis e Pessoal Ocupado Segundo Regiões Administrativas 1970-1988.....	224
TABELA XII - Brasil Variação do Preço do "T-Shirt" e do Salário Mínimo (1983-1988).....	266

QUADROS

QUADRO I - Brasil Empresas Envolvidas em Processos de Associação, Absorções e Fusões no Setor Têxtil e de Confecções (1985-1990)	197
---	-----

QUADRO II- Estado de São Paulo Empresas do Interior ou da Região Metropolitana com Escritório em São Paulo.....	244
---	-----

GRAFICOS

Brasil Participação Percentual do Valor da Transformação Industrial (VTI) em Comparação a Outros Estados (1970-1987)	17
---	----

Estado de São Paulo Indústria Têxtil Estabelecimentos e Pessoal Ocupado (1970-1988).....	225
--	-----

Estado de São Paulo Evolução da Malha Viária (1960-1990).....	234
--	-----

MAPAS

Estado de São Paulo Número de Estabelecimentos Têxteis (1970-1988).....	215
--	-----

Estado de São Paulo Rede Viária	236
--	-----

Estado de São Paulo Divisão Política e Administrativa. Região, Subregião e Município.....	Anexo
---	-------

SIGLAS

ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil

AMF - Acordo Multifibras

BADESP - Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo

BENFIEIX - Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais à Programas Especiais de Exportação

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial

CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio.

CEE - Comunidade Econômica Européia

CETIQT - Centro Técnico da Indústria Química e Têxtil

CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CNI - Conselho Nacional da Indústria Têxtil

CODEMO - Conselho de Desenvolvimento do Nordeste

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo

ETIQ - Escola Técnica de Indústria Química

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial

FINORBRASA - Fiação Nordeste do Brasil

FINOR - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FMRI - Fundo de Modernização e Reorganização Industrial

GATT - Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio

GEIQUIP - Grupo Executivo da Indústria de Máquinas e Equipamentos -

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IDEG - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial

IFOCS - Inspeção Federal de Obras Contra as Secas

IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico

MIC - Ministério da Indústria e Comércio

PIR - Países de Industrialização Recente.

PROATEC - Programa de Acompanhamento da Evolução Técnica na Indústria

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente

SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento

SENAI - Serviço Nacional da Indústria

SENAI - Serviço Nacional da Indústria.

SIMESP - Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo

SIND - Sistema Integrado de Informações Industriais -

SINDI - Sistema Integrado de Informações Industriais

SINDITEXTIL - Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral; de Tinturaria, Estamparia e Beneficiamento; de Linhas; de Artigos de Cama, Mesa e Banho; de Não-Tecidos e de Fibras Artificiais e Sintéticas do Estado de São Paulo.

SINDMAQ - Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas

SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

O FIO DA MEADA

1.1 INTRODUÇÃO.

Este trabalho procura contribuir para o conhecimento da relação Espaço e Sociedade. Privilegia algumas questões concernentes à (re-)estruturação do espaço, tendo como referência as transformações recentes da estrutura urbano-industrial paulista.

Atualmente estas mudanças podem ser facilmente percebidas em todo o Estado de São Paulo, mas as transformações consideradas mais significativas para o desenvolvimento deste trabalho dizem respeito a crescente industrialização do Interior e à redução do número de indústrias na cidade de São Paulo. Bem como à aproximação crescente da estrutura industrial da Região Metropolitana em relação ao Interior mais industrializado.

Foi durante os anos 70 que o Interior paulista começou a se distinguir como o segundo espaço industrial do país, após à Região Metropolitana de São Paulo. Nestes anos, a participação industrial do Estado de São Paulo na produção industrial brasileira, decresceu,

tornando-se proporcionalmente menor que a do final dos anos 50; contudo, a participação industrial do Interior paulista, aumentou. Segundo Barjas Negri, do "ponto de vista espacial na década de 70 o Estado de São Paulo perde peso relativo para o restante da indústria nacional: de 58,2% em 1970 para 55,9% em 1975 e 53,4% em 1980, abaixo do nível alcançado em 1959. Por outro lado, aprofunda-se um rápido processo de interiorização da indústria em São Paulo, que implica em significativa redução da participação da Capital no total do produto industrial paulista, que passa de 48,2% em 1970 para 44,0% em 1975 e 34,8% em 1980. No mesmo período, a participação do interior passa de 25,3% para 30,6% e para 37,1%." (NEGRI: 1988; 24-25) Verifica-se, a partir destas indicações, que a participação da indústria do Interior no total do produto industrial paulista aumentou continuamente, apesar da participação do Estado na indústria brasileira ter se tornado proporcionalmente menor que a das últimas três décadas. (1)

Com o propósito de discutir estas transformações, tomando como primeira referência estes dados, convém esclarecer, desde o início, que não compreendemos a estruturação espacial da indústria como uma questão de localização. Se assim delimitássemos nossa análise, estaríamos procedendo de uma maneira redutora ao

1) A mudança da participação do interior na produção industrial brasileira é destacada por Wilson Cano como um "paradoxo da descentralização nacional." (SEADE: 1988b; 113)

descrever geograficamente um processo que tem raízes na estruturação econômica em seu sentido mais amplo e profundo. Por isso, é que a perspectiva adotada busca desfazer o fetiche empirista da estruturação espacial, apreendida pelo estudo isolado dos fatores da localização das atividades, almejando compreender o processo de estruturação urbano-industrial em sua totalidade. (2)

Nosso ponto de vista é de que a estruturação do espaço não é uma simples projeção da distribuição das atividades sociais sobre o território e nem se reduz a processos "puramente" espaciais. Primeiro, porque os processos sociais ocorrem de forma localizada no espaço, o que faz com que sejam relevantes as diferenças entre os lugares. Segundo, porque nos processos espaciais a

2) No parágrafo inicial grafamos a palavra reestruturação com hífen procurando mostrar o sentido dialético que empregamos ao termo. Ao longo deste trabalho, tanto a palavra reestruturação como, por exemplo, reprodução e representação, estarão grafadas sem hífen, muito embora tenham o sentido dialético que procuramos lembrar. O que poderia parecer um preciosismo, sem interesse, resulta de uma preocupação metodológica que procuramos deixar clara deste logo.

Cabe lembrar, que utilizamos o termo estrutura no sentido de Hegel e Marx, em que o conceito de devir, com transformação incessante e permanente pela qual as coisas se constroem e se dissolvem, está sempre presente nesta noção.

Conforme indica Henri Lefebvre, quando Marx discute forma, função e estrutura em *O Capital*: "... le devenir n'a rien d'informe. Ce n'est pas le chaos. Aussi bien dans la nature que dans la société et dans la connaissance, le devenir historique crée des 'êtres', des unités stables, des entités qui se maintiennent parce que dotées d'un équilibre interne. Toutefois, pour Marx comme pour Hegel, ces stabilités n'ont rien de définitif. Ces équilibres ne sont que provisoires. Ces structures ne sont que des 'moments' du revenir. ..."
(LEFEBVRE: 1971; 347)

transformação das relações sociais conformam a história destes processos.

Adiantemos alguns argumentos desta discussão, esboçando um primeiro elemento na perspectiva da construção da unidade dos processos sociais e espaciais para a compreensão da reestruturação do espaço urbano-industrial. Os atributos dos lugares, segundo sua posição geográfica, colocam, de imediato, um aspecto espacial: a distância. Porém, nem por isso a compreensão da estrutura espacial pode ser reduzida à questões de distância, como se esta fosse uma problemática puramente espacial. Na medida que a reestruturação do espaço é conformada pela história, tais atributos - o longe e o perto, por exemplo - não podem ser considerados empírica e estritamente espaciais, como se estivessem a margem do processo social. (3)

3) A interpretação da reestruturação do espaço, fundada na proeminência do espacial, se encontra nos trabalhos que privilegiam a distância como fator explicativo, onde o espaço, muitas vezes, acaba sendo reduzido às suas dimensões mais abstratas. Convém esclarecer que a distância, da mesma maneira que as direções demarcadas pelos pontos cardeais, exprimem um conteúdo histórico, pois como expressões da realidade objetiva, só existem em relação ao homem. Gramsci, discutindo a chamada realidade objetiva do mundo exterior, indaga o "que significaria Norte-Sul, Este-Oeste sem o homem? São relações reais e, todavia não existiriam sem o homem e sem o desenvolvimento da sociedade. E evidente que Este e Oeste são construções arbitrárias, convencionais, isto é históricas, já que fora da história real cada ponto da Terra é Este e Oeste ao mesmo tempo. Isto pode ver-se claramente pelo fato de que estes termos se cristalizavam não de um ponto de vista de um hipotético e melancólico homem em geral, mas do ponto de vista das classes cultas européias, que através de sua hegemonia mundial os fizeram aceitar por toda parte." (GRAMSCI: 1978: 125)

A reestruturação do espaço também não é um resultado apenas dos processos sociais. Na medida que tais processos ocorrem de forma localizada, as questões relativas às diferenças entre os lugares não deixam de ser relevantes e pertinentes ao desenrolar do processo de reestruturação. Com efeito, as formas e a distribuição espacial dos fenômenos, tanto não são destituídas de história, como também, não são simples produtos do processo social.

Não é demais enfatizar que a compreensão da unidade entre os processos espaciais e sociais reporta às complexas relações entre espaço e tempo e entre sociedade e natureza. De um lado, porque o tempo, enquanto história, conforma a relação sociedade-natureza que no seu movimento modifica a relação espaço-tempo. De outro, porque na história se modifica o significado social dos atributos geográficos dos lugares. Este ponto de vista permite compartilhar, sem qualquer determinismo, da posição que afirma que à medida que os processos sociais se localizam no espaço, tanto a distância, as variações e o significado específico dos lugares e regiões, são essenciais para o desenrolar dos processos sociais. (4) ;

4) "For geography matters. The fact that processes take place over space, the facts of distance or closeness, of geographical variation between areas, of the individual character and meaning of specific places and regions - all these are essential to the operation of social processes themselves. Just as these are no purely spatial processes, neither are there any non-spatial social processes." (MASSEY: 1985, 52)

Analisando-se as transformações recentes da reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo sob o ângulo das dinâmicas do espaço e da sociedade, se define uma perspectiva geográfica de análise. Nesta diretriz, a reestruturação do espaço se constitui num escopo privilegiado para a compreensão da unidade dos processos sociais e espaciais. Este encaminhamento, no seu limite teórico e metodológico, é importante lembrar, remete à reflexão sobre filosofia e método, recolocando a problemática da relação natureza e sociedade e, também, do espaço e tempo, que transcendem o âmbito deste trabalho. (5)

Tendo como referência as transformações recentes da estrutura urbano-industrial paulista, o objetivo deste trabalho é o de contribuir para o conhecimento dos processos de reestruturação do espaço. Com este propósito, parte da análise da reestruturação econômica da indústria têxtil e de sua espacialidade nas últimas décadas. (6)

5) É notável como a oscilação entre uma geografia que privilegia os processos espaciais, naturalizando o espaço, e uma geografia que privilegia os processos sociais, recompõe antigos problemas metodológicos pertinentes à distinção entre geografia física e geografia humana. À luz de uma leitura epistemológica, a Geografia padece de reconhecidos problemas de objeto e método. Inúmeros autores já se debruçaram sobre o tema, muitos deles foram consultados e alguns constam da bibliografia citada. Aqui, destacamos a obra de Horacio Capel, *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea. Una introducción a la Geografía*. Barcelona, Editorial Barcelona, 1983, 2ª ed..

6) O estudo das causas da concentração industrial no Estado de São Paulo está longe de ser uma problemática nova havendo inúmeros trabalhos acadêmicos a respeito. Todavia, as recentes transformações urbano-industrial no Estado de São Paulo parecem reabrir a questão sugerindo novos significados econômicos, ao lado de novas formas urbanas. Sintomático

Embora outras referências pudessem ser assumidas, privilegiamos a análise de um ramo industrial porque os processos de transformação urbano-industrial paulista, embora claramente percebidos e delineados no seu conjunto, ainda carecem de uma conceituação fundada em uma reflexão particularizada. As análises sobre reestruturação industrial paulista têm se dedicado ao global das transformações e têm ressaltado apenas a instalação das indústrias - como a metal-mecânica, petroquímica e eletrônica - mais recentes no Interior e consideradas modernas e dinâmicas, pouco focalizando as mais antigas, como a indústria têxtil.

Sem a pretensão de apresentar uma explicação cabal para esta ausência nos estudos sobre a industrialização no Estado de São Paulo e as consequências desta frequente omissão para o conhecimento da reestruturação urbano-industrial paulista, adiantamos aqui algumas considerações. Acreditamos que devido ao fato da indústria têxtil, desde a gênese da industrialização sempre ter estado presente no Interior, os processos de sua reestruturação espacial aparecem obscurecidos por não

disto é a incidência da produção de planos e diagnósticos sobre o tema nas agências de governo e de representação empresarial: EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento, SEMA - Secretaria do Meio Ambiente, SENAI - Serviço Nacional da Indústria e FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Parte desta bibliografia está arrolada ao final desta tese.

apresentarem os deslocamentos evidenciados com facilidade nas unidades fabris de outras indústrias. Devido a esse obscurecimento é como se os processos de transformação urbana e modernização industrial não a tivesse envolvido. Além disso, provavelmente o estudo da indústria têxtil não é privilegiado nas análises de reestruturação industrial, por considerarem que os processos envolvendo a introdução de novas tecnologia ou "high tech", como se costuma chamá-las para intuir prestígio, não ocorram na indústria têxtil. Pensamos ao contrário, que a partir da análise das particularidades da reestruturação de uma indústria, mesmo que considerada tradicional - como a indústria têxtil - se possa contribuir para elucidar a recente reestruturação do Estado de São Paulo, em sua triade: urbano, industrial e regional.

Tendo em vista este posicionamento, torna-se presente o desenrolar de uma outra preocupação, a qual procura discutir o fetiche da influencia de novas técnicas na reestruturação urbano-industrial. A introdução de novas técnicas não pode ser considerada, em si, elemento reestruturador do espaço urbano-industrial; isto se constituiria num reducionismo da análise ao aspecto tecnológico, que seria insuficiente para captar o significado das transformações em estudo. De modo que o foco de nossa análise tende a se descolar dos elementos de inovação técnica como fator de desenvolvimento da

organização da produção, para se centrar no estudo dos processos de concentração e centralização do capital tendo como eixo sua valorização.

¶ Nas últimas décadas, a centralização do capital se acentuou aprofundando o caráter desigual do desenvolvimento brasileiro. O fortalecimento de tais processos na industrialização recente significou o revigoramento da tendência à concentração espacial da produção industrial, inclusive têxtil. Em São Paulo esta concentração foi reforçada numa área de raio de 150 km da Capital paulista e, indo além desta distância, na direção das principais vias de transporte. Por assim dizer, os processos de concentração e centralização do capital se deram num quadro de ampliação da metrópole paulista, muitas vezes assumido como resultado de uma descentralização industrial. (7)

Desde os anos 60, num cenário de reorganização da economia mundial, a expansão industrial vem se traduzindo numa concentração e centralização crescente do

7) Henrique Rattner, enfatizando a força das economias externas e a aglomeração dos fatores de produção, como fatores de descentralização urbano-industrial, indica que a "criação de vastas áreas industriais ao longo da Via Dutra, Via Anchieta ou Via Anhanguera não obedeceu a um planejamento prévio, mas ocorreu por motivos constituídos pelos atrativos oferecidos no local, tais como as estradas de penetração no território estadual e interestadual, terrenos baratos acompanhados de favores fiscais municipais, proximidade de um vasto mercado consumidor, facilidades de importação e exportação pela proximidade do maior porto do país, etc.." (RATTNER: 1972; 28)

capital, sublinhado por momentos de crises do petróleo e contínuo aumento da dívida externa brasileira. O aprofundamento destes processos nos momentos de crise e recessão econômica, fazem das últimas décadas momentos proficuos de estudo sobre a reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo. (8)

Neste momento, em que se aprofunda os processos de concentração e centralização do capital e de redução do mercado interno, a reestruturação da indústria têxtil no Brasil reiterou a orientação de participar do mercado mundial, tentando uma conquista progressiva do mercado externo, tornando, assim, imprescindível e premente, sua modernização industrial para atingir níveis de competitividade internacional. Apoiando-se em mecanismos financeiros, incentivos de diversas ordens e numa busca de maior rentabilidade, a indústria têxtil brasileira procurou os caminhos de modernização industrial através da utilização de novas tecnologias.

Com a reorganização do mercado mundial, não

8) Em artigo que relaciona inovação técnica com concentração e centralização do capital, Henrique Rattner procura mostrar que hoje o mundo passa por uma crise tão grave quanto a de 1929, com uma diferença: o papel fundamental da variável tecnológica. Entre as novas tecnologias disponíveis, argumenta que a microeletrônica ou, informática, ocupa um lugar decisivo. "A assim chamada informatização da sociedade representa uma nova forma de organização do trabalho, tentando substituir o taylorismo e a organização científica das últimas décadas (cronometragem, o trabalho em migalhas, etc.) que afetam a própria natureza, a forma e o conteúdo do trabalho." (RATTNER: 1985; 30)

só se agudizaram os processos de concentração económica e espacial, como, também, logo se percebeu que a alternativa do mercado externo para a produção brasileira encontrava limites estreitos no comércio internacional. Como veremos, em parte estas dificuldades foram devido às práticas protecionistas dos países importadores de fios e tecidos e, também, se deram em virtude do baixo padrão de qualidade da produção têxtil nacional num mercado concorrencial fortemente competitivo, como é o mercado internacional de produtos têxteis.

O contexto da reestruturação da indústria têxtil manifestou-se na mobilização da produção para o mercado externo e na necessidade de inovação técnica, o qual será discutido na parte seguinte deste trabalho. A reestruturação também manifestou-se no aumento da importância da indústria têxtil nos municípios localizados numa área compreendida num raio de 150 km da cidade de São Paulo. Bem como, nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com exceção da Capital, caracterizando uma tendência ao afastamento da produção têxtil do centro metropolitano, objeto de discussão da terceira parte deste trabalho.

Estas características da reestruturação urbano-industrial relacionam-se ao processo de centralização do capital e à concentração social e espacial de sua

reprodução. Esta sucosição se fundamenta no pressuposto teórico de que no processo de reprodução do capital a massa de lucro ao tender aumentar segundo a magnitude do capital, conduz à concentração e centralização do capital e, ao mesmo tempo, desenvolve a concentração espacial das condições gerais de produção. (9)

Compreendemos que a recente reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo encontra seus parâmetros, tanto na concentração e centralização do capital, como na tendência à homogeneização das condições gerais de sua reprodução, materializado-se no adensamento, consolidação e ampliação da metrópole de São Paulo. A

9) Em Marx a interdependência entre lucro e magnitude do capital relaciona-se aos processos de concentração e centralização do capital. A "masa de la ganancia... también aumenta con la magnitud del capital desembolsado. Sin embargo, esto condiciona al mismo tiempo la concentración del capital, puesto que ahora las condiciones de producción imponen el empleo masivo de capital. Asimismo condiciona su centralización, es decir que los capitalistas grandes devoren a los pequeños, y la descapitalización de estos últimos. (MARX: Livro III, vol. 6: 315,316)

Marx indica, ainda, que a produção das condições gerais de produção é produzida pelo desenvolvimento das próprias condições de produção necessárias à cada capital individual. Ou seja, as condições de cada capital em particular se metamorfoseiam naquelas. "El capital se presenta cada vez más como un poder social cuyo funcionario es el capitalista y que no guarda relación alguna para con lo que pueda crear el trabajo de un individuo aislado, sino como una fuerza social enajenada, autonomizada, que se opone en cuanto cosa a la sociedad, y en cuanto poder del capitalista a través de esa cosa. La contradicción entre el poder social general en que se convierte el capital, y el poder privado de los capitalistas individuales sobre esas condiciones sociales de producción se desarrolla de manera cada vez más clamorosa e implica la disolución de esa relación, al implicar al mismo tiempo la transformación de las condiciones de producción para convertirlas en condiciones de producción generales, coletivas, sociales." (MARX: Livro III, vol.6: 338,339)

hipótese deste trabalho é a de que a reestruturação urbano-industrial é condicionada pelos processos de concentração e centralização na reprodução do capital e sua manifestação se configura na desconcentração da metrópole.

Dentro destes parâmetros, na perspectiva do estudo da dinâmica da reprodução do capital e na compreensão de que a reprodução do capital tem sua dinâmica reelacionada ao desenvolvimento desigual do espaço, é que se pensa estar a chave para compreensão da nova estrutura espacial. Neste sentido, é que os processos sociais e espaciais configuram uma unidade. Nossa posição é a de que a reestruturação industrial depende tanto da reestruturação espacial, quanto esta é condicionada por forças sociais que movimentam o processo industrial.

A idéia central a ser discutida neste trabalho é a de que a reestruturação da indústria têxtil associa-se ao aprofundamento do processo de centralização da reprodução do capital em geral e à desconcentração da metrópole paulista. A exposição desta tese procurará demonstrar as implicações teóricas e práticas da reestruturação urbano-industrial paulista.

Primeiramente, desenrolando o fio da meada, apresentamos uma discussão a respeito das transformações urbano-industrial do Estado de São Paulo. Na segunda parte

trataremos do contexto destas transformações, em que a mobilização da produção têxtil para o mercado externo e a necessidade de modernização se apresentaram como alternativas eleitas. Finalizando, discutiremos os processos de concentração e centralização do capital na indústria têxtil e as implicações espaciais da reestruturação desta indústria.

1.2 AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO.

De início, é preciso salientar que a reestruturação urbano-industrial paulista relaciona-se com a capitalização da agricultura. Este processo tem destacada importância na urbanização do Estado de São Paulo, pois se é nas cidades interioranas que se materializam as condições gerais necessárias à esta modernização da produção agrícola e de outras atividades rurais, é nas cidades maiores que termina os movimentos populacionais iniciados no campo. É conhecido como esta modernização recebeu influência do desenvolvimento da infra-estrutura das cidades, da rede bancária e de serviços em geral e incitou a distribuição espacial e social do desenvolvimento.

O fundamental a assinalar é que estas transformações se vinculam às alterações das relações sociais no campo, expressas no assalariamento crescente do trabalhador rural, as quais fizeram de pequenas cidades do Interior um importante locus de moradia do trabalhador do campo. Ainda no início dos anos 80 despertaram atenção a irrupção de conflitos urbanos com participação de

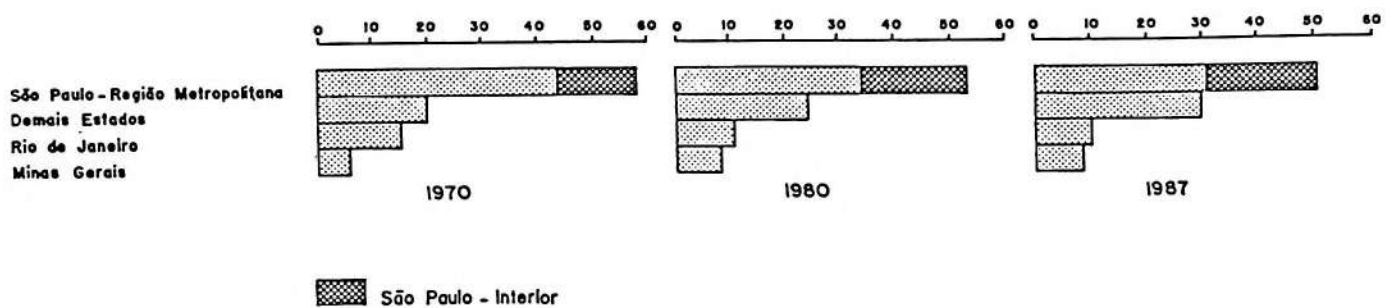
trabalhadores rurais em várias cidades do Interior. Houve saques, tiros, casas invadidas, comércio e escolas fechadas, marcando um cenário que chegou, por exemplo, a durar três dias em Guaira. Por isso, consideramos que a temática urbanização e modernização agrícola mostra-se pertinente para o estudo da reestruturação do espaço paulista, todavia não foi este o caminho pelo qual nos enveredamos neste trabalho. (1)

A nosso ver, mais facilmente perceptíveis foram se tornando as transformações do Estado de São Paulo nas últimas décadas, não mais dizendo respeito apenas à capitalização da agricultura, mas se relacionando às outras atividades produtivas, - quer no campo, quer na cidade. Para este trabalho tornaram-se relevantes as transformações recentes da indústria em São Paulo que colocaram o Interior paulista como o segundo parque industrial do país. A participação do Interior no valor da transformação industrial, conforme pode-se verificar no gráfico a seguir,

1) Apenas com o objetivo de relacionar este trabalho à nossa formação universitária é que estamos nos referindo à nossa pesquisa de mestrado que procurou contribuir para a compreensão da cidade enquanto materialização das condições gerais de produção e consumo historicamente determinadas, a qual procurou demonstrar que a reprodução do capital, mesmo no campo, não prescinde da cidade. Com o título, *Agricultura e Urbanização. A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar*, defendida na FFLCH-USP em 1985, analisa, particularmente nos capítulos finais, as transformações urbanas advindas da industrialização da agricultura enfocando o processo de proletarianização do trabalhador rural, a dimensão do capital nas atividades urbanas e a formação da chamada "periferia urbana" no Interior do Estado de São Paulo.

tendeu a aumentar ultrapassando a do Estado do Rio de Janeiro.

BRASIL
Participação percentual do valor da transformação Industrial
(VTI) em comparação a outros estados
1970 - 1987



Fonte: IGC. São Paulo em Temas, 1990

Este gráfico também evidencia a participação industrial da Região Metropolitana em comparação a do Interior, permitindo notar o peso que a indústria do Interior vem tomando. Este processo de transformação industrial do Estado é, muitas vezes, percebido de maneira segmentada. Frequentemente se apresenta rompido em dois processos, consensualmente chamados de industrialização do Interior e de desindustrialização da Capital. De um lado, é

o Interior, o espaço a retroterra da cidade de São Paulo, que se industrializa; de outro, é a Capital, que se desindustrializa. Apreendidos, sem maior questionamento, de maneira dicotômica, porque assim são percebidos e vividos como realidades resultantes de processos distintos, Interior e Capital passam a ser interpretados separadamente no seu desenvolvimento. Mais do que isto, passam a ser analisados à luz de uma concepção que, arbitrariamente, concebe como processos distintos, o que é apenas resultado desigual de um mesmo processo. Dificulta-se, com isso, a compreensão da totalidade do processo de desenvolvimento e dos seus resultados espaciais e sociais.

Reiterando, este processo de transformação recente da indústria no Estado de São Paulo, porque é apreendido em sua manifestação aparente, vem sendo chamado tanto de industrialização do Interior, como de desindustrialização da Capital. Todavia, é inegável que mesmo apreendendo manifestações superficiais, tais percepções apontam para as transformações reais fundadas num processo de transformações sociais mais profundas. Daí, aliás, o interesse em se discutir tais interpretações, que consideramos uma percepção em superfície do processo de reestruturação urbano-industrial. Esta discussão tem o intuito de apreender o ocultamento e a mistificação do processo social detectável neste nível de análise da transformação do espaço e da sociedade.

Estas transformações recentes aparecem expressas, claramente, nos dados estatísticos, os quais tornam perceptível que desde os anos 70 vem transcorrendo um processo de reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo. Vejamos, o valor da produção da indústria de transformação do Estado de São Paulo, conforme tabela abaixo, que apresenta uma progressiva diminuição da participação relativa da Região Metropolitana e da Capital na produção industrial paulista, enquanto a participação do Interior é crescente. Esta inversão nas posições - relativas - foi denominada de reversão da polarização por alguns autores - que será discutida no capítulo seguinte - que preocupados com a determinação do pólo econômico, acabaram por consagrar o estudo isolado destas áreas como processos significativos e individualizados.

TABELA I

ESTADO DE SÃO PAULO - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
1940-1980 (%)

Anos	Região Metropolitana	Capital	Interior
1940	64,5	53,9	35,5
1956	66,6	54,2	33,6
1960	71,1	51,7	28,9
1970	70,7	43,7	29,3
1980	58,6	30,1	41,3

Fonte: FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. (2)

Igualmente, a indicação do número de novos empregos industriais mostra como o desenvolvimento desta

2) Cf. SEADE: 1988c; 125.

atividade tendeu a ocorrer mais no Interior do que na Região Metropolitana e Capital. Referindo-se à indústria localizada na Metr pole e no Interior, Barjas Negri afirma: "Enquanto a primeira perdeu cerca de 144 mil postos de trabalho no período 1980/1985, no Interior criou-se cerca de 87,6 mil novos empregos industriais, mostrando que o Interior foi mais resistente à crise que a Metr pole." (NEGRI: 1988; 29) O autor também indica que o valor adicionado da indústria de transforma o, no período de 1970 a 1985, diminuiu na Região Metropolitana, passando de 67,4% para 52,8%, enquanto no Interior, aumentou de 32,6% para 47,3%. (3)

Todos os dados a respeito da distribui o espacial das atividades industriais indicam a expansão econ mica do Interior, que se faz acompanhar de um aspecto muito significativo, dizendo respeito   uma nova fisionomia industrial do Interior com uma presença crescente de indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Segundo considera o de Barjas Negri, a "extraordinária expansão industrial dos anos 70 modifica a estrutura industrial do Interior, que passou a contar também com a

3) Cf. NEGRI: 1988; 31.

Ainda no período de 1970 a 1975, 63,1% dos novos empregos industriais se localizavam na Região Metropolitana, contra 36,9% no Interior. Contudo, se verificamos o período de 1975 até 1985, a propor o de novos empregos   maior no Interior do que na Região Metropolitana. Enquanto esta apresenta a cifra de 48,7%, o Interior apresenta a de 51,3%, indicando a recente tendência   maior gera o de empregos industriais no Interior do que na Metr pole desde a década de 70. (Cf. SEADE: 1988a; 17)

presença marcante da instalação de grande número de indústrias de porte médio e grande, pertencentes ao segmento de maior complexidade industrial, como o de metal-mecânico, petroquímico e eletrônica." (NEGRI: 1988; 30) Esta alteração na distribuição industrial se deu no transcurso das duas últimas décadas e pode muito bem ser confirmada através da tabela abaixo que permite examinar o valor da transformação industrial da Região Metropolitana em relação ao Interior, segundo os gêneros industriais, entre 1970 e 1980.

TABELA II

REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR GRUPOS
DE INDÚSTRIAS
1970/1980 (%)

Grupos	Região Metropolitana		Interior	
	1970	1980	1970	1980
I	33,2	24,5	49,2	28,0
II	32,8	36,0	35,9	45,7
III	33,9	39,5	15,5	26,3

Obs.: Grupo I- Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis; Grupo II- Indústrias predominantemente produtoras de bens intermédios; Grupo III- Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável.

Fonte: FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (4)

Estes dados confirmam o avanço da estrutura industrial do Interior porque a redução da participação do grupo de indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis indica uma modernização da estrutura industrial.

4) Cf. SEADE: 1988c; 129-130.

Na Região Metropolitana, em 1970, os três grupos de gêneros industriais praticamente tinham a mesma participação no valor da transformação industrial, mas em 1980 esta situação se alterou. Com relação ao Interior, para o primeiro ano, praticamente metade do valor da transformação industrial era gerado nas indústrias do Grupo I, passando em 1980, a menos de 1/3. Com isso, em 1980, praticamente se tornaram semelhantes a estrutura industrial da Região Metropolitana e do Interior no tocante ao peso dos Grupos II e III, na medida que estes grupos passaram a representar proporções semelhantes do valor da transformação industrial em cada região. Em ambas, estes grupos representaram cerca de três-quartos do total do valor da transformação industrial.

Esta aproximação da estrutura industrial do Interior em relação à Região Metropolitana se gestou ao longo do tempo. As indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis foram aos poucos perdendo importância relativa no parque industrial do Estado de São Paulo e na segunda metade dos anos 50, quando a dinâmica da acumulação se exprimiu, sobretudo no desenvolvimento da indústria pesada, se procedeu o desenvolvimento das indústrias predominantemente produtoras de bens duráveis, intermediários e de capital. (5)

5) No decênio de 1939 a 1949 a taxa média de crescimento real da indústria de transformação no Estado de São Paulo referente às indústrias do Grupo I, foi de 8,5%; a do Grupo II, 12,7% e a do Grupo III, 8,9%. Entre 1949 e 1970, os dados apontam para uma taxa de 7,1% no caso do Grupo I; 9,2% para o Grupo II e, 14,5% para o Grupo III. Durante o

A atuação do Estado foi marcante nesta transformação, como destacam Wilson Cano e Barjas Negri. Entre os vários efeitos e estímulos da ação governamental, estadual e federal, assinalados por estes autores, destacamos a instalação das refinarias de petróleo em Paulínia e São José dos Campos, o desenvolvimento do Programa do Alcool - o qual teve efeitos encadeadores com a indústria de bens de capital - e o desenvolvimento das indústrias de informática, microeletrônica e telecomunicação, basicamente na Região Administrativa de Campinas, além da construção de modernas rodovias e duplicação de pistas. (6) Ambos os autores afirmam que a "presença do Estado nessa 'descentralização' foi marcante." (7)

Em nossa exposição iremos ressaltar que tanto o governo federal como o estadual formularam políticas cuja perspectiva era descentralizar a indústria. Entretanto, implementaram essa política segundo estratégias e táticas um tanto diferenciadas. Enquanto o primeiro procurou dirigir a indústria para o Nordeste, o segundo, procurou deslocar as indústrias para o Interior do Estado. A ação do governo estadual não contava com incentivos financeiros eficazes,

período de 1970 a 1980, as taxas foram de 5,6%, 11,2% e 11,3%, respectivamente para cada grupo de indústrias. (Cf. SEADE: 1988c; 127)

6) Em anexo incluímos o Mapa do Estado de São Paulo segundo Região Administrativa, Sub-Região e Município do Atlas São Paulo - Desenvolvimento, Secretaria de Economia e Planejamento.

7) Cf. SEADE: 1988b; 112 e NEGRI:1988; 30.

como a atuação do governo federal, que através de incentivos fiscais e isenção de impostos estimulou o deslocamento regional da indústria. Por isso, se pode afirmar que as políticas estaduais forneceram ao empresariado, sobretudo, uma orientação locacional e que ao mesmo tempo foram tomadas medidas restritivas de cunho ambientalista desestimulando a instalação industrial na Região Metropolitana. (8)

Simultaneamente, a nível de governo local muitos municípios interioranos passaram a oferecer uma série de incentivos visando atrair indústrias. Um grande número de prefeituras elaborou diretrizes para atrair indústrias para seus municípios. Estes esforços, conhecidos como "Políticas de Atração Industrial," em grande parte ofereciam isenção de impostos e taxas municipais, ressarcimento de gastos com a infra-estrutura, terrenos... Nestes anos muitos distritos industriais foram criados através de

8) O "Governo do Estado de São Paulo estabelece como metas de sua atuação, por um lado, a busca da humanização das condições de vida da GSP, através de investimentos na área social nessa região. Por outro lado, busca-se dinamizar a estrutura produtiva do restante do Estado, de modo a oferecer condições melhores de emprego e oportunidades para essa população, amenizando os fluxos migratórios para a GSP e provendo condições para um crescimento mais estável das economias do Interior.

Nesse particular, a ampliação das oportunidades de emprego no Interior será alcançada através do desenvolvimento e dinamização do setor industrial na região. Ainda que a ênfase na indústria não implique abandono dos demais setores, notadamente a agropecuária, que receberá também a atenção do Governo, o setor industrial apresenta-se como o mais viável para o atingimento dos objetivos do governo." (Comitê de Coordenação Financeira da Política de Industrialização do Estado de São Paulo, BADESP, in TARTAGLIA & OLIVEIRA orgs.: 1988; 134-135)

empréstimos municipais, o que acarretou no endividamento de muitas dessas prefeituras. Segundo Wilson Cano, gastaram "o que tinham e o que não tinham" para subsidiar a vinda de capital produtivo." (9)

Estas políticas só se viabilizaram quando respondiam a anseios de frações do empresariado paulista. E neste sentido é que se pode entender a conclusão do referido autor afirmando que a: "desconcentração industrial havida na última década mostra que são desnecessários quaisquer incentivos fiscais ou financeiros para ativar uma política de descentralização industrial em São Paulo." (SEADE: 1988b; 123)

Importante registrar que desde 1957 aparece nos documentos do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, indicações e defesa das vantagens da formulação e implementação de uma política de descentralização industrial. No relatório de 1972, a questão da descentralização é assim expressa:

"A descentralização industrial do Estado já é um processo em curso, com características naturais e espontâneas. A indústria, que nos seus albores, como já vimos, se concentrava na Paulicéia, foi gradativamente se difundindo para a periferia e,

9) Wilson Cano, afirmando que o resultado destas políticas atrativas municipais carece de estudos, indica que estes planos, na maioria das vezes, se deu "sem proceder à elaboração da impactação direta e indireta que a implantação de tais empreendimentos causaria às finanças públicas municipais." Ou, como diríamos, para fazer cortezia ao setor privado com o dinheiro público. (SEADE: 1988b; 129/121)

posteriormente, para as áreas territoriais circunvizinhas, formando a Grande São Paulo. Na medida em que a área metropolitana começava a apresentar alguns empecilhos à implantação de novas manufaturas, os empreendimentos fabris passaram, também, a demandar as cidades e regiões próximas, componentes dos eixos rodo-ferroviários originados em São Paulo.

Apesar de já estar em marcha o processo de descentralização industrial, ele precisaria de ser acelerado para reduzir o congestionamento da área metropolitana e para atenuar os desníveis regionais de renda. Com este fito, dever-se-ia implementar uma política estadual que intensificasse a atividade industrial nas regiões periféricas da Grande São Paulo. Os seus efeitos seriam amplos, pois beneficiariam as regiões interioranas, já, então, mais próximas de centros de maior densidade manufatureira.

Procurar-se-ia, ao mesmo tempo, dar amplo apoio aos Municípios das regiões interioranas, incentivar suas atividades agro-pecuárias e, ainda, reformular a política estadual de investimentos para propiciar maior dinamização industrial à base de matérias-primas locais... (FIESP/CIESP: 1972; 55-56)

Ainda no final da década de 80 o Comitê de Coordenação Financeira da Política de Industrialização de São Paulo recomendou, dentre outros objetivos para a política de industrialização do Estado de São Paulo, os seguintes:

- "- propiciar a criação de empregos, particularmente no interior;
- promover uma melhor distribuição da atividade industrial;
- propiciar o estímulo às empresas nascentes e às realocações;
- promover a descentralização e o ordenamento industrial da Região Metropolitana da Grande São Paulo..." (10)

10) Para conhecer o conjunto dos objetivos e recomendações deve-se consultar o documento "Política de Industrialização do Estado de São Paulo Financiamento ao Setor Privado" do

O que se poderia dizer do resultado deste esforço de descentralização? Teria havido uma maior criação de empregos industriais no Interior? Teria a atividade industrial se redistribuído devido às restrições e aos atrativos? Teria havido uma redução do congestionamento industrial da Região Metropolitana? A estas perguntas poderíamos responder que sim, mas o fato relevante é que a chamada industrialização do Interior ou interiorização do desenvolvimento, não significou uma real descentralização da indústria no Estado de São Paulo. Ao contrário, é preciso enfatizar que esta industrialização ocorreu, sobretudo, concentrada numa área circunscrita pelo raio de 150 km da Capital, indo além desta distância ao longo dos eixos das vias Anhanguera, Castelo Branco e Dutra.

Em 1980, as regiões administrativas do Vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru, concentravam 33,8% do valor da transformação industrial gerado no Estado de São Paulo; as de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília, apenas 2,3%, ficando o Litoral com a taxa de 6,6%. Excluindo-se o Litoral, considerando-se somente os grupos do Interior, o primeiro concentrou 93,2% do valor da transformação industrial gerado no Interior do Estado de São Paulo. (11)

Comité de Coordenação Financeira da Política de Industrialização do Estado de São Paulo do BADESP, in TARTAGLIA & OLIVEIRA orgs.: 1988; 133-154.

11) Fonte: Censos Industriais do Estado de São Paulo, 1970 e 1980. Rio de Janeiro, FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1974, 1984. (Cf. NEGRI:1988; 28)

A mesma tendência à concentração da indústria nas regiões administrativas do Vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru pode ser verificada em relação ao número de operários, pois se nestas regiões administrativas se concentravam em 1970, 89,2% dos operários, em 1980, esta porcentagem passou a 90,3%. Também foi nestas regiões que se deu a maior geração de empregos industriais do Interior no período compreendido entre 1975 e 1980, com a geração de quatro- quintos dos novos postos de trabalho na indústria do Interior. (12)

Tendo como referência o número de empregos em dois períodos, 1970/1975 e 1977/1980, torna-se evidente a importância crescente da indústria relacionada aos eixos rodoviários acima referidos. A menor redução ou maior aumento do emprego nos municípios ao longo da Anhanguera e Castelo Branco indicam o efeito econômico destas rodovias. Enquanto a taxa de crescimento do emprego industrial diminuiu na Capital, passando de 5,5% para 2,5%, próximo ao eixo Anhanguera, a taxa de crescimento, embora se reduzisse, continuou sendo bem maior do que a da Capital, passando de 9,1% para 6,6%. Nos municípios servidos pela rodovia Castelo Branco a taxa de de crescimento do emprego aumentou de 5,3% para 7,5%, praticamente o triplo em relação à

12) A distribuição regional do número de operários da indústria de transformação para o período 1928-1980, pode ser encontrada em SEADE: 1988c; 124. Quanto à distribuição dos novos empregos gerados na indústria de transformação no Interior do Estado de São Paulo, no período 1970-1980, pode ser consultada a publicação SEADE: 1988a; 17.

Capital. (13)

A concentração industrial nestas regiões administrativas é de longa data; tem raízes históricas profundas. Neste sentido, poderíamos afirmar que as recentes transformações da indústria paulista mantiveram a tendência à aglomeração industrial nestas regiões administrativas, com destaque para a Região Administrativa de Campinas. (14)

Historicamente a indústria paulista, embora concentrada na Capital, desde sua gênese esteve presente no Interior, sobretudo, através da produção de produtos de bens de consumo não-duráveis. (15) As cidades do Interior

13) Dados de Carlos Roberto Azzoni (1985). Cf. Comitê de Coordenação Financeira da Política de Industrialização do Estado de São Paulo, BADESP, in TARTAGLIA & OLIVEIRA orgs.: 1988; 138.

14) "Nesses dez anos, entre 1975 a 1985, a descentralização da indústria ocorreu no sentido de que a Grande São Paulo perdeu posição para o conjunto do Brasil e para o interior do estado, com este último tornando-se a segunda concentração industrial do país. A região de Campinas tomada isoladamente é a quarta, só superada pelo Estado do Rio de Janeiro." (CANO: 1988, 129)

15) No Brasil a indústria têxtil nasceu enraizada na economia regional. "Na província de São Paulo, a primeira fábrica têxtil de algodão foi construída em 1780 pela Real Junta do Comércio... Entretanto, o desenvolvimento da indústria têxtil de algodão só se firmou em São Paulo por volta do fim da década de 1860." (SUZIGAN: 1986; 137) Em 1885, das 48 fábricas de tecidos de algodão no Brasil, 75% das indústrias se concentravam na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais e, em São Paulo, se localizava 18,6% das fábricas têxteis algodoeiras. (Cf. SUZIGAN: 1986; 36) Mas era a Bahia, o principal centro industrial do país. Entre 1844 e 1860, neste Estado se localizavam cinco das maiores indústrias têxteis do país. Em 1885 havia treze indústrias de tecidos de algodão em Minas Gerais, doze na Bahia, onze no Rio de Janeiro, nove em São Paulo, uma no Maranhão, outra

materializando condições gerais da economia cafeeira conformaram uma rede urbana produzida para e por esta economia; em que energia, rede de transportes - notadamente as estradas de ferro -, meios de comunicação, aglomeração de consumidores produtivos e improdutivos... criaram as possibilidades de uma industrialização interiorana. É preciso lembrar que ao longo do tempo, no entanto, as indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis foram perdendo importância relativa na estrutura industrial do Estado de São Paulo e, principalmente na segunda metade dos anos 50, quando a dinâmica da acumulação se exprimiu sobretudo no desenvolvimento da indústria pesada, teve início um desenvolvimento de indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital.

Nesta perspectiva e dentro do interesse desse trabalho é suficiente lembrar que no final da década de 20, Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto eram as mais importantes

em Pernambuco e, ainda outra, em Alagoas. (Cf. STEIN: 1957; 21) Mas, na virada do século ela se concentrou no Sudeste. Em 1905 o principal centro têxtil do país era o Rio de Janeiro e quinze anos mais tarde, São Paulo. (Cf. SUZIGAN: 1986; 145/ 152)

Wilson Suzigan afirma que a relação entre o "boom" da cafeicultura e o desenvolvimento das indústria têxteis em São Paulo não só é devida à demanda de tecidos para o ensacamento de café, açúcar, cereais e para as roupas dos escravos e dos trabalhadores, em crescimento vertiginoso, mas é devida, sobretudo, ao fato de que os "cafeicultores começaram cedo a diversificar sua carteira de investimentos, aplicando seus lucros em ações de ferrovias, empresas de serviços públicos e bancos e instalando fábricas têxteis de algodão." (SUZIGAN: 1986; 138)

regiões do Interior, quer em relação à população, número de municípios e atividade agrícola. Nestas regiões as atividades econômicas não diziam respeito apenas ao café. Em relação à agricultura, cerca de 55% da área plantada com algodão no Estado de São Paulo se localizava em Ribeirão Preto e Sorocaba. Nesta última região administrativa o encadeamento com o beneficiamento e com a indústria têxtil era muito expressivo. Sorocaba era responsável por 56,6% do beneficiamento do algodão do Estado e a indústria têxtil desta região se caracterizava por estabelecimentos de grande porte. (16)

Quanto à atividade industrial na época, o "Interior do Estado era responsável por quase 30% da produção industrial de São Paulo e, portanto, por pelo menos 10% da indústria de transformação nacional. Duas regiões Administrativas se destacavam: a de Sorocaba com 164 estabelecimentos empregando 17.494 operários (12,6% do total) e um capital de 114.430,7 contos de réis (10,4% do total) e a de Campinas com 325 estabelecimentos empregando 11.805 operários (8,5% do total) e um capital total de 100.976,4 contos de réis (9,2% do total). O conjunto dessas duas regiões empregavam 21,2% dos operários da indústria paulista e mais de 72% de todo Interior. Em suma, a Região Metropolitana, a região administrativa de Sorocaba e a de Campinas concentravam 92,0%. Em termos de número de

16) Cf. SEADE: 1988b; 20-24.

operários, seguiam, por ordem de importância, as regiões do Vale do Paraíba com 3.892 operários (2,8% do total) e Ribeirão Preto com 3.745 operários (2,7% do total)." (SEADE: 1988c; 66)

Tendo em vista estas indicações, pode-se compreender a afirmação de que já "em 1920 estava traçado o destino das regiões no Estado de São Paulo, que as décadas posteriores só fizeram confirmar; nos anos 20 estavam lançadas não só as 'raízes da concentração industrial em São Paulo' mas também as raízes da divisão inter-regional do trabalho dentro do Estado." (SEADE: 1988b; 28)

Convém reiterar que a trajetória industrial paulista se fez acompanhar do fortalecimento da tendência histórica à concentração econômica nas circunvizinhanças da cidade de São Paulo e, num esforço de síntese, afirmar e enfatizar que neste processo se constituiu, não só o parque industrial paulista e sua expansão ao longo das principais vias de transportes do Estado, mas também se conformou a nova estrutura industrial do Interior, mais próxima à da Capital.

As taxas de crescimento da produção industrial, do valor da transformação industrial e do número de novos empregos, passaram a ser maiores no em torno da Região Metropolitana do que no município central, que lhe

empresta o nome. Como vimos, à proporção que as indústrias pertencentes ao Grupo I - predominantemente produtora de bens de consumo não-duráveis - perderam peso relativo face aos demais grupos, houve uma tendência à homogeneização das características estruturais da indústria do Interior em relação à da Região Metropolitana. Esta transformação, acompanhada do fato das indústrias do Grupo I terem estado presentes no Interior desde a gênese da industrialização, poderia permitir dúvidas quanto ao significado da reestruturação industrial. Por assim dizer, este fato pode levar à suposição de que estas indústrias não tenham sido alcançadas pelos processos de reestruturação urbano-industrial.

De fato, como as indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis perderam posição relativa no conjunto das indústrias do Interior e como esta produção não se constituiu nos ramos industriais dinâmicos e modernos onde a inovação tecnológica apresenta maior importância, não há motivos evidentes para supor uma significativa reestruturação. Mas, uma análise que procura discutir as transformações da indústria paulista indo além do imediatamente percebido, pode compreender o significado para a reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo das indústrias comumente referidas como "tradicionais" e antigas, não se limitando à análise apenas daquelas indústrias consideradas de nova tecnologia ou de implantação

recente. Neste sentido, a explicação da reestruturação, considerando-se tanto as mudanças na distribuição espacial dos estabelecimentos, como a modernização industrial, deve se desfazer de toda coisificação manifesta numa fetichização do espaço ou num reducionismo tecnológico, que tende a considerar apenas os aspectos aparentes da transformação espacial e técnica. É o que se procurará expor ao longo deste trabalho.

Dentre as indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis, como justificamos anteriormente, tomamos a indústria têxtil como referência de análise, pois os processos de sua reestruturação se fazem pouco percebidos. Neste setor convivem desde processos produtivos característicos do trabalho na manufatura, até processos que incorporam a microeletrônica; há micro empresas e conglomerados; empresas em que o controle do capital é nacional e multinacional; fabrica-se tecidos grosseiros de algodão e, também, tecidos de fibras sintéticas. Embora a indústria têxtil tenha se constituído, para alguns autores, quase num modelo da Revolução Industrial no século passado, veremos que com o avanço da industrialização o velho e o novo aí se recompõem constantemente.

Com esta preocupação este trabalho procura fazer uma ruptura com abordagens que estipulam tipologias;

tais como, indústrias modernas versus atrasadas. Desde logo, convém esclarecer o que entendemos por indústria têxtil. Muitas são as possibilidades de entendimento. Entre as muitas interpretações que poderíamos arrolar, destacamos as formulações da FIBGE - Fundação Instituto de Geografia e Estatística, a do CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio e as do CNI - Conselho Nacional da Indústria - e do CNIT - Conselho Nacional da Indústria Têxtil.

Conforme a FIBGE, a indústria têxtil compreende os ramos de beneficiamento de fibras têxteis vegetais, artificiais e sintéticas e matérias têxteis de origem animal, fabricação de estopa, de materiais para estofos e recuperação de resíduos têxteis; fiação, fiação e tecelagem, tecelagem; malharia e fabricação de tecidos elásticos; fabricação de artigos de passamanaria, fitas, filós, rendas e boradados; fabricação de tecidos especiais; e, acabamento de fios e tecidos, não processados nas fiações e tecelagens.

Segundo pesquisa do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, relativa ao biênio 1980/1981, a indústria têxtil compreende fiação e tecelagem; malharia, artefatos de malha associados à tecelagem, inclusive tricotagem; artefatos de passamanaria, tecidos elásticos, fitas, filós, rendas e

bordados; tecidos especiais; acabamento de fio ou tecido; e, artefatos têxteis não especificados ou não classificados.
(17)

Para o CNI - Conselho Nacional da Indústria - e o CNIT - Conselho Nacional da Indústria Têxtil - o entendimento da indústria têxtil é mais abrangente. Ele incorpora, ainda, a indústria de vestuário, ou confecção, que para a FIBGE compõem um outro gênero industrial: o de vestuário, calçados e artefatos de tecidos.

Procurando atender a problemas específicos, pesquisadores restringem ou ampliam os limites destas interpretações do que seja indústria têxtil. No nosso caso, optamos, a princípio, pela interpretação da FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, ponto de referência primeira na coleta de dados, sem com isso criar limites rígidos e padronização para o desenvolvimento da análise. Acreditamos, por isso, que exclusões e inclusões, quando necessárias à análise e demonstração do argumento, deverão ser efetuadas; como, por exemplo, a exclusão dos ramos de beneficiamento de fibras ou a inclusão da indústria produtora de máquinas têxteis, que compõem a indústria mecânica segundo a classificação da FIBGE. Neste sentido, a nossa análise do desenvolvimento da indústria têxtil aproxima-se muito da interpretação que a considera um

17) No nosso trabalho esta pesquisa está referida como MIC/CDI/SIND, 1982.

complexo industrial.

Aprofundando o nível de análise, evidencia-se que o desenvolvimento recente da indústria têxtil vem acompanhado de políticas que buscam privilegiar as questões referentes à uma maior participação no mercado internacional e à modernização do seu parque industrial. Os esforços de participação maior no mercado externo, no contexto da reestruturação econômica mundial, sofrem o impulso dos limites provenientes das várias fases de retração do mercado interno e encontram sérias barreiras em relação à concorrência internacional. Os esforços relativos à modernização da produção têxtil constituem uma tática desta luta pelo mercado mundial, em que a qualidade do produto que é exportado e o aumento da produtividade industrial são elementos fundamentais na concorrência internacional. (18)

Dentre as características da indústria têxtil, no início dos anos 80 as empresas apresentaram um índice razoável de implantações industriais, pois cerca de

18) Apesar das políticas enfatizarem a relação entre modernização industrial e exportação, convém chamar atenção para o fato da indústria têxtil não se caracterizar como uma atividade exportadora. "O índice de exportação do setor Têxtil, em 1980, foi de 7,19%, sendo este o décimo índice em termos de grandeza, entre os vinte um Setores que compõem a Indústria de Transformação. O Setor Têxtil não pode, portanto, ser caracterizado como exportador, ainda que esteja atuando no mercado externo... Isso quer dizer que, apesar do esforço desenvolvido por quase três centenas de indústrias têxteis nas exportações, com índices individuais que chegam a atingir até 40%, em termos globais é, ainda, grande o potencial de crescimento das exportações de têxteis brasileiros." (MIC/CDI/SIND: 1982; 56)

50,1% das indústrias foram instaladas nos últimos 30 anos; ou seja, a partir de 1961. Particularmente em relação aos anos setenta, 21,5% dos estabelecimentos têxteis do país foram instalados neste período. (19) Além disso, emprega parcela significativa de mão-de-obra feminina e opera com um volume considerável de máquinas e equipamentos, embora a racionalização do processo produtivo seja, apenas parcialmente atualizada. Outro traço característico, digno de nota, é que o setor têxtil é relativamente extenso e hierarquizado, "formado por 4.901 indústrias, representando 3,57% das empresas ativas da Indústria de Transformação. Entretanto, apenas 10,5% desse total é considerado de grande porte e 20,7%, de pequeno e médio portes. As micro empresas, que atingem 68,8% do total, representam, assim, a grande maioria do setor" (MIC/CDI/SIND: 1982; 19) (20)

"O grau de concentração industrial do Setor Têxtil está bastante próximo ao da Indústria de Transformação, onde 3,66% das empresas detêm 84,92% de todo o faturamento." (MIC/CDI/SIND: 1982; 39) A indústria têxtil constitui-se numa indústria fortemente concentrada, em que 10,5% das empresas, as de grande porte, são responsáveis por 83,5% da receita do setor. Mas, não obstante esta concentração da receita na atividade têxtil é possível

19) Fonte: MIC/CDI/SIND: 1982; 43.

20) Segundo pesquisa MIC/CDI/SIND (1982). Cabe destacar que os dados foram levantados em 1980/1981 pelo SIND - Sistema Integrado de Informações Industriais - pertencente ao CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio.

extensa atuação de empresas de porte micro que participam com apenas 2,3% da receita do setor. (21)

Fiação e tecelagem constituem o principal ramo têxtil. Ainda caracterizando a indústria têxtil, com dados da pesquisa MIC/CDI/SIND (1982) que apresentamos na tabela a seguir, podemos perceber que quanto ao número de estabelecimentos industriais e faturamento, são os ramos de fiação e tecelagem e o de malharia - correspondendo a 72,8% dos estabelecimentos industriais têxteis com um faturamento de 73% do setor têxtil como um todo - os mais significativos. Ao desagregarmos estes dois ramos, a importância do ramo de fiação e tecelagem, quanto ao faturamento, fica evidente, pois este ramo isoladamente é responsável por 61,6% do faturamento da indústria têxtil, ficando a malharia com apenas 11,4%. (22)

Quanto ao porte, dentre os diversos ramos que compõem a indústria têxtil, a importância da grande empresa de fiação e tecelagem também se evidencia. Embora correspondendo apenas a 6,2% das empresas de todo setor têxtil, faturam 55,1% da receita total do setor. Restringindo-se esta análise apenas ao ramo de fiação e tecelagem, as cifras se elevam: a proporção das grandes indústrias corresponde a 17%, sendo responsáveis por 89,4% da receita deste ramo. O restante 10,6% da receita do ramo

21) Fonte: MIC/CDI/SIND: 1982; 19 e 38.

22) Fonte: MIC/CDI/SIND: 1982; 80 e 205.

de fiação e tecelagem está distribuído nas médias, pequenas e micro-empresas - que compõem 82,9% dos estabelecimentos de fiação e tecelagem. (23)

Em relação à indústria têxtil como um todo, as pequenas e médias indústrias de fiação e tecelagem representam cerca de 1/3 dos estabelecimentos. Uma participação semelhante quanto ao número relativo de pequenos e médios estabelecimentos é a do ramo de malharia que, diferentemente das pequenas e médias indústrias de fiação e tecelagem, tem uma participação mais significativa no faturamento do ramo.

23) Fonte: MIC/CDI/SIND: 1982; 80.

A importância da grande empresa se repete em todos os ramos do setor têxtil. Dizendo respeito às malharias, embora seja diminuto o número de grandes empresas, apenas 3,5% do total das indústrias, são responsáveis por 62,9% do faturamento. O restante, 37,1%, é distribuído entre as pequenas e médias empresas que correspondem a 96,5% das indústrias de malharia. (Cf. MIC/CDI/SIND: 1982; 205)

As indústrias de artefatos de passamanaria, tecidos elásticos, fitas, filós, rendas e bordados, em 93,2% dos casos são indústrias de micro, pequeno e médio portes, mas, contudo, são responsáveis, apenas, por 33,6% do faturamento deste ramo. (Cf. MIC/CDI/SIND: 1982; 305)

As que fabricam tecidos especiais e a de acabamento de fios ou tecidos, praticamente repetem a mesma situação. No primeiro caso, 17,5% são grandes indústrias que respondem por 83,9% do faturamento e, no segundo, 15,6% são responsáveis por um faturamento de 79,4%. (Cf. MIC/CDI/SIND: 1982; 350/396)

Com relação às indústrias que fabricam artefatos têxteis não especificados ou não classificados, a situação também não é diferente: 9,2% são grandes indústrias com 89,7% do faturamento deste ramo. (MIC/CDI/SIND: 1982; 442)

TABELA III

BRASIL - RAMOS DA INDUSTRIA TEXTIL
1980-1981 (%)

Relação	Fia. Tece. ria	Malha ria	Aca bam.	Artef. Passa.	Tec. Esp.	Artef. não esp.
Nº ind. ramo/ ind. têxtil	36,6	36,2	2,9	4,7	1,6	7,3
Total do fatur./ ind. têxtil	61,6	11,4	3,6	1,8	3,0	9,8
Nº grandes ind./ ind. têxtil	6,2	1,3	0,4	0,3	0,3	0,7
Nº grandes ind./ ind. do ramo	17,0	3,5	15,6	6,8	17,5	9,2
Fatur. grandes ind do ramo/	55,1	7,2	2,9	1,2	2,5	8,8
Ind. têxtil Fatur. grandes ind./ ind. do ramo	89,4	62,9	79,4	66,4	83,9	89,7
Nº peq.e médias ind/ ind. têxtil	30,3	34,9	2,5	0,6	1,3	6,6
Nº ind/ ind. do ramo	82,9	72,3	84,4	93,2	82,5	0,8
Fatur. peq.e médias ind.do ramo/ ind. do ramo	10,6	37,1	20,6	33,6	14,1	10,3

Obs.: Ramos de fiação e tecelagem; salharia; acabamento; passamanaria, tecidos especiais e artefatos não especificados.

Fonte: MIC/CDI/SIND (1982)

Não resta dúvida que o ramo de fiação e tecelagem se constitui no agrupamento têxtil de maior significado do setor têxtil brasileiro. Com relação à distribuição espacial das empresas deste ramo no Brasil,

numa amostra de 412 empresas, o Estado de São Paulo apresenta um índice de concentração de 66,3%, praticamente igual ao da indústria têxtil em geral, com um índice de 60%.

(24)

É necessário destacar um outro aspecto importante, dizendo respeito à propriedade do capital têxtil, que notadamente é nacional com um índice de 93,2%. A participação estrangeira está ausente nos ramos da indústria de artefatos de passamanaria, tecidos elásticos, fitas, filôs, rendas e bordados; no de acabamento de fio ou tecido e, no de artefatos têxteis não especificados. Entretanto ela se faz presente nos ramos de malharia - 2,2% -, no de fiação e tecelagem - 6,9% - e, mais acentuadamente, no de tecidos especiais - 16,6%. (25)

Em 1980, a indústria têxtil atingia o expressivo número de 6.062 estabelecimentos no Brasil, com 377.600 pessoas ocupadas. O significado desta indústria no conjunto da atividade econômica, é expressivo. A indústria têxtil situava-se, em 1980, em sexto lugar entre os gêneros

24) Fonte: MIC/CDI/SIND: 1982; 77/35. Verifica-se também nos vários ramos têxteis a mesma concentração espacial. Quanto a esta distribuição espacial poderíamos confirmar a concentração no Estado de São Paulo dos demais ramos têxteis no seguinte nível: 63,5% da indústria de malharia, 80% da indústria de acabamento de fio ou tecido, 67,6% da de artefatos de passamanaria, tecidos elásticos, fitas, filôs, rendas e bordados, 57,1% da indústria de fabricação de tecidos especiais e 65,6% da indústria de artefatos têxteis não especificados. (MIC/CID/SIND: 1982; 201/393/301/347/439)

25) Cf. MIC/CID/SIND: 1982; 302/394/440/203/78.

industriais quanto à absorção de mão-de-obra e colocava-se em sétima posição em relação ao valor da transformação industrial. (26)

No Estado de São Paulo estavam instaladas, em 1981, 66% das indústrias e 55,5% da mão-de-obra têxtil do país. (27) Cabe destacar que quanto ao pessoal não ocupado na produção, a indústria têxtil de São Paulo respondia, em 1980, por 82,9% destes trabalhadores. (28)

Também concentrava 50,7% dos salários e 50,8% do valor da produção têxtil do país no ano de 1981. (Carta Têxtil: maio/1988; 13) (29) A proporção de mulheres no trabalho têxtil paulista correspondia, em 1986, a 43,2%. Não seria novidade dizer que o trabalho feminino é o de menor remuneração, mas gostaríamos de registrar os dados: os salários situados até a faixa de 5 salários mínimos corresponde a 85,6% do salário contractual feminino e 62,4% do masculino. Os acima de 5 salários, perfazem 37,6% no primeiro caso e apenas 14,4% no segundo. (30)

26) Fonte: Censo Industrial do Brasil, vol. III, 1980. FIBGE, Rio de Janeiro, 1984.

27) Cf. MIC/CDI/SIND: 1982; 35/82.

28) Fonte: Censo Industrial do Brasil, vol. III, 1980. FIBGE, Rio de Janeiro, 1984.

29) A importância da concentração da indústria têxtil no Estado de São Paulo, com cerca da metade dos estabelecimentos industriais do país pode ser dimensionada através do fato de que o segundo Estado a concentrar a indústria têxtil, o de Minas Gerais, ter apenas 9% dos estabelecimentos têxteis do país. (Fonte: Censo Industrial do Brasil, vol. III, 1980. FIBGE, Rio de Janeiro, 1984)

30) Fonte: Anuário RAIS/ SUDESTE - 1986. Brasília, Ministério do Trabalho, 1988.

O parque industrial paulista se caracteriza por indústrias recentemente instaladas. Cerca de metade delas foram instaladas após 1970, sendo que 25,7% o foram entre 1971 e 1975. (31) Analisando-se particularmente a Região Metropolitana torna-se transparente a perda relativa de estabelecimentos têxteis da Capital em relação aos demais municípios da Região Metropolitana. A participação menor da Capital, ao longo destes últimos dezoito anos, em comparação à participação dos demais municípios de sua região, denuncia o esvaziamento do número de estabelecimentos têxteis na Capital.

TABELA IV
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
INDÚSTRIA TEXTIL - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1970-1988 (%)

Região Metropolitana	1970	1980	1988
Capital	91,1	85,6	84,0
Demais Municípios da da Região Metropolitana	8,9	14,4	16,0

Fonte: Censo Industrial do Brasil, vol. IV, 1970. Rio de Janeiro, FIBGE, 1974.
Tabulação RAIS, 1988. Brasília, Ministério do Trabalho, mimeo, s/d.

Em relação ao Interior, é a Região Administrativa de Campinas que se destaca. Neste período esta região consolidou, ainda mais, a importância de seu

31) Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, FIBGE, 1986.

centro têxtil, conforme pode ser verificado na tabela abaixo.

TABELA V
ESTADO DE SÃO PAULO - INTERIOR
INDUSTRIA TEXTIL - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
1970-1988 (%)

Regiões Administrativas do Interior	Anos		
	1970	1980	1988
Região de Campinas	79,5	75,1	74,5
Região de Sorocaba	10,1	10,0	9,2
Região do Vale do Paraíba	5,1	5,6	4,6
Demais Regiões do Interior (*)	14,3	9,4	4,7

(*) Inclui o Litoral.

Fonte: Censo Industrial do Brasil, vol. IV, 1970. Rio de Janeiro, FIBGE, 1974.

Censo Industrial do Brasil, vol. IV, 1980. Rio de Janeiro, FIBGE, 1984.

Tabulação RAIS, 1988. Brasília, Ministério do Trabalho, mimeo, s/d.

Comparando-se o número relativo de estabelecimentos têxteis da Região Metropolitana e do Interior, houve pouca alteração ao longo deste dezoito anos.

(32) No entanto, se atermos para os dados apresentados na tabela seguinte - dizendo respeito ao número de empregos na indústria têxtil -, torna-se clara a importância relativa

32) Em 1970 a Região Metropolitana concentrava 54,4% do número de estabelecimentos têxteis, enquanto o Interior concentrava 45%. Em 1980, a primeira região respondeu por 55,2%, ficando o Interior com a cifra de 44,8%. Cf. Censos Industriais do Estado de São Paulo, 1970 e 1980. Rio de Janeiro, FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1974, 1984.

que a indústria têxtil do Interior vem tendo no conjunto do Estado.

TABELA VI
ESTADO DE SÃO PAULO
NÚMERO DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA TÊXTEL
1982/1988

	1982		1988	
	Valor Absoluto	(%)	Valor Absoluto	(%)
Região Metropolitana	99 780	56,3	105 371	51,7
Interior	77 369	43,7	98 253	48,3
Estado de São Paulo	177 149	100,0	203 624	100,0

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, São Paulo, SEADE, 1984.
Tabulação RAIS, 1988. Brasília, Ministério do Trabalho, Ciseo, s/d.

Uma primeira aproximação à problemática da reestruturação industrial do Estado de São Paulo, particularmente referenciada na indústria têxtil - pouco considerada nas análises sobre as transformações recentes -, indica que a chamada industrialização do Interior se constitui numa realidade que não pode ser generalizada para todo o Interior do Estado. Esta industrialização circunscreve-se num raio de 150 km a partir da Capital, indo além desta distância ao longo dos principais eixos rodoviários, o que reafirma a histórica concentração da indústria do Interior nesta região.

Esta constatação nos levou a indagar sobre a pertinência das perspectivas que interpretam esta problemática como descentralização industrial, interiorização da indústria ou entorno metropolitano. São estas perspectivas que procuraremos discutir no próximo capítulo.

1.3 O PRIMADO METROPOLITANO.

Em São Paulo, a implantação de indústrias na Capital é histórica e foi objeto de estudo de muitas pesquisas, apresentando resultados praticamente consensuais à respeito da sua concentração econômica e geográfica. Recentemente parece ser maior a preocupação com a análise da implantação industrial nos arredores da Capital. As conclusões destas análises, diferentemente, não tem resultado em consenso, apresentando interpretações as mais diversas para a distribuição espacial da indústria e sua reestruturação.

De certo modo, o consenso ou a falta dele parecem revelar problemas. Mesmo as interpretações consensuais a respeito da concentração industrial e urbana no município de São Paulo, parecem se prender mais a uma fraqueza, do que um rigor metodológico, pois analisam a Capital como um ponto sem considerarem a problemática do espaço. No caso da análise da dispersão das atividades econômicas, a problemática do espaço se impõe. Neste caso, a falta de consenso parece advir do fato de que a redução a

um ponto ou pluralidade de pontos perde qualquer sentido, tornando imperativa a consideração da análise do espaço que coloca questões teóricas e metodológicas que não podem ser negligenciadas. (1)

Partilhamos da idéia de que a problemática do espaço se impõem diante das transformações modernas, que pela sua instantaneidade e universalidade, como assinala Milton Santos, desmantelam o espaço anterior e constituem um fator de dispersão que se opõe aos antigos mecanismos de concentração. "Certamente, a organização do espaço pode ser definida como o resultado do equilíbrio entre os fatores de dispersão e de concentração em um momento dado na história do espaço." (SANTOS: 1985; 29) Neste sentido, é que estes dois elementos fundamentais à problemática do espaço - concentração e dispersão - podem ser considerados como elementos fundamentais da recente reestruturação do Estado de São Paulo. Vale sugerir que no desenvolvimento urbano-industrial do Estado, segundo as particularidades dos contextos históricos, estes processos tornam cada um daqueles elementos, ora estruturante, ora, estruturado.

Antecipando a discussão e a título de mero

1) Pierre Dockés afirma que os "économistes qui négligent l'espace raisonnent comme si tous les phénomènes se déroulaient en un seul point. L'analyse devient spatiale dès que l'on considère deux points. Alors s'introduit la notion de distance. Et lorsqu'on fait intervenir trois points apparaît cette deuxième notion spatiale fondamentale, la notion d'aire." (DOCKES: 1969; 10)

exemplo, tomemos as análises sobre a concentração da indústria na Capital, que como apontamos, tem interpretações bastante concensuais: a concentração industrial se desenvolveu ao longo do tempo, estruturando a Capital. Porém, atualmente, embora ainda se coloque como elemento estruturador do espaço da Capital, há modificações face a outros elementos, em particular, dado o fortalecimento dos mecanismos de dispersão, os mais diversos, que reestruturam o espaço urbano-industrial paulista; tais como, preço da terra, organização sindical dos trabalhadores, restrições ambientais.

Quanto às interpretações dizendo respeito a implantação mais dispersa das atividades econômicas, sobretudo na chamada Região do Entorno Metropolitano, embora as conclusões sejam menos consensuais, são referidas constantemente como um processo de descentralização industrial. Esta linha interpretativa, embora mencionada com frequência, vale repetir, não tem se constituído num consenso explicativo e apresenta problemas que pretendemos discutir.

Formulada originariamente no âmbito das políticas do governo estadual e de órgãos de representação do empresariado industrial, como indicamos anteriormente, encontra nos próprios documentos oficiais suas primeiras controvérsias. Talvez seja esta origem a razão, tanto de

sua persistência, como de sua lenta alteração. Esta perspectiva de interpretação da dispersão das atividades econômicas foi se transformando à medida que assumida por pesquisadores e técnicos de planejamento, que discordando em manter um discurso apenas legitimador da política industrial, confrontavam esta interpretação com o processo real de industrialização. (2)

Consideramos relevante a discussão desta perspectiva de interpretação porque, segundo nosso ponto de vista, a consolidação da dispersão de indústrias a partir da Capital é apenas uma aparente descentralização industrial, pois o fortalecimento desta implantação industrial no entorno da Região Metropolitana de São Paulo, significa e, ao mesmo tempo acompanha, um processo de concentração e centralização das atividades econômicas. A medida que se

2) Algumas formulações apontam o "paradoxo da descentralização industrial", tanto a nível estadual, como federal. Apesar do discurso das políticas governamentais, o interior de São Paulo se tornou o segundo parque industrial do país. à frente, portanto, de muitas unidades da federação. "O governo federal, fugindo ao enfrentamento dos graves problemas decorrentes da concentração urbana, propugnou pela descentralização industrial, incentivando investimentos industriais nas demais regiões brasileiras - em especial no Nordeste - contribuindo, dessa forma, para a redução do peso relativo do Estado de São Paulo no total da indústria nacional. No entanto, contraditoriamente, foi obrigado, pela própria natureza do capitalismo industrial, a incentivar e estimular investimentos neste Estado. Além disso, precisou implantar diretamente pesados investimentos que, de fato, promoveram uma 'descentralização' industrial em São Paulo, não apenas no sentido de São Paulo demais Estados mas, sobretudo, no sentido Metrôpole-Interior paulista, contribuindo significativamente para que o Interior de São Paulo concentrasse, em 1980, um quinto do valor da transformação industrial brasileira." (SEADE: 1988a; 18)

consolida a dispersão da indústria ao redor da Capital, o processo de concentração aparece descaracterizado dada a aparência menos densa de uma aglomeração em escala ainda maior. A nosso ver, o processo de concentração passa a ser obscurecido porque é apreendido como descentralização industrial; assim capta-se o processo como se fosse mero entorno ou transbordamento da Capital, ficando o caráter concentracionista do processo sócio-espacial, encoberto.

Se contrapormos a perspectiva de descentralização industrial à idéia de reforço da metropolização, proposta por Fany Davidovich, este recobrimento do caráter concentracionista do processo sócio-espacial, fica evidenciado. Analisando as tendências das transformações recentes do quadro urbano brasileiro, a autora considera que a reestruturação do espaço urbano tende a reforçar o circuito de metropolização subvertendo a rede urbana. "A repartição relativamente homogênea de equipamentos urbanos e a facilidade de acesso à metrópole contribuem para romper a organização anterior baseada em centros dotados de hierarquia escalonada e de correspondentes áreas tributárias.

Considera-se, assim, que a desconcentração de indústrias de bens de capital e intermediários para o entorno da região metropolitana de São Paulo explica, certamente, a taxa anual de crescimento geométrico mais

elevada em Americana (7,4%), Campiñas (6,3%), São José dos Campos (5,2%), do que na metrópole (4,4%) entre 1970 e 1980. Criam-se, deste modo, complementariedades numa região de múltiplos aglomerados urbanos, a região polinucleada." (DAVIDOVICH: 1987; 15)

Nesta interpretação de Fany Davidovich, a idéia de descentralização é esquecida. Por isso nossa perspectiva se aproxima bastante da linha interpretativa desta autora. A partir de uma crítica à idéia de descentralização industrial pretendemos demonstrar que esta nova configuração do espaço paulista manifesta uma forma de metrópole, ampliada e expandida, resultante espacial de um processo de desconcentração e não de descentralização da indústria paulista em escala regional.

Tal processo de desconcentração, que se distingue do processo de descentralização, exacerba a tensão entre os elementos estruturadores do espaço - a concentração e dispersão -, reforçando regionalmente a aglomeração metropolitana, a qual chamamos provisoriamente de metrópole desconcentrada. Neste sentido, nos contrapomos às perspectivas que interpretam o crescimento relativamente maior do número de indústrias no Interior e na Região Metropolitana do que na Capital, como descentralização industrial, interiorização da indústria ou industrialização do Interior. Consideramos que tais perspectivas resultam da

não compreensão da tensão entre aqueles elementos estruturadores do espaço que consolidam a implantação industrial, o que acaba por obscurecer as relações sócio-espaciais que configuram o caráter de concentração regional da aglomeração metropolitana.

Estas relações, ao tecerem a concentração e dispersão das atividades, recriando e desconcentrando a metrópole, é que caracterizam o processo de reestruturação urbano-industrial ao qual temos nos referido neste trabalho. A metrópole desconcentrada é processo e produto do desenvolvimento desigual que ao diferenciar espaços ao mesmo tempo tende a homogeneizá-los. Convém lembrar que a metrópole se desenvolve se adensando, verticalizando, extendendo e expandindo; porisso tendo pouco a ver com os limites administrativos, e muito com a constituição de um conteúdo que a define como espaço metropolitano. Este conteúdo se concretiza na aglomeração metropolitana pela difusão das condições gerais de reprodução, tanto materiais como sociais. A possibilidade desta homogeneização é a virtualidade de consolidação da primazia da metrópole. (3)

Em si mesmo, o primado metropolitano, este

3) No desenvolvimento das condições gerais de reprodução há uma íntima relação entre a ação do Estado e a socialização das forças produtivas e relações de produção. Esta problemática apresenta-se bastante desenvolvida na literatura francesa inspirada em Marx. A título de exemplo, lembramos Jean Lojkine, *Le Marxisme L'Etat et la Question Urbaine*. Paris, PUF, 1977 e as várias obras de Henri Léfèbvre sobre o urbano.

reforço da metropolização, não significa apenas igualdade, mas também, diferença, na medida que se gestam hierarquias nesta homogeneização que resituam as várias cidades da metropole desconcentrada. A não compreensão destas novas relações socio-espaciais conduz não só a uma interpretação que equaliza, divide e contrapõe o espaço da Capital ao do seu em torno, como também concebe o processo em andamento apenas em termos de descentralização. São Paulo, o centro industrial, aparece em contraposição ao seu em torno que se industrializa, eis a questão falseada.

Portanto, apenas renomear o processo trocando a palavra descentralização por desconcentração industrial, como muitas vezes ocorre, não resolve o falseamento da questão. Este procedimento nominativo acaba por manter um enfoque descritivo e reducionista no estudo das transformações urbanas e industriais. Todavia, cabe ressaltar, a idéia de desconcentração é importante para sugerir o reforço da metropolização, mas é insuficiente para explicar as bases do primado metropolitano

A reestruturação do espaço urbano-industrial tensionada pelos elementos de concentração e dispersão, manifestada na metrópole desconcentrada, é um processo que desconcentra diferenciando e homogeneizando. Mas não se pode falar que descentraliza, pois o controle do processo de valorização do capital, que é o que realmente interessa na

relocação industrial se concentra e se centraliza ainda mais. Numa concentração e centralização que, como veremos, ocorre tanto socialmente, como espacialmente. O fato é que a reprodução do capital, adiantando nossas considerações, ocorre dispersando as unidades produtivas, mas centralizando a decisão, o investimento e, principalmente, o excedente econômico. Este é o significado que damos à reestruturação urbano-industrial, um produto de mudanças e um processo de desconcentração sócio-espacial face à situação mundial e às dificuldades econômicas atuais (4)

Nossa perspectiva é de que a implantação industrial fora da Capital, em grande parte nos municípios próximos aos principais eixos rodoviários, não assume o significado de uma descentralização. Partilhamos da idéia de que a "decisão, o poder de mando, o efeito catalizador, o ambiente inovador, os serviços essenciais de ordem superior, esses continuam concentrados na Grande Metrópole." (AZZONI: 1987; 9) Em outros termos, a decisão e controle do processo de valorização do capital não só continuam concentrados social e espacialmente, como são reiteradamente reforçados.

Convém acrescentar que o primado metropolitano não se rompe porque não há novas atividades - ou setores, segundo terminologia de Michel Stoper (1990) -

4) "Desconcentration is both a product of contemporary changes and a process of sociospatial organization which reacts back on the other processes." (GOTTDIENER: 1988; 230)

capazes de "criar sua própria trilha geográfica" e porque nem a maturidade tecnológica da produção é capaz de induzir ao crescimento de novos centros. (5) O primado persiste porque é reiterado por um processo de desconcentração industrial em escala regional da Região Metropolitana, concomitante a uma crescente especialização das atividades terciárias superiores na Capital.

A nosso ver o processo de desconcentração industrial em escala regional, recriando a aglomeração metropolitana, é, ao mesmo tempo, homogeneizador e diferenciador do espaço, em outras palavras, homogeneiza mas, também, produz e recria diferenças. A Capital e seu em torno se vem, em certa medida, homogeneizados pela atividade industrial, mas, concomitantemente, a especialização das atividades terciárias na Capital a distingue do seu em

5) A ideia de trilha geográfica é de Michael Storper que considera que quando "aparecem novos setores abre-se em consequência uma 'janela de oportunidade locacional,' e então novos centros de crescimento geográfico tornam-se aptos a surgir..." Esta colocação nos induz a dar um primeiro passo que nos aproxima da maneira como Storper coloca a questão do primado metropolitano, quando discute a industrialização e o problema regional em países como o Brasil. Segundo este autor, "onde a expansão macroeconômica é atrofiada pela armadilha da baixa renda da classe trabalhadora... a dinâmica da sucessão setorial corre o risco de ser severamente retardada. Este é inclusive, o caso do Brasil, que está entre as mais dinâmicas economias industriais do Terceiro Mundo. A sucessão setorial e o crescimento na escala de produção têm sido insuficientes para induzir economias de aglomeração substanciais em São Paulo, por um lado, e para tornar possível a criação de novos centros de crescimento, por outro. O fracasso na obtenção de maior dispersão regional do desenvolvimento industrial é então atribuível diretamente às limitações internas do próprio modelo de desenvolvimento...". (STORPER: 1990; 129)

torno.

"Enquanto o peso relativo do Estado no setor terciário se reduz em termos nacionais, a Capital tende sistematicamente a reforçar sua importância, atingindo 24% da população economicamente ativa do setor terciário nacional e cerca de 70% da paulista, em 1985." (BRANT: 1989; 29) Assim, na Capital, a "concentração do capital financeiro, do comércio e dos serviços estabelece uma relação distinta daquela que era determinada pela concentração industrial. A superioridade de São Paulo é agora representada pelo financiamento e pela coordenação das atividades produtivas." (BRANT: 1989; 33) Nesta dialética homogeneizadora do desenvolvimento capitalista, sociedade e espaço se reproduzem desigualmente.

Neste processo de reprodução, que ao mesmo tempo, tende a ser homogeneizador e diferenciador, a concentração geográfica da produção industrial é a que mais chama atenção pelo evidente paradoxo do contraste impresso na riqueza e miséria na metrópole. Tal contraste resulta de problemas complexos do desenvolvimento que assumem diferentes formas, que foram classificadas por Henrique Rattner (1972), de setoriais, regionais e sociais, como invariável consequência da extrema concentração do progresso técnico. (6)

6) Cf. RATTNER: 1972; 60-61.

Preocupado com a concentração econômica, como expressão das distorções do processo de produção capitalista, o desenvolvimento urbano-industrial ao redor do município de São Paulo foi tema de pesquisa de Henrique Rattner. Pesquisou vinte municípios, incluindo a Capital, e chamou o conjunto destes municípios de área metropolitana paulista. Segundo sua análise, o fato destes municípios apresentarem um desenvolvimento industrial, comercial e financeiro expressivo é "que tornou esta área num fator dinâmico do desenvolvimento econômico, não somente nos limites do Estado mas, por sua capacidade de produção, seu potencial humano e sua contribuição ao erário estadual e federal, para o País como um todo. A esta área que congrega quase 50% da população do Estado e mais de 3/4 de suas riquezas, podemos aplicar o conceito de 'metrópole'..." (RATTNER: 1972; 4-5) (7)

A área metropolitana indicada por Henrique Rattner, muito se assemelha a que outros, subtraindo-se a Região Metropolitana, tem chamado Interior I, como nas análises do BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. (8) A principal diferença é que o limite da área

7) Os municípios apontados por Henrique Rattner são: Americana, Araras, Campinas, Cubatão, Guarulhos, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Mauá, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Santa Bárbara D'Oeste, Santo André, Santos São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba e Taubaté. (RATTNER: 1972; 6)

8) Na formulação do BADESC, é considerado Interior I a região que abrange os municípios mais próximos da Capital e os próximos à via Anhanguera, atingindo os limites do Estado, o mesmo acontecendo em relação ao eixo da Dutra. As

metropolitana, para o primeiro, é, em direção à via Dutra, o município de Taubaté, e em direção à via Anhanguera, o de Araras; enquanto que para o segundo, o Interior I se estende nestes eixos rodoviários até os limites do Estado. O que importa extrairmos destas delimitações de área é o fato de que ambas colocam, mesmo que não explicitamente, a questão da tendência à homogeneização do espaço que, como vimos, incorpora uma diminuição relativa da importância da indústria na Capital e uma desconcentração da metrópole.

Convém destacar que neste processo o espaço metropolitano, tanto incorpora aspectos positivos, como negativos ao processo de valorização do capital. Como já indicamos, facilidades creditícias e isenções fiscais das prefeituras podem tornar um determinado município estimulante para a implantação industrial. Tanto quanto o congestionamento metropolitano pode se constituir em um aspecto negativo para a localização industrial. Portanto, esclarecemos que a disparidade espacial tem significados diferentes e, nem sempre, tomam o mesmo sentido na reprodução social.

Em outros termos, as desigualdades espaciais podem ter um sentido positivo ou negativo, sentido este, que tem uma temporalidade. A metrópole desconcentrada consolida a ampliação das condições gerais de reprodução que áreas restantes do Estado é considerada como Interior II, com exceção do Litoral. (CF. BADESP: s/d; 137)

contrarresta os efeitos negativos das chamadas deseconomias de escala pela descompressão e, ao mesmo tempo, garante as chamadas economias de escala. Ou seja, através da desconcentração da metrópole, expandem-se os efeitos úteis da aglomeração e potencializam-se as condições gerais de produção.

Através da desconcentração da metrópole que se amplia e da expansão e concentração das condições gerais de produção, é que se realiza a implantação de indústrias ao redor da Capital se estendendo pelas regiões de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos. Regiões que desde a década de 20 concentravam a maior parte das indústrias do interior paulista. Regiões que num certo sentido coincidem, mas não por acaso, com a área metropolitana definida por Henrique Rattner (1972) e com a estabelecida como Interior I pelo Comitê de Coordenação Financeira da Política de Industrialização do Estado de São Paulo, do BADESCF.

Acreditamos que a não compreensão da unidade dos processos urbano e industrial preside as interpretações que apreendem o crescimento relativamente maior do número de indústrias no interior e dos municípios da região metropolitana - salvo a Capital-, como dispersão da indústria, como descentralização, interiorização da indústria, ou mesmo, como reversão da polarização. A nosso ver descentralização e interiorização, tratam apenas, e tão

somente, de uma aparência do processo de concentração urbana que se amplia ou exacerba.

Uma questão semântica sobre o termo descentralização pode se constituir numa primeira indagação de como denominar o processo em discussão. Cabe lembrar que o prefixo da palavra descentralizar significa negação. Descentralizar quer dizer "afastar do centro." Todavia, esta palavra tem sido empregada com um duplo sentido: o de afastar do centro e o de transferir. O fato da Capital ter um crescimento menor do número de indústrias, que seu entorno, permite supor a ocorrência de transferências; porém, se em alguns casos pode ter havido, nem por isso se constitui regra geral. Esta denominação do processo que estamos discutindo, confunde indústrias que deixam de se localizar na Capital com indústrias que são transferidas daí.

O crescimento e transformação da estrutura industrial da Região Metropolitana e do Interior, muitas vezes tem sido interpretado como um simples processo de mudança locacional da indústria. Como decorrência, se considera o crescimento relativamente maior do número de indústrias no interior e em municípios menos industrializados da região metropolitana, como um processo de reversão de polarização. A nosso ver esta teoria deve ser colocada em seus devidos termos. Segundo interpretação de Carlos Roberto Azzoni (1985), Richardson denominou de

reversão de polarização o momento em que as tendências da polarização espacial cedem lugar a um processo de dispersão que extrapola à região central. ⁹⁾ Esta foi a teoria que inspirou o trabalho de Townroe e Keen (1984) quando analisaram o crescimento industrial do interior paulista. Em sua análise concluíram que na década de 70 se iniciou um processo de reversão da polarização em São Paulo. ¹⁰⁾

Discutindo o mesmo tema, Carlos Roberto Azzoni chegou a conclusão diferente. Discordando da idéia de reversão da polarização sua análise indica que "o desenvolvimento observado em São Paulo, notadamente em um raio de 150 quilômetros em torno de sua capital, guarda estreita dependência em relação a essa área central... Apesar das limitações da base empírica disponível, há claros indícios de que existe uma dependência das empresas situadas nesse perímetro, de serviços providos no centro, o que caracteriza um processo de espraçamento das unidades produtivas sem grande dependência das economias da urbanização providas localmente, a região substituiria a cidade nessa tarefa." (AZZONI: 1985; 220)

Conclui enfatizando que "as evidências indicam que, longe de constituir-se em um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria

9) Cf. AZZONI: 1985; 19.

10) P. M. TOWNROE & D. KEEN, "Polarization Reversal in the State of São Paulo, Brazil" Regional Studies, vol. 18, 1984, pp. 45-54.

mais próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do país, em um processo do tipo de 'desconcentração concentrada'. Seria aproximadamente um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas possibilidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo, para a separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial." (AZZONI: 1985; 221)

Aflora, em sua argumentação, a problemática do desenvolvimento tecnológico relacionado à organização do espaço industrial paulista. Neste sentido, compartilha das colocações de Milton Santos (1985) apresentadas logo no início deste capítulo. A relação entre técnica e espaço, para a qual chama atenção este autor, é a chave para a concepção de que o momento atual constitui o período técnico-científico, em que ocorre "como nunca antes, a possibilidade de dissociação geográfica de atividades." (SANTOS: 1985; 28)

Nesta perspectiva, a crescente implantação da indústria em torno da Capital pode significar a realização desta mobilidade tornada possível pelas novas técnicas. Trata-se de uma desconcentração porque não ocorre um afastamento do centro, como já indicamos, e porque o que se realiza é um espraiamento historicamente tornado possível pela tecnologia, principalmente por aquelas capazes de processar e explorar informações. Estamos de acordo com a

posição de Eric Meyer (1972) que afirma que o desenvolvimento de novas tecnologias "torna possível um aumento da concentração do poder de comandar", (11)

Uma das possibilidades oferecidas pela tecnologia na concentração do poder de comandar, diz respeito à lógica da mobilidade espacial do capital. A configuração da metrópole "deste tempo" - metrópole desconcentrada - significa uma reestruturação do espaço que aponta possibilidades estratégicas para a reprodução ampliada do capital. Embora a lógica desta reestruturação seja homogeneizadora, não é demais repetir, produz novas desigualdades. E preciso considerar que o processo de homogeneização do capital na sua forma de realização embute, nele mesmo, uma maneira de diferenciar. Por isso, a mobilidade do capital ao reproduzir, nos diversos lugares, as condições gerais de produção necessárias à sua reprodução, os homogeneiza reproduzindo a concentração de trabalhadores, a infra-estrutura urbana necessária à produção, o adensamento da construção. Produz novas desigualdades e altera as existentes, que passam a constituir novas virtualidades desta lógica homogeneizadora.

11) Segundo Eric Meyer (1972), "o desenvolvimento de novas técnicas de processar e explorar a informação torna possível um aumento da concentração do poder de comandar e, em consequência, um mais irresistível impacto de forças externas; nesse processo, a multiplicação de estruturas financeiras com dimensões internacionais joga um papel decisivo." (apud SANTOS: 1985; 29)

Devido ao movimento contraditório deste processo de homogeneização, é que podemos dizer que a metrópole concentra e aparece contrastando, cada vez mais, com o resto do país. Quando Milton Santos (1985) discute a noção de região, indica a necessidade de se reconhecer as classes sociais, o papel do Estado e as novas relações 'internas' e 'externas' que se estabelecessem. Segundo seu ponto de vista, "a internacionalização da divisão internacional do trabalho acelera a divisão interna do trabalho, a criação dos valores de troca, a especialização mercantil dos subespaços, ao mesmo tempo em que o processo de centralização (econômico e geográfico) se reduz a áreas limitadas, de tal forma que o resto do país, graças também às novas condições dos transportes e comunicações, deve manter relações obrigatórias e assimétricas com o 'centro' assim reforçado ou criado. Do ponto de vista dos fluxos de mercadorias, o país inteiro se torna a região de seu centro." (grifo nosso) (SANTOS: 1985; 65)

A metrópole paulista afirma-se, cada vez mais, como a região central do país apesar do dinamismo global da tendência à homogeneização das condições gerais de produção. Com este significado é que na reiteração do primado metropolitano as desigualdades espaciais do Estado de São Paulo tomam um novo conteúdo. As decisões comerciais, o controle da produção e as decisões de investimento, por exemplo, estabelecem-se, em grande parte e

reiteradamente, a partir desta metrópole, elo privilegiado da intermediação do local e do internacional.

Trata-se, do ponto de vista da transformação industrial, como bem assinalou Carlos Alberto Azzoni (1985), de uma desconcentração concentrada. Próximo deste sentido situa-se uma outra linha interpretativa, que sem descartar a idéia de descentralização industrial, como diretriz de análise, mantém e reitera a idéia do primado metropolitano. Nesta proposição, embora entendendo o processo industrial na perspectiva da descentralização industrial, não toma como referência de análise o interior e nem a idéia de industrialização do interior ou de interiorização da indústria. Por ser um foco de análise situado no centro da metrópole e imbuído da idéia de descentralização, propõe a interpretação de "transbordamento metropolitano".

Este ponto de vista traz explicitado a conotação de limite espacial e, neste sentido, ele torna transparente a noção de fronteira, tanto quanto a perspectiva que formula a idéia de industrialização do interior ou de interiorização da indústria. Ressaltamos que quando se pensa o processo urbano-industrial como transbordamento ou como interiorização, o extravazamento de um limite fixo está posto e é isto que questionamos: a idéia de um espaço delimitado *a priori*.

Como argumentamos no primeiro capítulo, as direções e os lugares são historicamente determinados, tanto quanto, por exemplo, os limites e fronteiras. A nosso ver a delimitação *a priori* - tanto no caso da metrópole, como no do interior -, tende a fixar o processo espacial retirando toda a historicidade destas delimitações. Esta coisificação do processo social se torna mais aguda e determinante quando o próprio espaço, usado descritivamente, serve para delimitar e explicar a transformação industrial. Por exemplo, na linha interpretativa que propõe a idéia de interiorização da indústria, a mudança de lugar da produção - o deslocamento para o interior - aparece como explicação, quando na verdade, se constitui num mero descritor da reorganização do espaço.

É conveniente lembrar que o problema não está no caráter descritivo das interpretações, mas na coisificação que se estabelece. Assume-se como ponto de partida "a evidência de que a desconcentração industrial não resulta da perda do poder de atração dos grandes centros urbanos, mas da maior flexibilidade de localização resultante da extensão territorial deste poder, no qual novos papéis são reservados para cada unidade espacial... Fruto de inovações tecnológicas e gerenciais, essa flexibilidade se amplia na medida em que a área de produção pode distanciar-se do centro de decisões, da gestão administrativa e financeira e da prestação de serviços

especializados." (SEMPLA: 1990; 22) Nesta proposição há a consideração da relação dos processos espaciais e sociais. O urbano e o industrial emergem como uma unidade em transformação: localização e inovação aparecem relacionados. Neste sentido, a nosso ver, se constitui numa proposição mais abrangente do que a de interiorização da indústria, que limita-se a uma idéia de congestionamento do espaço ou de deseconomias urbanas forçando mudanças de localização, sem atentar para transformações de cunho propriamente industrial.

Como o nosso ponto de vista é de que a desconcentração metropolitana manifesta uma reestruturação urbano-industrial, processo e produto de uma intensificação da centralização e concentração social e espacial das atividades produtivas, nossa crítica a idéia de transbordamento pode ser reduzida ao que chamamos coisificação do espaço.

Entendemos que na reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo, a conurbação de cidades, o crescimento relativamente menor de algumas ou, exacerbado de outras - como, por exemplo, o grande crescimento de Campinas -, não significam processos autônomos de metropolização. Ao contrário, são manifestações constitutivas da expansão metropolitana paulista, que se configura numa "macro-metrópole" que é reforçada e, não

negada, pela dispersão. Nesse sentido podemos concordar com a descrição de expansão urbana em mancha: "A mancha urbana agiganta-se, conformando uma mega-metrópole,..." (SEMPLA: 1990; 24)

Distanciamo-nos do entendimento de que "um pólo de atração, o grande centro passa a configurar um campo aglomerativo" (SEMPLA: 1990; 22). Embora a troca de nomes, de "pólo" para "campo", permita incorporar a idéia de dispersão, insistimos, novamente, que a simples mudança do nome não resolve teoricamente a questão da reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo. Diríamos, a mudança semântica mostra que se percebe o processo, mas, contudo, este não é explicado; ou melhor dizendo, tal mudança de linguagem não permite apreender as características deste processo. Todavia, inequivocamente, ela foi sentida e diríamos que encontra acertadamente os elementos para entendimento do seu equilíbrio ao nível do processo espacial, na concentração e dispersão. Mas, não pode explicar e nem ser transposta para caracterizar o processo de imensa centralização social do capital, da decisão, da informação, dos lucros e das rendas, que se constituem no cerne da recente reestruturação urbano-industrial de São Paulo.

Assim, por toda metrópole desconcentrada, não por coincidência, próxima à área metropolitana proposta por

Rattner (1972). se reproduzem as mesmas contradições e penúrias urbanas da capital: degradação do meio ambiente, poluição ambiental, problemas de transportes, saúde, educação, saneamento, delinquência, moradia, crescimento de favelas e, sobretudo, desemprego.

A reestruturação urbano-industrial do Estado reproduz as mesmas inópias da Capital. Do ponto de vista urbano homogeneiza desigualdades, ampliando a produção das condições gerais. Do ponto de vista econômico diferencia a homogeneização que se manifesta no crescimento diferenciado do número de indústrias em torno da Capital. No entanto, esta industrialização mais dispersiva e desigual, a nosso ver, se constitui na maneira aparente com que a centralização e concentração do capital se manifestam na homogeneização e sua reprodução social.

Como será discutido nos capítulos posteriores, estes processos tendem a se aprofundar nos momentos em que as possibilidades de expansão econômica e industrial são mais reduzidas. Particularmente em relação à referência do nosso estudo; ou seja, em relação à indústria têxtil paulista, os processos de concentração e centralização do capital se tornaram mais agudos face ao comprometimento das possibilidades de expansão industrial das últimas décadas, que diante da restrição do mercado interno, consolidou a alternativa do mercado externo,

tornando imperativa a necessidade de modernização do setor como alternativa à reprodução do capital. Resumidamente, mercado externo e inovação tecnológica se constituíram em aspectos fundamentais para contrarrestar o estreitamento do mercado interno.

Interessa-nos discutir as estratégias de produção para o mercado externo e a necessidade imperiosa de modernização da indústria têxtil, enquanto continuidade e ruptura da reprodução do capital e de seu espaço. Questões que serão desenvolvidas a seguir. Estas estratégias envolvidas no processo de valorização do capital desenvolvem, mais e mais, instrumentos e meios de concentração e centralização da produção industrial, bem como, uma "desconcentração-concentração" da atividade industrial no espaço, que serão objeto de discussão na parte final deste trabalho.

TECENDO CONTEXTOS E CONFLITOS

2 TECENDO CONTEXTOS E CONFLITOS.

Nesta parte do trabalho, buscamos discutir a relação entre a realocização da produção industrial, como estratégia de valorização do capital, e as políticas governamentais recentes, com o intuito de estabelecer parâmetros necessários à compreensão da reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo.

Tendo como referência a indústria têxtil, procuramos mostrar como tais políticas têm atendido às estratégias de reprodução do grande capital e reiterado os processos de concentração e centralização do capital. Muito embora essas políticas apresentem um discurso descentralizador, acabam logo se mostrando pura intenção e aparência. Intenções e discursos governamentais que assumidos em análises fundadas na perspectiva da descentralização industrial, se mostram reificadas, obscurecendo a compreensão da realidade dos processos, em nível espacial, a da desconcentração e, em nível social, a da centralização.

Nesta parte, inicialmente discutimos as políticas de descentralização industrial veiculadas através das propostas de desenvolvimento regional, em que o mito da industrialização, como apanágio do desenvolvimento estava posto. Esta discussão procura demonstrar o papel da política de desenvolvimento regional enquanto política explicitamente descentralizadora, indicando que a despeito do seu discurso salvacionista e de redução das disparidades regionais, se constituíram em instrumentos mobilizadores de capitais do Centro-Sul para o Nordeste. Em outros termos, estas políticas comportaram estratégias para a realização da hegemonia do grande capital, cujo controle do processo de valorização, em sua maioria, se localiza em São Paulo e, neste sentido, se constituíram em mecanismos de concentração e centralização da reprodução do capital.

Em seguida, mostrando o ocaso destas políticas, no contexto do desenvolvimento da internacionalização da economia, discutimos a ênfase dada às exportações de manufaturados com o intuito de demonstrar que a intervenção estatal, quer enfatizando as políticas de desenvolvimento regional ou enfatizando a política exportadora, manteve um discurso de descentralização industrial. É claro que uma discussão ampla dessas políticas, tanto a de desenvolvimento regional, como explicitamente a de exportação, abarca uma gama enorme de aspectos distantes da problemática da reestruturação urbana-

industrial do Estado de São Paulo. Ao discutí-las, nosso intuito é apenas de estampar os contextos e conflitos que permitam estabelecer parâmetros globais que possibilitem situar a reestruturação urbano-industrial.

Esses parâmetros norteadores desta reestruturação, a integração produtiva do território nacional e a exportação de manufaturados, envolvem uma política de modernização industrial. De um lado, afloram conflitos de interesses relativos à produção têxtil envolvendo a obtenção de incentivos, subsídios, facilidades e privilégios protecionistas. De outro, dada a pertinência para a indústria têxtil, se conflitavam interesses de empresários têxteis face aos produtores de algodão e aos produtores de máquinas têxteis. Discutiremos estes conflitos, não com o objetivo de detalhar tema de conhecida amplitude, mas apenas com o propósito de apontar interesses que envolvem esta produção e, neste sentido, ultrapassamos a concepção restrita de indústria, para situar a discussão mais no âmbito da idéia de complexo industrial, um posicionamento mais adequado para o estudo da reestruturação.

Assim, nesta parte do trabalho procuramos demonstrar que embora a tônica do discurso da política estatal se modifique significativamente, a característica da industrialização brasileira, de combinar alta concentração

espacial e social do capital, se mantém relativamente estável apesar do discurso de descentralização industrial.

Nesta relativa estabilidade do movimento de concentração do capital, ou seja, em sua persistência, talvez resida, como veremos, a questão principal das desigualdades sociais e espaciais do país. O encobrimento do caráter concentrador e centralizador do capital se constitui na base ideológica que tem tomado a realocização da indústria fora do centro metropolitano, como um processo de descentralização industrial. Tomando a descentralização como uma representação do processo real, esta perspectiva, de certa maneira, identifica a forma material - dispersão das atividades econômicas - com sua forma social, obscurecendo a compreensão do processo social que é centralizador e concentrador.

2.1 A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO.

As políticas de descentralização industrial, tanto estaduais, como vimos, como federais, que iremos tratar neste capítulo, têm se constituído - com maior ou menor relevância - partes integrantes das aspirações empresariais paulistas desde os fins dos anos 50. ⁽¹⁾ Por motivos que veremos mais adiante, desde essa época o discurso político do governo federal tem incorporado a questão da descentralização industrial como importante para a integração econômica nacional.

Esta integração, denominada de integração produtiva nacional, por Wilson Cano e Leonardo Guimarães Neto (1986) veio se somar à integração mercantil nacional consolidada a partir de 1930. Como é sabido, desde essa década, dada a centralização institucional e fiscal do governo federal - significando, principalmente a abolição de impostos estaduais e municipais e a perda do poder dos

1) "A ênfase à descentralização industrial da capital paulista, constante nas aspirações empresariais já em fins dos anos 50 e praticamente em todos os planos governamentais a partir de meados da década de 60, acabou sendo iniciada finalmente na década de 70, conforme os dados censitários de 1980." (SCHIFFER: 1989; 130)

Estados legislarem sobre o comércio exterior e interno - os mercados regionais do país foram crescentemente integrados. Mercadorias de São Paulo se fizeram mais presentes em todo o território nacional. Daí a denominação de integração mercantil nacional. O resultado desta integração, via mobilidade espacial da mercadoria, consolidou o crescimento urbano-industrial do Sudeste, especialmente de São Paulo. (2)

O desenvolvimento da infra-estrutura, especialmente da rede de transportes, foi fundamental à viabilidade desta integração. Assim, as dimensões do país se reequacionaram, aproximando espaços. Segundo trabalho de J. Barat (1978), citado por Wilson Cano (1985), as estradas de rodagem do país, entre 1937 e 1949, aumentaram em 72%.

(3)

2) Apresentando uma evolução histórica da Questão Regional no Brasil, Wilson Cano e Leonardo Guimarães indicam quatro fases. A primeira, em que há uma relativa autonomia regional, abrangendo as duas últimas décadas do século passado até 1930, a segunda, de integração nacional situando-se de 1930 a 1964, a terceira, de integração produtiva do território que vai de 1964 até os dias atuais. Especificamente ao período de integração mercantil do território, "com a hegemonia do processo de acumulação industrial, consolida-se, no Sudeste e particularmente em São Paulo, o núcleo dinâmico da economia brasileira, estabelecendo-se uma mais ampla divisão inter-regional do trabalho. Neste período dá-se a integração dos mercados, através de uma intensificação dos fluxos comerciais inter-regionais, bem como dos fluxos migratórios. O dinamismo das regiões menos desenvolvidas e de menor produtividade vai depender, em grande parte, do grau de competitividade que possuem em relação ao núcleo dinâmico... A terceira fase, que corresponde ao período de 1962, até o presente, caracteriza-se pela consolidação da implantação da indústria pesada e por novas formas de articulação interregional." (CANO & GUIMARAES: 1986; 169-170)

3) Cf. CANO: 1985; 188. O trabalho de J. Barat, citado por Wilson Cano, se intitula "A Evolução dos Transportes no

Dizendo respeito à integração produtiva do território, além do desenvolvimento da infra-estrutura, foram os incentivos governamentais a chave que o empresariado encontrou para abrir novas possibilidades de valorização através da mobilidade espacial do capital. Novas instalações, abertura de filiais e realocização de indústrias caracterizam este momento, que segundo periodização de Wilson Cano e Leonardo Guimarães Neto se estende de 1964 até os dias atuais. "O Estado constituiu-se, nesta fase, um instrumento fundamental desta transferência de capitais produtivos, através da criação de infra-estrutura e incentivos fiscais e financeiros que subsidiam acumulação de capital." (CANO & GUIMARAES NETO: 1986; 170)

Desde a década de 60 vários planos governamentais foram elaborados. (4) Todavia, somente a edição de planos governamentais animadores da mobilidade espacial do capital, assentados em incentivos fiscais, não

Brasil, Rio de Janeiro, IBGE/IPEA, 1978.

4) Estes planos se consagravam através da criação de órgãos federais. O mais destacado destes é a SUDENE - Superintendencia para o Desenvolvimento do Nordeste -, de 1959. Este órgão originou-se do CODEMO - Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. Este Conselho havia sido criado para discutir recomendações do GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste que atuou em 1956/58 e que tinha o objetivo de buscar soluções para o atraso econômico e social do Nordeste a partir da industrialização. Estes não foram os primeiros órgãos públicos criados para atuarem na região. Anteriormente havia sido criado, em 1909, o IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas que em 1949 se transformou no DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Cabe lembrar que esta Inspetoria tem raízes na "Comissão de Açudes", criada ainda na época do Império, em 1881. Foi esta Comissão que inspirou a criação do IFOCS, que ao longo da história se desdobrou no DNOCS e na SUDENE.

bastava. Necessário, também, era garantir a infra-estrutura e a fixação das condições gerais de produção, tais como: energia, transportes, estradas, silos, depósitos... bem como, escolas, hospitais, etc. Assim, como que constituindo um aparente contra-senso, a mobilidade do capital era exigente de imobilidades. Ou seja, ela só se tornaria possível pela criação de estruturas fixas e imóveis. O móvel e o imóvel, o errante e o fixo combinavam-se para realizar as estratégias de valorização do capital.

Na formulação destes planos a descentralização industrial foi posta como salvaguarda do desenvolvimento. Em outras palavras, a industrialização aparecia como causa e resolução das disparidades regionais. De imediato consagrou-se, a nível do discurso desenvolvimentista e industrializante, a mobilidade espacial da indústria como estratégia para diluir a concentração económica em São Paulo, que ocorria a nível considerado alarmante. Preconizou-se, assim, a descentralização industrial como solução, tanto das desigualdades regionais, e da temerosa pobreza, como da assustadora concentração económica em São Paulo.

O desenvolvimento social e a resolução das disparidades regionais eram variações discursivas da política de descentralização industrial. Nestes discursos imbricavam-se e tornavam-se sinónimos: industrialização e

desenvolvimento. Mas, a indústria, como era bastante perceptível, mas não se dizia, poderia tanto minimizar as disparidades regionais, como reforçar o poder econômico de São Paulo.

A indústria, assim reificada, significando causa e efeito da riqueza social, teria, tão somente, que crescer e se multiplicar pelo país para que se realizasse um desenvolvimento "equilibrado". O mito da industrialização, como solução das disparidades regionais estava posto. Esta mitificação continha um caráter paternalista-autoritário porque imbuido de uma legitimidade "tecnocrática," que em certa medida postulava uma anterioridade da ação do Estado com relação a da burguesia. (5)

O importante a destacar é que nesta reificação as desigualdades sociais do desenvolvimento foram objetivamente assumidas como se fossem regionais. Estas desigualdades, embora não se constituíssem em fato novo, foram objetivadas como uma questão de Estado a ser resolvida por políticas de desenvolvimento. (6) Nestas políticas a

5) Gilberto Mathias e Pierre Salama alertam para o que chamam de "novidade" das formas institucionais de dominação dos anos 60, decorrente da a legitimidade "tecnocrática que estabelece relações paternalistas-autoritárias a nível regional. Discutem como os "regimes autoritários 'favorecem' a expansão 'autônoma' do setor produtivo do Estado, mas podem também 'servir-se dele' como um meio de adaptação às pressões sociais que sofrem... Trata-se, portanto, de uma legitimação particularmente restrita e frágil." (MATHIAS & SALAMA: 1983: 128/131)

6) Foi no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965 formulado ainda no governo João Goulart,

questão regional foi formulada como um problema que necessitava urgente solução e, assim, o Nordeste como questão reificada começou a nortear discursos e planos governamentais de intervenção. (7)

"Estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que 'tendia' a ser hegemônica; voltada agora para uma produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado." (OLIVEIRA: 1978; 75) (8)

As desigualdades sociais do desenvolvimento,

que pela primeira vez a Questão Regional aparece explicitamente como meta de uma política que buscava "reduzir as disparidades regionais através do desenvolvimento dos recursos e da orientação à localização da atividade econômica." A respeito das políticas de desenvolvimento, lembramos o trabalho de Roberto Vermulm, *Os Planos de Desenvolvimento no Brasil*, Brasília, Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 1985.

7) Este aspecto encontra-se mais desenvolvido no texto "A Mudança do Discurso Desenvolvimentista Face à Crise da Economia. A Falência das Políticas Regionais de Desenvolvimento Regional," Anais do 3º Encontro Nacional da ANPUR - Associação Nacional de pesquisadores Urbanos e Regionais, Águas de São Pedro, 1989.

8) "A burguesia do Centro-Sul passara a temer pela perda do controle político estatal sobre o Nordeste e pelas consequências que essa perda poderia trazer para o movimento e para o futuro da expansão capitalista no Brasil, bem como para o seu próprio domínio sobre essa expansão, mobilizando-se em torno desses problemas." (CARVALHO: 1987: 61)

assumidas como regionais e objetivadas como uma questão de Estado. acabaram tendo como referência as disparidades entre as regiões Nordeste e Sudeste, onde a primeira passou a ser referida como uma questão; ou seja, ao se redefinir o problema das desigualdades sociais de desenvolvimento como uma questão de Estado, a intervenção governamental era pressuposta. O projeto de fazer avançar o desenvolvimento capitalista deu novos contornos à ação do Estado.

O imperativo da industrialização, colocado como salvaguarda do desenvolvimento, desnaturalizou, assim, os problemas do Nordeste, que até então haviam sido situados no âmbito do "flagelo das secas" e do "clima inóspito" da região. Os fundamentos da legitimidade da intervenção estatal se deslocaram da referência à natureza "das secas e do seu flagelo" para a do problema social e econômico. Houve uma desnaturalização da compreensão e fundamentação da gestão do território frente às disparidades regionais. O problema deixou de ser a falta de chuvas, se transformando na carência de indústrias.

Através da retórica da industrialização, as necessidades de reprodução do capital, nacional e estrangeiro, foram garantidas e o projeto de integração produtiva do território foi colocado como de interesse geral. Assim, as particularidades da reprodução capitalista no Nordeste foram reequacionadas em função dos interesses do

capital nacionalmente hegemônico, concentrado no Sudeste, particularmente em São Paulo. O mito da industrialização consagrou-se. Os interesses particulares de segmentos dominantes da sociedade, a nível nacional e regional, apareciam mistificados pela ação planejadora do Estado.

Convém esclarecer que em termos teóricos a mobilidade espacial do capital se constitui em uma das possibilidades que o empresariado dispõe para aumentar a produtividade do trabalho e se contrapor à tendência à baixa de lucro. A viabilização desta possibilidade, segundo interpretação de Michel Freyssenet e Françoise Imbert (1973), requer força de trabalho livre, liberdade de alocação e desenvolvimento do sistema de crédito. O primeiro fator, historicamente já estava garantido. Os demais, a conjuntura do regime autoritário procurou assegurar. (9)

Tendo em vista a integração produtiva do território, órgãos e políticas de desenvolvimento regional foram fortalecidos ou implementados, visando uma gestão "equilibrada" da desigualdade social e espacial. A política de descentralização industrial visava transferências, instalações de indústrias e de filiais no Nordeste, descongestionando São Paulo.

9) As condições de mobilidade do capital são particularmente desenvolvidas por estes autores, especificamente no item 6.5 do seu trabalho *Mouvements du Capital et Processus de Paupérisation*, Paris, CSU, 1973.

Na perspectiva empresarial de descentralização econômica, não era apenas o mercado e a força de trabalho locais e, nem a localização dos meios de produção, que contavam numa decisão administrativa de localização da indústria. Embora pouco pesassem, esses elementos estavam presentes e sublinhados na força retórica dos discursos políticos. O que importava mesmo, era a possibilidade de se obter para o investimento, capital adiantado travestido de incentivo fiscal, crédito ou outra forma de subsídio governamental. Assim, se consagrou a lógica de subsidiar a acumulação, a qual orientou a estratégia da mobilidade espacial do capital, ou seja, a estratégia de localizar unidades industriais no Nordeste. Com efeito, este foi o motivo que levou empresas de grande capital, sobretudo poupadoras de mão-de-obra, a integrar pela produção industrial, o território brasileiro em nome de uma política de desenvolvimento nacional que procurava criar um "equilíbrio" regional descentralizando a indústria. (10)

A necessidade de fundos públicos para

10) Discutindo a importância dos subsídios para as políticas de descentralização, Miguel Colassuono afirmava que o "esquema de incentivos de um lado e os investimentos públicos em infra-estrutura de outro, propiciaram uma transferência de renda do centro-Sul para o Nordeste fazendo acontecer o que se chamou de desconcentração da renda nacional. Ademais, esse processo criou empregos, novos pólos de investimentos e um sentimento nacional de realização desenvolvimentista muito útil e salutar para o espírito da sociedade brasileira no Hemisfério Sul. Nesta geração, não se conhece nenhuma região ou país, a não ser o Nordeste que tenha conseguido sair do estágio do subdesenvolvimento para o desenvolvimento." (O Estado de São Paulo, 22/02/1976)

fomentar estes incentivos, financiando-se, assim, o capital privado a custo praticamente zero, conduziu à reformulação do sistema tributário nacional. Tendo em vista a elevação da receita pública se procurou reformular os impostos, criar fundos e modernizar o sistema de arrecadação fiscal. No final da década de 60 e início dos anos 70, mais precisamente, no lustro seguinte a 1968, a poupança interna foi estimulada e os salários rebaixados, como nunca dantes. O resultado foi que a carga tributária bruta do período de 1965 a 1975 passou de 19,1% para 25,2% do PIB. A reformulação do sistema tributário, em certa medida, possibilitou deter os mecanismos que faziam crescer a inflação e, também, contribuiu para o declínio orçamentário do governo, que no período de 1963 a 1971 baixou de 4,3% do PIB para apenas 0,3%; mas o ponto crucial é que neste período 39,7% da receita tributária foi repassada ao capital privado. (11)

Os anos compreendidos entre 1968 e 1974, muitas vezes referido como anos do Milagre Económico, caracterizados pela expansão económica, deixaram para trás a crise recessiva que havia emperrado a atividade industrial de 1962 a 1967. A taxa de crescimento do produto real da indústria de transformação, que havia sido de 1,7% em 1967, chegou a atingir 18,2% em 1972, ficando com a taxa média de 14,7% se considerado o período de 1967 a 1973. (12)

11) Cf. OLIVEIRA: 1987; 8-9.

12) Fonte: FIBGE/DEICOM e FGV; elaboração IPEA/INPES. (Cf.

Particularmente em relação a indústria têxtil, o índice de crescimento negativo do período de 1962 a 1967 (-20%) foi superado. De 1968 a 1974, o crescimento da indústria têxtil foi de 42%. (13)

Durante o período do Milagre, o Ministro da Economia dizia que era necessário fazer o "bolo crescer" para depois "dividir." O crescimento industrial devia ocorrer a qualquer custo; mas nem todos pagavam este custo, é claro. Como os dados acima indicam, a recuperação da atividade econômica foi sensível. A expansão da economia era visível e nos muitos cenários que delineavam novos contornos, se modificava a paisagem industrial no Nordeste. Concomitante às novas instalações industriais no Nordeste, antigas empresas locais eram destruídas. Segundo Wilson Cano, com a "política de incentivos fiscais, acelera-se ainda mais esse processo, via realização de modernas inversões de propriedade do capital do pólo, na periferia, destruindo velhos empreendimentos similares locais. O encerramento de grandes e antigas fábricas têxteis no Nordeste constitui o maior exemplo dessa situação." (CANO: 1985; 254) Uma verdadeira "quebradeira" se punha a olhos vistos; a face destrutiva da expansão monopolista do capital estava exposta.

CAMPOS: 1984; 45)

13) Segundo Suely Muniz Atem, nas fases expansivas a produção têxtil tende a crescer menos que a indústria de transformação e nas fases recessivas, sua queda é mais acentuada que a da indústria de transformação. (Cf. ATEM: 1989; 20)

Segundo interpretação de Francisco de Oliveira, as políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste "'engoliram' os grupos empresariais da região, seja destruindo-os pela competição, seja inaugurando novas atividades de porte que não podiam ser implantadas pela burguesia industrial do próprio Nordeste.... A burguesia industrial nordestina ... perdeu influência e poder na mesma medida em que as empresas industriais do Sul e do Exterior afluíam para o Nordeste. O irônico da história é que o feitiço virou contra o feiticeiro: a burguesia industrial nordestina, que havia agulado todas as forças da reação contra as forças populares em ascensão no Nordeste e que havia lutado com unhas e dentes pelo mecanismo dos incentivos fiscais ... 'foi afogada' pelo sistema que ajudou a criar." (Movimento, 29/09/1975)

Em relação ao empresariado regional do Nordeste, merece registro os dados da pesquisa de Harry Makler (1975) sobre o que chamou de elite industrial do Recife. Segundo este levantamento, a indústria têxtil de Pernambuco em 1970, em sua maior parte já estava sob o controle de empresários 'migrantes' de outros Estados e 'estrangeiros.' Esta conclusão é de extremo significado para se compreender como os grupos empresariais do Nordeste foram "engolidos," perdendo influência e poder desencadeando uma crise de legitimidade das políticas regionais de desenvolvimento. Particularmente em relação a indústria

têxtil, na pesquisa de Harry Makler, os chamados estrangeiros predominavam mais fortemente nas empresas com 100 a 199 empregados, que correspondiam às fábricas têxteis mais modernas - de maior intensidade de capital - e pouco geradoras de empregos. (14)

Desta maneira a política de desenvolvimento regional no Nordeste, ao implantar indústrias modernas, mostrava a que vinha - não servindo à pequena e média burguesia e nem ao proletariado local. Neste contexto os "poucos e contados grupos econômicos regionais que sobreviveram fizeram-no porque conseguiram elevar-se ao mesmo nível dos grandes grupos monopolistas da economia nacional e, em certos termos, já o eram ou estavam caminhando para sê-lo à época da criação da SUDENE; os favores fiscais administrados por esta serviram-lhe igualmente como mecanismos de concentração e centralização do capital. O resto da burguesia industrial nordestina foi irremediavelmente jogado ao lixo da História." (OLIVEIRA: 1980; 132)

O resultado decepcionante desta política para o desenvolvimento do Nordeste foi denunciado pelo empresariado regional, alguns porque queriam mais, outros

14) Harry Makler, *Labor Problems of Native, Migrant, and Foreign-born Members of the Recife Industrial Elite*. Reprint Series Nº- 73, Institute for the Quantitative Analysis of Social and Economic Policy, University of Toronto, Canada, 1975, apud OLIVEIRA: 1980; 137.

porque não recebiam nada. Em 1977, quando "a SUDENE comemorou 18 anos, as elites nordestinas claramente expressavam sua decepção. Estava transparente que a industrialização do Nordeste havia significado a 'entrada em operação de novas indústrias sem qualquer vínculo com o passado industrial nordestino.'" (15)

Com efeito, as políticas de desenvolvimento regional se constituíram numa solução para o capital industrial do Sudeste, muito embora fossem as desigualdades sociais e espaciais a fundamentação discursiva destas políticas. Verificava-se que era apenas ^{*}retórica política a busca de uma solução para as desigualdades espaciais e sociais do Nordeste. A mobilidade espacial do capital para o Nordeste, na verdade significava para as empresas do Centro-Sul do país, sobretudo para as de grande capital, a possibilidade de consolidar posições já demarcadas no mercado nacional. A empresa que abria uma nova fábrica no

15) Segundo palavras de Clóvis Cavalcanti, então economista da Fundação João Nabuco e da Universidade Federal de Pernambuco, em O Estado de São Paulo, 18/12/1973.

A sucessão de órgãos mostra o emaranhado das transformações e dos arranjos sociais e políticos. Sugere a importância da gestão regional do território para intervenção estatal. Em meados dos anos 70, uma autoridade federal, o Ministro da Indústria e Comércio comentava o esforço para incentivar o desenvolvimento do Nordeste feito através do projeto de instalações de novas indústrias e expansão de empresas paulistas. Indicava que: "Os principais projetos aprovados são originários de São Paulo, todos tendo recebido incentivos fiscais, o que revela a continuidade do processo de expansão industrial do país." (Folha de São Paulo: 21/02/1974) A intervenção estatal busca intervir e legitimar-se a partir de contextos e arranjos sociais e políticos mais amplos e complexos à medida que o processo do planejamento é institucionalizado.

Nordeste acabava preservando a sua participação e posição no mercado. Por esse motivo muitos empresários acabaram por implantar unidades fabris no Nordeste, mesmo quando não tinham interesse em expandir a produção. (16)

Também, mesmo quando a implantação de novas unidades não significava ganhos industriais imediatos havia motivação para o deslocamento fabril. Estes, tão logo seriam gerados, pois a expansão industrial à base de incentivos, créditos e outras formas de subsídios e vantagens fazia com que o custo do capital necessário ao investimento fosse rebaixado a quase nada. A acumulação de capital era, por assim dizer, subsidiada.

É preciso ressaltar que a nível federal os estímulos à descentralização industrial se fizeram acompanhar de uma política de incentivos, subsídios e crédito. Concomitantemente, o Estado criou facilidades à exportação, sobretudo a exportação de manufaturados, supostamente com interesse em assegurar saldos na balança comercial. (17)

16) Francisco de Oliveira, discutindo a expansão da empresa de tipo monopolista, ressalta "que o processo não é somente de homogeneização monopolística global, mas setorial, isto é, 'tendem a ser principais no Nordeste as empresas' ou grupos de empresas que já são principais no Brasil... Neste caso, dado que o que se procura não é, essencialmente, conquistar mercados, deve-se pensar que a estratégia desse tipo de empresas, ao expandir-se para o Nordeste, é a de 'preservar mercado consolidando suas posições' no ramo industrial em que já é importante." (OLIVEIRA: 1980: 64)

17) O Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo e os empresários do setor fabril se

A rigor estes incentivos serviram para reforçar, ainda mais, como dissemos, o controle setorial de algumas empresas; bem como para diversificar os investimentos e estimular a formação ou fortalecimento de conglomerados. Neste sentido, mais do que um mero estímulo à exportação, o "mercado de capitais cativo dos incentivos fiscais transforma-se, assim, na parteira dos conglomerados no Brasil, radicalizando, talvez precocemente, uma tendência do capitalismo em escala mundial." Mais do que tudo, este mercado foi instrumento de centralização de capitais, porque a "teia de relações que se tece é no sentido de concentração da propriedade do capital e, de outro, de solidarizar cada vez mais o destino do próprio capital." (OLIVEIRA: 1980; 69-70)

Na época, devido à tônica do planejamento regional e da integração produtiva nacional, o tema dos "desequilíbrios regionais," hoje adormecido, teve o seu momento de vida e controvérsia. Descentralização industrial: salvaguarda do desenvolvimento ou colonialismo interno? Mais recentemente, num alentado estudo a respeito, Wilson Cano alerta que não "há porque brandir arma contra suposta 'exploração' de São Paulo sobre a periferia; do contrário, far-se-á, tão somente, a defesa dos interesses capitalistas regionais." A conclusão de sua análise é de

posicionavam. "Os incentivos proporcionados pelo governo às exportações disseram, em muito tem contribuído para aumentá-las e dinamizá-las." (Diário de São Paulo, 03/04/1970)

que "conduzir a luta política contra um suposto 'imperialismo sanguessuga' é no mínimo, obscurecer o caráter das desigualdades regionais e principalmente sociais, determinadas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Cria, por outro lado, a falsa e equivocada impressão de que diz respeito a um 'conflito entre estados da federação', passível de solucionar-se sem que seja necessário mudar o caráter da política econômica social global. 'Significa, mais precisamente, não levar em conta o problema da pobreza e da miséria.'" (CANO: 1985; 314)

Esta formulação não reduz a questão da disparidade regional ao âmbito espacial, outrora tão comum em muitas interpretações, em que aparece a idéia de que parte do território nacional explora outra parte, na linha de um colonialismo interno. Igualmente, não assume a posição de contrapor região rica à região pobre. Trata de pensar a miséria e a pobreza enquanto problemas do processo da exploração do trabalho industrial e, não, enquanto resultado do processo de diferenciação do espaço produzido pela industrialização.

Perguntamos, como deixar de enfrentar o 'problema da pobreza e da miséria' sem tratar dos processos de concentração e centralização do capital? Como não reconhecer o efeito da estrutura fundiária que se alia aos efeitos da industrialização consorciados na dinâmica da

reprodução do capital? Mais uma vez, enfatizamos, não se trata de substituir um nome mitificado por outro - exploração do Nordeste pelo Sudeste; região rica, região pobre -, trata-se, sobretudo, de não obscurecer o caráter contraditório das relações sociais envolvidas no desenvolvimento capitalista. Por isso, não se pode ancorar o pensamento num reducionismo à direita, com sugestões de uma industrialização a qualquer custo, fazendo primeiro "crescer o bolo para depois dividi-lo" ou, numa transposição à esquerda, referenciado à idéia de um imperialismo entre regiões.

Se nos aproximamos da posição de Wilson Cano quanto à necessidade de uma mudança no caráter da "política econômica social global," nos distanciamos deste autor, quando afirma que "não se pode dizer que não tenha havido desenvolvimento capitalista na periferia. Ele ocorreu e continua se expandindo; porém a passos mais curtos e demorados. Tanto é que ali subsiste, até hoje, a dupla subordinação do capital industrial do pólo e do capital mercantil regional, este concorrendo acentuadamente para a manutenção da estrutura política, social e econômica regional, destacando-se a perversa estrutura fundiária." (CANO: 1985: 313)

Nesta consideração, a nosso ver, o referido autor descarta as relações de dominação-subordinação

inerentes ao desenvolvimento capitalista, por não compreender as desigualdades intrínsecas à unidade do processo de expansão do capital, - como um resultado continuamente refeito no bojo do próprio processo de apropriação e transformação da natureza e da riqueza social. E acaba, por isso, por analisar as diferenças manifestas no espaço de maneira como se fossem o resultado de processos diversos do capital: industrial, mercantil, agrário, etc.. De fato, praticamente constrói uma identidade ao transpor, inconsistentemente, categorias do processo social para o espacial. De certa maneira, privilegiando a diferença no ritmo e unidade dos processos, cria uma identificação entre as desigualdades sociais e as diferenças espaciais em duas dinâmicas: uma do pólo e outra da periferia.

A construção teórica que propomos é divergente. Embora tenhamos argumentado desde o início pela *unidade* na análise dos processos espacial e social, não consideramos a possibilidade de qualquer *identidade* entre eles. A identificação destes processos resulta numa transposição indevida ou numa redução injustificada.

Mas, em que pese as controvérsias, quer em relação à necessidade de uma teoria mais refinada ou de uma análise política mais aguda, as políticas de desenvolvimento regional reconhecidamente foram elementos reforçadores da concentração industrial. Essas políticas se constituíram em

forças centralizadoras do capital e do poder e, não como se mostram, em forças de descentralização industrial ou política. Isso, tanto no sentido do processo social - da fusão ou aniquilamento de empresas menos competitivas -, como no sentido espacial - de que embora tenha havido dispersão de unidades fabris, o "quartel-general" das empresas envolvidas neste processo de mobilidade espacial do capital se manteve assentado, sobretudo, em São Paulo. Como já discutimos no capítulo anterior, tecendo considerações sobre a formulação de Carlos Roberto Azzoni (1985) e como aprofundaremos adiante, o processo decisório do investimento e controle da valorização do capital quase nunca deixou São Paulo. E por isso que a integração produtiva nacional ao se consolidar, ainda mais, no bojo destas políticas de desenvolvimento regional, reafirmou uma economia nacional regionalmente concentrada em São Paulo: um processo e um produto do desenvolvimento capitalista do Brasil.

Assim, a concentração e centralização industrial do "Sul Maravilha" arbitrou e orientou a divisão espacial do trabalho no Brasil, inclusive porque concentrou regionalmente a economia nacional ativando a recente reestruturação da indústria em São Paulo. O grande capital industrial usufruiu as diferenças do espaço brasileiro utilizando a mobilidade espacial para expandir práticas monopolistas em espaços até então pouco submetidos a estas. Mas, o capital ao utilizar essas práticas em espaços não-

monopolistas, acabou por eliminar, em grande parte, as diferenças nas condições de reprodução. Neste sentido é que o espaço se homogeniza. Ou melhor dizendo, é do ponto de vista da reprodução do capital que o espaço tende a se homogenizar, recriando no território as condições gerais de sua reprodução.

Na contextualização de Francisco de Oliveira, os "incentivos fiscais financiaram a exportação de capitais do centro-sul para o Nordeste, no mesmo momento em que a economia nacional passava por violentíssimos ciclos de concentração e centralização do capital. Verso e reverso do mesmo processo, os incentivos fiscais levaram para uma região como o Nordeste a estruturação caracteristicamente oligopolista que já era hegemônica em escala nacional." (OLIVEIRA: 1981; 21) Resumindo, no Nordeste não se instalou apenas a indústria, mas sobretudo, o oligopólio. Cabe reiterar, uma vez mais, que as indústrias beneficiárias destas políticas de desenvolvimento regional foram as pertencentes aos grandes grupos nacionais e internacionais.

Portanto, poderíamos concluir dizendo que as políticas de desenvolvimento regional estenderam pelo território nacional as práticas monopolistas de reprodução do capital: concentradoras e centralizadoras. Neste sentido é que o processo social homogeneizou o espaço brasileiro e, em nenhum outro. Do ponto de vista da reprodução das

relações sociais, face as circunstâncias históricas do desenvolvimento brasileiro, essas relações ao tenderem à homogeneização, aprofundaram as desigualdades sociais e a dominação do capital hegemônico se tornou mais violenta. Justamente o contrário do advogado pelas políticas descentralizadoras, que sob o manto dos planos de desenvolvimento industrial, regional e nacional, haviam se proposto a minorar. (18)

Em suma, reafirmamos que as políticas de desenvolvimento regional se constituíram em uma solução para a hegemonia do grande capital. Inversamente ao que se propunha, o Nordeste se mostrou crescentemente empobrecido e sua indústria regional fracassada.

O resultado como já foi assinalado, foi decepcionante. Quanto à "redução das disparidades regionais o que se observa é que, ao invés de diminuir, elas aumentaram, pois que a participação da renda per capita do Nordeste no Brasil, que era de 40,2% em 1949, reduziu-se para 35,1% em 1978 e, como de 1978 a 1983 os diferenciais de taxas de crescimento da renda entre o Nordeste e o Brasil

18) Após anos de políticas de desenvolvimento regional a posição da indústria nordestina no conjunto do país, decresceu relativamente. Segundo Benedito Clayton Veras Alcântara, então presidente do Centro Industrial do Ceará, baseando-se em dados da revista Conjuntura Econômica, publicada pela Fundação Getúlio Vargas em 31/06/1977, a participação da indústria do Nordeste em 1939 era de 12,1% sobre o produto industrial brasileiro. Em 1960 declinou para 8%, em 1963, para 7%, em 1966 para 5,4% e em 1970, para 4,4% em 1970. (O Estado de São Paulo, 17/12/1978)

têm sido de dois pontos percentuais, admite-se que hoje /1984/ o Nordeste tenha uma renda per capita que representa cerca de 32% da renda do brasileiro médio... No que tange ao processo de industrialização, a base da transformação estrutural da renda interna, a constatação, segundo Nilson Holanda, é surpreendente: a estrutura econômica nordestina, no que respeita à distribuição do produto interno por atividades, é a mesma de 1949. Neste período a indústria do Nordeste reduziu a sua participação no PIB regional de 15,3% para 15,1%, mostrando que o setor dinâmico líder de uma expansão mais acelerada da renda regional que é a indústria, ainda é marginal na economia e não ocupou a dimensão que se esperava e necessária à mudança do perfil de tal economia." (Jornal do Brasil, 20/11/1984) (19)

Nestes termos o "equilíbrio" social e espacial pretendido através da política de descentralização industrial - e ainda almejado -, resultou em nada. O desenvolvimento da homogeneização das relações sociais, um requisito historicamente necessário à expansão capitalista, aprofundou desigualdades. Na verdade, este desenvolvimento da homogeneização das relações sociais significou, de fato, a manutenção de elevadas taxas de remuneração do capital.

Este desenvolvimento compreendeu a reorganização econômica e política necessária ao capital de

19) Segundo Paulo Lustosa, deputado federal do PDS pelo Ceará, em 1984.

tipo monopolista - nacional ou estrangeiro -, que, cabe lembrar, encontra sua revitalidade na busca de espaços não-monopolistas. Assim, o capital monopolista se expandiu liquidando indústrias ou procedendo a associações e fusões, como veremos na próxima parte que procura tratar da concentração e centralização do capital têxtil. A "grande empresa," capaz de centralizar o processo de valorização pode, assim, manter níveis tradicionalmente altos de remuneração do capital elevando as taxas de lucro do sistema como um todo. Portanto, as políticas preocupadas com disparidades regionais se revelaram mecanismos de concentração e centralização do capital. A ação do Estado fez avançar a integração nacional e as desigualdades foram repostas.

Segundo Inaiá Maria Moreira de Carvalho, a medida que as inversões no Nordeste se tornaram menos funcionais ao processo de acumulação e aos interesses das grandes empresas, tenderam a ser desaceleradas e mais seletivas. (20) Acrescenta, ainda, que o Nordeste perdendo "importância como campo de investimentos... também perdeu exclusividade dos incentivos fiscais e foi desfalcado dos recursos por ele originados. Criados como um mecanismo especificamente voltado para o desenvolvimento regional, esses incentivos se transformaram em estratégia de financiar e subsidiar a expansão monopolista em outros setores,

(20) Cf. CARVALHO: 1987; 151.

independentemente da sua localização, estendendo-se a atividades como a pesca, reflorestamento, turismo e outros, além da Amazonia." (CARVALHO: 1987; 151-152)

Repartindo com os demais órgãos de desenvolvimento regional e outros programas, os recursos para o Nordeste diminuíram. A par da distribuição dos recursos entre os vários órgãos de financiamento, a necessidade de conter a inflação também se impôs. A crise econômica se fez presente nos meados dos anos 70. Os anos do "Milagre" haviam chegado ao fim. Saídas foram tentadas. A busca por créditos externos, a ida ao FMI - Fundo Monetário Internacional - e os acordos firmados para o ajustamento da economia, acabaram significando o agravamento da recessão econômica.

O modelo de crescimento a qualquer preço havia se esgotado. Os gastos públicos acabaram por rebater negativamente no orçamento monetário exigindo contínuas expansões da base monetária, ou seja, necessidades crescentes de emissões de moeda. Contê-los era uma necessidade. Restrições à concessões de incentivos fiscais e de subsídios e créditos, aumento da arrecadação tributária e controle das empresas estatais, foram meios pelos quais buscou-se superar a crise.

Os investimentos, quer públicos ou privados,

se comprimiram; o pagamento do serviço da dívida externa aliado à evasão de divisas através do capital multinacional, o crescimento do desemprego, o empobrecimento da população, a contração do mercado interno, a inflação, a crise financeira e fiscal... - sobre uma forte recessão -, se estenderam por todos os anos 80, justificando a qualificação deste período como uma década perdida. Década esta que se transitou do regime militar ditatorial para a formalidade democrática. Década de projetos e decepções.

A receita líquida do governo decresceu. Em 1980 ela representou 10,2% do PIB; em 1984, 5,4% e em 1986, 3,4 %. Caminhou-se em direção aos anos 90 no bojo de uma crise jamais conhecida na história do país. (21) Os momentos de recuperação econômica - 1984 e 1986 -, não passaram de ensaios. Particularmente em relação à indústria têxtil, os anos de 1985 e 1986 foram os melhores da década; os mais difíceis: os de 1981, 1983, 1984 e 1987, quando então mais uma nova crise cíclica encerrou esta década e inaugurou a seguinte.

Crescente empobrecimento e industrialização fracassada, como instrumento das políticas de desenvolvimento regional, marcaram duramente a realidade fazendo dos projetos de desenvolvimento regional, verdadeiras miragens. As explicações do fracasso na

21) Cf. CINQUETTI: 1990; Tabela 15.

resolução das disparidades regionais, encontraram vários motivos, tais como, as estruturas burocráticas dos órgãos de governo e a falta de verbas, acentuando-se a crítica de que aquelas políticas não passavam de retórica. (22)

Outra interpretação do fracasso se situa no âmbito da fraqueza política dos empresários nordestinos que se sentiam discriminados pelo governo federal. No segundo encontro dos Empresários do Nordeste, realizado em Recife, em 1980, os empresários consideraram "de extrema e oportuna conveniência levar a todos os responsáveis pelos setores públicos e privados e à própria opinião pública as suas apreensões e a sua desaprovação à forma discriminatória e injusta de como vem sendo o Nordeste contemplado pelas políticas aplicadas pelo Governo Federal... Não foi portanto sem razão que a economia nordestina baqueou à limitação dos créditos em 45%, o forte e o indiscriminado corte nos investimentos públicos na área e a redução das aplicações das agências financeiras governamentais, não

22) "A SUDENE malogrou, por impotência ou incompetência - ou ambas -, mas malogrou. De nada adiantará o esforço ousado, se as estruturas administrativas continuarem as mesmas. É suficiente, para isso, ler o estudo sobre o Nordeste elaborado pelos técnicos do Banco Mundial, no qual se tem nítida sensação de pasmo e irritação diante do número de órgãos que se confundem e se emaranham, constituindo, diz o Banco Mundial, uma máquina burocrática dispendiosa e pouco produtiva." (O Estado de São Paulo, 25/1/1986)

"A região tem 25 anos de prioridade retórica, mas acontece que desenvolvimento não se faz com verbo, e sim com verba. Uma questão de vogal." (O Estado de São Paulo, 23/01/1980)

"Em 70 anos, toda a ajuda federal ao Nordeste equivale a apenas um décimo dos recursos destinados à construção de Itaipú". (Folha de São Paulo, 3/6/1984)

permitiram a viabilização das grandes projetos regionais." (O Estado de São Paulo, 17/12/1980) Ainda mais: "É fundamental aqui reconhecer que os órgãos regionais se esvaziaram, se descaracterizaram, se perderam a sua força orientadora e coordenadora, tal fato derivou de atitude do poder central que assim quis. Elas espelham apenas a vontade do governo federal... A propósito, o esvaziamento e a descaracterização não são dos órgãos e entidades mas da própria região, das suas elites e das suas lideranças políticas...". (Jornal do Brasil, 20/11/1983) (23)

A medida que questionadas, por aqueles a quem diziam beneficiar, as políticas de desenvolvimento regional foram, como já indicamos, perdendo sua legitimidade e força política. Nas várias disciplinas do conhecimento o tema regional foi sendo posto em abandono e desprestigiado como caducidade da história, como modismo ultrapassado. Ora, não se trata de uma coisa nem de outra. Trata-se, sim, do fato de que o tema regional perdeu sua base institucional como

23) "Somente através de uma assembléia nacional constituinte e de 'uma insurreição política' do Nordeste, o quadro de miséria da região será modificado, pois o desenvolvimento não é mero problema técnico, de teoria econômica, mas, sobretudo de compromisso político, de natureza complexa e de responsabilidade coletiva que envolve uma série de decisões que não podem ser tomadas sem a participação democrática do povo... É de se notar, segundo o economista José Aloísio Campos- ex reitor da Universidade Federal de Sergipe-, que a decadência da SUDENE ocorreu justamente no período em que o sistema liquidou com as lideranças políticas da região, cujas reivindicações, por meio do Conselho Deliberativo do órgão, tinham repercussão nacional e força de pressão junto ao governo central e perante o Congresso Nacional." (O Estado de São Paulo, 14/6/1981)

questão de Estado e como justificativa de uma ação planejadora. A retórica do discurso regional se viu impossibilitada de garantir a expansão da acumulação nos moldes anteriores.

A retórica regionalista e a do desenvolvimento "equilibrado," fundada no apanágio da descentralização industrial, perdeu sentido. Isso não significa dizer que os investimentos na área de atuação da SUDENE tenham desaparecido. O que se esvaneceu e perdeu legitimidade, reiterando mais uma vez, foi o discurso regionalista em favor da descentralização industrial. (24)

Comprometeu-se, isto sim, o discurso de se diminuir as desigualdades regionais. E, em seu lugar, como se fosse um sonho, se construiu outro: a entrada do Brasil

24) Em primeiro lugar queremos chamar atenção para expressão "perdeu sentido." Esta deve ser entendida com o sentido de que o discurso sobre o desenvolvimento regional se enfraqueceu e, não, como tendo desaparecido. Tanto que a política de descentralização, como discurso de governo, aparece claramente no I Plano Nacional da Nova República, 1986-1989. Este plano apresenta como um dos principais objetivos, a "conformação de um novo padrão de industrialização" visando "descentralizar regionalmente a capacidade produtiva". Enfatiza, sobretudo, o "fortalecimento do parque industrial" afirmando como objetivo, o de "ajustar capacidade produtiva... mediante correção de desequilíbrios setoriais" e "ampliar as exportações de produtos industriais, com vistas a geração de divisas e à ocupação da capacidade instalada, especialmente em segmentos produtivos de consumo duráveis e bens de capital." (PNNR (I): 1986-1989; 133/136)

Em segundo lugar indicamos que as instalações recentes de indústrias têxteis na área mineira de atuação da SUDENE atestam a continuidade da vitalidade dos incentivos nas implantações industriais.

no primeiro mundo. Assentado na idéia de modernização este novo mito procura construir a legitimidade e perpetuação de um capitalismo altamente excludente e centralizador.

Com este novo sonho, antigas esperanças foram destruídas e outras mensagens surgiram. As novas palavras de ordem passaram a ser o desenvolvimento de uma economia de mercado, a modernização da produção, a liberação do comércio internacional, a reorganização das relações de exploração da força de trabalho assalariada, a privatização, a redução do intervencionismo estatal e dos gastos públicos.

Avançar a produção e internacionalizá-la, modernizar e reestruturar o capitalismo, significava se ajustar, ainda mais, à uma integração mundial em que, as regras do sistema financeiro internacional, cada vez mais, vêm submetendo as políticas nacionais aos interesses dos grandes bancos e empresas multinacionais.

2.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO TEXTIL.

A indústria têxtil brasileira, que sempre se caracterizou por ser uma indústria orientada pelo mercado interno, começou a produzir para o comércio exterior a partir dos anos 70. O desenvolvimento das exportações de manufaturados se constituiu num dos instrumentos de sustentação de setores com problemas circunstanciais de mercado interno e, também, numa maneira de aumentar as divisas do país. Pode-se dizer que o discurso de descentralização industrial, característico da integração produtiva do território nacional, tenha coincidido com um período de prosperidade dos países industrializados e, ao mesmo tempo, com o estreitamento geral do mercado interno. Nesse período, em especial o mercado de bens de consumo não-duráveis, bastante dependente dos salários, ao sofrer limitações conjunturais face a política de arrocho salarial, se restringiu e se segmentou acentuadamente diante da desigual distribuição da renda nacional. Assim, o desenvolvimento do comércio exterior para estes bens passou a ser um objeto crescentes das atenções da política econômica.

Os anos de desenvolvimento da integração produtiva nacional haviam coincidido com um período de prosperidade dos países industrializados, que se colocavam como os principais importadores dos produtos brasileiros. Além disso, o final do transcurso da década de 60 para a de 70, foi um período de elevada liquidez do sistema financeiro internacional, possibilitando maior obtenção de crédito no exterior. Mas para compreender esta reorientação da produção interna para o exterior, primeiro é preciso discutir o estreitamento do mercado interno e a prosperidade do mercado exterior.

A expansão do comércio exterior fundada na justificativa do arrocho salarial, imediatamente coloca a questão de que no período do "Milagre Econômico" - período de desenvolvimento da exportação de manufaturados -, houve uma expansão do consumo interno com base nas classes médias. Por outro lado a argumentação de que havia uma conjuntura internacional favorável à exportação de produtos têxteis logo se torna vulnerável, porque já na segunda metade dos anos setenta a conjuntura internacional havia se modificado, deixando para trás os anos de prosperidade.

Embora a exportação de produtos têxteis tenha crescido, logo se evidencia uma reação dos países industrializados em relação a esta importação, através da imposição de limites à sua comercialização. Devido a estes

senões, tanto a argumentação fundada na restrição do mercado interno quanto a que relaciona exportação com período de prosperidade dos países industrializados, deve ser colocada em seus devidos termos. A nosso ver, a soma destas condições pode ter gerado o início da exportação têxtil, mas pela sua circunstancialidade eles se mostram insuficientes para constituírem o fato gerador da sustentação das exportações brasileiras por um período mais longo.

Como se pode notar pela tabela abaixo, a evolução do comércio exterior têxtil se mostra consistente por todo o período, independentemente da transformação da conjuntura internacional, sendo preciso encontrar outro elemento explicativo para a sustentação dos índices crescente de exportação. A partir destes dados verifica-se que os anos 70 foi uma década de forte expansão das exportações que saíram de um patamar baixíssimo e atingiram um nível significativamente maior, aumentando mais de vinte vezes em apenas 10 anos. Nos anos 80 o crescimento das exportações se mostra bem moderado, comportando inclusive recuos, para se chegar no final destes anos com um aumento de quase 50%, de alguma expressão em relação ao início da década. Se atentarmos para a coluna referente ao saldo do movimento exportações-importações, se torna mais nítida a evolução positivamente favorável do comércio exterior de manufaturados têxteis.

TABELA VII

BRASIL
 EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS TEXTEIS
 VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
 1940-1980 (Valores em US\$ mil)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1970	41.827	103.848	-62.021
1971	62.724	148.925	-86.201
1972	145.428	198.589	-53.161
1973	324.777	258.744	66.033
1974	444.792	421.061	23.731
1975	378.597	374.219	4.378
1976	396.956	276.644	120.312
1977	500.496	200.541	299.955
1978	568.220	225.456	342.764
1979	756.685	246.090	510.595
1980	828.342	304.088	524.254
1981	864.850	231.510	633.340
1982	658.140	176.583	481.557
1983	817.642	124.890	692.752
1984	1.130.942	103.943	1.026.999
1985	882.158	125.388	756.770
1986	837.659	300.123	537.536
1987	1.005.380	322.991	682.389
1988	1.219.596	532.493	687.103
1989	1.174.927	424.082	75.0845

Obs. As importações indicam produtos, máquinas e equipamentos têxteis. As exportações apenas manufaturados têxteis.

Fonte: DECEX/SINDITÊXTIL (1)

O novo nesta reorientação da produção têxtil é que os saldos do comércio exterior passaram a ser favoráveis num ano crucial como o de 1973. Em outros termos, o balanço comercial passou a proporcionar saldos positivos expressivos. Ao longo destes anos torna-se

1) Cf. Carta Têxtil: maio/1991; 1/3.

transparente que há uma produção cada vez mais orientada para o mercado internacional, e isto se constitui numa novidade importante da industrialização recente.

Remetendo à análise aos primeiros anos da formulação de uma política de exportação de manufaturados, cabe considerar que estas exportações foram decisivas para o crescimento econômico baseado na internacionalização da produção. Segundo Fernando Henrique Cardoso, as "exportações tornam-se vitais, mesmo depois de ativado o mercado interno, para obter recursos em moedas fortes com os quais financia-se a importação de insumos e bens de capital e amortiza-se, ao mesmo tempo, o serviço da dívida." (CARDOSO: 1975; 59) Fundamentando-se num artigo de Carlos Doellinger, dizia as "exportações estão sustentadas por uma política de 'taxa cambial flexível' e de mini-desvalorizações do cruzeiro, por incentivos fiscais à exportação e por incentivos creditícios... Em outras palavras a exportação é subsidiada,...". (CARDOSO: 1975; 58)

(2)

O fato gerador da sustentação das exportações de manufaturados era, portanto, o subsídio. Em outras palavras, o Estado, através de mecanismos fiscais e financeiros subsidiava a acumulação de capital que produzia

2) O artigo a que Fernando Henrique Cardoso se refere é o de: Carlos Doellinger - "Exportações Brasileiras: Diagnósticos e Perspectivas," in *Pesquisa e Planejamento*, IPEA. Rio de Janeiro, vol. nº-1, junho, 1971.

para a exportação. Nesse sentido, está presente na exportação de manufaturados a mesma lógica da ação estatal que presidiu a política de desenvolvimento regional. A simultaneidade dos mecanismos fiscais e financeiros na implementação das políticas de desenvolvimento regional e das políticas de exportação de produtos manufaturados não é, portanto, mera coincidência: estas políticas orientam-se pela privatização de recursos públicos, ou seja financiamento e utilização de capital subsidiado.

A rigor não há nenhuma peculiaridade na presença destes mecanismos financiadores da acumulação relacionados a tais políticas, porque toda a política econômica, desde o governo autoritário, se orientou por este mesmo padrão de financiamento da acumulação industrial. Como vimos anteriormente, durante o período autoritário os mecanismos fiscais e financeiros de estímulos à industrialização desempenharam um importante papel no uso dos recursos públicos, impulsionando a hegemonia do grande capital. A ação do Estado autoritário ao sobredeterminar as políticas - política de desenvolvimento regional e política de exportações, industrial, etc. -, promovendo a hegemonia do grande capital, impulsionou a concentração e centralização do capital. (3)

3) Francisco de Oliveira quando discute as mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil acentua a importância dos incentivos fiscais nestas transformações. Segundo este autor, os incentivos fiscais e subsídios, por se constituírem num mercado de capitais cativos radicalizam e antecipam no Brasil o que era apenas uma tendência mundial

Desta maneira, à medida que a conjuntura internacional se alterou, tornando o comércio mundial de produtos têxteis mais competitivo, a política supostamente de incentivo à exportação, como veremos adiante, funcionou como substituto da eficiência produtiva e administrativa da empresa, reduzindo custos e viabilizando uma participação mais competente dos produtos têxteis no mercado mundial. Como é sabido no mercado internacional a competição é bastante acirrada, fazendo com que tradicionalmente os empresários, sob esta alegação, solicitem apoio de seus governos. (4)

A exportação de produtos têxteis, almejada por países em desenvolvimento como o Brasil, respondeu a uma

do desenvolvimento capitalista: a concentração e centralização do capital. (Cf. OLIVEIRA: 1980; 69)

Mais recentemente, este autor volta a repisar o tema em seu artigo "A Metamorfose da Arribaça," onde retoma a questão do desenvolvimento regional e o papel dos mecanismos fiscais-financeiros, indicando como estes funcionam como recortes para o privilegiamento do capital. Ainda arrola uma lista sumária das principais vias pelas quais toma forma a utilização dos recursos públicos na expansão industrial sob a política de desenvolvimento regional. Assinala que: "Essa nutrida lista é a mesma para o Brasil como um todo, revelando, pois, que o padrão financiamento/utilização de recursos públicos que preside à expansão da economia nordestina é o mesmo que foi utilizado pelo Estado autoritário para a economia nacional, levando à exaustão e aos impasses atuais de déficit e dívidas públicas interna e externa, à erosão da carga tributária bruta, à incapacidade de investimento do Estado e à inflação." (OLIVEIRA: 1990; 71)

4) Um estudo da indústria têxtil em país vizinho, afirma que apesar da indústria têxtil brasileira ter em muitos casos custos maiores, "las exportaciones textiles brasileñas son, de lejos, las mayores de Latinoamérica. El punto es que los textileros brasileños gozan de subsidios a la exportación que les permiten vender a precios muy competitivos." (BALBI: 1982; 38)

nova divisão internacional do trabalho. Esta nova divisão impôs internacionalmente uma reestruturação industrial; em termos teóricos, correspondia a uma nova condição de reprodução do capital e de diferenciação do espaço mundial. Apesar da chamada crise do petróleo e da recessão mundial, o Brasil, como uma série de países de industrialização recente, principalmente asiáticos, dinamizavam a produção têxtil com vista à exportação para Europa e Estados Unidos.

(5)

O desenvolvimento da internacionalização da economia se aprofundou. Este foi o momento em que ocorreu uma internalização da divisão internacional do trabalho em harmonia com estratégias de expansão das empresas multinacionais e com ampliação das concessões ao capital internacional. Vale repetir que as "novas técnicas, principalmente aquelas para processar e explorar inovações, trazem, como nunca antes, a possibilidade de dissociação geográfica das atividades. A esse fenômeno podem-se acrescentar muitos outros: a criação de novas colônias periféricas no mundo subdesenvolvido; as novas formas de industrialização com a internalização da divisão do trabalho; e a chegada do capital e da tecnologia dos países adiantados para usar uma força de trabalho barata lá onde

5) Uma revista especializada em artigos sobre a indústria têxtil indica que na década de 70 a produção de tecidos cresceu 3,6% nos países em desenvolvimento e, apenas, 1,5% nos países industrializados. (Cf. *Its Textile Leader*: setembro/1987; 24)

vive, isto é, nos países dependentes." (SANTOS: 1985; 28)
(6)

A reestruturação do capital, por ser global, buscou nessa nova divisão internacional do trabalho a maneira de aproveitar as vantagens locacionais em escala mundial para serem transformadas em sobrelucro. Nesta redivisão do espaço mundial, "certas indústrias - sobretudo a indústria têxtil, a de montagem de aparelhos eletrônicos ou elétricos simples, que necessitam relativamente de muita mão-de-obra - deslocaram-se para os países menos desenvolvidos, enquanto nas nações imperialistas, o centro de gravidade da indústria se transferiu cada vez mais para o setor de bens de produção e meios de transportes". (MANDEL: 1990; 199)

Esta transformação da divisão do trabalho significou uma interpenetração de mercados jamais conhecida na história. Velhos papéis e funções se transfiguraram: o mercado norte-americano, que até meados dos anos 60, se abastecia de produtos, máquinas e equipamentos têxteis, no mercado interno, em vinte anos, teve esta situação modificada. Em "1984 la industria estadounidense de textiles compró casi el 50% de su maquinaria en el extranjero." (Its

6) Quanto à discussão da indústria têxtil e do vestuário no contexto da nova divisão internacional do trabalho lembramos o livro pioneiro de Folker Frobel, Jurgen Heirichs e Otto Kreye. *Die Neue Internationale Arbeitsteilung*. Rowolt, Hamburgo, 1977. A edição em inglês data de 1980.

Textile Leader: outubro/1988; 82)

Estas significativas transformações atingiram as exportações de produtos brasileiros para os EUA, as quais se iniciaram no final dos anos 60, por ocasião da formação do Mercado Comum Europeu, que ao instituir tarifas comerciais elevadas para os países não membros, comprometeu o tradicional comércio do Brasil com esses países da Europa. Foi em 1973, através do Acordo de Multifibras Têxteis, firmado no âmbito do GATT - Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio - que o comércio internacional de fibras foi regulamentado, passando a vigorar em primeiro de janeiro de 1974. O estabelecimento de cotas para a comercialização de manufaturados têxteis expressava, na verdade, uma retração do comércio mundial. (7)

Conflituavam-se interesses. O país exportador buscava garantir mercado para seus produtos e o país importador se via diante de forças internas que promulgavam uma defesa nacionalista de suas indústrias. Em outras palavras, diante da contração da economia mundial, os

7) "A retração no volume do comércio mundial resulta, fundamentalmente, da interação de tres fatores:
 - Ela é um produto direto da recessão nos países imperialistas, ...
 - Ela é um produto indireto da recessão, ...
 - Ela é o produto de uma política deliberada de redução das importações, seguida, sobretudo, por algumas potências imperialistas, confrontadas com fortes déficits de seu balanço de pagamentos durante o primeiro semestre de 1974, isto é, o produto de uma volta pouco disfarçada ao nacionalismo econômico e ao protecionismo." (MANDEL: 1990; 20)

países da Europa e Estados Unidos, como já mencionamos, buscaram se proteger deixando à vista a incapacidade de sustentarem um desenvolvimento capitalista acelerado.

É preciso lembrar que tanto a Europa como os EUA têm uma consolidada e tradicional indústria têxtil e a par da importação de produtos têxteis, estes países, através do sistema de cotas no comércio internacional, buscam garantir, cabe repetir, mercado para suas próprias indústrias. Por isso é que a luta do empresariado brasileiro, tanto quanto dos demais países de industrialização recente, pela elevação de cotas de exportação, se confronta com a defesa da estrutura industrial e da manutenção do nível de emprego nos países desenvolvidos. A "indústria têxtil da Europa Ocidental (tanto a de tecidos em fibras naturais e sintéticas como a de produtos finais) é cada vez mais ameaçada pelas importações provenientes de países com salários sensivelmente inferiores. Em 1969, as importações de produtos têxteis somente representavam 5% das vendas totais de produtos têxteis na Europa Ocidental; em 1976, elevavam-se a 11%, aumentaram ao ritmo anual de 10% enquanto as vendas totais apenas cresceram anualmente 2%. (The Economist, 11 de set. 1976)" (8)

Convém esclarecer que as negociações

8) Apud Mandel: 1990; 200.

posteriores ao primeiro acordo firmado em 1973, foram mais restritivas, a despeito dos esforços empreendidos pelo empresariado brasileiro para impedir qualquer limitação. Em 1977, por ocasião da sobretaxação sobre os fios de algodão brasileiro, o presidente do Sindicato da Indústria Têxtil e de Tecelagem do Estado de São Paulo advertia: "a sobretaxa imposta ao produto brasileiro tornou, 'praticamente impossível,' a exportação do produto aos Estados Unidos..." Nesta ocasião "alertou para a questão da sobretaxa adotada para os fios de algodão abrir um precedente 'perigoso' para a extensão de medida aos 62 outros produtos têxteis." (Jornal do Comércio, 17/03/1977) (9)

Apesar das barreiras que se criaram, a interdependência dos mercados se acentuou estravazando fronteiras nacionais e consolidando a formação de blocos econômicos entre países industrializados, reforçando o mecanismo de regulação do mercado através de cotas. Dizia-se: o "que os países em desenvolvimento preparam para provar é que, munidos desse mecanismo, os países industrializados impuseram restrições às exportações dos países em desenvolvimento e abriram reserva de mercado ocupada pelo

9) "Acresce notar que nossos principais parceiros comerciais passaram a coibir em maior grau as importações de têxteis brasileiros. Tanto os Estados Unidos como os países da CEE estabeleceram cotas para as importações de nossos produtos têxteis, impossibilitando desse modo o desejado aumento das nossas vendas para esses mercados. No novo Acordo, os países da CEE - responsáveis por cerca de 40% de nossas exportações - estabeleceram cotas de importação inferiores às que prevaleciam no Acordo anterior." (Diário Comércio e Indústria, 18 e 20/02/1978)

comércio entre eles, os industrializados." (Gazeta Mercantil, 04/07/1981) Tanto que durante as negociações de 1981, numa situação de agravamento da depressão econômica em que se encontravam os países europeus, ficou transparente a estratégia dos países industrializados em proteger suas indústrias. Frente ao declínio da taxa de crescimento do consumo per capita de produtos têxteis, procuraram impor restrições às exportações dos países de industrialização recente e garantir reserva de mercado para o comércio internacional. (10)

Estes acordos bilaterais, possíveis a partir de 1983, se de um lado acenam novas possibilidades, de outro, podem se traduzir em enfraquecimento de posições a serem tomadas em comum acordo pelos países de industrialização recente. Naquela ocasião, Jacks Rabinovich, grande empresário do setor têxtil, dizia "a

10) "A Comunidade Econômica Européia (CEE), reconhecidamente o grupo mais protecionista entre os industrializados, divulgou alguns parâmetros. Entre eles, um assusta particularmente o Brasil. O de que levará em conta o grau de acesso ao mercado que cada país concede aos produtos têxteis da Comunidade. E o Brasil proibiu a importação de vários itens do setor, alegando no GATT problemas de balanço de pagamentos." (Gazeta Mercantil, 04/07/1981)
Algumas empresas, a fim de elevarem suas taxas de exportação buscaram contornar os mecanismos protecionistas dos países compradores. Uma estratégia para furar o bloqueio protecionista consiste no estabelecimento de operações triangulares, onde se capta cotas de outros países exportadores que não irão preenchê-la. Esta estratégia, a título de exemplo, foi utilizada pela Alpargatas que assim conseguiu, em 1984, ampliar substancialmente suas vendas no mercado norte-americano. (Cf. Gazeta Mercantil, 14/10/1975 e 05/07/1984)

Comunidade Económica Europeia está discutindo as cotas de importação de têxteis com cada um dos exportadores desses produtos, com o claro intuito de enfraquecê-los." (O Estado de São Paulo, 05/11/1982) Com intuito de exercer pressão sobre os países importadores de manufaturados têxteis, o Ministério da Indústria e Comércio do Brasil procurava pressionar ameaçando suspender a importação de máquinas e equipamentos têxteis. (11)

Neste quadro mundial, onde a taxa de crescimento da produção têxtil tem diminuído, como pode ser verificado pelos dados abaixo, a reestruturação mundial da indústria têxtil no âmbito de uma "nova divisão internacional do trabalho implica inevitavelmente que certos avanços de industrialização de países do Leste Asiático ameacem importantes setores industriais dos imperialistas." (MANDEL: 1990; 199)

11) Cf. O Estado de São Paulo, 05/11/1982. "Os dez países membros do CEE estão exigindo cortes nas cotas de importação de até 12% e outras restrições rigorosas como condição para permanecer dentro do novo Acordo Multifibras (AMF), de 1982-86." (Gazeta Mercantil, 29/09/1982)

TABELA VIII

TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO MUNDIAL DA INDÚSTRIA TEXTIL
1960-1984 (%)

Países	1960-70	1970-80	1980-84
Industriais	3,9	1,5	-1,0
De indust. recente	4,1	3,6	1,3

Fonte: Frobel F., Henrichs J. & Kreye, O. - *Uabruch in der Weltwirtschaft*, Hamburg, 1986, p. 108. ⁽¹²⁾

Inicialmente pode-se pensar que a recessão econômica tenha se colocado em termos de redução dos investimentos, como tende a ocorrer com outros setores industriais. Mas, não é o caso. Segundo o presidente da Confederação Têxtil da Alemanha Federal, Wilhem Hardt, o meio mais efetivo para as nações industrializadas competirem com o desafio das importações têxteis baratas dos países de industrialização recente é através de melhor tecnologia e organização da produção, combinadas à um desenho mais sofisticado do produto. Referindo-se ao retrocesso da produção têxtil nestes países, afirma que, em geral, se "considera que este retroceso se debió al aumento de las importaciones y a la descendente demanda en la industria de la confeccion de prendas de vestir, la misma que sufrió igualmente bajo la presión de la competencia extranjera. Naturalmente, también desempeñó un papel en esta situación el aumento de la productividad de las empresas debido a las

12) Cf. *Its Textile Leader*: ed. especial, setembro/1987; 24.

inversiones en instalaciones modernas, que ahorran trabajo." (Its Textile Leader: outubro/1988; 82)

Em 1981, o presidente do grupo têxtil francês Rhône-Poulenc, Jean Gandois, já havia dito que o mercado mundial de produtos têxteis estava estagnado. Afirmava que "toda a indústria têxtil deve passar por grandes transformações nesta década, prevendo-se o desaparecimento de muitas empresas e o direcionamento das sobreviventes para produções especializadas. Logicamente, voltadas para a produção em grande escala e com um alto nível de mecanização, o que exigirá crescentes investimentos. Pelo seu raciocínio, os grandes grupos internacionais deverão restringir sua área de ação, canalizando investimentos para setores especializados. Na produção de fios têxteis disse, 'vamos ter só dois produtores na Europa, a ICI (indústria química inglesa) e Rhône-Poulenc. Certamente, sobrará um outro italiano, ainda não sabemos qual. Na área de produção de poliéster, sobrarão quatro grandes, novamente nós e a ICI, a Hoescht e a Enka. No acrílico, teremos a Bayer, novamente a Hoescht e Courtaulds (também inglesa)" (Gazeta Mercantil, 16/03/1981)

E preciso insistir que a crise mundial implicava, justamente, em fazer desaparecer os empreendimentos de menor rentabilidade fossem grandes ou

pequenas empresas, estivessem localizados eles acima ou abaixo da linha do Equador.

A respeito deste quadro mundial, Alain Lipietz, sugerindo a imagem da trama e urdidura da tecelagem, insiste que a inserção de um país no capitalismo mundial não é um dado, mas um achado onde é importante a confrontação e a luta como história. "Repito mais uma vez que a divisão internacional do trabalho é um 'achado' - ou melhor, 'combinação' de achados, de resistências, ou de adaptação a esses achados... Desconfiemos dos rótulos, desconfiemos da 'divisão internacional do trabalho', e tentemos ver como 'funciona' cada país, o que produz, para quem, como, quais são suas formas de relação salarial, quais regimes de acumulação sucessivos se desenvolveram e por quais razões...". (LIPJETZ: 1988; 40/42)

Os argumentos desenvolvidos nesta parte do trabalho, procuram mostrar que não se pode reduzir a reorientação da produção têxtil para o mercado externo, apenas como sendo produto de uma condição do mercado ou como desempenhando um papel funcional na nova divisão internacional do trabalho.

Com igual intuito de superar reducionismos procuramos mostrar, a seguir, interesses conflituais internos que envolvem diretamente a indústria têxtil.

Os empresários têxteis paulistas para atingir maior competitividade no mercado internacional reivindicaram, não só incentivos fiscais e financeiros à exportação, como também, outras formas de estímulos que barateassem os produtos intermediários, como energia e preço do algodão. Luis Américo Medeiros, então presidente do Sindicato da Indústria Têxtil e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo, em 1979, dizia: "o setor não precisa de subsídios para exportar, mas apenas incentivos de baixo para cima, que são preços da matéria-prima iguais aos do mercado internacional, juros e energia baratos, a exemplo do que fazem os Estados Unidos e de tal maneira que, no preço do produto final, não fique caracterizado o subsídio, o que torna o produto passível de aplicação de sobretaxas por parte dos países importadores." (O Estado de São Paulo, 28/01/1979) (13)

Há muito o preço do algodão tem sido um divisor entre os interesses do produtor de agrícola e do industrial têxtil. Para permanecermos na análise dos anos mais recentes, na década de 70 a redução da área de plantio do algodão, somada à alta dos fertilizantes e insumos usados na lavoura comprometeram a expansão da cultura, elevando o preço do algodão no mercado interno, repercutindo na

13) Do ponto de vista empresarial, dado o custo de produção no país, que é alto em decorrência do alto custo dos fretes, das anilinas, dos corantes, do óleo combustível, energia elétrica, se alegava que a indústria têxtil só se tornaria competitiva no mercado externo se fosse fortemente subvencionada. (Cf. O Estado de São Paulo, 28/09/1980)

competitividade dos produtos têxteis no mercado internacional.

O próprio Sindicato da Indústria Têxtil e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo, apontava a necessidade de uma política global que abrangesse o algodão. Esta posição foi defendida por Luis Américo Medeiros por ocasião de sua posse na presidência do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo.

Em 1975 o preço do algodão chegou a ser 20% a 30% mais caro que a cotação internacional. Em 1977 esta cifra se elevou a 50%, significando um preço 200% mais caro que o preço interno do ano anterior. Os industriais afirmaram, então, que devido ao alto preço do algodão no mercado nacional, tinham deixado de exportar U\$ 200 milhões. (Cf. Jornal do Brasil, 23/02/1975 e Tendência: maio/1977; 61-65) (14)

Neste ano os empresários têxteis solicitaram a liberação da importação do algodão com a contrapartida da exportação. Estava posta para a indústria têxtil brasileira, a formação do "draw-back," ou seja, a importação do algodão a preço internacional com a contrapartida de ser

14) O mesmo ocorreu em 1980, quando as "exportações do setor têxtil brasileiro ficaram seriamente prejudicadas... devido principalmente, ao encarecimento da matéria-prima, cerca de 50% mais cara do que em outros países também exportadores desses produtos, o que terminou por nos colocar fora da competição." (Jornal do Comércio, 29/01/1981)

reexportado em produto acabado. (15)

Do ponto de vista do empresário têxtil o apoio à produção interna do algodão deveria ser acompanhado da possibilidade de importação de algodão sempre que a produção interna não fosse suficiente em volume, quando o preço fosse maior que o do mercado internacional e, ainda, conforme a qualidade do algodão, quando este não fosse compatível com o algodão importado.

Diante das dificuldades na formação de estoque de algodão, muitas pequenas indústrias acabaram arrendando seus maquinários industriais às grandes que haviam conseguido manter seus estoques de matéria-prima. O controle de insumos, como veremos adiante, é um dos fatores da subcontratação, um dos imperativos do chamado "façonismo" na atividade industrial. Por outro lado, essa nova dificuldade fez crescer a procura de fios sintéticos. (16)

Cabe ressaltar que o Brasil tanto importa - do Paraguai, por exemplo -, como exporta algodão. E, ainda, que quando os preços internos do algodão se situam a um nível maior do que os preços no comércio internacional, isto

15) O sistema "draw-back" foi instituído em 28/03/1983 pelo Ministro da Fazenda para possibilitar que a indústria adquirisse no exterior, com benefícios fiscais, matérias-primas que entram na composição de produtos a serem exportados. (Cf. O Globo, 11/03/1983)

16) Mesmo com a elevação do petróleo em 1977, o poliéster custava mais barato que o fio de algodão. (Tendência: maio/1977; 61-65)

não significa impedimento à exportação brasileira. Para o Brasil a exportação se situa no âmbito de uma política que busca contrabalançar a balança de pagamentos com incentivos à exportação. Tanto que as exportações de algodão em 1983 contaram com subsídios, embora também tenham sido responsáveis pelo aumento do preço no mercado interno. Vejamos, em 1983 a safra prevista de algodão, era de 730 mil toneladas, mas foi apenas de 578. Foram exportadas 175 mil. Na medida que a necessidade da indústria têxtil era de 600 mil toneladas, devido à exportação o déficit se tornou maior do que poderia ter sido. (Cf. O Estado de São Paulo, 29/11/1983) (17)

Os empresários têxteis apontam a necessidade de controle das exportações de algodão, argumentando que "as exportações do setor crescem toda vez que as exportações de algodão estiveram controladas e que exportar produto acabado é muito mais rendoso para as indústrias e para o

17) "Em 1982 a defasagem no preço dos produtos têxteis nacionais - mais caros - em relação ao preço internacional, tornando impeditiva a exportação de 46 mil toneladas de tecidos fez do mercado interno a única alternativa de demanda. Isso obrigou as indústrias a colocar o produto que elas não podiam exportar, no mercado interno, por preços baixos." (Diário Comércio e Indústria, 24/08/1981)
Acusava-se a Companhia de Financiamento da Produção, responsável por toda a compra de algodão, de desorganizar o mercado dada sua posição agressiva quanto a exportação e pela especulação com o produto; bem como pela exportação do algodão de boa qualidade, comprometendo a qualidade do produto manufaturado destinado à exportação. (Cf. O Estado de São Paulo, 25/09/1983).
A alta do preço do algodão foi de 569,42% em 1983. (Cf. Diário Comércio e Indústria, 16/06/1984)

país."(Jornal do Brasil, 08/09/1984) (18)

Em 1984 o preço do algodão já havia se estabilizado na paridade internacional trazendo de volta a competitividade dos manufaturados têxteis. Atualmente, como "a disponibilidade do algodão no mercado está muito ajustada ao consumo previsto, a expectativa é que permaneça o atual decompasso entre preços externos e internos até meados de setembro. (Informativo CFP, 25-29/06/1990) (19)

Todavia, levando-se em consideração o conjunto das fibras naturais, estas custam, em média, 15 a 20% mais que as importadas. A fibra de poliéster importada custa US\$ 1,40 o quilo, com todos os encargos. A produzida no Brasil, US\$ 1,80 e US\$ 1,90. (20)

Interesses divergentes não se situam apenas no âmbito dos industriais têxteis em relação aos produtores de algodão. Os industriais do ramo de confecções queixam-se dos primeiros no tocante à problemas no abastecimento

18) Segundo Luiz Americo Medeiros, os beneficiadores de algodão estabeleceram uma concorrência desleal de graves reflexos sociais, exportando o produto que deveria ser vendido às indústrias, reduzindo a captação de divisas, pois a fibra exportada gera um dólar, enquanto que o produto manufaturado gera quatro dólares. (O Estado de São Paulo, 28/04/83)

19) "Para Brigit de Bastos, da Fort Trading, nossos preços são altamente competitivos, principalmente depois que o algodão passou a acompanhar as cotações internacionais e a política de desvalorização do cruzeiro se tornou mais realista." (Diário do Comércio e Indústria, 19/09/84)

20) Cf. Gazeta Mercantil: Balanço Anual/ 1990; 329.

interno de fios e tecidos devido às exportações efetuadas.

A confluência dos diversos segmentos envolvidos - desde os referentes à matéria-prima, até a comercialização, conduz, ora à divergências, como apontamos, mas também, ora à coalizão. Vejamos, o "setor têxtil se une quanto à reivindicação de menores tarifas para máquinas, mas se divide quanto à reivindicação dos produtores de fios, tecidos e confecções e se congrega novamente quando favorece a rebaixa de alíquotas de matérias-primas industriais e agrícolas." (Folha de São Paulo, 07/07/1990)

Os empresários têxteis reivindicavam, também, facilidades para importação de máquinas e equipamentos têxteis. Apesar da política de incentivos fiscais e subsídios, vinculada - como vimos no capítulo precedente - a uma política de descentralização industrial, convém esclarecer que o financiamento à modernização da indústria têxtil não foi inaugurado pelas políticas de desenvolvimento regional, como uma política explícita. Todavia, como política implícita, as políticas de desenvolvimento regional modernizaram o parque têxtil à medida que as empresas que se instalaram no Nordeste, destruíram as empresas menos competitivas. (21)

21) "Políticas explícitas são aquelas dirigidas com o claro e específico objetivo de apoio a determinado segmento da atividade produtiva. As políticas implícitas são aquelas que objetivam o controle de variáveis macro econômicas e acabam por afetar determinados setores." (ATEM: 1989; 53)

E preciso retomar este ponto para lembrar que desde o final dos anos 60, através do BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico -, a indústria têxtil recebeu financiamento para a importação de máquinas e equipamentos têxteis. Já nesta época, o reequipamento da indústria têxtil se constituiu em prioridade do governo, através do binômio: modernização e exportação. Tanto que dez anos depois, em 1970, foram suspensos os incentivos ao setor têxtil que não vinculassem ao aumento da função da capacidade instalada à maior participação no mercado internacional. Nesse ano "o Governo lançou, através da Resolução 1/70 do Conselho Monetário Nacional, a campanha de sucateamento, que consiste na inutilização das máquinas velhas e improdutivas e na conseqüente modernização do material, com financiamento imediato por parte do Governo." (Gazeta Mercantil, 14/10/1970)

E necessário frizar, a bem da necessidade de uma compreensão mais ampla do problema da reestruturação industrial, que a modernização da indústria têxtil se beneficiou da atuação do governo na década de 60, por ocasião da construção da ponte Rio-Niterói. Na construção desta ponte, "ficou por baixo do pano," o compromisso que o Brasil firmou para a aquisição de um grande volume de máquinas e equipamentos têxteis, como necessidade de responder ao financiamento inglês para a realização daquela obra de engenharia. Por curioso ou contraditório

que possa parecer, há uma estreita relação entre o financiamento da construção da ponte Rio-Niterói e a importação de máquinas e equipamentos têxteis ingleses. Na ocasião, o grupo inglês Rothschild, além de financiar parte daquela obra de engenharia, impôs a condição de que se importasse máquinas e equipamentos têxteis, que eles queriam vender: coisas da influencia inglesa na história do Brasil.

(22)

Desta maneira, o financiamento dos Rothschild foi a "ponte" para que, em um ano, de 1972 a 1973, a importação de máquinas e equipamentos têxteis praticamente quadruplicasse: de 2.599 unidades a importação passou para 10.276. (23) Assim é que a luta contra o obsolescência industrial, através do sucateamento da maquinaria instalada, se tornou um aspecto importante da política de desenvolvimento do setor têxtil. Não bastava instalar o novo era preciso "queimar" o velho.

Este esforço de modernização, teve cena e público. "Com o sucateamento de uma velha unidade de

22) A intermediação foi feita pelo BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Para "transferir os equipamentos importados aos industriais, o BNDE se viu forçado a abrir linhas de financiamento especiais. Posteriormente, por volta de 1970, o BNDE assumiu a posição de financiador do capital de giro das empresas endividadas... "E, foi assim que o banco estatal acabou, em 1977, tendo uma participação de 13,07% do capital da Fábrica de Tecidos Dona Isabel, após esta indústria passar por um período de inadimplência. Como também, tendo controle total da Lutfalla." (Cf. O Globo, 09/10/1977)

23) Cf. (Gazeta Mercantil, 09/06/1976)

produção, a indústria têxtil brasileira iniciou sexta-feira em São Paulo a renovação do seu maquinário, dentro da orientação do Governo no sentido da modernização desse ramo industrial que é hoje um dos mais expressivos, situando-se em quarto lugar, no que tange ao valor da produção, e empregando cerca de 20% da mão-de-obra ocupada na indústria. Como se sabe, em janeiro último o Conselho Monetário Nacional baixou resolução estabelecendo incentivos ao reequipamento do setor têxtil, mas também determinando o sucateamento obrigatório do maquinário a ser substituído." (Gazeta Mercantil: 27/07/1970)

A modernização da indústria têxtil se explicitava, de um lado em incentivos para a instalação de maquinário novo e, de outro, se completava pelo sucateamento de máquinas e equipamentos envelhecidos. Um vinculado ao outro. Tratava-se de um sucateamento compensatório, pois desde que se obtivesse incentivos para importação de máquinas e equipamentos era exigido que se inutilizasse, que fosse transformado em sucata, os equipamentos mais antigos. (Cf. Gazeta Mercantil, 09/06/1976) (24)

24) "O Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, baixou ontem uma resolução estabelecendo novas normas para a política de incentivos à indústria têxtil. A Resolução vai aperfeiçoar a sistemática de concessão dos benefícios, para proporcionar às empresas oportunidades de expandir sua produção pela melhoria da produtividade, sem abandonar o princípio básico do sucateamento compensatório... a Resolução assinala que os incentivos fiscais serão concedidos às empresas que não concorram para aumento da capacidade instalada. Resolução

Art. 1º - Os incentivos fiscais financeiros instituídos pelo

A resolução do Conselho de Desenvolvimento Industrial, era enfática: "serão quebradas, na presença de um fiscal do Ministério da Indústria e Comércio, pelo ao menos 85 por cento da capacidade de produção dos equipamentos novos em máquinas obsoletas, mesmo que estas estejam em outras empresas. Esta medida só não será aplicada caso a implantação do novo equipamento se destine à exportação de pelo ao menos 50 por cento de sua produção, entre outros casos previstos, como o de utilização acima de 4.800 horas anuais do equipamento já existente." (O Globo: 23/04/73)

Foi durante os anos setenta, convém acrescentar, que uma política efetiva para o desenvolvimento da indústria de máquinas e equipamentos têxteis, se estabeleceu. (25) Todavia, cabe esclarecer que a indústria

Decreto Lei 1.137, de 7.12.1970, serão concedidos aos projetos que não concorram para aumento da capacidade de produção instalada, definida em unidades fiscais na data da apresentação do projeto, e atendido o princípio do sucateamento compensatório da máquinas obsoletas.

Art. 2º - O sucateamento compensatório será determinado pela eficiência mínima de 85% da capacidade de produção nominal horária dos equipamentos novos e pela produção efetiva dos equipamentos em utilização a serem substituídos...

Art. 3º - O CDI podera conceder incentivos fiscais e financeiros para os projetos, sem sucateamento compensatório, nos seguintes casos:

A) Quando objetivem e comprovem a viabilidade de exportação de no mínimo 50% da produção adicional nos dois primeiros anos após a instalação dos novos equipamentos;

B) Quando se referirem à fiação ou tecelagem de fibras duras vegetais..." (Folha de São Paulo, 11/10/1972)

25) Cabe lembrar, numa retrospectiva histórica, que a produção de teares no Brasil se vincula à expansão do mercado de produtos têxteis por ocasião da Segunda Guerra Mundial, dada as dificuldades de importações. Terminado o conflito mundial as dificuldade de importação de máquinas

têxtil nacional de máquinas e equipamentos é nacional em termos. Menos da metade das máquinas e equipamentos têxteis, em 1978, podiam ser consideradas eminentemente nacionais. Neste ano, "as empresas totalmente estrangeiras detinham 15,2% de todo mercado, as mistas controlavam 39,1% e as nacionais, 45,6%." (26) Mas convém esclarecer que o nível de nacionalização do setor é muito diferente, segundo o produto. Por exemplo, a produção de máquinas para revestimento de tecidos para pneumáticos e preparação para fição e tecelagem e acabamento de tecidos, em 1976 era 75% nacionalizada, com tecnologia importada da Kleinewefers, Schafhorst e Sucker, pela Máquinas Têxteis Santa Clara Ltda, controlada pela Peterson E. Co, alemã. No caso das engomadeiras e urdideiras, o nível de "nacionalização" era mais expressivo, de 85%, segundo Hugo Donat, diretor da Santa Clara. (27)

Neste esforço de nacionalização entre vários expedientes financeiros e creditícios a presença do FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial - foi decisiva. O FINAME - ao garantir um financiamento de longo prazo, se fez presente em 60 a 70% dos casos de financiamento à produção de máquinas e equipamentos têxteis. Com o FINAME o financiamento que até então correspondia a 50% do valor do

persistiu pois se iniciou a renovação do parque têxtil europeu. Haja visto que naquela época para se importar um tear Drepper era comum esperar dois anos para a entrega.

26) Cf. Diário Comércio e Indústria, 27/07/1978.

27) Cf. Gazeta Mercantil, 09/06/1976.

equipamento, passou a ser de 80% e o prazo de 5 anos se estendeu para 8 anos. (28)

Contudo, logo em 1975, a indústria de máquinas e equipamentos têxteis encontrava-se com capacidade ociosa instalada, tendo atendido naquele ano apenas 57% do mercado interno. As razões eram devidas, de um lado, às importações que, segundo o BNDE, eram facilitadas e, de outro, às restrições que os empresários têxteis faziam ao equipamento nacional, devido sua qualidade, tanto que as máquinas de dividir, descarnar, desbastar e as prensas hidráulicas continuavam a ser importadas, embora existisse similar nacional.

É claro que fabricar e adquirir tecidos e máquinas internamente ou importar esses produtos, são atos que se traduzem em vários significados, segundo diferentes interesses. Na defesa da produção interna, um representante da indústria de máquinas e equipamentos têxteis argumentava que embora a indústria nacional acompanhasse as inovações, não era necessário produção de máquinas e equipamentos têxteis muito modernos. (29) Situava sua defesa no âmbito

28) Cf. Gazeta Mercantil, 07/07/1972. Ainda segundo este mesmo jornal, entre os setores industriais, foi a indústria têxtil a segunda em número de projetos de expansão e modernização aprovados pelo CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial. (Cf. Gazeta Mercantil, 20/02/1973)

29) Esta posição é de Hiroyuki Sato - diretor da Howa S. A. Indústria Mecânica e membro do Departamento Setorial de Máquinas e Acessórios Têxteis da ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos e do

do emprego e do mercado de consumo e na questão da falta de recursos para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e nos custos de financiamento.

Na opinião deste representante do empresariado produtor de máquinas têxteis, a "maioria das empresas do setor operam sob licença de empresas estrangeiras, por isso, qualquer inovação lançada pelos grandes fornecedores internacionais de 'know-how' imediatamente é acompanhada pelo Brasil. Em alguns casos a indústria brasileira pode atrasar-se um pouco, porque o mercado consumidor de equipamentos às vezes não justifica um investimento na produção de determinado dispositivo que aumenta muito pouco a produtividade dessa ou daquela máquina." (Gazeta Mercantil: 06/07/1972)

Argumentando, ainda, sobre a desnecessidade de um nível avançado na modernização de máquinas, o representante dos produtores de máquinas defendia a manutenção de um nível técnico "não sofisticado, a fim de evitar dispensa maciça da mão-de-obra e assim, a consequente redução do mercado interno." (Diário de São Paulo: 24/03/1976) De certa maneira procurava aliados potenciais para o seu ponto de vista - trabalhadores e consumidores.

SIMESP - Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo. A indústria Howa S. A. se constituiu numa empresa de capital misto. Quanto às ações, "13% das ações do capital social são controladas pelo grupo japonês e as 10% restantes pertencem atualmente a um grupo suíço e outro americano." (Diário Comércio e Indústria: 10/03/1979)

Ainda anos mais tarde afirmou que seria "falta de bom senso que fosse adotado, pelo menos a curto prazo, o mesmo modelo de modernização da indústria têxtil dos países desenvolvidos. Eles têm escassez de mão-de-obra, o que obriga a uma automatização e a uma sofisticação na produção de tecidos. Como se explica uma indústria no Nordeste que não necessite empregar mão-de-obra? A questão da rotação dos teares é muito relativa porque mesmo os Estados Unidos e países europeus possuem grande população de teares convencionais funcionando a 200 rpm, que estão sendo substituídos somente agora... Provavelmente o número de empregados por tear, no caso de uma rotação ou outra, possa até ser o mesmo. Mas como será aumentada a produção, logicamente se empregará menos mão-de-obra."(Diário Comércio e Indústria: 10/03/79)

Nesta mesma matéria jornalística afirmava, em defesa da produção interna de máquinas e equipamentos têxteis, que o "similar nacional é mal compreendido. A legislação não dá vantagens à indústria brasileira de maquinaria têxtil, apenas a protege, como o faz em relação a qualquer setor indústria, inclusive o de fios e tecidos." (Diário Comércio e Indústria: 10/03/79) Procurava indicar, assim, a carência de recurso humanos e financeiros para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia como que justificando a dependência das empresas brasileiras com as indústrias estrangeiras, quer em relação à assistência

técnica ou licenças de importação.

Uma outra ordem de questão estava sempre presente, dizendo respeito a pouca liquidez da indústria têxtil nos momentos de recessão econômica. Afinal, como vender máquinas e equipamentos a uma indústria que operava com ociosidade e se defrontava com um mercado em retração, não conseguindo escoar seus estoques de fios e tecido? (30)

No início da década de oitenta, em plena situação econômica recessiva, os fabricantes de máquinas e equipamentos têxteis buscaram sensibilizar o ENDE para que este aumentasse a participação do setor de máquinas e equipamentos têxteis no FINAME. Uma segunda alternativa, a de aumentar a exportação, não era viável, pois os maiores compradores de máquinas e equipamentos têxteis, a Argentina e o México, enfrentavam dificuldades. O primeiro perdia poder aquisitivo face à má desvalorização de sua moeda e, o segundo, instituiu, naquele momento, licença-prévia de importação para conter seus gastos.

As indústrias têxteis, dentro do programa

30) Segundo Silvio Orsini, diretor do departamento de máquinas têxtil da ABIMAQ, a "maioria dos segmentos da indústria de máquinas têxteis está trabalhando com 50% da capacidade ociosa e já teve que dispensar cerca de 30% de sua capacidade total de trabalho. A situação é tão crítica que o segmento de máquinas de acabamento para fiação não recebe nenhuma encomenda há quatro meses... O segmento de filatórios tem encomendas para apenas dois meses." (Diário Comércio e Indústria, 14/10/1981)

BEFIEEX - Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais à Programas Especiais de Exportação -, desde 1982 deveriam obter aprovação de importação de máquinas e equipamentos têxteis que era concedida caso não houvesse similar nacional. Para isso o BEFIEEX consultava o SINDMAQ. Procurava-se, garantir mercado para o produtor de máquinas.

Em reunião do dia 10 de junho de 1984, no Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo, os industriais têxteis apontaram as dificuldades decorrentes na demora da consulta ao BEFIEEX em relação ao SINDMAQ e a "dor de cabeça" que ocorria quando se comprava um equipamento não adequado.

"Basicamente o que nós pretendemos não significa que o SINDMAQ pode forçar a empresa a comprar equipamentos que não sejam aqueles mais adequados, naturalmente, quando a empresa não encontra um equipamento que lhe é adequado, e compra aqui mesmo, então ela vai ter muita dor de cabeça, comprando aqui no mercado interno. Mas se o equipamento, a máquina não é de acordo com as necessidades, então, realmente o fato do SINDMAQ forçar a compra não parece adequado. E, por outro lado, a demora na negociação das partes, entre as empresas que por ventura produzam aqueles equipamentos... pode levar algum tempo e mesmo situações de mais de 10 meses, e tudo isso é inevitável, já para nós essa negociação, não podia levar

mais do que 90 dias..." (Ata da Reunião Ordinária do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo, 10 de junho de 1984)

Mas, foi só com a recuperação dos investimentos e do mercado externo, que os pedidos de máquinas e equipamentos têxteis se expandiram. No entanto, os prazos de entrega se alongavam diante do volume de pedidos. Os empresários têxteis se queixavam e apontavam a necessidade das importações. Os industriais de máquinas e equipamentos têxteis, por outro lado, advertiam que a importação genérica de máquinas e equipamentos têxteis comprometia a independência econômica do país. (31)

Argumentavam, ainda, que a "importação sem consulta à entidade seria injusta para com um setor que à poucos meses ainda trabalha com capacidade ociosa e que em 5

31) "Para implementar a modernização industrial, o Conselho Nacional da Indústria Têxtil está elaborando um programa, a ser entregue ao Ministro da Indústria e Comércio Roberto Gusmão. As principais reivindicações dizem respeito à facilidade de importação de componentes e peças de reposição, assim como a importação de equipamentos mesmo que exista similar nacional sempre que o prazo de entrega deste for superior a 18 meses." (Folha de São Paulo, 31/01/1986)
 "O Presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo e presidente do Conselho Nacional da Indústria Têxtil, Luiz Américo de Medeiros diz que um grande problema é que 'a indústria de máquinas não está conseguindo atender os pedidos; isto não é uma crítica, mas a indústria têxtil que está trabalhando a todo vapor terá que importar máquinas para atender a demanda.'" (Jornal do Brasil, 06/05/86)

Segundo postura do SINDIMAQ, a importação "indiscriminada nunca foi solução para nenhum País. Além disso, ao acarretar uma dependência da nação, acaba por enfraquecer a indústria nacional." (O Estado de São Paulo, 18/11/1986)

anos de crise teve que fazer de tudo para não fechar as fábricas. E interessante para muitas indústrias importarem sem pagar a alíquota correspondente, aproveitando-se desta euforia de modernização. Quem garante que aberta a torneira das importações será fácil fechá-la e que o setor não será prejudicado." (Folha de São Paulo, 17/07/1987)

Os investimentos na indústria de máquinas e equipamentos têxteis cresceram, impulsionadas pela demanda da indústria têxtil. O acordo de cooperação comercial com a Argentina, firmado em 1987 colocou as máquinas e equipamentos têxteis na lista de bens de capital a serem comercializados, incrementando-se as exportações. Ao mesmo tempo o SINDMAQ - Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas e a ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - afirmavam que as importações haviam se estabilizado. A "estabilização nas importações é um sinal de que as empresas nacionais de máquinas e equipamentos têxteis se adequaram às novas necessidades do mercado e que poderão garantir sua performance também pela substituição das compras anteriormente realizadas no Exterior." (O Estado de São Paulo, 08/09/87)

Mas, no ano seguinte, houve um desaquecimento do setor, devido, sobretudo, à queda no consumo de produtos têxteis e ao crescimento da inflação. Isto porque a capacidade de investimento na modernização deste setor

anos de crise teve que fazer de tudo para não fechar as fábricas. E interessante para muitas indústrias importarem sem pagar a alíquota correspondente, aproveitando-se desta euforia de modernização. Quem garante que aberta a torneira das importações será fácil fechá-la e que o setor não será prejudicado." (Folha de São Paulo, 17/07/1987)

Os investimentos na indústria de máquinas e equipamentos têxteis cresceram, impulsionadas pela demanda da indústria têxtil. O acordo de cooperação comercial com a Argentina, firmado em 1987 colocou as máquinas e equipamentos têxteis na lista de bens de capital a serem comercializados, incrementando-se as exportações. Ao mesmo tempo o SINDMAQ - Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas e a ARIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - afirmavam que as importações haviam se estabilizado. A "estabilização nas importações é um sinal de que as empresas nacionais de máquinas e equipamentos têxteis se adequaram às novas necessidades do mercado e que poderão garantir sua performance também pela substituição das compras anteriormente realizadas no Exterior." (O Estado de São Paulo, 08/09/87)

Mas, no ano seguinte, houve um desaquecimento do setor, devido, sobretudo, à queda no consumo de produtos têxteis e ao crescimento da inflação. Isto porque a capacidade de investimento na modernização deste setor

produtor de bens de consumo não-duráveis, está diretamente relacionada à performance do mercado interno enquanto capacidade de compra dos assalariados.

Instituiu-se o FROATEC - Programa de Acompanhamento da Evolução Técnica na Indústria - objetivando a superação da defasagem tecnológica brasileira. Buscava-se, assim, estimular o desenvolvimento da pesquisa e tecnologia no país, com o objetivo de se evitar perda de recursos e de pesquisas que já tivessem sido concluídas em outros lugares. (Cf. O Estado de São Paulo, 16/10/1987)

Particularmente em relação à indústria têxtil, um grupo de trabalho foi criado pelo Ministério da Indústria e Comércio para a elaboração do "Programa Nacional de Modernização e Expansão das Indústrias Têxteis e de Confecções." Este tinha a incumbência de analisar a utilização da informática na modernização do setor e a possibilidade de expansão da indústria até 1995, bem como de elaborar uma análise da comercialização interna e externa dos produtos e formação de pessoal especializado. (Cf. Jornal do Brasil, 06/05/1986) Caso as dificuldades para a aquisição de máquinas e equipamentos têxteis persistisse, empresários têxteis lembravam o risco de obsolescência das indústrias.

Assim, a recente reestruturação da indústria

têxtil acabou se situando na articulação de mecanismos fiscais-financeiros, comércio internacional e modernização do parque industrial, se constituindo num importante elemento da reestruturação do espaço. Primeiro, os incentivos fiscais, subsídios e créditos criados no bojo das políticas de desenvolvimento regional, favoreceram a acumulação industrial; mecanismos, que como assinalamos, conviveram e, também, se atrelaram à política de promoção das exportações. Assim, o padrão de financiamento e utilização privada dos recursos públicos que presidiram a nova industrialização do Nordeste, financiando a acumulação com capital subsidiado, foi o mesmo para toda a industrialização. No entanto, cabe advertir que este padrão distinguiu-se intersetorialmente, por apresentar eventuais diferenças nos recortes de privilegiamento do capital. Além disso, uma outra distinção situa-se no fato de que a política de exportação de manufaturados é geral, abrangendo todo o território nacional, enquanto a política de desenvolvimento regional funda-se basicamente na instrumentalização do espaço por apresentar a região reificada. (32)

32) Na política de desenvolvimento regional a "questão nordestina" se recoloca e se refaz, do ponto de vista da reificação, pelos movimentos dos capital financeiro "na forma das isenções fiscais, dos subsídios e do papel das estatais, que teoricamente exercem uma função de antivalor para pôr em marcha o processo de valorização. Este movimento reifica constantemente a hoje ficcional 'economia do nordeste;' é pela reificação das diferenças de desenvolvimento, pelo conceito de região mais atrasada... de 'prioridade' nacional, que os mecanismos fiscais-financeiros foram erigidos, mantidos, reforçados e ampliados..." (OLIVEIRA: 1990; 89)

Os mecanismos financeiros, atrelados à uma política de estímulos industriais, garantiu a continuidade do processo de industrialização em novo patamar. Por isso mesmo, empresas que articularam financiamento da produção e comércio exportador ao terem maiores possibilidades de crescimento, se anteciparam nos processos de concentração e centralização do capital. Todavia, tal movimento concentrador estava longe de ser um simples resultado da concorrência econômica, se caracterizava mais por sugestões segundo recortes de caráter político. Tendo em vista os parâmetros de nossa análise selecionamos e ressaltamos a política de exportação de manufaturados que desde 1968 privilegiou toda atividade que fosse considerada exportadora (ou coletora de divisas). Desde essa data a atividade de exportação passou a contar com o "benefício do estímulo fiscal concedido através do Imposto de Renda, isenção do ICM, -IFI e crédito-prêmio subsidiado pela Resolução nº 674 do Banco Central." (Jornal do Brasil, 29/03/1983) Resoluções que recortam a prática econômica como esta, deixam nítido e transparente o privilegiamento político de uma maneira de acumular capital. (33)

Nas políticas explícitas para a indústria têxtil, os incentivos fiscais e subsídios vinculados à exportação constituem maioria, ao lado dos programas de

33) A Resolução nº 674 do Banco Central assegurou financiamento de capital de giro às empresas exportadoras a um custo reduzido de 45% ao ano. (Cf. Gazeta Mercantil, 14/10/1975)

modernização industrial e do FINOR. Particularmente, em relação aos estímulos à exportação de manufaturados têxteis, cabe reiterar sua vinculação com a modernização do setor e acrescentar sua relação quanto a melhoria da qualidade do produto têxtil. Quanto ao programa FINOR, elaborado em 1974, sob a responsabilidade da SUDENE, vale dizer que este procura incentivar os investimentos regionais. Portanto, o FINOR tem se constituído num instrumento de descentralização industrial e tem sido promotor da instalação de indústrias na área de atuação da SUDENE, como por exemplo, as modernas instalações da Rhodia em Camaçari, na Bahia. (34)

Convém esclarecer que as exportações de produtos têxteis brasileiros participam em 1% do comércio mundial de têxteis e tem encontrado dificuldade em continuar a realização de vendas no contexto recessivo do comércio

34) Uma lista das políticas industriais vigentes ainda recentemente, apresentada por Suely Muniz Atem (1989) indica os seguintes incentivos à exportação têxtil: a) isenção de impostos sobre ICM, instituído em 1968 e ainda vigente; b) crédito-prêmio de ICM e IPI, extintos em 1983; c) redução do Imposto de Renda devido pelas empresas exportadoras, que tinha extinção prevista para 1991; d) isenção de imposto de importação e IPI na importação de máquinas, matérias-primas e insumos a serem exportados pelo sistema "draw-back", ou seja produtos intermediários necessários à atividade exportadora. É importante assinalar que este benefício foi intensamente usado nos últimos anos para importação de algodão e máquinas e equipamentos têxteis sem similar no país embora já estivesse regulamentado desde 1964. Ainda, um outro item, e) concessão de 90% de redução no imposto de importação de máquinas com o compromisso de exportar de 3 a 10 vezes o valor da importação, programa BEFIEEX - Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais à Programas Especiais de Exportação, criado em 1972, do MIC - Ministério da Indústria e Comércio. (Cf. SFTGEAP; apud ATEM: 1989; 54)

internacional. (35) Por isso, mesmo todo este empenho para exportar, tão sómente coloca a produção têxtil brasileira numa posição modesta para enfrentar a concorrência internacional. Embora adiantando a exposição, este empenho diz respeito à sociedade como um todo e não ao Estado, porque todo este esforço foi, em parte, feito com recursos públicos que foram privatizados: capital subsidiado. (36)

Embora a indústria têxtil do Brasil não tenha tradição de exportação, tanto quanto Coréia do Sul e Taiwan - para mencionarmos apenas países de industrialização recente - difere destes dois países quanto à participação relativa no mercado mundial de têxteis, pois, como apontamos, não tem conseguido aumentar esta participação. Haja visto que o fornecimento de produtos têxteis ao mercado americano, pela Coréia do Sul e Taiwan, em 1973 era inferior à participação brasileira, mas em dez anos passou a ser o

35) A "participação brasileira no comércio mundial de têxteis, de aproximadamente 1%, é igualmente reveladora de que o Brasil não está conseguindo aumentar sua participação relativa. Em outras palavras, não está conseguindo ampliar sua posição frente à concorrência com os PIRs asiáticos e os país industrializados." (ATEM: 1989; 95)

36) Como contraponto, cabe referência a outras experiências de políticas industriais, especialmente uma menção a países asiáticos. Segundo Wilson Suzigan, "as políticas industriais de Coréia e Taiwan se afiguram ativas, com alto teor diretivo, expressando-se em seu atributos de seletividade, abrangência, coerência e flexibilidade: seletividade, porque delimitam com detalhe os segmentos a serem fomentados, ao invés da ênfase nos incentivos gerais; abrangência, posto que é dada atenção aos demais segmentos que se relacionam com os efeitos; coerência, em razão dos dois critérios anteriores e da convergência dos instrumentos em planos e programas e, por último, flexibilidade, devido às correções de rumo que vêm se mostrando relativamente rápidas." (SUZIGAN et alli: 1989; 381)

dobro. Os dados indicam que a participação brasileira era de 1,7% em 1973, a coreana, 1,3% e a chinesa de Taiwan, 1,6%. Em 1986, a participação brasileira se limitava a 2,7%, enquanto a cota de importações americana da Coréia do Sul atingia 6,9% e de Taiwan 8,1%. (37)

Para que não se conclua que esta evolução se deva a salários depreciados - que muitos analistas situam como vantagens comparativas - deve-se registrar que, em 1984, o preço dos salários na Coréia do Sul e Taiwan correspondia a mais que o dobro do salário pago no Brasil. Ou seja, enquanto a indústria têxtil, na Coréia do Sul pagava por hora US\$ 1,89 e em Taiwan US\$ 1,65, o salário pago no Rio de Janeiro, tomado como referência, indica que o operariado têxtil brasileiro trabalhava por menos da metade, US\$ 0,73 por hora. (38)

Portanto, em 1984, o salário pago no Brasil correspondia a apenas 44% do que era pago em Taiwan. Acrescentemos dados que permitam uma comparação com relação aos país industrializados apenas com o intuito de ilustrar ao que corresponde a divisão internacional do trabalho, quanto aos preços dos salários têxteis (US\$/hora): Holanda 9,80; Bélgica 8,84; Suíça 8,65; EUA 8,60; Alemanha Ocidental

37) Fonte: GATT, 1984 e 1987, apud ATEM: 1989; 77.
38) Fonte: SENAI/CETIQ, 1986. Cf. ATEM: 1989; 75.

7,54; Itália 6,35; Japão 6,28; França 6,07 e Inglaterra 5,46. (39)

Fica evidente que os salários são mais depreciados no contexto dos países de industrialização menos desenvolvida, ainda segundo outra fonte: "En el año de 1986 Suiza pagó la más alta retribución horaria que fue de DM 26,17, mientras que en la Republica Federal Alemana los salarios ascendieron a DM 22,27 por hora laborable. Los salarios británicos fueron los más bajos de Europa occidental con DM 12,22. Sin embargo en Hong Kong se pagó unicamente DM 3,95 por hora laborable." (Textilbericht Gesamttextil del 05.02.1987, p. 2) Pero este no es el limite más bajo, ya que en el año 1984 los salarios textiles en Pakistán fueron nada más que el 30% de los de Hong Kong." (Its Textile Leader: ed. especial, setembro/1987; 23-24)

Uma visão retrospectiva da escalada brasileira no comércio têxtil internacional permite apontamentos indicativos para se compreender a reestruturação interna do seu parque industrial. A evolução da exportação de manufaturados têxteis brasileiros, como vimos de início neste capítulo, permite uma avaliação positiva dos esforços nesta direção. Todavia ao se considerar os mecanismos fiscais e financeiros vinculados às exportações, surgem muitas dúvidas sobre as reais vantagens

39) Fonte: SENAI/CETIQ, 1986. Cf. ATEM: 1989; 75.

de todo este esforço exportador.

E importante frizar, reiterando quantas vezes se fizer necessário, o alto custo para sociedade brasileira que acarreta o suposto protecionismo à exportação. Imagina-se este favorecimento, obtido à base de subsídios, como emulador da competitividade da indústria têxtil brasileira no mercado internacional. E verdade, o protecionismo facilita a venda de manufaturados para o comércio exterior, mas é verdade também, que tal proteção tem alto custo social: quer pelos baixos salários pagos a trabalhadores, quer pelos subsídios às empresas cujos encargos são socializados.

A atualidade destes temas para o presente da realidade brasileira é flagrante. A queda dos salários é relevante, também, porque bloqueia o desenvolvimento do consumo no mercado interno. A existência de incentivos fiscais à exportação é tema controvertido e, em notícia recente, se pode verificar o alcance desta controvérsia, porque mesmo proibido pela Constituição a partir de outubro de 1990, vem sendo concedido ilegalmente. (40)

40) Ainda recentemente a imprensa noticiava que: "Há oito meses o governo federal vem concedendo ilegalmente incentivos fiscais... isto representa um prejuízo de no mínimo US\$ 2 bilhões (Cr\$ 622 bilhões). O próprio diretor do Departamento da Indústria e do Comércio... reconhece a ilegalidade ... Preocupado com o vazio legal... o governo tentou 'recriar' os incentivos retroativamente a partir de 5 de outubro, quando eles foram suspensos pela Constituição." O projeto aguarda... aprovação em plenário no próximo semestre. Esteve para ser votado agora na última semana, mas

Foderia parecer claro, que não basta exportar e nem empenho para aumentar a exportação mais e mais, se esta venda não estiver lastreada numa reestruturação da indústria redutora de custos e geradora de qualidade. Pois se assim não for, se acaba por penalizar o operário que ganhará pouco e consumirá menos ainda. Todavia é conhecido, que o exportador têxtil brasileiro, "no afã de vender mais para o exterior, tem deprimido, e em alguns casos, quase igualando os preços do Paquistão, que são os mais baixos do mundo em certos produtos do setor." (Diário Comércio e Indústria, 06/11/1984) (41)

Este afã exportador encontra sua sustentação em subsídios e incentivos governamentais que, como vimos, passaram, cada vez mais, a se atrelar às políticas de promoção das exportações. Porém, apesar destes subsídios e incentivos terem substituído, em parte, a busca pela eficiência produtiva, também impulsionaram a modernização da indústria têxtil à medida que exportação e subsídios ao reequipamento técnico da indústria, conformaram, como vimos, políticas de inovação no setor têxtil.

Orientar a produção para o mercado externo ou interno, não é simplesmente um opção quanto ao destino da

foi retirado de pauta num estratégico recuo do governo." (Folha de São Paulo: 30/06/1991)

41) Note-se que o Paquistão é um dos líderes na produção têxtil de algodão e, como já indicamos, seus salários são extremamente baixos.

mercadoria. Envolve mais que isso, é mais do que consumir o produto internamente ou no estrangeiro, vincula-se, a rigor, com a maneira de produzir e à própria concepção do produto: tem relação com a quantidade do fio e do tecido e, determina a qualidade do fiar e do tecer. Muitos investimentos na melhoria da qualidade de equipamentos e materiais intermediários, na redução do tempo e precisão dos processos resultaram de importadores que exigiam prazos, preços e qualidade. Mas é verdade, também, que a internacionalização da produção têxtil brasileira foi em parte motivada por uma compensação aos limites do mercado interno, mas isso foi um motivo presente apenas na sua fase inicial; da mesma maneira, apontamos, as facilidades no mercado internacional. Porisso a exportação têxtil foi resultado também, de esforços de reestruturação industrial que buscaram aumentar a produtividade industrial e qualidade do produto, através do desenvolvimento dos métodos de produção e administração. Ou seja, através de uma reorganização do processo de trabalho que viabilizou eficiência e competitividade a nível internacional.

 Todavia, o fortalecimento das empresas orientadas para exportação aumenta a diferenciação interna da estrutura produtiva do parque industrial têxtil. Neste sentido poderíamos considerar que o mercado externo seria um elemento suficiente para rebaixar as pressões competitivas internas, mesmo que incapaz de eliminar a competição. Em

outros termos, a exportação pode reduzir a concorrência interna apenas na medida em que orienta a empresa para uma outra esfera de realização do lucro e, somente, enquanto esta realização externa da lucratividade do capital for viável.

Porisso, se torna necessário indagar que tipo de empresas poderiam sustentar uma contínua orientação para o mercado externo. A nosso ver, apenas aquelas que têm expressiva capacidade de produção, condições de entrega, preços e além disso, qualidade. Portanto, apesar da política de subsídios e incentivos fiscais, em princípio estar disponível para todas empresas, na prática funciona somente para uma pequena parcela delas, apenas para as empresas têxteis mais modernas, aquelas com capacidade para mobilizar novas estratégias industriais de produção e de gerenciamento. (42)

42) Gerald Assouline, discutindo a dinâmica das exportações de produtos têxteis, nos inícios dos anos 80, indica que: "Esse movimento é acompanhado de um intenso processo de modernização e de racionalização das capacidades das empresas exportadoras. Assim, a automatização penetra muito rapidamente tanto a concepção e produção assistida por computador quanto na gestão. Uma grande empresa de confecção paulista - São Paulo Alpargatas S.A. - importou, em 1984, o primeiro sistema CAD (Computer Aid Design) da indústria brasileira. Essa empresa, que exporta perto de 70 milhões de dólares anualmente, espera amortizar em um ano o investimento de 4 000 000 de dólares.

Mesmo fenômeno no domínio da produção de fios e fibras. A divisão brasileira da Rhone-Poulenc, a Rhodia, lançou-se em um longa fase de 'descentralização' informática e difusão de microcomputadores no locais de produção: 6.000.000 de dólares em 1982 e 1,3 milhões em 1984 teriam sido investidos. Os objetivos dessas medidas são extremamente claros: aceleração dos procedimentos, ganhos de produtividade, redução dos custos de produção e melhoria da

Esta capacidade é uma condição empresarial de extrema relevância, porque é em torno dela que se dá a disposição e o controle do processo de valorização do capital. É esta capacidade que preside, estimula e direciona o processo de modernização das grandes empresas e tece relações entre os vários empreendimentos têxteis sob um mesmo processo de valorização; conformando, com isso, como veremos, novas características à heterogeneidade estrutural do setor.

Evitando adiantarmos uma discussão que será objeto dos próximos capítulos, reiteramos os termos de Gerald Assouline (1987) cujos apontamentos assinalam que junto à expansão da grande empresa se afirma uma heterogeneidade crescente da organização da produção. O autor sistematizou esta heterogeneidade - considerando a indústria têxtil e do vestuário - da seguinte da seguinte maneira: a) um núcleo de grande empresas fortemente capitalizadas e integradas ao mercado mundial; b) pequenas e médias empresas orientadas para o mercado interno e explorando mão-de-obra feminina e barata; e, c) modos produção informais, que vão do trabalho doméstico às oficinas clandestinas. (43)

qualidade." (ASSOULINE: 1987; 86)

43) O autor apresentou esta sistematização para a indústria têxtil e de vestuário. Nesta sistematização enfatiza uma proximidade maior entre as pequenas e médias empresas e a produção informal tendo em vista os canais de distribuição popular e o comércio ambulante. (Cf. ASSOULINE: 1987; 87)

E conhecido, e não é demais lembrar, que a heterogeneidade estrutural da indústria têxtil tem raízes históricas. Nos próximos capítulos será discutido o que consideramos fundamental para a compreensão de sua reestruturação, conformada pelos parâmetros gerais - integração produtiva do território e internacionalização da produção -, tecidos na trama e urdidura dos contextos e conflitos aqui delineados, condicionantes históricos dos movimentos de concentração e centralização do capital estampados na recente reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo.

NAS TRAMAS DA RESTRUTURAÇÃO URBANO-INDUSTRIAL DO
ESTADO DE SÃO PAULO

3 NAS TRAMAS DA REESTRUTURAÇÃO URBANO-INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Nos capítulos seguintes deste trabalho pretendemos discutir a reestruturação sócio-espacial da indústria têxtil no Estado de São Paulo. Procuraremos demonstrar que esta reestruturação se fundamenta nos processos de concentração e centralização do capital.

Primeiramente discutimos as características da indústria têxtil propondo reinterpretar a heterogeneidade estrutural desta indústria tomando como referência a empresa, enquanto unidade jurídica e não, os estabelecimentos fabris. Portanto, a perspectiva adotada se situa no âmbito da propriedade do capital sendo a empresa a unidade jurídica que dispõe e controla os ciclos de valorização do capital sob seu comando.

Procuramos demonstrar que a grande empresa se constitui numa forma social resultante da ampliação de sua base de acumulação ou de estratégias de associação, fusão ou absorção de outras empresas. Constitui, assim, uma forma de

centralização do capital, que ao lado da sucontratação - a qual é comumente referida na indústria têxtil como feçonismo- , expressam o desenvolvimento dos processos de concentração e centralização do capital que fundamentam a reestruturação desta indústria e se constituem em elementos da reestruturação urbana do Estado de São Paulo.

Em seguida, discutimos o desenvolvimento da empresa multilocacional em que a separação espacial da produção propriamente dita, da gestão da produção, ou seja, do gerenciamento, é uma realidade cada vez mais presente. Também discutimos a renovação da subcontratação, muitas vezes confundida como prática obsoleta e em extinção, procurando demonstrar que tanto a grande empresa como a subcontratação se constituem formas desenvolvidas pelo processo de centralização do capital e, por isso, é que fundamentam o processo de reestruturação da indústria têxtil.

Indicando que multilocacionalidade da indústria têxtil toma a aparência de descentralização industrial, buscamos revelar que se trata de uma reestruturação da indústria que incorpora a mobilidade espacial do capital. A nosso ver não se trata de um processo de descentralização industrial, mas sim de um processo de multiplicação da localização industrial onde o controle do processo de valorização do capital não se

desterritorializa; ao contrário, persiste e se afirma ainda mais na metrópole que se desconcentra.

Embora a Capital tenha sempre se constituído no centro têxtil mais importante do Estado e a presença da indústria têxtil no Interior ser histórica, nas últimas décadas, tem havido, como demonstramos na primeira parte deste trabalho, uma expansão maior no número de indústrias e do número de novos empregos têxteis no Interior e nos municípios da Região Metropolitana, do que na Capital. Esta transformação têm sido interpretada como resultado da descentralização industrial, mas segundo nosso ponto de vista se constituam em resultados do crescente processo de centralização do capital.

Por último, colocamos em relevo que a reestruturação da indústria se constitui num elemento da reestruturação urbana que ao mesmo tempo que desenvolve a tendência à homogeneização espacial das condições gerais de produção, criam novas diferenças e redefinem as antigas. Decorrentemente, as desigualdades espaciais do Estado de São Paulo não se anularam, mas sim, tomaram um novo novo conteúdo. Como dissemos, a concentração tornou-se menos concentrada, a conurbação de cidades, o crescimento relativamente menor de algumas ou, exacerbado de outras, reforçaram a metrópole de São Paulo.

Esta posição será defendida nesta parte do trabalho onde procuraremos demonstrar que estas transformações recentes se relacionam à reestruturação da indústria têxtil que tem conduzido ao aprofundamento da centralização do capital em nível do processo de valorização e à crescente concentração do poder de controle deste processo na metrópole de São Paulo.

No primeiro capítulo discutiremos a crescente concentração e centralização do capital têxtil, a nosso ver, o cerne da reestruturação desta indústria têxtil. Em outras palavras, discutiremos porque e como a centralização de capital se mostra como o principal mecanismo de reestruturação da indústria têxtil. No segundo capítulo discutiremos a relação entre o processo de centralização do capital e a integração espacial fundada na multilocacionalidade das empresas e nas relações de subcontratação.

3.1 A GRANDE EMPRESA E A SUBCONTRATAÇÃO NA REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA TEXTIL.

A indústria têxtil, como vimos, respondeu às necessidades de uma política exportadora, em que empresários preocupados com a continuidade da reprodução do capital buscaram assegurar condições normais de reprodução do capital ou de, pelo ao menos, reverter as dificuldades dos momentos recessivos das últimas décadas.

Além das vantagens fiscais e financeiras das políticas assinaladas, o empresariado têxtil procurou encontrar outras alternativas de contrarrestar a queda da taxa de lucro que concorreram para avançar e aprimorar as condições organizacionais da indústria. Estas estratégias significaram modificações no próprio capital através de sua crescente centralização. (1)

1) É importante lembrar que mesmo em condições favoráveis à acumulação, a elevação da composição orgânica do capital impulsionada apenas pelo ritmo de acumulação, é relativamente lenta, fazendo com que a centralização do capital se torne uma necessidade da própria reprodução capitalista. "De plus en plus, pour élever la composition organique du capital, il est nécessaire de recourir à l'association ou à la fusion de capitaux individuels. Bien que la masse totale en fonctionnement reste inchangée, la variation de son degré de centralisation rend possible un nouveau bond de la production et de l'accumulation du capital." (FREYSSENET & IMBERT: 1973; 39)

Empresas têxteis, especialmente concentradas na Região Metropolitana de São Paulo e tradicionalmente presentes no Interior, utilizaram-se de novos métodos produtivos e gerenciais e também, de estratégias de mobilidade do capital que ao reestruturarem o espaço, com uma nova distribuição da indústria, sugeriram a idéia de descentralização industrial ou de industrialização do Interior.

Os contextos que acabamos de discutir, de integração do território e internacionalização da produção, permitem melhor compreender o processo de centralização na indústria têxtil, em que a grande empresa e a renovação da subcontratação se renovaram e no qual se desenvolveu a desconcentração da metrópole de São Paulo. Esta perspectiva é que, a nosso ver, possibilita compreender o mencionado "paradoxo da descentralização industrial" como resultado de processos simultâneos de realocação da indústria e de desconcentração da metrópole de São Paulo.

Antes de avançarmos esta discussão gostaríamos de assinalar que a heterogeneidade das instalações industriais têxteis apresenta uma enorme diversidade de estabelecimentos, grandes e pequenos, agrupados e dispersos. Embora importantes estes aspectos - porte e localização dos estabelecimentos - e significativos ao nosso primeiro olhar, se mostram como uma cortina que

esconde o que, nesta discussão da reestruturação da indústria têxtil, interessa trazer ao proscênio: a empresa.

(2)

A empresa, entenda-se, se constitui numa unidade pela qual se exerce o controle do processo de valorização do capital. Para Michel Aglietta, é a empresa, enquanto forma estrutural, que realiza a gestão da densa rede de relações económicas de um capital individual. Na medida que a empresa realiza operações vitais para a manutenção da capacidade de se dispor de capital, aparece como sujeito e "las relaciones de competencia se manifiestan como relaciones externas a la empresa. Todas las ilusiones simbolizadas en las hipótesis de la competencia pura y perfecta proceden de ahí. La existencia de la empresa, aparente a la vista de todos, se idealiza como un sujeto, átomo cuyo metabolismo no tiene importancia... En realidad, así se pierde completamente el significado de la competencia, porque las relaciones entre las empresas sólo son científicamente inteligibles a partir de los elementos que determinan su funcionamiento interno: la lucha de los capitales para conseguir llevar a cabo su valorización bajo los imperativos de la ley de la acumulación que se deriva

2)"A 'empresa' (no sentido estrito termo) é um aparelho capitalista, um dos lugares onde se articulam relações sociais capitalistas e no seio do qual essas relações se reproduzem" (BETTELHEIM: 1972; 107) Neste sentido, ela se constitui meio e suporte da reprodução do capital.

del antagonismo global inherente a la relación salarial."
(AGLIETTA: 1986; 217)

A ilusão da empresa aparecer como sujeito pode levar a uma análise centrada na personificação do capital, na figura do empresário. A perspectiva deste trabalho é outra. A nosso ver, é preciso descoisificar esta personificação e compreender que o capital é uma relação social; não sendo, portanto, uma coisa, apropriação de coisas e nem sujeito. (3)

Portanto, a referência à empresa se constitui numa maneira de compreender a grande heterogeneidade do setor têxtil. Do ponto de vista da exposição deste trabalho, esta heterogeneidade será reinterpretada a partir da propriedade do capital que tem o poder de dispor e controlar o processo de valorização. De certa maneira, já vimos a importância da propriedade do capital quando assinalamos, no capítulo referente às recentes transformações da indústria no Estado de São Paulo, que poucos e grandes estabelecimentos têxteis no Brasil dominam a produção.

3) O "capital no es una cosa, sino determinada relación social se producción perteneciente a determinada formación histórico-social y que se representa en una cosa y le confiere a ésta un carácter específicamente social. El capital no es la suma de los medios de producción materiales y producidos. El capital son los medios de producción transformados en capital, medios que en sí distan tanto de ser capital como el oro o la plata, en sí, de ser dinero." (MARX: Livro III, vol. 8: 1037-1038)

Numa primeira aproximação, o significado destes grandes estabelecimentos pode ser reiterado. Segundo pesquisa MIC/CDI/SIND (1982), já comentada anteriormente, em 1981 cerca de apenas 10% dos estabelecimentos têxteis pode ser considerado de grande porte, sendo responsáveis por quase 85% do faturamento do setor. Tomando-se o ramo de maior significado na produção têxtil nacional, o de fiação e tecelagem, 17% se constituíam como grandes indústrias que faturavam 55,1% da receita de todo setor têxtil e cerca de 90% da receita do ramo de fiação e tecelagem. Retrata-se, portanto, uma heterogeneidade industrial que revela uma forte concentração na participação da receita gerada. (4)

Ainda há necessidade de reiterar que, muitas vezes, face à profusão do número de indústrias pequenas e médias, a concentração econômica fica obscurecida e, até mesmo, se mostra invertida. A título de exemplo mencionamos um posicionamento que não negando a concentração da indústria têxtil em geral, entende que por ser o ramo de malharia altamente competitivo, seria desconcentrado. Segundo esta interpretação, "a indústria têxtil é segmentada em vários subsetores com características bastante

4) Nos capítulos precedentes mantivemos o termo utilizado por esta pesquisa - o de empresa, cujo porte foi delimitado segundo seu faturamento. Na medida que este termo toma agora o sentido, não de estabelecimento industrial, nem de estabelecimento fabril, unidade de produção e fábrica, mas de unidade pela qual se exerce o controle do processo de valorização do capital, ao referirmos novamente à esta pesquisa, utilizamos o termo estabelecimento industrial com o objetivo de não confundir.

distintas... inclusive com relação à configuração e à dinâmica de seus mercados específicos. Tem-se de um lado, por exemplo, o subsetor de 'malharia', extremamente desconcentrado, constituindo um mercado concorrencial com inúmeras pequenas empresas... (ATEM: 1989; 157). Contudo, esta interpretação não se sustenta quando se observa que 3,5% destas indústrias respondem por 62,9% do faturamento das malharias do país. (5)

Este cenário de poucas indústrias grandes, responsáveis pela maior parte da receita do setor, ao lado de um número proporcionalmente enorme de médias e pequenas indústrias, participando com muito pouco na receita, indica, além da heterogeneidade interna, uma estrutura industrial fortemente concentrada. Concentrada, porque mesmo havendo uma profusão de indústrias o faturamento resulta de um pequeno número delas. (6)

E preciso considerar, também, que em geral são estas maiores empresas que fixam os preços fora da

5) Cf. MIC/CDI/SIND: 1982; 205.

6) Comentando a indústria têxtil em geral, a pesquisa MIC/CDI/SIND, 1982, afirma que as "grandes empresas deste Gênero representam 10,2% de todas as empresas de grande porte da indústria de transformação e apenas 0,37% do total de empresas que compõem a indústria de transformação no Brasil. Essas mesmas empresas apresentam um faturamento de 6,9% do total da indústria, no âmbito de seu porte, e de 5,84%, no cômputo geral.

Esta situação inverte-se ao se analisar as empresas de menor porte, que apresentam, em conjunto, uma participação porcentual em número, no total da indústria de transformação, de 3,19%, para uma participação na receita total de apenas 1,16%." (MIC/CDI/SIND: 1982; 39)

concorrência inter-capitalista. Esta capacidade da empresa de demarcar preços não tendo como referencial só o preço de produção, caracteriza um mercado em que a formação do preço se estabelece como um preço de oligopólio e resulta da capacidade de acumulação de capital pelas empresas. (7)

Por outro lado, quanto à capacidade de acumulação das pequenas e médias empresas (PME) vale destacar o quanto esta capacidade está diretamente relacionada à sua subordinação às grandes empresas, ou seja, o quanto se adapta à dinâmica da estrutura dominante do setor. "Partindo de uma estrutura que se caracteriza como de oligopólio competitivo para o segmento de fiação e tecelagem, e de um mercado não-oligopolizado para o ramo da confecção e malharia, as PME têxteis pautaram sua dinâmica pela grande capacidade que desenvolveram de se subordinarem às regras ditadas pela estrutura dominante, por um lado, e de se tornarem complementares a esta estrutura dominante quando dentro do processo produtivo, de outro. E esta capacidade de adaptação que marca a dinâmica das PME." (THORSTENSEN: 1985; 263)

Discutiremos adiante porque consideramos esta capacidade de adaptação das pequenas e médias empresas uma necessidade estrutural de sobrevivência destas empresas no

7) É importante ressaltar que diferentemente do capitalismo concorrencial, em que o preço de produção mantém conexão com o valor, no capitalismo oligopolista, a relação entre valor e preço se perde. (Cf. SMITH: 1985; 69)

mercado têxtil. Antes gostaríamos de esclarecer que a indústria têxtil, como um todo, conforma um oligopólio competitivo. Competitivo porque, de um lado, um grande número de indústrias estabelece concorrência no mercado e, de outro, porque as vantagens advindas da concentração não são suficientes para barrar a entrada de novas indústrias no setor. Diferentemente de outros tipos de oligopólio, "o grau de concentração econômica não é suficiente para controlar o mercado de um ramo de produção. Assim, as formas de concorrência podem ser tanto em preço, em certos ramos mais competitivos e de produção mais homogênea, como por formas de concorrência monopolística mais acentuada, em produtos diferenciáveis." (TAVARES: 1986: 68)

Ainda, segundo Maria da Conceição Tavares o ritmo de expansão e acumulação de um oligopólio competitivo se desenvolve bastante dependente de políticas de proteção econômica, tarifária e cambial. Observa, além disso, que o ritmo de expansão e acumulação dessa estrutura se caracteriza por ser relativamente baixo e dependente da taxa de crescimento geral da economia e, mais particularmente, do crescimento do emprego e dos salários urbanos, aspectos relacionados aos apontamentos desenvolvidos no capítulo precedente. (8) Em outros termos, a demanda de produtos têxteis diz respeito à estrutura de consumo e distribuição de renda entre as classes sociais. (9)

8) Cf. TAVARES: 1975; p.70.

9) Embora o consumo aparente de fibras têxteis tenha

Torna-se, importante e, até mesmo indispensável, afirmar que compreender a indústria têxtil como oligopólio competitivo não significa enquadrá-la num modelo. Constitui, para a argumentação que estamos expondo, um momento de aproximação que se é válido para o ramo de fiação e tecelagem, não o é para a produção de fibras artificiais e sintéticas, por exemplo. ⁽¹⁰⁾ Esta está mais próximo de um oligopólio concentrado do que das características de um oligopólio competitivo. ⁽¹¹⁾

Quer conformando um oligopólio concentrado, como no caso da produção de fibras artificiais e sintéticas,

crescido 16,9% entre 1980 e 1989, este crescimento se deveu ao consumo industrial, que cresceu a taxas maiores - cresceu 22,8%. Quanto ao consumo per capita, este permaneceu praticamente o mesmo, 6,9 kg/hab. em 1980 e 6,8 kg/hab. em 1989. (Cf. Carta Têxtil: maio/1991; 11/19)

10) Convém esclarecer o que se entende por fibras artificiais e sintéticas. Em primeiro lugar, vamos distingui-las das fibras naturais e mostrar, mesmo sucintamente, suas diferenças. As fibras naturais podem ser vegetais, como o algodão, linho, rami, cânhamo, juta, formio, kenaf, sisal, henequen, abacá, cardá, cabuya, abacaxi e côco; animais, como a lã, seda, monhair, alpaca e vicunha e, minerais, como o amianto. As artificiais podem ser orgânicas, como a viscose, o cupro-amônio, acetato, lanital e o aralac. As inorgênicas dividem-se em fibras minerais e filamentos metálicos. As fibras sintéticas podem ser classificadas como olefinas (polypropylene), poliamidas (nylon 6, nylon 66 e perlon), poliésteres (dacron, tergal, trevira), polyuretano (glospan, lycra, numa) e acrílicas (orlon e agrilon). (Cf. SPREAFICO: 1970; 30) Vale informar que o autor a fim de melhor identificar as fibras sintéticas utilizou algumas marcas registradas mais conhecidas para tornar mais clara as distinções.

11) Os parâmetros de reprodução de um oligopólio concentrado difere do competitivo. O primeiro se balisa por economias de escala e descontinuidade tecnológica, sendo a concorrência feita, sobretudo, através do desenvolvimento de tecnologia, financiamento e controle sobre os recursos naturais, havendo barreiras à entrada de novos capitais. (Cf. TAVARES: 1986; 75)

ou quer um oligopólio competitivo, como no ramo de fiação e tecelagem, o que importa reter desta discussão é que embora variem as condições de reprodução do capital nos ramos da indústria têxtil, estamos diante de uma estrutura industrial, em grande parte, oligopolista. Oligopolista na medida que existe capacidade de se ditar preços fora da concorrência intercapitalista, fazendo com que a relação entre valor e preço se distancie. A nosso ver, a compreensão da indústria têxtil como um oligopólio competitivo é bastante geral e abrangente, mas nem por isso desconsidera a heterogeneidade estrutural do setor.

Torna-se importante ressaltar que a determinação do preço das mercadorias numa estrutura oligopolista tem referência em preços não conformados segundo o preço de produção, por isso é que as estratégias de vendas dos produtos pode se constituir num elemento fundamental, adicional e substitutivo, de vantagens que só poderiam ser obtidas através da produtividade industrial. Assim, é que as estratégias de comercialização dos produtos têxteis são altamente importantes para o desenvolvimento desta indústria. Nos anos setenta foi em torno destas estratégias que se constituíram a concorrência e, também, as barreiras efetivas à entrada de novos participantes no mercado.

Esclarecedor a respeito da importância das

estratégias de vendas na indústria têxtil, é o ano de 1975. Para este ano aceitamos a posição de que o "esforço de vendas, particularmente o destinado ao controle da comercialização, tem 'precedência' sobre o investimento produtivo...." (FINEP: 1978; 109) ⁽¹²⁾ Mas, em relação a outros contextos compartilhamos da posição de Sueli Muniz Atem, que esclarece que esta assertiva é válida apenas para 1975, por ter sido um ano de ociosidade da capacidade instalada da indústria têxtil, sobretudo da fiação e tecelagem de algodão. Este ano, 1975, se constituiu num momento particular, no qual havia uma regulamentação do Conselho de Desenvolvimento Industrial no sentido de que nos financiamentos de modernização da indústria têxtil constasse que não se deveria criar capacidade nova de produção. Como era a comercialização e não a produção, a estratégia fundamental, as vendas foram tão importantes. ⁽¹³⁾

Nos anos 80, a necessidade de maior qualidade e de redução do custo do produto têxtil, promoveu uma diversificação dos produtos têxteis, à medida que se buscou uma participação crescente no mercado internacional. Neste novo contexto a importância da estratégia do controle da comercialização na concorrência inter-capitalista, se minimizou. Assim, passaram a ter importância os níveis de qualidade e produtividade, quer através das inovações técnicas, quer do desenvolvimento de métodos mais racionais

12) Apud: ATEM: 1989: 162.

13) Cf. ATEM: 1989: 184-185.

de administração. Convém acrescentar que o desenvolvimento de novos produtos e de produtos com melhor qualidade; ou seja, apresentando melhor acabamento e maior durabilidade, recompuseram a concorrência em termos da necessidade da modernizar a produção, tanto para o mercado interno de rendas mais elevada como para o mercado externo.

Estes anos, pleno de restrições econômicas, fizeram com que a capacidade de disposição de capital para investimentos necessários à ampliação da produção e ao exercício do controle do processo de valorização, se relacionasse diretamente à capacidade de se adaptar economicamente diante das dificuldades da conjuntura econômica. Enquanto muitas indústrias e empresas se inviabilizaram, outras se expandiram procurando associações, absorções e fusões. Neste sentido, é que a chamada livre concorrência apresenta sua face real, a despeito de todos discursos e pretensões liberais. Na época dos monopólios a livre concorrência, o livre mercado e a livre iniciativa não passam de manifestações demagógicas de ideologias neo-liberais, podendo ser interpretadas apenas como livre concorrência entre capitalistas monopolistas. (14)

Como vimos nos capítulos precedentes, os subsídios bastante atrelados à política exportadora de produtos manufaturados, favoreceu a modernização da

14) Cf. PRADILLA COBOS: 1990; 87.

indústria têxtil. Almejando reajustar sua capacidade de produção, esta indústria procurou utilizar mecanismos financeiros, créditos e subsídios para garantir maior rentabilidade. O importante a assinalar é que estes mecanismos fluíram com certa facilidade para as grandes empresas pelo fato da indústria têxtil conformar, em termos gerais, um oligopólio competitivo.

Foram as grandes empresas que captaram grande parte dos incentivos, subsídios e créditos, importantes na renovação da heterogeneidade da indústria têxtil, que será reinterpretada do ponto de vista da propriedade do capital. Neste sentido, dizendo uma vez mais, esta reinterpretação se circunscreve no âmbito da empresa, e não, do estabelecimento industrial; ou seja, diz respeito à capacidade da empresa mobilizar e controlar o processo de valorização do capital e, não, ao número ou distribuição espacial dos estabelecimentos têxteis por dimensão, produção ou emprego.

Com esta perspectiva, gostaríamos de adicionar considerações a respeito das limitações de uma análise que toma como referência o porte da indústria - quer segundo o faturamento, número de empregados, ou outro critério, levando em conta apenas o estabelecimento industrial. Primeiramente, a questão da tecnologia, que de imediato pode diferenciar estabelecimentos agrupados como semelhantes ou identificar estabelecimentos diferentes.

Neste caso, seria simplismo considerar que estabelecimentos com igual número de trabalhadores, tenham dinâmicas semelhantes em relação ao processo de valorização do capital somente por compartilharem de uma mesma faixa de agrupamento. Pode até ser o caso, mas não se constitui norma. (15)

Queremos salientar que não é o tamanho, não importando o critério, que define uma pequena ou grande empresa mas, sim, a organização do processo de produção em geral - desde a produção propriamente dita, até a realização do valor da mercadoria - que a atividade industrial

15) Uma discussão exaustiva acerca da pertinência em se tomar o tamanho da indústria como referencial básico de análise pode ser encontrada no livro de Henrique Rattner, "Pequena Empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência." São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1985. Para Henrique Rattner, os critérios quantitativos podem ser comprometedores numa análise. Por exemplo, um número pequeno de empregados pode significar uma alta composição orgânica do capital, o que comumente está relacionado a empresas com número expressivo de trabalhadores. Assim, procura determinar algumas características, a nível qualitativo, da grande e pequena empresa. E é neste sentido que adotamos o atributo de grande e pequeno. Entre as características da grande indústria, indica: diferenças acentuadas entre o trabalho de execução e de direção, planejamento e coordenação; hierarquização das funções com predomínio de padrões organizacionais burocráticos; sistema complexo de máquinas, processos e equipamentos; cooperação baseada em tarefas ligadas e interdependentes e, assimilação e incorporação de inovações tecnológicas. Dentre as características apontadas para a pequena indústria, salienta: pouca ou nenhuma divisão social e técnica do trabalho; pouca ou nenhuma incorporação do progresso técnico, administração tradicional, pouca especialização dos diferentes cargos administrativos; relações de tipo pessoal, programação pouco eficaz da produção, dificuldades na obtenção de financiamentos, impossibilidade de crescer sem uma divisão de trabalho mais aprofundada.

comporta. Frequentemente, quando a tônica desta organização não é a produção em escala, se está diante de pequenos estabelecimentos, ou melhor dizendo, de pequenas empresas, em que o controle da produção e a administração são exercidos pelo próprio proprietário.

Além destas observações e das anteriormente apontadas em relação à acumulação destas empresas, cabe assinalar que, em geral, nestas empresas nem a produção e nem a gestão das atividades se fragmentam espacialmente, sendo regra sua localização em um único lugar. Em outros termos, o recurso da mobilidade espacial como estratégia de redução de custos ou de expansão da acumulação, não se apresenta factível dada a magnitude dos capitais destas empresas. Em geral, a fim de diminuir os custos de produção, as estratégias se reduzem à intensificação do trabalho, à incorporação de membros da família, crianças... A questão que se lhes apresenta como fundamental é de não deixar o tear parado.

Ainda mantendo a referência no número de estabelecimentos têxteis relacionado ao número de empregados, observa-se que o predomínio dos grandes estabelecimentos tem se consolidado nas últimas décadas. Durante o período de 1960 e 1980, os estabelecimentos têxteis do Brasil passaram de 4.272 para 6.062. Embora durante os anos 80, mais precisamente, até 1988, o número

total de indústrias tenha diminuído, neste último ano chegou a 4.648 estabelecimentos, portanto, muito próximo ao de quase trinta anos atrás. Porém, se examinarmos o porte dos estabelecimentos, no mesmo período, de 1980 a 1988, perceberemos que os maiores estabelecimentos, aqueles com mais de 500 empregados, passaram de 109, ou seja, 1,8% do total, para 230, ou 5%. (16)

TABELA IX

 BRASIL
 ESTABELECEMENTOS TEXTEIS POR PORTE
 1960-1988

Anos	Pequeno		Médio		Grande		Total
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	
1970	4.645	87,5	499	9,4	165	3,1	5309
1980	5.119	84,4	834	13,8	109	1,8	6062
1984	3.914	77,0	981	19,0	201	4,0	5096
1988	3.182	68,0	1236	27,0	230	5,0	4648

Fonte: Pesquisa Industrial, vol. 9. Rio de Janeiro, 1984, FIBGE e Carta Têxtil: maio/1991; 13.

Diante destes dados, a constatação de que houve uma diminuição do número total de estabelecimentos e de que os maiores estabelecimentos foram os que mais cresceram, torna-se transparente a importância que vem tendo os maiores estabelecimentos têxteis.

Os momentos de dificuldades econômicas significaram aumento do poder econômico das grandes empresas

16) Fonte: Pesquisa Industrial, vol. 9. Rio de Janeiro, 1984, FIBGE e Carta Têxtil: maio de 1991; 13.

têxteis do país e centralização do capital. "The largest firms have gradually increased their dominance during the most recent crisis. In 1987, 1.173 firms closed down with the loss of 37,000 jobs... In the same year, the number of firms employing more than 1.500 people increased from 52 to 57, and the total workforce of firms in this category increased from 115,000 to 135,700 people. The average number of workers in a textile firm increased from 148 to 186 in the two-year period." (Textile Horizons: outubro/1989; 23)

A crescente importância dos estabelecimentos de grande porte é resultado do desenvolvimento dos processos de concentração e centralização do capital, que ocorre, inclusive, em nível mundial, redefinindo a heterogeneidade do setor têxtil, numa profunda e significativa reestruturação industrial.

Porém, se até este momento da exposição discutimos a indústria têxtil a partir do seu tamanho, segundo o número de operários, ou segundo outros critérios de porte dos estabelecimentos, agora não se trata mais de fazê-lo. Estes critérios se mostram insuficientes para responder às indagações pertinentes a uma análise referente à reestruturação da indústria têxtil. Esta reestruturação é global e profunda, provocando significativas transformações no processo social de produção, que será discutido em

seguida, e na distribuição dos estabelecimentos fabris, que será discutida no capítulo seguinte.

O foco de análise não no estabelecimento industrial, mas na empresa, enquanto unidade que dispõe e controla o ciclo de valorização, como já havíamos anunciado, é que permite compreender a reestruturação da indústria têxtil. Partilhar desta perspectiva é o primeiro passo para compreender a grande empresa como uma forma social resultante da ampliação da sua base de acumulação ou da associação, absorção ou fusão de capitais individuais sob um mesmo poder de controle do capital. No primeiro caso, trata-se de concentração e no segundo, de centralização.

Neste sentido é que a grande empresa se constitui como forma que consolida e atualiza os processos de dominação do capital sobre o trabalho através do poder de dispor e controlar diversos ciclos de valorização do capital, sob uma mesma propriedade jurídica. Mas, a grande empresa pode controlar diversos ciclos de valorização do capital que, no entanto, mantém a autonomia da propriedade jurídica dos capitais envolvidos. Trata-se aqui da relação entre a grande empresa, no sentido de unidade que controla vários ciclos de valorização e a subcontratação. Através de alguns exemplos procuraremos mostrar como nos últimos anos a grande empresa tem tido uma importância crescente e, em seguida, procuraremos expor como a subcontratação se

revitalizou, ou seja, foi reiterada enquanto forma de centralização do capital. (17)

Todavia, uma vez mais devemos nos referir às análises que tomam como referência o porte dos estabelecimentos industriais. Convém chamar atenção para o fato de que não estamos retomando a discussão anterior, porque esta análise se insere numa outra perspectiva. Importa agora, discutir os limites das interpretações que têm referência no porte dos estabelecimentos industriais, bem como no tamanho do mercado, procurando compreender os processos de concentração e centralização do capital.

A nosso ver, as análises balisadas, por exemplo, no número ou distribuição espacial dos estabelecimentos têxteis por dimensão, produção ou emprego, esclarecem pouco a respeito dos processos de concentração e centralização do capital. Quanto a isso, reiteramos as restrições de Michel Aglietta (1986), às análises estatísticas, retomando dois argumentos por ele mencionados quando discute a concentração e centralização do capital

17) Embora haja diferentes modalidades de centralização do capital, a grande empresa e a subcontratação se destacam na análise da indústria têxtil por se constituírem em formas fundamentais para a compreensão da reestruturação. A título de menção, registramos duas considerações a respeito das formas de centralização. Michel Aglietta (1986) destaca a grande empresa e o grupo financeiro e menciona especialmente a subcontratação, como instrumento de segmentação do proletariado. Já Michel Freyssenet e Françoise Imbert (1983), analisando as consequências da centralização para a força de trabalho, destacam três formas de centralização: a fusão, a concorrência e o crédito.

industrial. O primeiro argumento parte da consideração de que uma determinada empresa pode organizar o processo de trabalho segmentando-o em várias unidades de produção, espacialmente distribuídas. Isto é possível porque o processo de trabalho tem um duplo movimento, de segmentação e integração das tarefas, de modo que ocorre simultaneamente, a divisão e cooperação. Face à esta segmentação do processo de trabalho, cada vez mais possível, uma comparação do tamanho dos estabelecimentos industriais - seja por dimensão, valor da produção, montante de dispêndio em salários... - faz com que a empresa que procedeu a uma segmentação espacial se tornando, portanto, uma empresa multilocacional (empresa que pode até mesmo ter incrementado sua escala de produção por meio da multiplicação de estabelecimentos) se mostre com porte relativamente menor que outras empresas que mantiveram a monolocalidade e, até mesmo, não se expandiram; ou seja, não desenvolveram o processo de concentração do capital. Assim, o aumento da escala de ampliação da produção da empresa que multiplicou sua localização, à primeira vista, ficaria encoberto e a realidade poderia se mostrar de maneira invertida.

O segundo argumento se relaciona às dificuldades empíricas de se dimensionar a concentração e centralização do capital a partir da dimensão do mercado de cada indústria. Este critério se mostra inadequado porque delimita mercados a partir de mercadorias consideradas

apenas enquanto valor de uso, mas o que importa para o processo de valorização é que elas são suportes de valor.

(18)

Neste caso, perguntamos: teria a base de expansão de capital de uma indústria reduzido apenas porque o mercado de seu produto se contraiu? Se considerarmos a moda, por exemplo, de importância tão presente nos caminhos da indústria têxtil, novamente nos colocamos numa situação de dúvida. A diminuição de determinada mercadoria no volume dos negócios não significa que a base de ampliação do capital que a produz, tenha, necessariamente, diminuído. Por exemplo, a opção de produzir mais mercadorias de luxo para estratos de renda alta, em detrimento do aumento da produção para consumo das rendas mais baixas, pode implicar numa redução do montante da produção face a extrema concentração de renda no Brasil. Todavia, a diminuição dos produtos de uma indústria no mercado, não necessariamente significa que no ciclo de valorização do capital da empresa estejam ausentes processos de expansão. Podem ou não estar presente. A expansão pode estar ocorrendo de modo rápido e intenso, a despeito da aparência, a despeito até da

18) Michel Aglietta, discutindo a referência na dimensão do mercado como critério de observação da expansão do capital, é muito claro a este respeito. "Este método de observación es bastante peligroso. Supone, en efecto, la delimitación de los mercados, es decir, de las mercancías en cuanto valores de uso. Ahora bien, la valorización de un capital individual no supone en ningún sentido la asignación de los valores de uso que son los soportes del valor." (grifo nosso) (AGLIETTA: 1986; 194)

diminuição do montante da produção, porque o que interessa à valorização do capital não é o montante e nem a mercadoria enquanto valor de uso, mas reconhecidamente a realização do valor da mercadoria, porque é nesta realização que resultará o lucro.

Portanto, o que está posto é mais do que a negação do ponto de vista empirista, porque o fundamental é a compreensão do capital como relação social que emerge do processo de valorização e realização do valor, logo, de um processo de reprodução da sociedade. A análise se altera quando o capital é apreendido como relação social que se metamorfozeia em várias formas - capital-dinheiro, capital-mercadoria... - com várias funções. A não consideração das formas e funções do capital em sua metamorfose se constitui numa limitação metodológica grave, cuja consequência é não ter um conhecimento mais profundo e mais real da sociedade e da história. (19)

Abandonando o raciocínio dos argumentos convém esclarecer que os processos de concentração e centralização do capital, até o momento, como em geral

19) "En premier lieu, les trois notions, *forme, fonction, structure*, doivent s'utiliser également, au même titre, pour analyser le réel. En second lieu, elles permettent de saisir des *stabilités provisoires* et des *équilibres* momentanés. En troisième lieu, elles révèlent un *contenu* à la fois enveloppé, impliqué et dissimulé dans les formes, structures, fonctions analysées. A travers l'emploi logique de ces concepts pour l'analyse, s'atteint un mouvement plus profond et plus réel: le mouvement dialectique de la société et de l'histoire." (LEFEBVRE: 1971; 368)

costuma acontecer, aparecem pouco distintos, tendo sido apenas esboçado. A nosso ver, esta indiferenciação encontra raízes nas primeiras formulações da economia política. (20)

Trata-se, no entanto, de processos bastante distintos. Segundo nosso ponto de vista, esta distinção é fundamental, inclusive porque muitas análises ao não estabelecerem a diferença entre estes processos, tomando os termos concentração e centralização como sinônimos, não têm chegado a resultados satisfatórios, deparando-se em obstáculos que a diretriz teórica deste trabalho permite superar.

Um primeiro ponto importante a afirmar, é que concentração e centralização constituem movimentos distintos no processo de valorização do capital. O processo que incorpora a expansão dos meios de produção e trabalhadores, ampliando a acumulação, corresponde ao processo de concentração. Neste sentido, concentração e acumulação são processos que se confundem no movimento de reprodução do capital, enquanto criação, inserção e continuidade do

20) No momento em que Marx discute a lei geral de acumulação capitalista, na primeira e segunda edições de *O Capital* a palavra concentração é utilizada para se referir indistintamente à concentração baseada na acumulação, e a concentração baseada na expropriação do capitalista pelo capitalista. Nas terceira e quarta edições é mantido o termo concentração apenas no primeiro caso, tendo o segundo sido referido como processo de centralização. Muitas das edições de *O Capital* mantiveram esta distinção. Para evitar confusão, optamos pela distinção mais clara, nos referindo ao primeiro processo como concentração e, ao segundo, como centralização. (Cf. Marx, Livro I, vol. 3; 778)

desenvolvimento desigual e contraditório das forças produtivas.

Ao contrário da concentração, o processo de centralização não se confunde com acumulação. Centralizar é associar capitais. Constitui-se num processo em que frações individuais de capital, se reagrupam. A base da ampliação da escala de produção se dá pela incorporação de capitais já formados. Trata-se, a rigor, da abolição da autonomia individual do capital, ou seja, de expropriação de um capitalista por outro capitalista, que transforma muitos capitais menores, num de maior magnitude. A centralização é, portanto, uma reorganização na distribuição da propriedade dos capitais. Altera-se apenas o agrupamento quantitativo das partes constitutivas do capital social e, neste sentido, é que se concentra a propriedade do capital, não resultando, portanto, em nenhum aumento do capital social. (Cf. Marx, Livro I: vol 3, 778)

O problema é complexo. Michel Aglietta (1986) faz uma minuciosa discussão a respeito do processo de centralização do capital. Primeiro procura distinguir concentração e centralização e, posteriormente analisa suas formas e manifestações. Esclarece que o processo de concentração se constitui num movimento do capital que amplia a produtividade do trabalho através da expansão da base dos meios de produção e da aglomeração de

trabalhadores. Além disso, destaca a concentração como uma manifestação do desenvolvimento desigual das diversas frações do capital social. (21)

Quanto ao processo de centralização, o referido autor adverte que a centralização é um processo social mais violento porque enquanto "la concentración simple es, dentro del campo del valor, un hecho cuantitativo de acumulación desigual que conserva la autonomía de los capitales, la 'centralización' es una modificación cualitativa que 'remodela la autonomía de los capitales y crea nuevas relaciones de competencia... Con la centralización del capital desaparecen innumerables capitales individuales por absorción, mientras que otros son reagrupados por fusión o consolidación. La centralización del capital es, pues, una forma violenta de la competencia." (AGLIETTA: 1986; 195)

Portanto, o movimento de centralização do capital ao dissolver a autonomia de diversos capitais individuais, constitui novas relações de concorrência e cooperação na produção capitalista. "La centralización se efectúa principalmente mediante la eliminación de empresas. Así, la centralización de capital no se limita a reducir el número de capitales autónomos y a aumentar su tamaño.

21) Acentua que a "'concentración es la ampliación de la propiedad dentro de un proceso de valorización.'" (AGLIETTA: 1986; 193)

Estabelece nuevas relaciones de competencia, porque la destrucción de una parte del capital industrial disminuye la masa total del capital de valorización a todos los capitales." (AGLIETTA: 1986; 196)

A centralização da propriedade do capital coloca sob um mesmo poder, um mesmo comando, o processo que mobiliza e controla os ciclos de valorização do capital segmentados em diversas unidades de produção. Estes atributos da propriedade do capital, o de dispor ou de por em movimento e, o de controlar sua valorização, se realizam através da gestão da empresa. Neste sentido, o que importa não é a proximidade física entre administração e produção, mas sim a capacidade de controle dos vários e distintos processos de valorização sob um mesmo ciclo de valorização interiorizados num mesmo ciclo de valorização do capital. Esta capacidade realiza-se, tanto através da formação da grande empresa multilocal, como através da montagem de uma rede de subcontratação.

A prática empresarial da gestão do processo de valorização dispõe e põe em movimento o capital e independe de que a empresa concentre ou distribua sua capacidade produtiva em um ou vários estabelecimentos. A grande empresa, uma estrutura em evolução que internaliza alguns condicionantes do processo de valorização do capital, tende, por isso mesmo, a não se limitar a uma única

localização. Assim, à primeira vista vários estabelecimentos de uma mesma empresa não se mostram relacionados uns aos outros, até porque os estabelecimentos estão dispersos. Todavia, do ponto de vista jurídico compõem uma unidade - a grande empresa - que se confronta com a idéia de grande indústria, permitindo reinterpretar a indústria do ponto de vista da propriedade do capital. (22)

Frize-se, importa pouco a proximidade física entre as várias unidades de produção e nem entre a administração e a produção para a grande empresa. Mas, sim a capacidade de controlar os vários ciclos de valorização do capital, ainda mais no mundo de hoje marcado pela revolução das telecomunicações e informática, em que a "nueva centralización se basa en el principio informativo." (AGLIETTA: 1986; 223)

Contudo, a prática da gestão empresarial depende das condições em que se dão os vários processos de valorização sob seu comando. Condições que dizem respeito à questão da propriedade do capital. Num primeiro caso, dizendo respeito ao fato da gestão se dar no âmbito de uma mesma propriedade jurídica do capital. Num segundo caso, envolvendo diversas propriedades jurídicas do capital, que, no entanto, do ponto de vista do ciclo de valorização, tem

22) "La gran empresa es una estructura coherente, autónoma y en evolución que interioriza una parte de los condicionantes sociales ligados a la valorización del capital." (AGLIETTA: 1986; 217-218)

autonomia, como no caso da rede de subcontratação.

A centralização, é importante que se registre, "completa la obra de la acumulación, ya que pone a los capitalistas industriales en condiciones de extender la escala de sus operaciones. Ya sea este ultimo resultado consecuencia de la acumulación o de la centralización; ya se lleve a cabo esta por la vía violenta de la anexión - esto es, cuando ciertos capitales se convierten en centros de gravitación tan preponderantes para otros que rompen la cohesión individual de los mismos y luego atraen y se incorporan los fragmentos dispersos- o se dé la fusión de una multitud de capitales ya formados o en vías de formación, mediante el sencillo procedimiento de constituir sociedades por acciones, el efecto económico será el mismo." (Marx: Livro I, vol. 3; 780)

Convém esclarecer que não interessa aqui analisar a grande empresa e a subcontratação em detalhe, dizendo respeito à sua estrutura interna. Importa mais, buscar indicações que permitam compreender como a crescente centralização do capital se mostrou o principal mecanismo de reestruturação da indústria têxtil. A necessidade de ampliar a escala de operações, exarcebada pela relativa estagnação da economia e pelo contexto de crescente internacionalização da produção têxtil, fez com que a modernização do setor se tornasse imprescindível, face à

exigência de melhoria de qualidade do produto e de preços mais competitivos. (23)

Para os objetivos que nos propusemos neste trabalho, cabe precisar o quanto tiveram em comum a importância crescente da grande empresa e a renovação da subcontratação como formas de centralização do capital. Este aspecto comum, aliás, é importante que se diga, torna inadequada e superada qualquer distinção dos estabelecimentos têxteis em termos de modernos e tradicionais.

Para discutirmos estas formas de centralização do capital, tomamos como referência Rudolf Hilferding, que afirma que para "centralizar o capital, basta criar a associação do capital." (HILFERDING; 1985: 184). Em outros termos, na centralização basta transformar os capitais privados em diretamente associados. As empresas de capital associado aparecem como se fossem empresas sociais - com capitais democratizados - em contraposição às empresas privadas. Mas, além das associações, há outros

23) Nos capítulos precedentes mostramos como a modernização e a inovação técnica tiveram importância no sucesso das exportações brasileiras. Caberia ainda ressaltar que "própria recessão ao deprimir lucros, foi uma das forças da modernização industrial verificada nos anos oitenta. Aliás... é preciso lembrar que antes dela, isto é, até o início dos anos oitenta, o capital produtivo interno, em função das facilidades à ele oferecidas, tinha um perfil competitivo deplorável. Elevados os juros internacionais, estes capitais mergulharão numa recessão que os compeliu à buscarem novas formas de elevarem sua produtividade (ou lucratividade)." (CINQUETTI: 1990; 106)

mecanismos centralizadores que não oferecem esta aparência, como as absorções e fusões, que têm se constituído, ao lado da renovação da subcontratação, nas principais estratégias encontradas por algumas empresas têxteis para se modernizarem e atuarem como grande empresa. (24)

Para as absorções e fusões, estratégias da tendência global da economia à centralização, as empresas contaram, até com estímulos governamentais. "Os aspectos principais da primeira operação com recursos do Fundo de Modernização e Reorganização Industrial (FMRI) ontem aprovados pelo Conselho de Administração do BNDE foi a fusão de oito empresas industriais do setor têxtil, lideradas pela Fábrica de Tecidos Dona Isabel com implantação de novas estruturas de comercialização que provém inclusive de instalações de 7 supermercados de tecidos." (Gazeta Mercantil, 24/03/1971)

A contração da economia internacional, desde meados dos anos 70, deixava exposta a fragilidade da estrutura industrial têxtil brasileira e a necessidade de

24) Particularmente em relação às absorções e fusões convém acrescentar que elas contecem "por oleadas en íntima relación con el movimiento global de la formación del capital. Tiene lugar al final de un auge cuando la tasa de plusvalor comienza a descender y la lucha contra ese descenso origina una intensificación de la obsolescencia. Y se producen también al final de una recesión, cuando la centralización reorganiza un sistema industrial transformado por las destrucciones masivas de capital... La centralización se efectúa principalmente mediante la eliminación de empresas." (AGLIETTA: 1986; 196)

sua reestruturação. "A indústria têxtil e de confecções pela sua fraca estrutura empresarial na maior parte dos casos continua sendo duramente atingida pelos problemas do ano passado. O aperto de liquidez derrubou o capital de giro (que nunca foi dos mais fortes) de vários industriais. A queda na demanda pela retração no mercado interno e dificuldades crescentes para exportar devido à concorrência de outros países produtores trouxeram consigo o declínio nos preços e o acúmulo de estoques." (Gazeta Mercantil, 19/03/1975)

A grande empresa se mostrou uma exigência, tanto para o desenvolvimento do mercado interno, no momento do desenvolvimento da integração produtiva do território, como, do ponto de vista da reestruturação econômica mundial, para incrementar a participação dos produtos têxteis no mercado internacional. Portanto, ao lado dos motivos empresariais interessava ao governo promover a fusão de empresas com intuito de criar complexos de porte mais competitivo com capacidade de exportação de manufaturados. (Cf. Jornal do Brasil: 30/06/1975)

No início dos anos 70, já o "presidente da Associação Têxtil de Estado de São Paulo, Edmundo Kehdi, considerou a fusão e a incorporação de empresas como sendo da maior importância para o fortalecimento do setor têxtil, o que lhe permitirá maior competitividade no mercado

internacional e melhor desenvolvimento do mercado interno... o empresariado precisa compreender que a economia brasileira entrou numa fase que reclama das empresas maior capacidade de adaptação aos novos métodos de desenvolvimento. Estes métodos, prosseguiu, impõem às empresas a democratização do seu capital que lhes torne possível a captação da poupança particular e, com isso, a redução dos seus encargos financeiros. 'A democratização do capital, porém, através da abertura das empresas, exige melhor organização dos sistemas de trabalho administrativo e produção, a fim de possibilitar uma rentabilidade que assegure a presença da empresa no mercado acionário e torne atrativa a negociabilidade de suas ações.'" (Gazeta Mercantil, 13/09/1971)

O que não está dito é que "la propiedad existe aquí en la forma de las acciones, su movimiento y transferencia se convierten en resultado puro del juego bursátil, en el que los tiburones devoran a los peces pequeños y los lobos de la bolsa a las ovejas." (MARX: Livro III, vol. 7; 567) A democratização do capital, a partir da figura jurídica de uma sociedade de capitalistas, através do controle acionário, se traduz numa forte centralização e numa alavanca para a acumulação do capital.

Convém lembrar que a "saída para o Nordeste" teve um importante papel na expansão e fortalecimento das grande empresas têxteis. A título de exemplo, cabe citar a

Alpargatas. Esta empresa assim justificava sua expansão para o Nordeste: "Existem os atrativos oferecidos pela SUDENE, temos boa rede de distribuição, o que nos dará relativa carga de manobra quanto aos fretes, e além disso, já vinhamos programando uma expansão da área de confecções e produtos têxteis..." (Gazeta Mercantil, 09/07/1981) (25)

O controle acionário deste grupo é do Bradesco, Brasmotor, e Participações Molho Velho. Utilizando-se do expediente de triangulação com fabricantes do países que detinham maior cota de exportação para os Estados Unidos, conseguiu, em 1984, ampliar suas vendas no mercado norte-americano, além da cota estipulada. (26) Em 1986 abriu um escritório em Miami e Frankfurt, através de uma empresa do próprio grupo, a Spassa Trading, procurando ampliar sua participação no mercado internacional.

Apenas objetivando identificar o significado das grandes empresas têxteis, apontaremos alguns grupos econômicos que atuam no setor têxtil e que de São Paulo expandiram suas empresas pelo Brasil. No capítulo seguinte

25) A Alpargatas era subsidiária da Alpargatas Anstalt - cuja sede é Vaduz (Liechtenstein) -, da Deltec International Ltda, Banco de Investimento ligado ao Deutsch Bank e à corporação Rockefeller. Em 1982 A Alpargatas comprou 92,3% do capital votante da Têxtil Gabriel Calfat do Nordeste S/A, localizada em Aracaju. (Cf. Gazeta Mercantil, 09/07/1981) Em 1981 adquiriu a Alpargatas da Argentina. (Cf. Folha de São Paulo, 08/06/1982) Neste mesmo ano, comprou a Malharia Azoni S. A. de São Carlos. (Cf. Gazeta Mercantil, 03/10/1981) Com mais de 21 empresas em 1983, empregava 28.000 trabalhadores. (Cf. Diário Comércio e Indústria, 18/05/1983)

26) Cf. Gazeta Mercantil, 05/07/1984.

é que o número e localização de cada empresa localizada em São Paulo serão discutidos; por ora, o que se pretende é dimensionar algumas empresas. Para isso tomamos como referência as maiores empresas têxteis de São Paulo, que incorporam a lista das 20 maiores empresas têxteis do Brasil. (27) Primeiramente cabe fazer menção ao grupo conhecido como Santista, ao qual pertence a maior empresa têxtil do país, a Fábrica de Tecidos Tatuapé, com duas unidades, uma em São Paulo e outra em Americana. Este grupo, além da atuação no setor têxtil, participa também do setor químico diversos e fertilizantes, adubos e defensivos agrícolas, previdência privada, seguradora, finanças, cimento e cal. Em sua divisão têxtil compreende várias empresas em São Paulo, no Interior e no Nordeste. (28)

O grupo Vicunha, (Rabinovich e Steinbruch), atua nos setores de fiação e tecelagem, confecções e comércio de fios e tecidos. Tem sua origem na associação da Têxtil Campo Belo (Rabinovich) e Têxtil Elizabeth (Steinbruch). Posteriormente adquiriram o Lanifício Varam, a Indústria Têxtil São Sebastião, a Indústria Têxtil Stral, a Fiação São Manuel, a Indústria Têxtil Anápolis, e um antigo lanifício inglês. Associou-se, ao Sul, ao grupo Renner do Rio Grande do Sul e no Nordeste do país, criou a

27) A listagem das 20 maiores empresas é da revista Exame: agosto/ 1990; 269. Foi utilizado como critério de classificação das empresas a receita operacional bruta.

28) Cf. Exame: agosto/1990; 269 e Revista da Indústria: setembro/1988; 37.

Lanotops que mais tarde se desdobrou na Têxtil R.V. e Artefatos Têxtil R.V., e a FINOBRASA - Fiação Nordeste do Brasil. Também arrendou a Tinturaria Brasileira de Tecidos e a Textília S.A. pertencente anteriormente a um grupo francês. (29)

A expansão deste grupo incluiu até a compra de uma empresa de origem italiana, com sede na Suíça, mais precisamente, a Fibra S/A - Fiação Brasileira de Rayon. (30) Naquela ocasião, Jacks Rabinovich declarou: "Agora só não plantamos algodão." (31) "Agora realmente deixamos de ser uma empresa familiar... pretendo copiar para a Vicunha a estrutura administrativa da Fibra... um complexo empresarial verticalizado... que hoje tem empresas têxteis, de confecções, tinturaria, comerciais e um projeto agropecuário de gado espalhados por diversos Estados brasileiros." (Estado de São Paulo: 26/07/1982)

Nesta ocasião, este grupo era composto por

29) Cf. Textiles Panamericanos: março/1982; 26.

30) Nesta ocasião a imprensa declarou que a compra desta multinacional fez com que a Vicunha entrasse para "o clube fechado da produção de fibras químicas, junto com a Rhodia e a Celanese..." (Estado de São Paulo: 26/07/1982)

De fato, esta compra representou, segundo o empresário Benjamim Steinbruch, diretor superintendente do grupo, que com a nacionalização da Fibra se "incrementará a produção de poliéster, nailon e rayon-viscose, em que aquela empresa mantinha participação significativa no mercado... Mas o mais importante é que nós compramos tecnologia. Teremos assessoramento tecnológico da Sniatfiba, italiana, por dez anos, o que significa, na prática, equipamentos para o desenvolvimento de produtos novos com custo mais barato." (O Estado de São Paulo, 26/07/1982)

31) Cf. Gazeta Mercantil, 15/07/1982.

mais de 10 empresas e várias unidades fabris, tais como a Jurici S/A Comercial e Importadora, Agro Fisap, Rodoviária Veldog S/A, Lee S/A Indústria de Confecções, Indústria Cearense de Confecções - Lee Nordeste -, sendo as duas últimas em associação com a Renner, de Porto Alegre e a Lee Americana. (32) Particularmente, em relação à Lee S/A Indústria de Confecções, a estratégia da empresa era de trabalhar em cima da força da marca Lee, de aumentar a produtividade e de ampliar o sistema de distribuição da empresa. (33)

Outro caso interessante é o da Ciané - Companhia Nacional de Estamparia - uma das maiores empresas do país, do grupo Severino Pereira da Silva, que em 1983 adquiriu a Divisão Têxtil da Matarazzo, chegando, assim, a 10 unidades fabris no setor têxtil. Em 1990 a Ciané ocupava o 5º lugar entre as maiores empresas têxteis do país. Cabe mencionar que este grupo atua também nos setores de cimento, transporte, mineração e agropecuária. (34)

Além destes casos, haveria inúmeros outros dignos de nota. Arrolamos no quadro a seguir, empresas

32) Cf. Gazeta Mercantil, 15/07/1982.

33) Cf. Gazeta Mercantil, 11/11/1983.

34) A Ciané tem sua origem na Fábrica de Alvejaria, Tinturaria e Estamparia de São Paulo, do começo do século, de propriedade da Kenworthy & Cia. Em 1940, se expandiu; Severino Pereira da Silva incorporou o controle da Fábrica de Tecidos Santo Antônio e da Fábrica de Tecidos Santa Rosália, todas situadas em Sorocaba. Mais tarde adquiriu a Fábrica Paraguaçu Têxtil de Minas Gerais e, em 1981, a Matarazzo. (Cf. Textiles Panamericanos: outubro/1984; 48)

têxteis, incluindo o ramo de confecções que estiveram envolvidas em associações, absorções e fusões após 1985, conforme notícias divulgadas pela imprensa.

QUADRO I

BRASIL - EMPRESAS ENVOLVIDAS EM PROCESSOS DE ASSOCIAÇÕES, ABSORÇÕES E FUSÕES NO SETOR TEXTIL E DE CONFECÇÕES. (1985-1990)

Agropecuária Porto Alto	Grisbi S/A
Algodoeira São Miguel	GrupoBunge
Aoki	Grupo Pereira de Souza
Artex	Hering
Banco Cidade de São Paulo	Hoepcke S/A
Bouquet Industria e Comércio	Itapissuma Agroindustrial
Braspérora	Jack Ind. de Vestuário
Banylisa Tecelagem do Brasil S/A	Kaylon S/A
BNEDESSPar	Karicé S/A Ind.e Comércio
Banco Sudameris	Linhas Corrente
Calfat	Lulca Industrial Ltda
Companhia Industrial Rio Guayba	3M Modas
Cotonificio Gávea	Mala Mala
Companhia Agro Fabril Mercantil	Mafisa
Companhia Cataguases Leopoldina	Multitêxtil
Companhia Nacional de Estamparia	Moinho Pacifico
Cia Nac.Tec. Nova América	Modinha
Com.Têxtil Cachoeira dos Macacos	Rhodia
Com. Industrial Bras. de Fibras	São Paulo Alpargatas S/A
Companhia Balança Industrial	Staroup S/A
Cobafi-Com. Bras. de Fibras	Santista Têxtil
Cooperseda	Sudamtêxtil
Kuenhrich S/A	Teka - Tec. Kuenhrich S/A
Cascavel Têxtil S/A	Tec. e Malh. Indaial S/A
Ciamon Indústria e Comércio	Tecidos Dona Isabel
Ciané - Com. Nac. de Estamparia	Têxtil Rosset
Cotesul Participações Ltda	Têxtil David Bobrow S/A
Cibebe S/A	Tip Top Têxtil S/A
Dione Modas	Têxtil Arp
Ducal Roupas	Teba
Deltéc S/A	Valisere Ind. e Com. Ltda
Equitypar	Vendex
Famotec-Fab. Moderna de Tecidos	Vicunha
Guararapes do Nordeste	Vigotex
G & G Tecidos Finos S/A	Workout

Obs. Lista em ordem alfabética.

Fonte: Levantamento Price Waterhouse, 1991.

Esta listagem foi elaborada a partir de notícias de jornais e é aqui apresentada com o objetivo de indicar que importantes e conhecidas empresas têxteis e de confecções estiveram envolvidas em processos de centralização nos últimos anos. Este processo, é bom lembrar, não é restrito ao setor têxtil, como se pode verificar na tabela abaixo. (35)

TABELA X

BRASIL
ASSOCIAÇÕES, ABSORÇÕES E FUSÕES. INDÚSTRIA TÊXTIL E
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM GERAL.
1985-1990

Anos	Indústria Têxtil*	Ind.de Transformação em Geral
1985	2	36
1986	8	136
1987	6	139
1988	17	243
1990	7	180

Obs.: Incorpora indústria de confecções.

Fonte: Levantamento Price Waterhouse, 1991. (36)

Embora o capital nacional domine o setor têxtil, vale mencionar a importância crescente que o capital estrangeiro vem tendo na indústria têxtil. Quanto aos grupos

35) Tanto o quadro como a tabela apresentados, elaborados a partir de notícias de jornais são, também, ilustrativos da dificuldade de se obter informações precisas a respeito de associações, absorções e fusões de empresas.

36) Cf. Levantamento Price Waterhouse: 1991, mimeo.

estrangeiros que atuam no setor, deve-se esclarecer que a presença destes grupos é particularmente significativa na produção de fibras artificiais e sintéticas e suas empresas figuram entre as maiores do país. (37) Da listagem das 20 maiores empresas têxteis do país, publicada pela revista Exame de 1990, 6 são empresas multinacionais. De controle inglês, temos a Linhas Correntes; holandês, a Cobafi e Polyenka e, japonês, Toyobo e Kanebo. Além do mais, estas empresas respondiam por 19,9% da receita operacional bruta das maiores empresas têxteis do país. (38)

Convém esclarecer que embora possa-se dizer que o número de empresas estrangeiras atuando no setor têxtil não seja extenso, era, contudo, de 6,8% no início dos anos 80, segundo pesquisa MIC/CDI/SIND (1982). Portanto, as indicações acima apresentadas indicam o quanto tem crescido a participação do capital estrangeiro na indústria têxtil.

É digno de registro, ainda, o fato de que a

37) Diferentemente da indústria de tecelagem, em que as grandes empresas são basicamente nacionais, com exceção das que produzem os tecidos "indigo blue," na produção de fibras artificiais predomina as empresas multinacionais. Cabe ressaltar que dentre as empresas indicadas não está incorporada duas grandes empresas que embora atuem no setor têxtil, dada a importância de suas outras atividades, não são classificadas como do setor têxtil. São, a Rhodia (Rhône-Poulenc), francesa e Bunge Y Born, argentina. O grupo francês participa dos setores químico e farmacêutico e, o segundo, dos setores alimentos e igualmente, químico. Tanto uma quanto outra, estão presente dentre os 40 maiores grupos econômicos estrangeiros que participam na produção nacional, levando-se em consideração todas as atividades econômicas. Cf. Gazeta Mercantil: Balanço Anual/1990.

38) Cf. Exame: agosto/1990; 269.

expansão do capital estrangeiro na indústria têxtil contou com formas indiretas de financiamento pelo Estado. Tanto que captaram 62% dos incentivos fiscais regionais destinados ao setor têxtil em 1973. Nos anos mais recentes cabe destacar a presença crescente do capital japonês. As maiores filiais japonesas produtoras de fibras sintéticas que atuam no Brasil pertencem ao grupo Kanebo Group (Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil S/A, Kanebo Silk do Brasil S/A e Fiação e Tecelagem Guaxupé Ltda.), Mitsubishi Rayon Group (Fisiba - Fibras Sintéticas da Bahia S/A) Toyobo Group (Toyobo do Brasil Indústria Têxtil S/A e Brasileira produtos Têxteis S/A) e Unitika Group (Unitika do Brasil Indústria Têxtil Ltda e Brazcot Limitada). (39)

Em São Paulo estão presentes, além dos grupos citados, os grupos japoneses, Shoei Co, C. Itoh, Kumiai Chemical; holandês, Omikenshi; americano, Dixon Cotton, e o Cotonificio de S. Bernardo SA.

Assinalamos anteriormente que os momentos de recessão - vale dizer, os momentos em que os lucros se vêem mais ameaçados. - criam um vasto campo para as estratégias

39) Este último grupo, além da atuação no setor têxtil, opera também na agroindústria através da Agrícola Guaiarense Ltda. Com relação ao grupo Toyobo, cabe assinalar que na América Latina também este desenvolve atividades em El Salvador e Costa Rica. (Cf. The International Textile Magazine: 1990. nº 427; 35/37) Segundo Suely Muniz Atem, em 1985 o capital japonês chegou a representar 40% dos investimentos estrangeiros na indústria têxtil do país. (Cf. ATEM: 1989; 49-50)

de centralização. "A crise econômica brasileira, as altas taxas de juros e o grande endividamento das empresas internamente e no Exterior estão aumentando o número de empresários que procuram vender suas propriedades ou associar-se a grupos mais fortes, segundo revelou ontem o diretor da Price Waterhouse Auditores Independentes. A situação de endividamento das sociedades brasileiras hoje compromete os seus resultados. As empresas, em busca de capital de giro, tomaram financiamentos internos e externos, 'a juros bastante superiores à inflação,' disse. Assim, segundo o diretor da 'Price,' muitos empresários se defrontaram com o dilema de vender seus negócios ou associar-se a outros grupos." (O Estado de São Paulo, 8 de agosto de 1983)

A centralização requer que haja, não só quem queira negociar a associação ou vender sua empresa, mas também, quem queira comprar. Em outras palavras, requer capacidade de compra. Embora tenha havido muitas absorções e fusões, nos primeiros anos da década de 80 a capacidade de compra era menor que o número de empresas em oferta no mercado. Isto não significa dizer que o número de absorções e fusões tenha sido pouco significativo. Comentando a conjuntura recessiva do ano de 1981, Jacks Rabinovich, empresário do grupo Vicunha, sintetiza numa entrevista as mudanças rápidas que estavam ocorrendo em relação à propriedade do capital no setor têxtil. "Este ano, a Calfat

do NE passou para o controle da Alpargartas. A Brazitel foi comprada pela Santista. A América Fabril e a Dona Izabel foram colocadas à venda pelo Banco Central." (Gazeta Mercantil, 13/10/1981)

Apesar das inúmeras notícias na imprensa, de associações, absorções e fusões, é extremamente difícil estabelecer uma avaliação quantitativa do processo de centralização. Não há dúvida, entretanto, que os momentos de ajuste estrutural, como no início dos anos 80, criam um vasto campo para as estratégias de centralização. Percebe-se, nos momentos recessivos, uma tendência às associações, absorções e fusões, em que aparentemente parece sobreviver as empresas que se modernizaram e aumentaram a produtividade. É notório que em 1984, considerado um ano difícil para a indústria têxtil, a incidência de mortalidade das empresas familiares se tornou bastante significativa e os motivos alegados na época incluíam "o acirramento da competição dentro do mercado e as dificuldades encontradas por essas empresas para acompanhar a evolução industrial." (Diário do Comércio, 12/10/1984)

É importante esclarecer que as associações, absorções e fusões implicam na formação e expansão da grande empresa, não podendo ser compreendidas como sendo as únicas manifestações da tendência à centralização do capital. Como já assinalamos, podemos encontrar a montagem da rede de

subcontratação como uma forma de centralização. Diríamos, então, que a extensão daquelas estratégias de centralização se fez acompanhar também do desenvolvimento da rede de subcontratação. Ambas estratégias ou, ora uma, ora outra, ocorrem ao sabor das circunstâncias. Quanto a isso, o diretor da Alpargatas, em 1980, declarou: "compramos algumas empresas quando estamos precisando de produção a um nível que não compensa contratar a capacidade de terceiros." (Gazeta Mercantil, 03/10/1981) A nosso ver os expedientes de compra e venda de empresas, quer pela associação, absorção e fusão, se expandiram simultaneamente à reiteração da subcontratação na indústria têxtil, alternativa tradicionalmente conhecida como feaconismo.

A subcontratação ou feaconismo, se refere a um contrato estabelecido entre duas partes, em que uma, a parte contratada, se compromete a produzir parcela ou toda a produção, para a parte contratante. Esta relação permite à empresa que contrata, internalizar ao processo de valorização que ela controla, um ciclo de valorização que lhe é externo.

Durante as últimas décadas a subcontratação na indústria têxtil se revitalizou. Por isso, nosso ponto de vista não compreende a subcontratação como uma forma pré-capitalista de organização do trabalho industrial, mas como uma forma que assegura condições de reprodução ao capital.

Neste sentido é que o desenvolvimento da subcontratação na indústria têxtil se constituiu, sobretudo, num resultado do próprio desenvolvimento desigual da reprodução do capital.

A evolução do fezonismo é controvertida como toda prática que tem sua origem marcada em costumes que se enraizam na tradição de trabalho familiar. Em sua origem o fezonista podia, ou não, ser um trabalhador têxtil. O que importava é que deveriam ser proprietário de teares. (40) Foi no bojo da modernização da indústria têxtil que o fezonismo se multiplicou, na medida que os teares usados desta indústria foram repassados aos fezonistas. "Estabeleceram-se firmas que passaram a comprar e recuperar os velhos teares vendendo-os por preços razoáveis e com facilidades para pagamento." (RODRIGUES: 1978: 24) (41)

É em Americana, além de outras cidades próximas a Campinas, que o fezonismo é mais expressivo. Coloca-se fora de dúvida que a automatização da indústria têxtil na capital do Estado, acelerou a multiplicação destes estabelecimentos fezonistas em Americana, graças às

40) Por isso é que "nem sempre o fezonista foi um experiente mestre ou contra-mestre. Alguns cidadãos possuidores de reservas financeiras, geralmente vindos da zona rural, embora nada entendendo do ramo têxtil adquiriram e instalaram algumas máquinas, contrataram empregados e passaram a desempenhar a função de industriais trabalhando no mesmo sistema - prestação de serviços a terceiros, ou seja fezonismo." (RODRIGUES: 1978: 18)

41) "Eles são donos de pequeno número de teares e vivem dos serviços de tecelagem que prestam a outras empresas industriais, comerciais ou a qualquer intermediário." (DURAND: 1985: 5)

facilidades oferecidas por aquelas indústrias em renovação na venda dos seus teares usados, muitos já obsoletos.

Primeiramente, cabe observar que a relação entre indústria têxtil e o feccionismo prende-se ao fato das empresas maiores deixarem junto a mercado locais e regionais. Um "nicho," ou espaço - chamado de marginal por alguns autores - onde as pequenas e médias empresas atuam, quer mantendo a autonomia de seus ciclos de valorização, ou não. Convém enfatizar que em geral, nas relações de subcontratação, o que ocorre é mais a perda de autonomia dos ciclos de valorização pelas pequenas e médias empresas, do que propriamente uma atuação autônoma destas. "São inúmeras as PME, principalmente na tecelagem e confecção, que trabalham exclusivamente para complementar a produção de um grande comprador ou cliente." (RATTNER: 1985; 226)

Nestas condições, a própria heterogeneidade estrutural do setor têxtil constitui um espaço onde a centralização se realiza, tanto através da grande empresa, no sentido que possibilita a prática de associações, absorções e fusões, bem como através da rede de subcontratação.

Embora sejam várias as interpretações sobre a subcontratação na produção têxtil, apresentando-a com múltiplas características, duas considerações estão sempre

presentes. A primeira, dizendo respeito às relações de desigualdade face as diferenças de poder econômico das empresas envolvidas. A segunda, dizendo respeito ao fato de que a vantagem da subcontratação é sempre unilateral; ou seja, se constitui em vantagem, sobretudo, para a empresa contratante. (42)

A esta afirmação convém ressaltar que nas relações que envolvem a subcontratação, não estejam incluídas vantagens para a empresa que foi contratada; tais como, garantia de mercado, assistência na produção e supervisão administrativa.

Embora a produção destas empresas tenda a abastecer um mercado consumidor de baixo padrão aquisitivo, onde o produto têxtil, praticamente produzido com equipamentos obsoletos e matérias-primas e insumos inferiores, muitas vezes sacrificando a aparência e a durabilidade do produto; enfim, sua qualidade, possibilitam a estas empresas uma produção de menor custo. Muito frequentemente esta produção complementa a produção de outras empresas.

42) "O vínculo que une a tecelagem dona do fio e o feitorista que lhe presta serviço é inegavelmente assimétrico. As firmas que dão o serviço preservam para si duas tarefas fundamentais para manter rebaixado o preço real da transformação feita pelos feitoristas; elas fazem o cálculo de custo com o fito de definir o preço da empreitada e controlam a qualidade do produto final, cortando o preço a ser pago pela produção com defeito." (DURAND: 1985; 12)

Outros pontos são igualmente dignos de menção. A relação de subcontratação pode ser estabelecida com o intuito de permitir à empresa contratante, maior adequação às flutuações do mercado. Um segundo ponto, diz respeito à possibilidade de se obter altos níveis de competência técnica fora da empresa através da subcontratação de uma empresa de maior inovação técnica.

(43)

Acrescentariamos, ainda, que devido ao fato da produção têxtil interagir com a moda, cuja razão de ser é justamente sua instabilidade; em que textura, cor e padronagem variam muito, a subcontratação pode se realizar destinada a uma produção de produtos circunscritos num tempo de curta duração, ou seja, produção determinada para um período determinado.

A tendência à subcontratação em abastecer, sobretudo, um mercado de baixo padrão aquisitivo, não excluindo a produção de produtos mais sofisticados para os estratos de maior renda, permite-nos afirmar que a própria

43) Este caso não caracteriza a subcontratação no Brasil. Está mais próximo da produção flexível, em que a fragmentação da divisão técnica do trabalho entre empresas especializadas se relaciona, por exemplo, à inovação técnica e ao trabalho qualificado. "Broadly, flexible specialization has the following characteristics which distinguish it from the 'ancien regime... A renewed craft tradition which combines paternalistic and participatory practices with flexible work arrangements... rigid demarcation of tasks, surveillance, co-ordination, re-tooling, task committed machinery..." (AMIN: 1989; 14-15)

desigualdade da estrutura social brasileira, constituindo um mercado fortemente segmentado, torna possível o surgimento destas brechas por onde a subcontratação se realiza. Assim, os extremos sociais do mercado consumidor constituiriam brechas onde reinaria a subcontratação. Neste sentido, é que a subcontratação, longe de se esvanecer face à modernização da indústria têxtil, toma um novo fôlego; ou seja, se reafirma e se revitaliza no seio da perversa concentração social da renda.

Todavia, a evidência da relativa antiguidade da subcontratação na indústria têxtil, na maioria das vezes associada a falta de uma qualidade mínima da produção das empresas contratadas, torna justificável a impressão de atraso, ou de relação pré-capitalista que ela sugere, permitindo a interpretação de que os mecanismos de subcontratação estariam em fase de extinção devido ao progresso técnico do desenvolvimento industrial.

A subcontratação como forma de centralização do capital funciona como expansão da grande empresa. Henrique Rattner (1985), evidencia o caráter complementar de tais empresas e a escolha da produção por subcontratação pela grande empresa.

Do ponto de vista da organização industrial, a centralização do capital através da subcontratação reúne

sob um mesmo poder, ou seja, sob um mesmo controle, os vários ciclos de valorização envolvidos. Neste sentido, a subcontratação ao mesmo tempo que integra a produção de várias empresas, se constitui num sintoma de desintegração da produção. Tanto as empresas podem produzir produtos finais, como produtos que ainda serão objeto de trabalho. Inspirando nas considerações de Allen J. Scott (1983), a respeito das formas de subcontratação, podemos considerar a subcontratação que envolve a produção de produtos finais, como uma forma de desintegração horizontal e, a segunda, ou seja, a que envolve a produção de produtos a serem ainda trabalhados, como de desintegração vertical. (44)

44) Embora não compartilhamos das referências de Allen J. Scott, quanto à distinção das formas gerais de subcontratação, nos inspiramos na sua formulação quando refletimos sobre as questões referentes à integração-desintegração da produção. Para Allen J. Scott, "subcontracting consists of those peculiar sorts of linkages in which work at various stages of completion is farmed out from one industrial plant to another. According to Houssiaux, Sallez, and Sallez an Schleger, forms of industrial subcontracting can be classified into two major categories, i.e., concurrent and complementary subcontracting. Concurrent subcontracting involves the farming out of overflow work that could normally be done in-house except for a current excess of orders relative to installed operating capacity... Complementary subcontracting involves the farming out of work that is not usually done in-house and for which there is little or no internal provision of facilities. This type of subcontracting is concerned with the processing of semi-finished items (e. g., subcontracting sewing in the garment industry) which are worked upon by the subcontractor and then ultimately returned to their point of origin for additional processing. Subcontracting, then, is a further symptom of disintegration of production activities, i.e., both horizontal disintegration (concurrent subcontracting) and vertical disintegration (complementary subcontracting)." (SCOTT: 1983; 242)

A subcontratação como desintegração da produção, nas últimas décadas, face ao desenvolvimento da centralização do capital têxtil, tomou novo fôlego. Neste sentido, é que a noção corriqueira do fezonismo, apenas como produção de pequenos produtores, precisa ser reinterpretada para situar o significado atual da rede de subcontratação têxtil no contexto da recente reestruturação industrial de São Paulo.

Um exemplo muito expressivo é o da empresa TFS, uma empresa têxtil do grupo Ciané, que se constitui numa indústria têxtil sem teares. Sem teares, sim, porque é especializada na concepção de tecidos, repassando a produção, a terceiros. Realiza-se, assim, dada a possibilidade da desintegração da produção, a existência de uma indústria têxtil sem teares. (45)

A compreensão da atualidade e permanência da subcontratação na indústria têxtil, além de ter como referência a modernização da produção industrial, deve incorporar também, o desenvolvimento da subcontratação vinculado à necessidade de se "obter uma força de trabalho a custo inferior ao da força de trabalho média empregada nas indústrias 'por conta.' É esse diferencial que define a 'preferência das tecelagens que operam matéria-prima própria em transferir parte da produção ao fezonista."

45) Cf. Folha de São Paulo, 31/10/1990.

(DURAND: 1925: 9).

A produção subcontratada tende a abastecer um mercado consumidor de baixo padrão aquisitivo, onde o produto têxtil, praticamente produzido com equipamentos obsoletos e matérias-primas e insumos inferiores, muitas vezes sacrificando a aparência e a durabilidade do produto; enfim, sua qualidade, possibilitam a estas empresas uma produção de menor custo.

Este ponto de vista é que permite compreender a sobrevivência da subcontratação e compreender, também, porque diante da crescente modernização industrial e da expansão das grandes empresas, persiste uma forma que a um olhar apenas lógico, mas pouco atento, poderia aparecer uma relação em extinção.

Nem o feçonismo e nem a heterogeneidade estrutural da indústria têxtil são novidades. O novo reside nesta heterogeneidade que persiste, se dilata e também, se modifica, porque a desintegração da produção em várias unidades se aprofunda ao mesmo tempo que as grandes empresas tomam maior vulto através das estratégias de associações, absorções e fusões.

Ao dizermos nova heterogeneidade não estamos tomando como referência o crescimento quantitativo de ambas

formas de centralização. Se não o fazemos com maior rigor é devido à carência de dados estatísticos de interesse, estes se incorporassem a análise, a tornariam mais enriquecedora do conhecimento. Nossa compreensão desta transformação se fundamentou em modificações que mais significam mudanças qualitativas do que quantitativas. Estas transformações significam, como vimos nos capítulos precedentes, que as grandes empresas cada vez mais se interessam pelo mercado internacional e, cada vez mais, buscam a modernização. Como apontamos, "o atraso técnico é menor nas exportadoras." (46)

Neste sentido é que nos referimos às recentes transformações da indústria têxtil. Portanto, trata-se de mudanças qualitativas e por isso é que falamos da nova heterogeneidade estrutural da indústria como reestruturação industrial. Reestruturação industrial onde se reforçam os vínculos entre a rede de subcontratação e a grande empresa, que se expande através da desintegração da produção em várias unidades.

46) Cf. Gazeta Mercantil, 28/06/1990.

3.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA E DESCONCENTRAÇÃO DA METRÓPOLE.

Neste capítulo discutiremos como a relocação dos estabelecimentos têxteis se constitui num dos elementos que estruturam e conformam um novo espaço metropolitano. Exporemos como na reestruturação da indústria têxtil a grande empresa e a subcontratação - formas de centralização do processo de valorização do capital - consolidam, na aglomeração e dispersão das unidades de produção, uma nova materialidade espacial.

A redistribuição espacial dos estabelecimentos têxteis no Estado de São Paulo se constitui num dos elementos que consolida e estrutura a metrópole contemporânea, reforçando traços históricos da urbanização paulista. As condições materiais anteriores são reatualizadas no âmbito do processo social e espacial de centralização-dispersão da indústria. Em outras palavras, a concentração e dispersão dos estabelecimentos têxteis, não só criando, mas reutilizando e reforçando antigas formas materiais do espaço, reitera e reestrutura o espaço urbano-industrial do Estado.

A empresa , enquanto unidade jurídica pela qual se exerce o controle do processo de valorização do capital foi nossa referência para compreendermos a reestruturação da indústria têxtil. Mas, neste capítulo discutiremos a distribuição espacial dos estabelecimentos têxteis porque sua distribuição sugere pistas que permitem a compreensão da reestruturação espacial da indústria no Estado de São Paulo.

As formas de centralização do capital anteriormente discutidas, a grande empresa e da subcontratação - é, aqui, reconsiderada, em termos de sua dupla manifestação espacial: concentração e dispersão dos estabelecimentos fabris. A nosso ver, o exame conjunto destas referências - empresa e distribuição espacial de estabelecimentos têxteis - contribui para o conhecimento da reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo, à medida que esta reestruturação envolve tanto processos sociais como processos espaciais.

A dinâmica da distribuição espacial dos estabelecimentos têxteis, sua concentração e dispersão, como um elemento conformador do espaço, só pode ser apreendida em todo seu significado no momento que procedemos ao mapeamento do número e distribuição dos estabelecimentos têxteis nos anos 1970, 1980 e 1988 compreendendo, portanto, momentos expressivos da recente reestruturação urbano-industrial.

1970

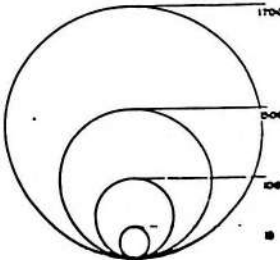
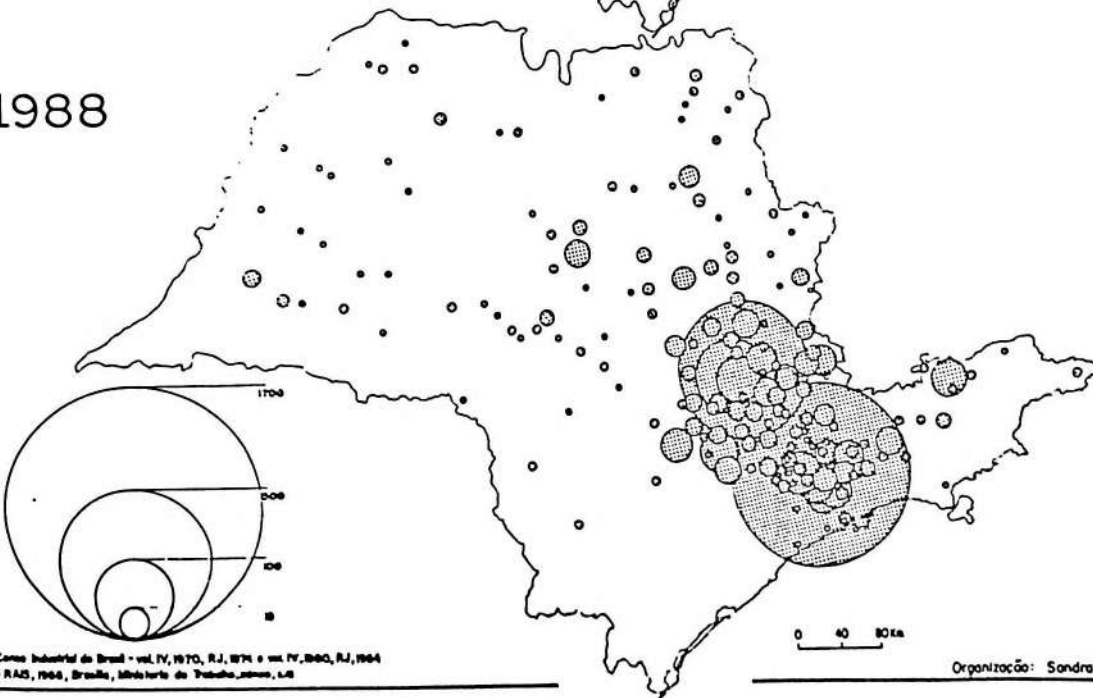
ESTADO DE SÃO PAULO
NÚMERO DE
ESTABELECIMENTOS
TÊXTEIS 1970 - 1988



1980



1988



F 2046 - FIBOE - Censo Industrial do Brasil - vol. IV, 1970, R.J., 1974 e vol. IV, 1980, R.J., 1984
Tabulação RAIS, 1988, Brasília, Instituto de Pesquisa, 1989, 1:40

Organização: Sandra Lencioni

Os mapas foram reveladores da dinâmica da convergência na localização dos estabelecimentos têxteis no Estado de São Paulo. O número de estabelecimentos diminuiu no município da Capital, ao mesmo tempo que cresce em importância nos demais municípios da Região Metropolitana e arredores. Esta dispersão reitera a histórica concentração industrial da atividade têxtil na Região Administrativa de Campinas e, em menor grau, na Região de Sorocaba. No eixo rodoviário da Anhanguera a presença dos estabelecimentos têxteis se reafirma, mas em contraposição, no eixo rodoviário da Dutra, diminuiu de importância. As demais regiões administrativas do Interior, principalmente as do Oeste do Estado, conhecem um processo de desindustrialização têxtil. Este esvaziamento evidencia a força centrípeta da metrópole, uma outra face da metrópole desconcentrada. Portanto, questiona as interpretações de que as recentes transformações da indústria do Estado de São Paulo seriam resultantes de um processo de interiorização da indústria.

Uma pesquisa recente a respeito da indústria no Estado de São Paulo indicou que em relação à indústria têxtil, a "análise das tendências de localização revelou que este ramo se encontra entre os que possuem um padrão de localização com alto grau de concentração na Região do Entorno Metropolitano. O fato desta região concentrar uma parcela maior da área para novas indústrias do que de ampliações mostra um comportamento diferenciado dos outros

ramos. Normalmente o Entorno Metropolitano concentra uma parcela menor de novas indústrias, indicando uma tendência das novas se dirigirem a outras regiões. Neste ramo, a concentração ainda maior de novas na região, tem razões a serem esclarecidas." (SEMA, 1989, 83) A nosso ver, o alto grau de concentração da indústria têxtil no em torno da Região Metropolitana decorre da reiteração da histórica concentração industrial têxtil nesta região. Segundo nosso ponto de vista, esta reiteração foi dinamizada pela expansão da grande empresa e da subcontratação como formas de centralização do processo de valorização do capital na indústria têxtil.

A reestruturação espacial tem favorecido o processo de centralização do capital têxtil, atualizado a antiga estrutura urbana do Estado de São Paulo e reiterado o primado da Capital. De forma que somos tentados a sugerir a existência de iterações entre os processos espaciais e sociais. Once a dialética destes processos reforça e consolida a metrópole desconcentrada e a primazia da Capital. Consideramos que é nestes processos que se reestrutura o espaço urbano-industrial do Estado de São Paulo - reproduzindo a metrópole como metrópole desconcentrada.

Mostramos desde o início desta exposição, que a presença da indústria têxtil na Capital, bem como no

Interior, é antiga. (1) Acrescentamos que a distribuição espacial dos estabelecimentos têxteis não pode ser considerada resultado de um planejamento de governo e que muito da nova localização tem raízes históricas longínquas. Indicamos que recentemente a distribuição espacial da indústria têxtil no chamado "entorno metropolitano" tem se dado em detrimento da Capital, ocupando uma porção do espaço que se abre em leque com raio de 150 km. a partir da cidade de São Paulo, indo além desta distância ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado. Discutimos que dadas as características centralizadoras do processo de valorização do capital, já suficientemente assinaladas, incorre em contrasenso denominar o reforço desta antiga distribuição de estabelecimentos fabris no Estado de São Paulo, como processo de descentralização industrial.

Ainda um outro elemento deve ser acrescentado nesta análise. O levantamento da área industrial construída, dizendo respeito à indústria têxtil no Estado de São Paulo, fornece dados que deixam poucas dúvidas quanto à tendência da distribuição espacial recente. Os dados referentes às indústrias têxteis licenciadas na CETESB para

1) Segundo o Censo de 1907, as indústrias têxteis no Estado de São Paulo estavam assim distribuídas: na Capital 9 estabelecimentos, de um total de 21. Os demais se localizavam em Piracicaba, Sorocaba, São Benardo, Vila Americana, Itú, Salto de Itú, e São Roque, Tatuí, Jundiá, Taubaté, Jacareí, Belemzinho, Santos e Uberaba. Quanto ao emprego, na Capital se faziam presentes 3.804 operários, os demais municípios tinham 4690. Fonte: Séries Estatísticas Retropectivas. Rio de Janeiro, IBGE, 1986, vol. 2, tomo 3.

instalação e funcionamento no interior paulista, no período de 1980 a 1985. mostram o "alto grau de concentração na Região do Entorno Metropolitano. Esta região recebeu 89,5% do total da área construída no Interior, 94,7% da área referentes a novas indústrias e 82,3% da área referente a ampliações... A Sub-Região Anhanguera foi sem dúvida a mais atrativa para este ramo, concentrando 65,6% da área construída, sendo mais de 60% referentes à instalação de 117 novas indústrias. Nesta sub-região, o ramo aparece em quase todos os municípios que a compõem. O maior destaque no entanto, é para o Município de Americana, já tradicionalmente conhecido por sua indústria têxtil e responsável por 26% do total de área construída no ramo no Interior. Ao lado de Americana, e com dinâmica de crescimento possivelmente ligado a este município, aparecem também com destaque, Santa Bárbara d'Oeste, que recebeu 9,8% da área construída no Interior e Nova Odessa, que recebeu 2,0%. Além desses municípios, destacaram-se ainda, Jundiaí com 6,7% e Araraquã com 6,5%." (SEMA, 1989; 83)⁽²⁾

Tomando alguns municípios do Interior, localizados num raio de 150 km. a partir da Capital ou localizados junto aos principais eixos rodoviários e

2) A SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente - considera como Sub-Região Anhanguera aquela "formada pelos municípios localizados nas proximidades da Via Anhanguera. Com 13 municípios entre os 50 mais industrializados do Interior, essa sub-região se caracteriza como a de maior concentração de área industrial construída na Região do Entorno Metropolitano (47,2%) e também como a de maior concentração no Interior (28%)." (SEMA: 1989; 23)

utilizando pesquisa do SENAI (1989) e FIESP/CIESP (1991), destacam-se com instalações recentes de estabelecimentos têxteis, ou seja referentes ao período 1974 a 1988, os municípios de Ribeirão Bonito, São Carlos e Jacareí, cada um deles, praticamente com cerca de 1/3 dos seus estabelecimentos têxteis instalados neste período. ⁽³⁾ Em relação aos municípios da Região Metropolitana, excetuando-se a Capital, dentre os muitos exemplos a serem citados, destacamos os municípios de Osasco com 73,3% dos estabelecimentos instalados neste período, Guarulhos, com 57,4%, Poá, com 80% e São Bernardo do Campo, com 55%. ⁽⁴⁾

Os municípios em que a maior parte dos estabelecimentos têxteis foi instalada na década de 80, podem ser exemplificados, na Região Metropolitana, excetuando-se a Capital, com os municípios de Cotia, Itapevi, Jandira e Santa Isabel, em que 50% dos estabelecimentos foram instalados neste período e no Interior, com Lencóis Paulista, com a cifra de 50% e o de Atibaia, com 66,6%. ⁽⁵⁾ Em Cotia, 99,1% dos empregos estão alocados em estabelecimentos de grande porte, ou seja, nos estabelecimentos de 500 ou mais empregados, no segundo, 100% dos empregos se alocam em estabelecimentos de porte médio,

3) Precisamente, Ribeirão Bonito com a cifra de 33,3%, São Carlos, com 10% e Jacareí com 27,3%. Fonte: SENAI-SP/DPEA: 1988b ; 244, 251, 147.

4) Fonte: SENAI-SP/DPEA: 1988a; 193; 117; 211, 271 e FIESP/CIESP (1991), mimeo.

5) Fonte: SENAI-SP/ DPEA: 1988a: 49,137, 155, 243 e SENAI-SP/DPEA: 1988b; 177, 35.

de 100 a 499 empregados. (6)

A pesquisa do SENAI (1987), acerca da inovação tecnológica e formação profissional na indústria têxtil, indica que as grandes indústrias se localizam, sobretudo, no Interior. (7) Também gostaríamos de salientar que, em geral, quando um município se caracteriza por ter mais de 1/4 de indústrias de grande porte a porcentagem de empregos têxteis em relação ao número total de empregos urbanos é bastante expressiva. Este é o caso, por exemplo, de Ribeirão Bonito onde 33,3% dos estabelecimentos são de grande porte e responsáveis por 82,1% dos empregos têxteis e 88,3% dos empregos urbanos. É também o caso de Jaú, onde somente a Cia Jauense Industrial, do grupo Camargo Correa, é responsável por quase 30% do emprego urbano. Na Região Metropolitana encontram-se exemplos semelhantes: Carapicuíba, onde 50% dos estabelecimentos têxteis absorvem 61,5% do emprego têxteis do município e de Santa Isabel, onde 1/4 dos estabelecimentos são de grande porte, destacando-se a Karibê S/A Indústria e Comércio. Neste município quase 50% dos empregos nas atividades urbanas dizem respeito à indústria têxtil. (8)

6) Fonte: SENAI-SP/DPEA: 1988b; 176, 34. Convm esclarecer que a classificação segundo porte das indústrias se refere à divisão estabelecida por esta pesquisa.

7) Cf. SENAI-SP/DPEA: 1987; 16.

8) Fonte: SENAI-SP/DPEA, 1989b: 155-157, 243. SENAI-SP/DPEA, 1989a: 37-38, 241-242 e FIESP/CIESP (1991), mimeo.

Uma segunda observação é digna de nota. Embora muitos municípios apresentem uma porcentagem expressiva de estabelecimentos de pequeno porte - considerando-se pequeno porte os que empregam de 5 a 99 empregados -, muitas vezes a expressão do emprego têxtil é reduzida, até porque em muitos municípios tende a ocorrer uma relativa diversificação das atividades urbanas. Este é o exemplo de Ribeirão Bonito onde 66,7% de estabelecimentos têxteis são de pequeno porte absorvendo apenas 17,9% dos empregos têxteis da cidade. Também é o caso de Santa Isabel, na Região Metropolitana, onde em 75% de estabelecimentos têxteis de pequeno porte estão alocados apenas 11,9% dos empregos têxteis deste município. (9)

Inversamente, alguns municípios tem na indústria têxtil de pequeno porte, a expressão dos empregos urbanos. Este é o caso de Araras, com 92,3% dos estabelecimentos têxteis situados nesta faixa, absorvendo 54,8% do emprego têxtil e Araraquara com índices de 75% e 54%, respectivamente. (10)

A distribuição dos estabelecimentos têxteis apresenta uma configuração locacional dinâmica, manifesta no fechamento de algumas unidades e no surgimento de outras. Esta dinâmica pode tanto estar relacionada a unidades fabris de uma mesma empresa, ou a unidades juridicamente

9) Fonte: SENAI-SP/DPEA, 1989b 155-156, 241-242.

10) Fonte: SENAI-SP/DPEA, 1980b; 23-24, 3-4.

independentes e pode estar relacionada a mecanismos utilizados pela empresa para manter e expandir a reprodução do seu capital. Por isso, a mobilidade espacial pode ser eficiente para expansão da acumulação e o capitalista a utiliza, tanto quanto, por exemplo, usa a mobilidade do capital entre ramos e setores da produção, ou o aumento na composição orgânica do capital ou da rotação mais rápida do ciclo de valorização. Na recente reestruturação da indústria em São Paulo, o empresariado têxtil se utilizou de todas estas estratégias, mas para os objetivos deste trabalho interessa o estudo da mobilidade espacial do capital.

A análise da distribuição dos estabelecimentos têxteis possibilita compreender a mobilidade espacial no processo de reprodução do capital e reconsiderar, do ponto de vista do processo espacial, os mecanismos de centralização do capital. As formas sociais de centralização do processo de valorização do capital, a grande empresa e a subcontratação, devem ser reconsideradas, como desconcentração dos estabelecimentos fabris em seu movimento duplo de concentração e dispersão das unidades de produção no espaço.

A mobilidade espacial do capital, na sua dinâmica de redistribuição dos investimentos, expressa nos dados da tabela abaixo, pode ser diretamente visualizada na representação dos histogramas que indicam a proporção de estabelecimentos e pessoal ocupado na indústria têxtil, conforme as regiões administrativas do Estado de São Paulo nos anos de 1970, 1980 e 1988.

TABELA XI

ESTADO DE SÃO PAULO
ESTABELECEMENTOS TEXTEIS E PESSOAL OCUPADO SEGUNDO REGIÕES
ADMINISTRATIVAS
1970-1988

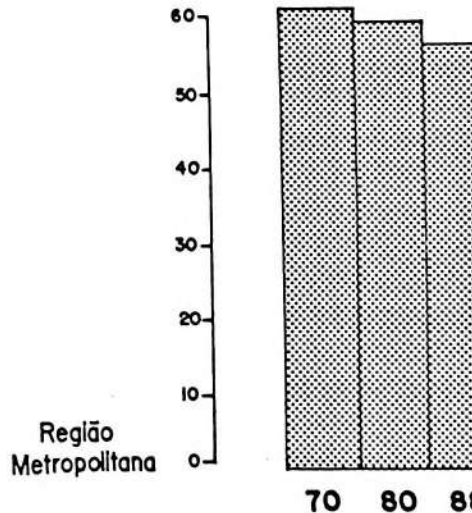
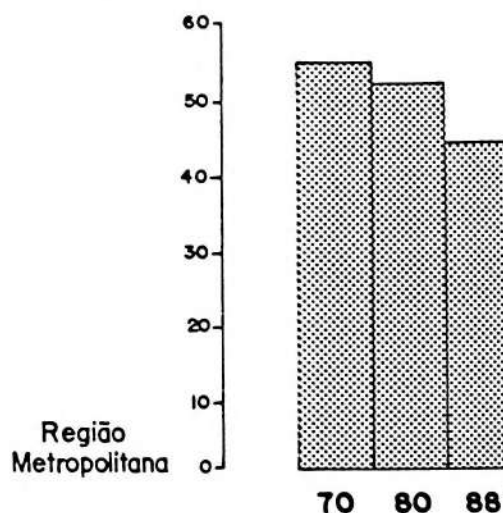
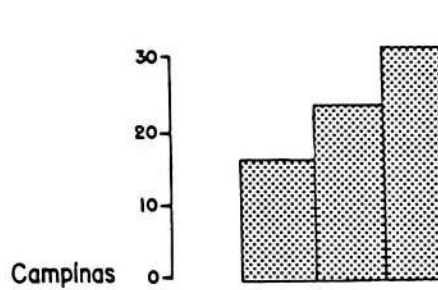
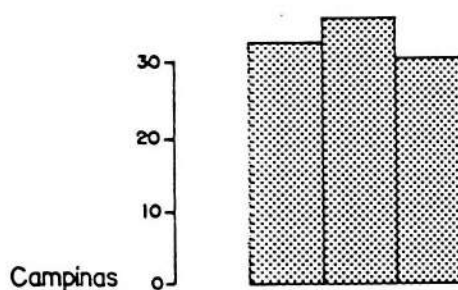
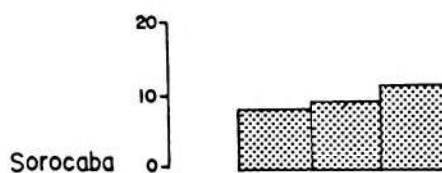
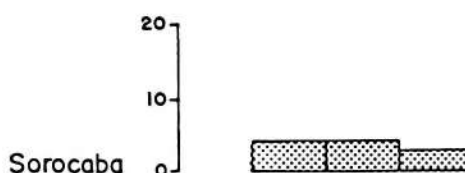
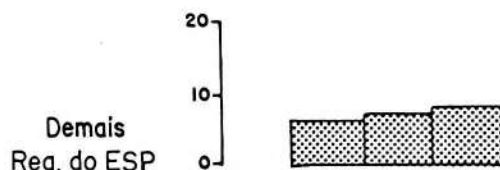
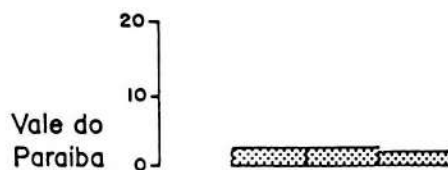
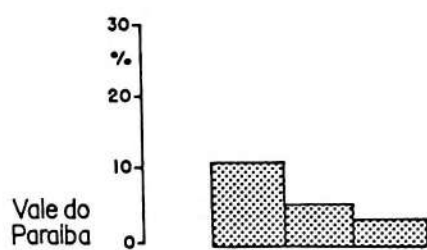
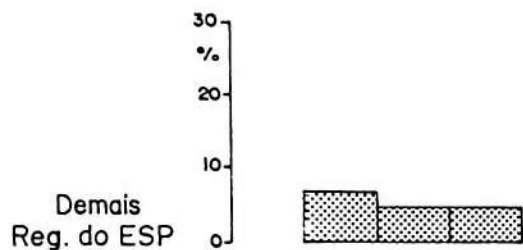
Regiões	1970		1980		1988	
	Est.	Pessoal Ocupado	Est.	Pessoal Ocupado	Est.	Emprego
Metropolitana	1786	114299	1674	991840	1448	105371
Campinas	1033	30614	1141	44144	982	56204
Sorocaba	148	16536	152	17869	121	24557
Vale do Paraíba	75	24557	85	9920	61	6948
Demais Regiões	209	14438	142	15389	154	16934
Total do ESP	3251	185312	3194	186506	2766	210006

Fonte: FIRGE - Censo Industrial do Brasil, vol. IV, 1970, Rio de Janeiro, 1974.

FIRGE - Censo Industrial do Brasil, vol. IV, 1980, Rio de Janeiro, 1984.

Tabulação RAIS, 1988. Brasília, Ministério do Trabalho, mimeo, s/d.

ESTADO DE SÃO PAULO - INDÚSTRIA TÊXTIL - ESTABELECEMENTOS PESSOAL OCUPADO



(*) Refere-se a Empregos

Fonte: FIBGE - Censo Industrial do Brasil - vol. IV, 1970, RJ, 1974 e vol. IV, 1980, RJ, 1980. Tabelação RAIS, 1988, Brasília, Ministério do Trabalho, mimeo, s/d

A distribuição espacial, tanto dos estabelecimentos têxteis, como do pessoal ocupado na indústria têxtil, se apresenta claramente concentrada na Região Metropolitana e na Região Administrativa de Campinas. Entretanto, enquanto a Região Metropolitana apresenta um declínio nos dois aspectos considerados, a Região Administrativa de Campinas, embora oscile quanto ao número de estabelecimentos, conhece um claro aumento do pessoal ocupado. Em relação ao Interior, o número de estabelecimentos tende a diminuir sua participação relativa nas Regiões Administrativas de Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba e a estabilizar no conjunto denominado Demais Regiões do Estado. Quanto ao pessoal ocupado, o maior crescimento se dá na Região Administrativa de Campinas, seguido de Sorocaba e Demais Regiões Administrativas do Estado.

Torna-se transparente que neste último conjunto, desde 1980, há uma relativa estabilidade na proporção de estabelecimentos têxteis e um crescimento relativo do pessoal ocupado. Se compararmos estes gráficos com os mapas anteriormente apresentados, que denunciam um esvaziamento industrial nas áreas que correspondem ao agrupamento denominado de Demais Regiões do Estado, somos induzidos a concluir que deve ter havido uma expansão das grandes empresas nestas regiões, que evidencia outros processos em andamento, além do que estamos examinando.

Convém repetir que ao ressaltarmos a distribuição espacial dos estabelecimentos fabris como referência para análise, não há qualquer intenção de discutir a reestruturação industrial e sua conexão com a reestruturação urbana fundada numa aproximação aos estudos que focalizam a determinação dos fatores locacionais da indústria. Uma aproximação com a teoria da localização nos parece inadequada e, neste momento da discussão, poderia significar um retrocesso. Ademais, o encaminhamento de nossa exposição compartilha com a posição de Doreen Massey (1985) que considera ser a análise locacional pouco esclarecedora dos processos de estruturação do espaço, pois mais importante do que determinar os fatores de localização é encontrar respostas às questões do porque e quando eles interferem na estruturação do espaço. (11)

Nos primeiros apontamentos referente às recentes transformações industriais assinalamos que as bases da concentração industrial no Estado de São Paulo estavam lançadas desde os anos 20 deste século. Ao retomar este argumento, voltamos a lembrar que o perfil da estrutura industrial da Capital em relação à Região Metropolitana e o Interior tendeu a assemelhar-se apenas nas últimas décadas. Esta tendência à homogeneização da estrutura industrial no Estado de São Paulo se deve menos a uma realocação de

11) "To limit industrial location theory to the identification of location factors is greatly to reduce its power to explain." (MASSEY: 1985: 174)

empresas que se transferiram da Capital para o Interior, e mais à implantação de indústrias produtoras de bens de capital e intermediários fora da Região Metropolitana.

Quanto à distribuição das indústrias têxteis, vale repetir, estas passaram a perder posição na Capital comparativamente aos demais municípios da Região Metropolitana e do Interior. Na Capital e demais municípios da Região Metropolitana o número absoluto de estabelecimentos têxteis, de operários e o valor da transformação industrial têm decrescido desde 1950. (12) Todavia, no Interior o número de estabelecimentos têxteis tem aumentado e, em relação ao número de operários - embora tenha igualmente decrescido, - este se fez a taxas expressivamente inferiores à da Capital. Tanto que, se na década de 70 o decréscimo do número de empregos têxteis na Capital foi de 18,4%, no Interior e demais municípios da Região Metropolitana, este decréscimo foi apenas de 1,6%. (13)

Portanto, a indústria têxtil no Interior vem tendo importância crescente se comparada à da Capital. Analisando-se os dados de remuneração média mensal na indústria têxtil da Capital e do Interior é interessante observar que a remuneração média na indústria têxtil

12) Cf. Censo Industrial 1950, 1960, 1970 e 1980. FIBGE, Rio de Janeiro.

13) Cf. SEADE: 1988a;28.

equivalia. em 1979, a 77,1% da Capital. (14)

No Interior, como vimos pelos dados apresentados, a Região Administrativa de Campinas se destaca. Esta região foi responsável pelo maior faturamento da indústria têxtil no Interior. Se juntarmos os dados da Região Metropolitana com os da Região Administrativa de Campinas em relação às vendas para o mercado interno, veremos que praticamente é destas regiões que advém a quase totalidade das vendas efetuadas. Daí procederam 93,8% das vendas do setor realizadas em 1979. (15)

Portanto, se poderia inferir que cresce em relevância a indústria têxtil instalada fora da Capital. Esta nova configuração ao se desenvolver apoiada num rearranjo da distribuição espacial da indústria, inspirou, como já discutimos a idéia de industrialização do Interior. Estamos repetindo estas considerações a fim de enfatizarmos uma observação que nos parece decisivamente importante. Se a interpretação do processo descrito for compreendido como de descentralização industrial há um obscurecimento da reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo na medida que se inverte a compreensão do processo de reestruturação social: mostra-se como descentralização

14) Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1980. SEADE, Fundação Secretaria Estadual de Análise de Dados, São Paulo, 1981: 182.

15) Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1980. SEADE, Fundação Secretaria Estadual de Análise de Dados, São Paulo, 1981: 551.

aquilo que é o mais exacerbado resultado da centralização industrial. Adjetivar esta reestruturação de paradoxal é uma consequência; ou seja denominar as recentes transformações da indústria paulista como um "descentralização paradoxal," é uma decorrência daquela inversão. (16)

A nosso ver esta reestruturação recente é global e encontra seus fundamentos numa revitalização do capital a partir de processos de concentração e centralização como resposta à profunda crise mundial que hoje vivemos. Ou seja, nos termos que interessa diretamente à nossa discussão, a multilocacionalidade da grande empresa têxtil e, também, a possibilidade de se afirmarem as outras empresas, quer através da subcontratação ou não, se constituem em elementos a serem explicados e não explicativos da mobilidade espacial do capital.

Além do mais, na perspectiva da descentralização industrial, a dispersão dos estabelecimentos não se mostra vinculada ao desenvolvimento do processo de centralização do capital, nem mesmo quando este decorre da moderna estrutura empresarial, na qual há

16) Comment l'Etat centralisé peut-il prendre en charge la décentralisation? C'est une façade, c'est une caricature. Dans les projets décentralisateurs, les communautés locales et régionales n'ont pas de véritables capacités de gestion; tout au plus peuvent-elles continuer à paralyser les initiatives du pouvoir central, dans une certaine mesure, et encore on cherche à leur enlever cette capacité... "L'espace est politique!" (LEFEBVRE: 1982; 197)

possibilidade do controle e gerenciamento da produção se darem fora do estabelecimento fabril. (17) Nesta perspectiva esta possibilidade não é considerada, ou não é compreendida como centralização, permitindo interpretar a dispersão dos estabelecimentos como descentralização industrial ou interiorização da indústria, que por sua vez acaba por conduzir ao encobrimento do processo de consolidação e ampliação da metrópole.

A rigor, tanto a multilocacionalidade de estabelecimentos de uma mesma empresa como a monolocacionalidade de outras, configuram uma determinada distribuição: mas, qualquer descrição se mostra insuficiente para explicá-la. De fato, a dinâmica da distribuição espacial dos estabelecimentos expressa a mobilidade espacial do capital mas, no entanto, não a explica e nem pode explicá-la. A compreensão da distribuição espacial da indústria está além da questão locacional, no sentido de deslocamento, realocação, criação e fechamento de empresas. Porque não é a localização que explica a

17) Harry Braverman discutindo a empresa moderna mostra que correspondente "às funções administrativas do capitalista do passado, existe agora um complexo de departamentos... A função especial de administração é exercida não mais por um único gerente, nem mesmo por uma equipe de gerentes, mas por uma 'organização de trabalhadores sob o controle de gerentes, assistentes de gerentes, supervisores, etc...' A gerência veio a ser 'administração, que é um processo de trabalho efetuado para fins de controle no seio da empresa,' e efetuado, além do mais, como um processo de trabalho rigorosamente análogo ao processo da produção, embora ele não produza artigo algum que não seja a operação e coordenação da empresa." (BRAVERMAN: 1981: 228)

mobilidade. Ao contrário, é a partir da mobilidade espacial do capital que se explica a relocalização, a dinâmica da distribuição industrial.

Em síntese, a nosso ver a recente reestruturação espacial da indústria têxtil no Estado de São Paulo envolve um processo de ampliação e consolidação do espaço metropolitano redefinido na relevância crescente da multilocacionalidade industrial e na instalação de fábricas fora da Capital, quer na Região Metropolitana ou Interior.

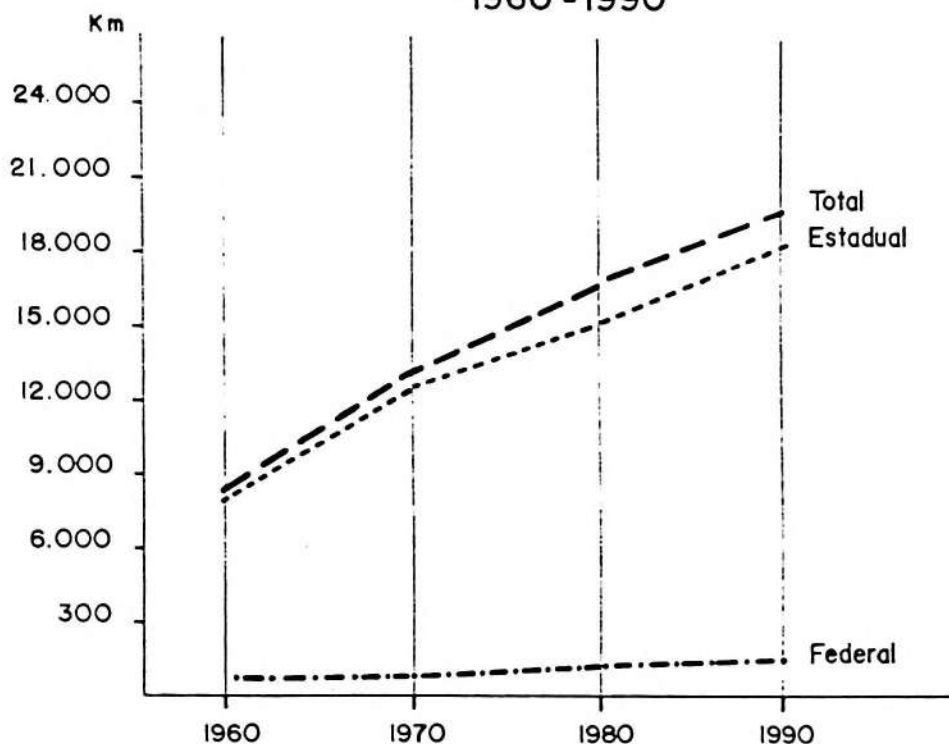
Em torno da Capital a tendência a homogeneizar-se as condições gerais de produção amplia e consolida o espaço metropolitano de maneira a desconcentrar a metrópole. A homogeneização, é importante que se repita quantas vezes se fizer necessário, se dá do ponto de vista do capital, não significando a destruição de diferenças entre lugares. Esta tendência à homogeneização diz respeito à forma de acumulação do capital e por isso ela não anula diferenças entre os lugares, pelo contrário, as utiliza de modo que novas diferenças se recriam e antigas mudam de conteúdo reestruturando-se. Assim, as diferenças sociais e espaciais assumem funções novas e integradas no ciclo de valorização do capital. E desta maneira a desconcentração da metrópole se consolida como processo e produto de um desenvolvimento que em si é desigual: de um lado, tende a homogeneizar o espaço, mas, de outro, o diferencia.

A tendência à homogeneização na forma de acumulação do capital é acompanhada da expansão das condições gerais de reprodução. Os indicadores do consumo de energia elétrica, para o período entre 1980 e 1984, apresentam uma taxa de crescimento maior no Interior do que na Região Metropolitana e Capital, locais onde o consumo de energia elétrica tem crescido a taxas inferiores à média estadual. (18) Extendendo-se este período até 1988 e considerando apenas o consumo de energia elétrica para uso industrial, embora tenha havido um aumento absoluto deste consumo na Capital, o qual passou de 5.622.949 para 7.204.867 kWh., este significou uma participação menor em relação ao consumo médio do Estado. (19)

18) A taxa de crescimento anual do consumo de energia elétrica na Capital e Região Metropolitana é respectivamente 4,449 e 4,300, enquanto a do Interior é de 7,812, maior inclusive que a taxa estadual de 6,069 a.a.. Fonte: Hierarquia das Regiões e dos Municípios no Estado de São Paulo, SINERG: 1987; 47.

19) Em 1980 o consumo de energia elétrica para uso industrial na Capital representava 22,2% do Estado e em 1988, 19,2%. Fonte: SEADE: 1990; 35.

Estado de São Paulo Evolução da Malha Viária 1960 - 1990



Fonte: IGC. São Paulo em Temas, 1990

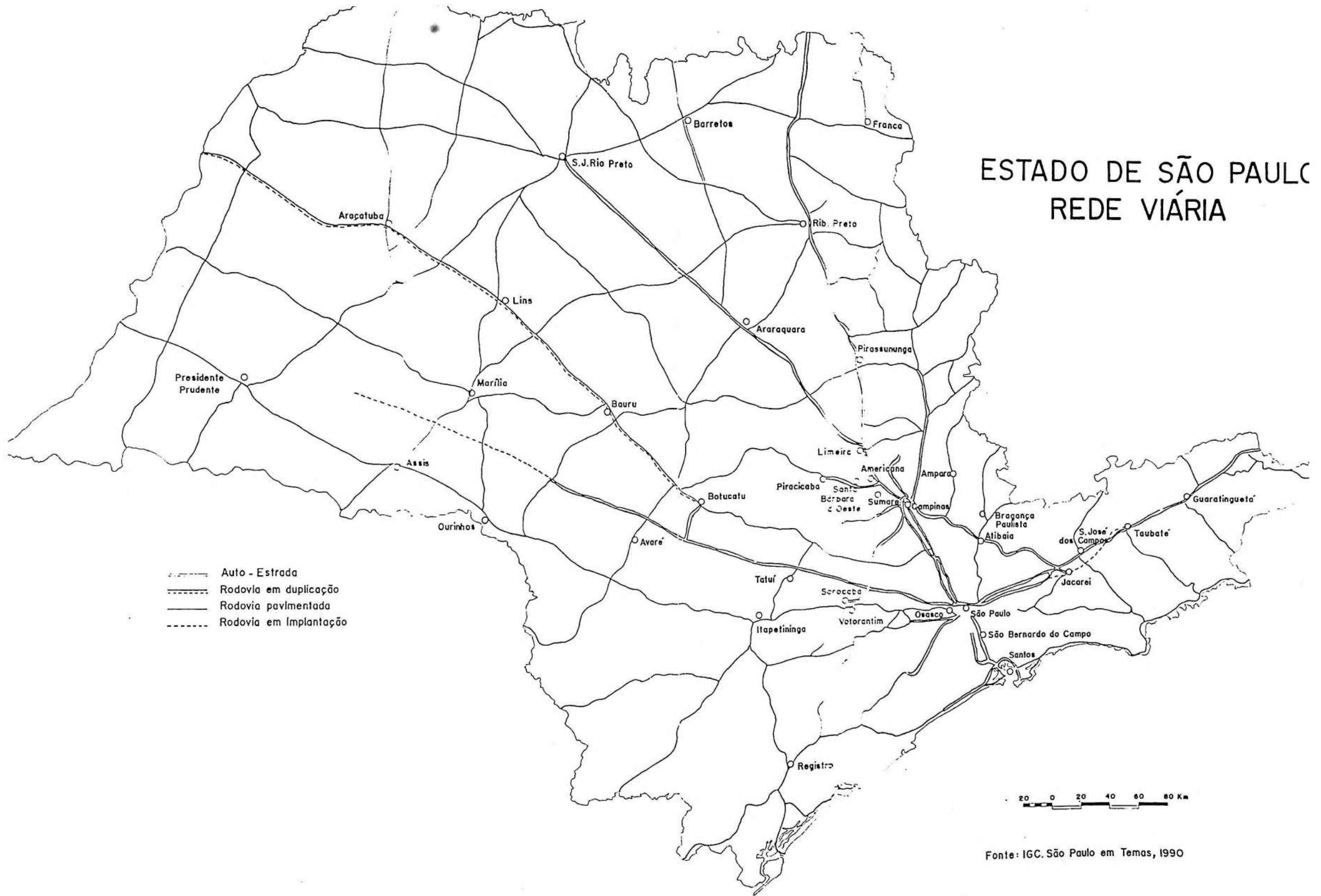
A evolução da malha viária no Estado de São Paulo mostrou um salto já nos anos 60, que se manteve crescente nas últimas décadas. Recentemente um Secretário de Transportes diagnosticava que "sob a égide do rodoviarismo, os sucessivos governos nas últimas décadas abriram não só magníficas auto-estradas (as vias Anchieta,

Imigrantes, Anhanguera, Trabalhadores, Bandeirantes e Castello Branco) como passaram a conservar e duplicar importantes rodovias, a exemplo da Marechal Rondon, Washington Luis, D. Pedro I, Santos Dumont, entre outras, no Litoral e Interior. Paralelamente, deu-se maior atenção às ligações entre campo e cidade, através da pavimentação e perenização de milhares de quilômetros de estradas vicinais - as veias capilares que abastecem os grande centros consumidores.' (CARLETTO: 1990; 23)

Nos últimos vinte anos, não só a expansão da rede rodoviária, mas sobretudo a duplicação de pistas e a adoção de um padrão internacional para os corredores de tráfego confluindo para a Região Metropolitana de São Paulo, tornou mais coeso e integrado o território paulista, porque diluiu distancias e, principalmente, distendeu o espaço metropolitano.⁽²⁰⁾ A redefinição deste espaço foi fundamental no sentido de se opor às porosidades na reprodução do capital e de contrarestar as possibilidades de desvalorização do capital imposto pelo tempo de circulação.

20) "Em sua estratégia para o setor de transportes, a administração paulista analisou as ligações com o crescimento econômico previsto para as próximas décadas e constatou que a cidade de São Paulo continua sendo o grande pólo irradiador. Além deste, destacam-se outros pólos constituídos pela Região Metropolitana e pelas regiões de Campinas/Jundiaí, Sorocaba, Vale do Paraíba e Baixada Santista. Ali vivem dois terços da população paulista e são gerados 90% da arrecadação do ICMS." (CARLETTO: 1990; 23)

ESTADO DE SÃO PAULO REDE VIÁRIA



Fonte: IGC. São Paulo em Temas, 1990

A rede viária sempre reiterando a cidade de São Paulo como pólo irradiador, expandiu as condições gerais de produção nesta região, acelerou a concentração dos meios de produção e a aglomeração do trabalho industrial. Reproduziu neste espaço as formas e conteúdos urbanos que até então eram específicos da Capital. Neste processo de espraiamento das condições gerais se reproduziu o diferente aos lugares e é neste sentido ambíguo que houve uma tendência à homogeneização do espaço. Não só porque desenvolveu as condições necessárias à reprodução social capitalista como, também, as condições que procurou superar: encarecimento do preço da terra, alto custo do congestionamento urbano, piora da qualidade de vida e do meio ambiente etc.. De forma que ao se reproduzir a negação das condições que impulsionaram a mobilidade cria-se a necessidade de uma nova mobilidade espacial do capital em busca de novas diferenças, a rigor, em busca de um lucro maior, ou seja, basicamente um custo de produção menor.

Todavia, repetindo uma vez mais, este processo não anula diferenças. As diferenças entre os lugares se redefinem fazendo com que estes assumam novas funções integradoras do ciclo de valorização do capital. Ainda que cada lugar seja alcançado de maneira diferente pelo processo de integração exigente de menor porosidade entre os elos deste ciclo, determina o desenvolvimento das condições de homogeneização criadas pelos transportes e

comunicações que ligam os lugares à Capital e aos centros nervosos da economia mundial. Podemos, por isso, falar de um novo conteúdo do espaço metropolitano à medida que a integração entre as cidades se intensifica e a circulação social tende a sobrepujar a material: circula-se mais informações e decisões do que produtos.

Não é demais insistir que o ciclo de valorização do capital, tanto social como espacialmente segmentado é, ao mesmo tempo e, sobretudo, cada vez mais, centralizado. Como vimos no capítulo precedente, segmentado em vários estabelecimentos que podem manter autonomia do ponto de vista da valorização do capital e do ponto de vista jurídico. Centralizado, quando a autonomia dos vários ciclos de valorização se dissolve numa empresa de muitos estabelecimentos ou quando esta autonomia diz respeito apenas ao aspecto jurídico da indústria subcontratada.

A centralização do capital tece liames na trama social e espacial. Considerando-se da perspectiva do espaço, em sua materialização, esta se expressa na localização dos estabelecimentos industriais, que pode ser dispersa ou concentrada. Analisando-se de um outro ângulo, o da empresa, a localização pode se dar através de uma monolocalização, ocorrendo apenas num ponto do espaço, como através da multilocacionalidade, envolvendo vários pontos do espaço. Portanto, o processo de centralização do processo

de valorização do capital permite que na reprodução do capital de uma empresa se possa contar com uma capacidade extensivamente ilimitada de unidades de produção dispersas espacialmente, porém interligadas sob uma mesma direção.

A grande empresa, enquanto forma de centralização do capital, através do exercício do controle dos ciclos de valorização do capital sob seu comando, dispersos em várias unidades de produção, tece vínculos entre estas unidades e, sobretudo, entre cada unidade e o gerenciamento da empresa. Portanto, reúne na perspectiva do processo social, a produção dos seus estabelecimentos industriais espacialmente dispersos.

Nesta discussão da unidade dos ciclos de valorização do capital, segmentado social e espacialmente, convém recolocar uma distinção dizendo respeito ao controle destes ciclos, o qual pode ser, como vimos, direto ou indireto. O controle dos vários ciclos de valorização, espacialmente dispersos nas várias unidades de produção, se constitui num controle direto, quando não existe autonomia jurídica entre as diversas unidades. Toda produção pertence a uma empresa, conglomerado ou grupo, subordinada a uma mesma direção e disposição geral do capital. Neste caso, a dispersão dos estabelecimentos pode se dar de uma forma mais extensiva, quase distendida, não fosse a centralização do controle da produção. Tanto que a dispersão ocorre não só

em relação às unidades de produção, como também em relação às funções comerciais e administrativas. O gerenciamento da empresa, distante da produção, se constitui numa possibilidade cada vez mais presente e contemporânea. A partir desta segmentação a reaproximação das múltiplas etapas da produção e funções da empresa se recompõem como uma redefinição da relação espaço-tempo: aproxima lugares e elimina distâncias. Fundamentalmente nesta redefinição, o desenvolvimento da circulação material - duplicação de vias rodoviárias e ampliação da rede de tráfego, por exemplo - e, sobretudo, a circulação social, com o avanço das telecomunicações e informatização, anunciam o século XXI.

A partir de uma série de levantamentos pudemos identificar estabelecimentos industriais têxteis pertencentes a grupos econômicos e mesmo estabelecimentos juridicamente autônomos que embora se localizem no Interior, possuem o gerenciamento da empresa na Capital.⁽²¹⁾

Apenas com o intuito de tornar mais claro o levantamento feito, tomemos de início os estabelecimentos têxteis relacionados aos grupos e empresas estrangeiras que

21) Dada as fontes utilizadas, o levantamento diz respeito aos estabelecimentos de mais de 100 empregados. Utilizamos o levantamento feito pela FISP/CIESP (1991) que arrola os estabelecimentos industriais com mais de 100 empregados no Estado de São Paulo, o levantamento de "Quem é Quem na Economia Brasileira" da revista Visão: setembro/1987, ano XXXVI, nº 39, o Anuário das Indústrias de 1987/88 e 1989/90, da Editora Pesquisa e Indústria Ltda, São Paulo e a Lista Telefônica Telesp-1990/91 do Município de São Paulo.

embora se localizem no Interior, têm o gerenciamento na Capital. Entre os grupos japoneses, cabe destacar o grupo Kanebo, com unidades de produção em São José dos Campos, Jundiaí e Mogi das Cruzes. O grupo Shoei Co, com a indústria Sedas Shoei Bratac S/A, em São José do Rio Preto e duas unidades da Fiação de Seda Bratac, uma em Bastos e outra em Duartina. O grupo Toyobo, com um estabelecimento em Americana. A empresa Nisshimbo do Brasil Indústria Têxtil Ltda, em Itapetininga, Unitika do Brasil Indústria Têxtil Ltda, em Americana. Além destes, de origem japonesa, cabe destacar, o grupo francês, Rhodia, com unidades têxteis em Jacareí, São José dos Campos, Santo André e São Bernardo do Campo, e o grupo holandês Akzo N.V., com a indústria Polyenka S/A em Americana e a empresa Du Pont do Brasil, em Paulínea. Embora o grupo inglês Paramount não tenha mais unidades de produção no Estado de São Paulo, estando seus estabelecimentos localizados particularmente em Sapucaia do Sul, Bagé, Esteio e Canela, cidades do Rio Grande do Sul, é significativo o fato do escritório geral desta empresa se localizar na cidade de São Paulo.

Considerando-se os principais grupos nacionais têxteis, verificamos que podemos manter a afirmação de que as maiores empresas localizadas no Interior tendem a localizar o gerenciamento na Capital. O grupo Vicunha, por exemplo, possui vários estabelecimentos no Interior, mas o gerenciamento do grupo localiza-se em São

Paulo. Dentre suas empresas, examinemos alguns casos. A empresa Elizabeth S/A Indústrias Têxteis tem várias unidades. Além de duas na Capital, tem duas em Americana, uma em São Manuel e duas em Itatiba. Em Americana, do grupo Vicunha ainda se localizam as empresas Fibra S/A - Fiação Brasileira de Rayon e a Vanini S/A Indústria Têxtil. Em Santa Bárbara do Oeste estão duas unidades da Campo Belo S/A Indústria Têxtil. Apenas com o objetivo de demonstrar a dimensão deste grupo, mencionamos que a Campo Belo S/A Indústria Têxtil possui, além das unidades de Santa Bárbara do Oeste, duas unidades na Capital e que a Vicunha, empresa que empresta nome ao grupo, tem duas unidades de produção na cidade de São Paulo.

Outros grupos reforçam a pertinência de nosso argumento por localizarem o gerenciamento na Capital, embora as fábricas se localizem no Interior. A Cia Nacional de Estamparia (Ciané), do grupo Severino Pereira da Silva, tem duas unidades em Rio Claro, uma em Ribeirão Preto, outra em Leme e, ainda, três em Sorocaba. A Companhia Jauense Industrial, do grupo Camargo Corrêa, localiza-se em Jaú, a Deslor S/A Indústria e Comércio, do grupo Destailleur, em Itapevi, a Fábrica de Tecidos Tatuapé do Grupo Sanflu (Santista), tem três unidades, uma em Americana, uma na Capital e uma em Osasco. Pertence à este grupo a empresa Brasital S/A Indústria e Comércio, localizada em Salto.

De maneira geral mencionamos empresas têxteis pertencentes a importantes grupos econômicos, ou seja, empresas que compõem grupos que atuam em diversas atividades. Utilizamos a classificação da publicação "Quem é Quem na Economia Brasileira" para identificar empresas pertencentes a grupos econômicos e distinguir as empresas que fazem parte de um grupo das que não fazem.

Em seguida apresentamos empresas que embora não pertençam a grupos econômicos, segundo classificação de "Quem é Quem na Economia Brasileira," apesar de terem a unidade de produção no Interior ou nos municípios da Região Metropolitana, evidentemente excluindo-se a Capital, mantém escritório em São Paulo. Nestes casos a permanência da gerência da empresa na cidade de São Paulo indica o controle direto e centralizado do processo de valorização do capital, que se manifesta conformando a primazia da Capital.

QUADRO II

ESTADO DE SÃO PAULO - EMPRESAS DO INTERIOR OU DA REGIÃO METROPOLITANA COM ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO. *

Nome da Empresa	Município
Advance Indústria Têxtil Ltda	Várzea Paulista
Alvesnil Têxtil e Confecções Ltda	Americana
Anis Razuk Indústria e Comércio Ltda	Barueri
Brasmentol Caçapava S/A Indú. e Comércio	Caçapava
Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá	Guaratinguetá
Companhia Industrial e Agrícola Boyes	Piracicaba
Corduroy S/A Ind. Têxteis**	Bragança Pta
Indústria e Comércio Jorge Casmime S/A	Sorocaba
Cotonificio Beltrano	Jandira
Covolán Indústria Têxtil Ltda	S. Bár. d'Oeste
Distral S/A Tecidos	Americana
Fábrica de Tecidos Nella Ltda	Americana
Fiação Macul Ltda	Mairinque
Fiação Santa Isabel S/A	Tatuí
Flocotecnica Indústria e Comércio Ltda	Jundiaí
Guterman Linhas para Costura Ltda	Mogi das Cruzes
Indústria Têxtil Carambei	São Roque
Indústria Têxtil Dahruj S/A **	Americana
Indústria Têxtil Metidieri S/A	Votorantim
Karibe S/A Indústria e Comércio	Santa Isabel
Lanificio Amparo e Tupy Fios e Linhas Ltda	Amparo
Linhãnil S/A Linhas para Cozer	Sorocaba
Morungaba Industrial S/A	Morungaba
Ober S/A Oscar Gerggren Ind. e Comércio	Nova Odessa
Felikan Têxtil S/A	Santa Isabel
Tecelagem Brasil S/A	Suzano
Tecelagem Huddelfa Ltda	Nova Odessa.
Tecelagem Jacira**	Americana
Tecelagem N. Senhora de Lourdes Ltda	Guarulhos
Tecelagem São Carlos S/A	São Carlos
Texcolor S/A e Ind. Têxtil Tsuzuki Ltda	Sumaré
Texrolim Indústria e Comércio Ltda	Itaquaquecetuba
Têxtil Corti Lester S/A	Taboão da Serra

(*) Rol indicativo.

(**) Duas unidades.

Fonte: FISP/CIESP, Cadastro Industrial, maio, 1991.

Quem é Quem na Economia Brasileira, revista Visão: setembro/1987, ano XXXVI, nº 39.

Anuário das Indústrias de 1987/88, São Paulo, 1988 e 1989/90, São Paulo, 1990, Editora Pesquisa e Indústria Ltda.

Diferente é o caso em que a centralização do capital se realiza através da montagem da rede de subcontratação, reunindo vários ciclos de valorização, em que o controle destes ciclos se exerce indiretamente, pois trata-se de unidades de produção juridicamente independentes. Os contratos estabelecidos entre as empresas, de um lado a contratante e, de outro, as contratadas, variam segundo as flutuações econômicas e, sobretudo, segundo os interesses da empresa contratante, que normalmente possui maior poder econômico.

A eficácia da rede de subcontratação exige entendimentos constantes e há necessidade que as negociações sejam frequentes e contínuas, para dar conta desse clima de negócios pendentes. Há também o fato de que nas relações de subcontratação, o controle ser indireto, o que torna importante a existência de uma proximidade entre a empresa contratante com a contratada, fazendo com que a localização dessas empresas assuma um significado relevante. Este é o caso da prática arraigada da subcontratação da produção têxtil que faz concentrar em Americana um grande número de empresas comumente referida como façonistas. Embora não seja um fenômeno apenas local, no façonismo se encontra a gênese da alta densidade de estabelecimentos têxteis daquela cidade. (22)

22) Convém esclarecer que se trata de uma tendência, e não

A tradicional prática de subcontratação na cidade de Americana, em que as empresas contratadas, em geral, se constituem em pequenos estabelecimentos com patamar técnico e administrativo pouco desenvolvido, a aproximação dos estabelecimentos envolvidos na rede de subcontratação se torna importante. Esta aproximação permite às empresas envolvidas pactuarem soluções de eventuais embarços comerciais e, inclusive, técnicos, como já apontamos. Porém, não se percebe nisto qualquer coisa do passado ou provincianismo. "The subcontracting of production continues to be an important feature of the organization and locational structure of a number of industrial sectors in the advanced capitalist economies." (HOLMES: 1985; 80)

Não há nenhum anacronismo na subcontratação e sua importância para a configuração espacial da indústria tem sido objeto de análise de muitos autores. Para Allan J. Scott, que se refere à subcontratação como desintegração da produção, "where there is a proliferated desintegration of production process such that many small and specialized

de uma regra, haja visto as subcontratações internacionais, cada vez mais relevantes no mundo de hoje. No caso da indústria têxtil no Estado de São Paulo e, particularmente, da tradicional prática de subcontratação na cidade de Americana, em que as empresas contratadas, em geral, se constituem em pequenos estabelecimentos com patamar tecnológico pouco desenvolvido, quer na produção, quer na administração, a proximidade dos estabelecimentos envolvidos na rede de subcontratação se torna importante. Esta proximidade permite às empresas envolvidas pactuarem soluções de eventuais embarços comerciais e, inclusive, técnicos.

producers are intertwined within a network of constantly changing linkages, then we may expect there to be correspondingly strong pressures on plants to converge together in geographical space. By means of such converge potentially onerous linkages costs may be held down to a minimum." (SCOTT; 1983; 242)

Ademais, John Holmes embora afirme que poucas conclusões possam ser apresentadas a respeito da configuração espacial da subcontratação, considera que quando as relações de subcontratação envolvem estabelecimentos de pequeno porte e quando tais relações não são suficientemente permanentes, tende a haver um agrupamento espacial dos estabelecimentos. Inversamente, a rede de subcontratação tende a ser geograficamente mais dispersa quando os vínculos entre as partes são mais permanentes, envolvem produção de maior escala e quase sempre dizem respeito a empresas maiores. (23)

No caso de empresas menores a proximidade locacional em relação à empresa contratante chega ser decisiva e se constitui num aspecto relevante da distribuição espacial da indústria têxtil no Estado de São Paulo. Para a empresa que contrata, manter-se a pequena distância das empresas subcontratadas se constitui, de certo modo, garantia do exercício de controle do produto

23) Cf. HOLMES; 1986; 80-106.

encomendado e, sobretudo, da entrega nos prazos combinados. Portanto, quanto maior for a dependência de negociações e entendimentos no exercício das encomendas às empresas subcontratadas, maior se torna a necessidade de aglomeração espacial das empresas envolvidas nesta relação. Assim, a centralização do controle de valorização do capital, via desenvolvimento da rede de subcontratação se constitui num elemento fundamental para a compreensão da distribuição dos estabelecimentos industriais. Porém, como alerta Dorren Massey (1985), a subcontratação representa potencialmente diferentes relações envolvendo indústria e espaço, portanto, o essencial é não se apegar a nenhuma tipologia. (24)

Os liames tecidos no espaço entre diversos estabelecimentos fabris produzem formas que tanto podem configurar concentração como dispersão na distribuição espacial dos estabelecimentos industriais. Esta observação tem o sentido de chamar atenção para a necessidade de se examinar as relações entre as várias unidades de produção para se compreender o real significado da distribuição espacial da indústria. No caso em destaque, insistimos, tais liames dizem respeito ao processo de centralização do capital que não se confunde com o de aglomeração dos estabelecimentos industriais. O primeiro, como demonstramos, se relaciona ao processo de valorização do

24) A questão da relação entre estruturas espaciais e produção capitalista é discutida por MASSEY (1985), no capítulo 3, "Uneven Development and Spatial Structures."

capital, o segundo ao adensamento espacial das atividades.

A nosso ver, relacioná-los mas não distinguí-los de maneira clara obscurece a compreensão de que se trata de processos diferentes; o primeiro, correspondendo ao processo social, o segundo, ao processo espacial. Por isso muitas interpretações constroem uma explicação parcial da distribuição espacial da indústria, onde os liames espaciais tecidos em função da recomposição da unidade dos diversos ciclos de valorização se dissolvem e não se fazem, assim, presentes na análise. A dispersão na distribuição espacial dos estabelecimentos aparece, então, como se fosse descentralização industrial. Assim, o conhecimento da centralização, em certa medida, do processo social da reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo fica obscurecido e a dispersão passa a ser elemento explicativo desta reestruturação, captada como industrialização do Interior ou descentralização. Nesta percepção não se apreende a dialética da unidade dos processos social e espacial, onde na recente reestruturação urbano-industrial a dinâmica da distribuição espacial dos estabelecimentos fabris ocorre direcionada pela centralização. E precisamente neste sentido que o fenômeno que estamos discutindo é novo. Ele não se constitui numa mera repetição do processo de concentração que deu origem à São Paulo como metrópole; trata-se agora da desconcentração da metrópole.

A estratégia de multilocacionalidade da grande empresa ou a utilização da subcontratação podem ter vários motivos e motivações, como já assinalamos. A dificuldade de ampliar a escala de operações na Capital pode ser uma delas. A superação destes impecilhos na Capital, podem ter favorecido a desconcentração de algumas fases do processo de produção, ficando em São Paulo apenas a administração. Pode mesmo ter levado a empresa a se realocar num outro município. Em geral, como já apontamos, tende o gerenciamento, e em muitos casos, a fase de concepção - o departamento de marketing de produtos, por exemplo - a se concentrarem na Capital e as unidades imediatamente produtivas, a se dispersarem.

Na Capital a administração comercial, os contatos com outras empresas e com órgãos financeiros e políticos encontram condições de fluir mais facilmente devido a concentração das instituições governamentais, financeiras, empresariais e de pesquisa e, ainda, devido à concentração da rede de comunicações e serviços. Por isso é que no caso das empresas multinacionais e também das nacionais, voltadas para a exportação, em que a rede de vínculos incorpora vários países, a administração superior da empresa tende a se localizar na Capital. Trata-se, neste caso, de um processo de centralização do capital que se vincula à dispersão espacial; de certa maneira amplia-se o espaço metropolitano mas reitera-se a primazia da Capital.

A administração superior da grande empresa multilocacional une e dirige os vários ciclos de valorização do capital que dizem respeito ao conjunto das empresas submetidas a um mesmo controle. A partir deste controle é que os investimentos são decididos e os negócios efetuados. Na medida que há uma estrutura e orientação unificadas por este controle, há uma definição maior de como os investimentos são operados, o que resulta em melhor planejamento da produção, dos negócios e da própria gerência. "Tudo deve ser pesquisado, projetado e planejado com vistas ao sucesso dos empreendimentos." (BRAZÃO: 1980; 25) Esta administração superior, ou seja, o gerenciamento geral, pode ser externo aos estabelecimentos fabris, através de "holdings," por exemplo, constituindo-se numa unidade que aglutina as funções comercial, financeira e administrativa em geral ou, interno, exercido através de uma determinada unidade produtiva, comumente referida como matriz.

No que importa para a discussão, isto não significa dizer que algumas decisões relativas à gestão não possam ser tomadas pelos estabelecimentos fabris que completam o conjunto da empresa. Algum nível de controle imediato sobre o processo de produção e sobre o trabalho, bem como algumas decisões, são tomados por estas unidades em integração com a matriz. Como decorrência estabelece-se uma hierarquia nas funções de controle e administração da produção em seu sentido amplo. Como bem salientou Harry

Braverman, o "propósito geral de todos os controles administrativos é, no caso dos controles de produção, a eliminação da incerteza e a prática de forçar a realização do resulta em vista."(BRAVERMAN; 1981; 226) Esta hierarquização existe sem que isso signifique um gerenciamento separado da unidade fabril, como já indicamos. A gerência pode estar distante, ou não. Além disso, o que é comum e geral é que mesmo no âmbito dos muros da fábrica, os que pesquisam, concebem e administram a produção estão espacialmente separados daqueles que produzem. Em resumo, há nítida divisão social e técnica entre o trabalho de produzir e o de gerenciar, à qual acrescentaríamos a divisão espacial.

A grande empresa têxtil utilizando-se de sua estrutura de subempresas multilocacionais e da rede de subcontratação pode estar integrada vertical ou horizontalmente. Até mesmo, ambas formas de integração da produção têxtil podem ocorrer. No primeiro caso, diferentes fases do processo de produção, desde a elaboração da matéria-prima até o produto final, por exemplo, são integradas num mesmo ciclo de valorização. Exemplificando, desde a produção do algodão, fiação, tecelagem, tingimento, até o acabamento. Neste caso tende a ocorrer uma divisão espacial do processo de produção.

No segundo caso, a integração horizontal, são

reunidas várias unidades que produzem o mesmo produto. O que está posto não é a integração de fases do processo de produção, portanto a da divisão técnica do trabalho. O que está posto é que se trata de uma integração de unidades clones, ou seja, integração de unidades que se repetem igualmente, salvo em relação à capacidade da produção. Portanto, a integração horizontal diz respeito a uma estrutura industrial em clone. O fato das unidades de produção estarem separadas da gestão, em nada modifica a questão.

Discutindo a tendência da empresa moderna integrar-se tanto vertical como horizontalmente, Harry Braverman deixa claro que o significativo é o fato de que se integram "produtos e serviços que não exibem relação visível uns com os outros, exceto em sua função como fontes de lucro." (BRAVERMAN; 1981; 225 e 226)

Gostaríamos de assinalar, ainda, como a integração, quer vertical ou horizontal, se constitui, a rigor, numa desintegração da produção que conforma a estrutura espacial. No âmbito de nossas preocupações é importante assinalar que quanto mais desenvolvida for esta desintegração-integração, mais a estrutura espacial desenhará labirintos no espaço. De modo que o processo de centralização do capital através desta desintegração-integração, não configura apenas uma forma.

De acordo com o desenvolvimento da empresa moderna, há uma tendência de se cindir no espaço, de um lado, a produção imediata e, de outro, a concepção, a pesquisa e desenvolvimento de produtos, as vendas e a administração. Esta tendência encontra na grande empresa multilocacional, o seu exemplo mais desenvolvido. Todavia, esta idéia generalizada de divisão espacial, em função desta manifestação da estrutura da empresa moderna, tem que ser colocada em seus devidos termos. Primeiro, cabe reafirmar que se trata de uma tendência, não de uma regra. Segundo, que esta cisão, em seu sentido amplo, não diz respeito apenas ao âmbito da estrutura da empresa moderna, em que a produção se separou do mercadejamento e da estrutura de gerenciamento, para usar termos bravermanianos. Terceiro, que esta idéia de distanciamento da produção em relação à gerência, é válida, sobretudo em relação à gerência superior das empresas, na medida que esta tende a se localizar em São Paulo. (25) Quanto à pesquisa e desenvolvimento, um estudo recente encontrou laboratórios na maioria dos estabelecimentos consultados. (26) Fora dos

25) A concepção separada da produção não está ausente na reestruturação da indústria têxtil do Estado de São Paulo, inclusive envolvendo a subcontratação. Um exemplo expressivo é o da empresa TFS, uma indústria têxtil sem teares, já anteriormente referida. Esta empresa de design têxtil é especializada na concepção de tecidos a serem fabricados por outras empresas como se fossem produtos produzidos por ela. (Cf. Folha de São Paulo, 31/10/1990)

26) "A crescente complexidade da produção têxtil (constante crescimento, diversificação e melhoria da qualidade dos produtos) tornou necessária a criação, dentro das empresas, de outros setores voltados para o atendimento de aspectos específicos dessa produção. Tal é o caso, por exemplo, da criação de laboratórios para testes e ensaios físicos e

estabelecimentos, os laboratórios de pesquisa e importantes escolas de formação técnica e profissional se localizam tanto na Capital como no Interior, particularmente em Americana.

A presença da Faculdade de Tecnologia Têxtil de Americana, sugere uma redefinição da idéia de que a pesquisa e desenvolvimento estariam localizadas apenas na Capital, ficando no Interior apenas a produção imediata. Esta aproximação da pesquisa com a produção permite, sobretudo, dimensionar a relação entre ciência e produção têxtil. Permite, inclusive, compreender como a cidade de Americana se constitui num Pólo de Modernização Tecnológica. Nesta cidade "concentra-se um dos maiores pólos têxteis do país, que vem acompanhando o desenvolvimento tecnológico do setor e sentindo a necessidade de reequipar seu parque fabril." (REVISTA TEXTIL: 1989; 62)

O Pólo de Modernização Tecnológica, esclareçamos, difere do Pólo Científico-Tecnológico e é relevante atentarmos para sua distinção. Neste último se concentra normalmente a produção de ciência e tecnologia referente aos setores básicos para o desenvolvimento do país. O Pólo Científico Tecnológico encontra paralelo em experiências norte-americanas, como a do Vale do Silício que se transformou em importante centro de ciência e tecnologia

químicos de fios e tecidos." (SENAI-SP/DPEA: 1987; 21)

voltados especialmente para as indústrias de informática e eletrônica. Nestas indústrias o Estado atua como um coadjuvante importante; às vezes, até imprescindível, financiando, planejando e estimulando os esforços empresariais e das instituições de pesquisas. Portanto, há uma grande interação das instituições de ensino e pesquisa, empresas e governo.

Atualmente no interior paulista vários Pólos Científico-Tecnológicos de importância nacional podem ser identificados, como Campinas, São José dos Campos e São Carlos. A presença do Estado, a preocupação estratégica de desenvolvimento interno de tecnologia avançada ou de rápida adequação às condições da indústria do país, têm assegurado prestígio aos Pólos Científico-Tecnológicos e às cidades em que estes se instalam. Isto não significa dizer que tenha havido desmobilização de laboratórios, ensino e pesquisa na Capital, significa que antes de mais nada, a criação destes Pólos se insere no processo de desconcentração da metrópole.

Embora uma discussão dos Pólos Científico-Tecnológicos escape aos objetivos deste capítulo, esta menção se tornou necessária porque é um importante aspecto da reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo. Neste sentido, mesmo se constituindo numa outra face dos processos que estamos analisando, reforça a argumentação que estamos desenvolvendo quanto à recente reestruturação urbana

do Estado, em termos de desconcentração da metrópole paulista. Além disso, o Pólo Científico Tecnológico é exemplar por se constituir numa contraface do setor industrial têxtil que se relaciona aos Pólos de Modernização Tecnológica.

No artigo "As duas faces dos pólos tecnológicos", José Adelino de Medeiros indicou a importância de se considerar tanto os Pólos Científico-Tecnológicos como os Pólos de Modernização Tecnológica. Por meio desta distinção indica que os primeiros dizem respeito às "chamadas áreas estratégicas: informática, biotecnologia, mecânica de precisão, química fina, novos materiais, aeroespacial e telecomunicações... Embora estes pólos reflitam a face mais glamurosa da tecnologia... é preciso redesenhar o perfil dos Pólos Tecnológicos e revelar sua segunda face, talvez menos cintilante, mas igualmente necessária, abrangendo setores conhecidos como tradicionais e que são básicos para o desenvolvimento do país. Como alimentação, têxtil, agrícola, da construção civil, papel e celulose e máquinas-ferramenta, entre outros." (Folha de São Paulo: 26/02/1990)

Martine Droulers, discutindo os pólos tecnológicos brasileiros na órbita metropolitana, pergunta se "la domination industrielle traditionnelle de la métropole de São-Paulo est-elle renforcée ou atténuée par l'émergence

des nouveaux territoires de la haute technologie." Embora preocupada apenas com os Pólos Científico-Tecnológicos, reforça os argumentos que estamos alinhavando quando sua análise conclui que "le réseau des pôles technologiques se calque em grande partie sur le réseau urbain, et donc, malgré les interventions des politiques de Rio-de-Janeiro et São-Paulo continuent à concentrer l'essentiel des activités avec une domination de plus en plus affirmée pour São-Paulo." (DROULERS: 1990; 39/48)

A configuração dos Pólos Científico-Tecnológicos tem importância porque revela mecanismos que viabilizam a rápida inovação técnica. No artigo anteriormente citado, José Adelino Medeiros acrescenta que estes "polos têm como características básicas a forte interação academia-empresa e a presença do cientista empreendedor. Assim operam estreitamente vinculados às universidades, os institutos de pesquisa e as empresas de base tecnológica (que alguns preferem chamar de alta tecnologia). Há uma intensa troca de informações e, além dos recursos humanos altamente qualificados, é comum o uso compartilhado de laboratórios e equipamentos. Essa iniciativa não se cria por projeto ou decreto. Decorre da infra-estrutura científico-tecnológica que se concentrou em determinado local e do surgimento de pessoas e empresas interessadas em industrializar os resultados da pesquisa." (Folha de São Paulo: 26/02/1990)

O Pólo de Modernização Tecnológica, como é o caso de Americana, que concentra grande número de estabelecimentos têxteis, tem características particulares. No Pólo de Modernização as empresas são pré-existentes e não ocorre uma implantação de elementos totalmente novos e estranhos à cidade, havendo em comparação ao Pólo Científico-Tecnológico uma maior inércia da estrutura industrial e urbana. Neste caso, não é tão importante definir canais mais estáveis de interação entre a empresa e o ensino universitário, porque a influência do conhecimento científico avançado não é tão imediato na produção têxtil como nas indústrias chamadas de alta tecnologia.

O que importa, é reter que no Pólo de Modernização Tecnológica há resistência empresarial às inovações, quer relativas à organização administrativa das empresas, quer em relação aos equipamentos produtivos instalados. Diferentemente do Pólo Científico-Tecnológico, o de Modernização trata-se, sobretudo, de formar recursos humanos - técnicos e gerenciais - que possam funcionar como "antenas" que captam e decodificam a tecnologia mais moderna em termos de equipamentos e processos de produção a serem incorporados à indústria em funcionamento. Trata-se de no contexto da reestruturação industrial, adequar a indústria à competitividade internacional a partir do parque têxtil já instalado em função de uma tecnologia que se difunde, principalmente a partir da sua retaguarda, ou seja a partir

da inovação dos equipamentos e matérias-primas.

E preciso lembrar que muito da resistência empresarial às inovações técnicas, também tem a ver com o fato de que a modernização, em especial, o progresso técnico, não tem se constituído em alternativa fundamental e estratégica da reprodução do capital na indústria têxtil, conforme já argumentamos. Por outro lado, a organização sindical, tanto quanto a questão do preço da força de trabalho têxtil, não tem se constituído em elemento determinante da modernização e nem da mobilidade espacial do capital.

Evidentemente a busca pelo capital de uma mão-de-obra mais barata, menos politizada, ou mesmo em alguns casos, mais qualificada, é uma constante; mas no caso da indústria têxtil estes atributos não chegam a se constituírem em vetores capazes de nortear a mobilidade espacial do capital. Em primeiro lugar, porque o nível de organização dos trabalhadores têxteis da Capital não difere significativamente do Interior e porque os sindicatos são relativamente frágeis. Em segundo, porque em relação à qualificação do trabalhador têxtil, também não encontramos sensível diferença entre a Capital, Região Metropolitana e Interior, pois várias escolas técnicas têxteis se fazem presentes no Interior. (27)

27) "E preciso frisar que a ação pública estatal, no sentido da interiorização manufatureira, já vem fazendo sentir de

aspecto é que muito do treinamento do trabalhador tende a ocorrer no interior do estabelecimento fabril, bastante independente da formação institucional fora dos muros da fábrica. (28)

O alinhavo destes aspectos, mas sobretudo o estreitamento do mercado de trabalho nas últimas décadas, implicando em elevadas taxas de desemprego, praticamente igualando deste ponto de vista, os lugares, tende a relativizar o significado da diferença de remuneração entre o trabalhador da Capital e do Interior como motivo para a realocização do estabelecimento têxtil. (29) Em outros termos, diante da falta de alternativas no mercado de trabalho, relacionar o esforço de modernização da indústria têxtil ao preço da força de trabalho, parece-nos um equívoco.

longa data, através da implantação gradual de uma infraestrutura de transportes e energia, bem como do desenvolvimento de uma rede de ensino técnico-profissional. Por sua vez, a criação de escolas do SENAI no interior paulista tem-se constituído numa valiosa contribuição do setor privado para ativar o processo de descentralização fabril." (FIESP/CIESP: 1972; 55-56)

28) Em geral o procedimento usual das empresas é o de "recrutar externamente trabalhadores para desempenhar a função de auxiliar, para depois promovê-los à operador... Esse contingente de trabalhadores, praticamente sem experiência e sem formação adequada, parece ser a forma mais barata de constituição do mercado de trabalho do setor têxtil." (SENAI/DEPEA; 1987; 48-49)

29) Em 1982 a remuneração média mensal da indústria têxtil do Interior correspondia a 77,1% da remuneração média mensal da Capital, portanto expressando uma diferença significativa. Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1980. SEADE, São Paulo, 1981.

Como discutimos anteriormente, mais precisamente nos capítulos referentes à integração produtiva do território nacional e à internacionalização da indústria têxtil, a reestruturação desta indústria contou com incentivos para a instalação de maquinário novo. Esta modernização foi completada pelo sucateamento de máquinas e equipamentos envelhecidos e, sobretudo, pela política de exportação de bens manufaturados ancorada em incentivos. Neste contexto, a opção de uma empresa pela modernização industrial parece ter se dado menos com objetivo de poupar trabalho e, a opção de não se modernizar, parece ter tido menos o objetivo de poupar investimento de capital. Portanto, na modernização da indústria têxtil, poupar trabalho ou capital se constitui uma decorrência daquelas políticas e não, propriamente, resultado da opção pela modernização.

Todavia, é preciso considerar que as inovações técnicas na indústria têxtil, embora ainda em pequeno número são expressivas dada sua relação com o desenvolvimento do mercado externo e porque se constituem numa realidade cada vez mais presente. Nas empresas modernas a automação anuncia novos caminhos e novas exigências em relação às qualificações necessárias para o exercício do trabalho automatizado e, também, cria novas formas de desqualificação do trabalho. Com a automação a pequena parcela de trabalho intelectual do trabalhador se

dilui, fazendo do trabalho um ato apenas reflexo. Não se trata mais da perda de conhecimento do processo de trabalho e nem da perda do conhecimento do processo geral de produção. Trata-se de uma alienação do trabalho que avança ainda mais, em que o trabalhador se coloca responsivo aos ditames da automação no processo de trabalho e neste sentido é que seu trabalho se reduz a um ato reflexo.

Nas empresas modernas, as principais inovações tecnológicas na fiação e tecelagem dizem respeito à utilização dos filatórios "open end" e dos teares sem lançadeira. Estes desempenham várias funções que até então eram desempenhadas pelos fiandeiros, tecelões e outros trabalhadores. Contudo, outras funções são criadas. (30)

No emprego de técnicas eletrônicas - máquinas de controle numérico e utilização da micro-eletrônica - é que a separação entre execução, concepção e gerência encontra seu mais alto nível. A nova organização do processo de trabalho faz crescer a atomização dos trabalhadores. A hierarquia do processo de produção se multiplica e se aprofunda, o controle das tarefas e a execução do trabalho, tanto quanto o conceber e o fazer,

30) Algumas tarefas são integradas, outras, desintegradas. O operador de cardas, por exemplo, tem suprimida a tarefa de troca manual de rolos e de limpeza da máquina, mas tem aumentada as tarefas de troca de latas e emenda de fios. Como tarefa nova passou a fazer a troca de espulas, que até então era desempenhada por um ajudante. (Cf. SENAI/DEFEA; 1987; 43)

como indicamos acima, se distanciam; algumas categorias profissionais são criadas e outras desaparecem. (31)

Neste quadro pode-se perguntar: "O que os trabalhadores têxteis ganham com as inovações na fiação e tecelagem?"

Desemprego. Desqualificação. Não conhecemos um único acordo sindical no setor visando negociar critérios de introdução das mudanças tecnológicas. Nem mesmo de garantir alguns direitos aos trabalhadores atingidos.

A maneira como as empresas introduzem as mudanças influi decisivamente nas condições de emprego, salário e trabalho. Se a introdução é unilateral, sem negociação como é comum no Brasil, apenas os interesses das empresas são preservados." (DIEESE: 1989; 27)

Quaisquer que tenham sido as alterações provenientes dos processos de modernização da indústria têxtil, do ponto de vista do trabalhador, não houve benefícios. E preciso atentar que a modernização não deve ser avaliada apenas em relação à eliminação ou criação de novos postos de trabalho ou mesmo de salários.

31) Dentre os postos de trabalho afetados diretamente pela inovação tecnológica, no sentido de postos que são suprimidos, podemos citar o de operador de tear circular de pequeno diâmetro que desempenha a tarefa de colocação de desenho, regulagem do tamanho e controle de velocidade do tear e o de ajudante de conicaleira que faz a descarga dos cones cheios. Em relação aos novos postos, destacamos o de operador de filatório open-end com a tarefa de alimentação da máquina e o técnico têxtil que faz a programação de desenho. (Cf. SENAI/DEPEA; 1987; 43)

No Brasil, entre "1972 e 1979, estima-se que os filatórios "open end" teriam levado as empresas a desempregarem de 6.000 a 9.000 empregados; entre 1968 e 1979, estima-se que os teares sem lançadeira teriam levado as empresas a desempregarem 19.000 operários; portanto, cerca de 28.000 empregos perdidos entre 1968 e 1979." (DIEESE: 1989; 26)

Deve-se acrescentar que a "distribuição dos salários no setor têxtil "espelha a perversidade existente no Brasil no que diz respeito à distribuição da riqueza: muitos ganham pouco e poucos muito." (DIEESE: 1989; 11) No Estado de São Paulo, um dos estados onde se paga maiores salários, em 1986, cerca de 50,8% dos trabalhadores ganhavam até três salários mínimos, 43,8% recebiam salários compreendidos na faixa de 3 a 10 salários, 3,9% se situavam nos estratos situados entre 10 e 20 salários e 1,6% recebiam mais de 20 salários. (32)

Mas, é preciso ir além. E preciso ultrapassar o mundo do trabalho e observar as transformações ocorridas no âmbito do mercado de consumo para que se possa ampliar a compreensão das consequências - não apenas sociais, mas também espaciais -, das opções tomadas para o avanço da industrialização do setor têxtil em consonância com os ditames da política de desenvolvimento do governo. Examinemos a variação do preço de uma camiseta comparado à

32) Fonte: DIEESE: 1989; 19.

variação do salário mínimo durante a década de 80.

TABELA XII

BRASIL
VARIAÇÃO DO PREÇO DA "T-SHIRT" E DO SALÁRIO MÍNIMO
1983-1988 (US\$)

Anos	Preço da T-Shirt	Salário Mínimo
1983	0,80 a 0,90	138,00
1984	0,90 a 1,10	74,23
1985	1,00 a 1,40	72,94
1986	1,30 a 1,95	66,47
1987	1,60 a 2,85	58,63
1988	1,85 a 2,95	53,95

Fonte: SENAI-CETIQT/NAC (33)

O preço da T-Shirt, ou seja, de uma camiseta de meia, um produto de uso popular, praticamente dobrou nestes anos, enquanto que o salário do trabalhador, se reduziu a quase metade. Estes dados extraídos de um artigo de autoria dos diretores do CETIQT - Centro Técnico da Indústria Química e Têxtil - e publicado na Revista Têxtil é seguido de comentários indicativos da urgência em se definir os rumos para a indústria têxtil: "Tais condições, se persistirem, frustrarão toda e qualquer tentativa de aumento do consumo 'per capita' de produtos têxteis, o que muito contribuiria para melhorar o padrão de vida do nosso povo." Embora os autores apontem o impasse nas condições da produção para o mercado interno e para as questões sociais do emprego, argumentam que é "nas exportações que o Brasil

33) Cf. Revista Têxtil:1988; 46.

encontrará a saída para o impasse da dívida externa." No entanto, perguntam "como pensar em aumentar as nossas exportações, se o tempo necessário para produzir um 'T-Shirt' (camisa de meia), em Hong Kong ou mesmo no Paquistão ou na Índia, gira em torno de 2 minutos, enquanto no Brasil chega a 3,5 a 5,0 minutos, com exceção de duas ou três grandes empresas?" (Revista Têxtil: 1989; 48)

Se é verdade que os argumentos da dívida externa sempre estiveram presentes na retórica das políticas de exportação e legitimaram a oferta de subsídios e de incentivos, não é menos verdade que o desenvolvimento do mercado externo de manufaturados têxteis coloca o exportador frente a um mercado mundial fortemente concorrido e com tecnologia avançada. Isto, quer sejam exportação de confecções, como no exemplo acima, quer de fiação e tecelagem que analisamos mais em detalhe anteriormente. O fato a assinalar é que desenvolvimento nacional e internacionalização, com todas as controvérsias e interesses que envolvem a definição do rumo da modernização industrial, constituem os contextos através dos quais se tecem os conflitos da reestruturação da indústria têxtil.

Como procuramos demonstrar no desfiar de nossa argumentação, ao longo deste trabalho, foi no emaranhado dos conflitos gerados em tais contextos que se deu a recente reestruturação urbano-industrial do Estado de

São Paulo. Desde os anos 60, o fantasma da crise pairava no ar e o desenvolvimento apareceu como tendo se dado por "milagre," mas a rigor se realizou a custo do acirramento, maior ainda, das condições de exploração da força de trabalho. O acirramento desta exploração se deu no bojo dos esforços de inovação técnica, do desenvolvimento do mercado exterior e da mobilidade espacial do capital que aceleraram os processos de concentração e centralização do capital.

Da integração produtiva nacional à internacionalização da produção têxtil, o aprofundamento da crise agudizou os conflitos e exacerbou as desigualdades sociais e as disparidades espaciais que as estratégias de industrialização das políticas de desenvolvimento se propuseram a "equilibrar." Expectativas frustradas. O resultado destas políticas foi além do crescimento de grande camadas de trabalhadores pessimamente remunerados. Do ponto de vista do processo social exacerbou-se a pauperização, tornando-a crescente em intensidade e extensão e, do ponto de vista do processo espacial, exacerbou-se o primado metropolitano configurando a Região da Metrópole Desconcentrada de São Paulo, como corolário do desenvolvimento da concentração e centralização do capital sob a hegemonia do grande capital.

Redimida pela idéia de desenvolvimento as contradições sociais se desenvolveram e as disparidades

espaciais se aprofundaram. A perversa concentração de renda e a exagerada aglomeração espacial das condições de produção, materiais e sociais, no Estado de São Paulo estampam as contradições do desenvolvimento. Na indústria têxtil a renovação da subcontratação e a expansão das grandes empresas afirmam e reafirmam localizações onde as condições gerais de produção significam vantagens à reprodução do capital. Por isso, não se reverte a tendência de concentração espacial da produção têxtil, reiterando-se a antiga estrutura urbana paulista e reforçando-se os processos sociais e espaciais concentradores.

Expressam-se carências urbana e agudizam-se as contradições sociais, relega-se os planos de minorar desigualdades sociais e disparidades espaciais dissolvidos na contemporaneidade do neoliberalismo. A partir das idéias neoliberais desenvolve-se uma outra maneira de reduzir o salário real - a indireta e coletiva - por meio da redução dos gastos públicos, especialmente urbanos. Daí a consagração da política neoliberal com seu discurso legitimador e ideologizado em apoio à expansão selvagem e leonina do grande capital, que na sua versão orientada para fora, para a exportação de manufaturados, tende a substituir a ideologia do desenvolvimento equilibrado, social e espacial. Mas, a rigor, recobre as contradições e oculta as forças políticas que a produz e que se beneficia das desigualdades sociais e das disparidades espaciais.

A Região da Metrópole Desconcentrada, conformada por estes processos, continua diferenciando do resto do Estado e contrastando, cada vez mais, com o restante do país. Difere, em primeiro lugar, porque a recente urbanização das cidades desta região se distancia da urbanização promovida pela capitalização da agricultura que caracteriza muitas cidades do Interior e porque sua conformação, também, se distancia do processo que constituiu originariamente a metrópole, que se esgarça. Segundo, porque reitera a primazia da Capital de maneira nova, desindustrializando-a, ou melhor dizendo, promovendo uma nova terciarização - superior -, decorrente da concentração cada vez maior dos mecanismos de controle e decisão da produção. De certa maneira deixa de ser a Capital do capital, ou seja, a Capital da produção industrial para se tornar a da Informação. (34)

A Região da Metrópole Desconcentrada se constitui num fenômeno que ao mesmo tempo que é expressão de um passado, é reveladora de um futuro onde se imbricam na hora presente a forma sócio-espacial de uma unidade articulada às diferentes esferas da vida social na passagem para um novo século, um novo milênio.

34) Para Henri Lefèbvre, a estratégia do capitalismo não se reduz ao "espace dans la production de la plus-value; elle vise une réorganisation complète de la production subordonnée aux centres d'information et décision." (LEFEBRE: 1970; 206)

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O propósito deste trabalho foi de contribuir para o conhecimento da relação espaço e sociedade tendo como objetivo conhecer e discutir processos sociais e espaciais que emergem e se consolidam na recente reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo.

A discussão da reestruturação do Estado de São Paulo, tendo como referência a indústria têxtil, buscou deixar claro que nos processos de concentração e centralização do capital é que se encontra o fundamento da reestruturação urbano-industrial.

A análise da indústria têxtil, segundo a perspectiva do processo de valorização do capital, procurou mostrar que no chamado processo de descentralização industrial se encontra o seu inverso; ou seja, o desenvolvimento da centralização do capital. Trata-se de uma centralização que consolida a hegemonia do grande capital e subordina os outros capitais à organização

Oligopolista. Portanto, hegemonia e subordinação constituem a dinâmica através da qual se desenvolve uma acumulação oligopolista que mantém, mas ao mesmo tempo redefine, a heterogeneidade estrutural do setor têxtil.

Primeiramente problematizamos a análise das recentes transformações urbano-industrial do Estado de São Paulo procurando indicar que a realocação dos estabelecimentos fabris ao reforçar os traços históricos da urbanização paulista e ao consolidar a aglomeração metropolitana, se constitui em elemento que, ao lado de outros, reitera o primado metropolitano.

A configuração do espaço metropolitano se modifica ao incorporar a conurbação de várias cidades e o significativo crescimento da cidade de Campinas. Mostramos como este crescimento é muitas vezes interpretado como um processo de metropolização autônomo, caracterizado como processo distinto e separado do desenvolvimento do processo de metropolização cujo centro é São Paulo. Por isso procuramos demonstrar que se trata de um processo de reiteração, tanto do primado metropolitano, como da primazia da Capital. Trata-se de um fenômeno novo, criação e reiteração de um espaço metropolitano mais complexo, fragmentado e hierarquizado.

Discutimos o chamado "paradoxo da

descentralização" - que só pode ser paradoxal para quem se fia na perspectiva da descentralização - a partir de uma análise do significado das políticas de desenvolvimento regional. Analisamos o ocaso destas políticas de desenvolvimento e o contexto da internacionalização da produção industrial procurando indicar conflitos relativos à reestruturação da indústria têxtil.

Nossa intenção foi a de demonstrar como a modernização da produção e a expansão do mercado externo tem sido fundamentais para o desenvolvimento da acumulação neste setor. Esta política que orienta a crescente internacionalização da produção têxtil se pauta no discurso do livre mercado, da intensificação da produção, da redução dos gastos estatais e da participação do Estado na produção, como solução para se superar a recessão. Mas, na verdade a "pieza chave de las políticas neoliberales para 'salir de la crisis,' 'modernizar' y 'reestructurar' el capitalismo semicolonial y dependiente es el incremento de la tasa de explotación de la fuerza de trabajo asalariado... cuyo resultado es la pauperización creciente en intensidad y extensión de los trabajadores." (PRADILLA: 1990; 85)

No capitalismo contemporâneo a exploração do tempo de trabalho continua a ser a fonte do valor e da riqueza, mas o crescimento dos limites à extensão do tempo de trabalho, a fixação do salário mínimo e os acordos

trabalhistas, levaram cada vez mais a se buscar modificações na composição orgânica do capital e no desenvolvimento do persuasivo papel do Estado. Neste processo a produção do espaço se tornou crucial e neste sentido é que o espaço não se constitui num mero produto ou expressão do desenvolvimento social, de maneira que a sua compreensão não permite abstrair a problemática do se desenvolvimento desigual.

Mostramos, reiteradamente, como os efeitos e resultados das políticas de governo têm se traduzido em vantagens para o empresariado, especialmente para aquele das grandes empresas que têm procurado a modernização. Como vimos, apenas as empresas de maior patamar técnico é que têm condições de competirem no mercado internacional. Em outros termos, regra geral, as grandes empresas são as únicas capazes de reproduzir o padrão exportador, elevando o grau de concentração e centralização oligopolista do capital. As demais tendem a ter baixa produtividade, má qualidade do produto e elevados custos de produção, apresentando grandes obstáculos para modernizarem-se e manterem-se no mercado. De forma que nestas condições a livre concorrência não passa de retórica que constrói a hegemonia do grande capital.

Procuramos comprovar como neste processo as associações, absorções e fusões se constituíram em instrumentos de centralização do capital têxtil, tanto

quanto foi a renovação do feccionismo. Discutimos particularmente as relações de subcontratação entre empresas têxteis com o intuito de indicar que longe de se constituírem num anacronismo na produção industrial moderna, se apresentam renovadas e são importantes para a compreensão dos aspectos da distribuição espacial da produção têxtil.

Ao discutirmos a distribuição espacial dos estabelecimentos têxteis e a expansão das condições gerais de produção procuramos demonstrar que a expansão da grande empresa e a renovação da subcontratação reiteraram a histórica concentração da produção industrial e consolidam traços característicos da urbanização paulista. De maneira que a Região da Metrópole Desconcentrada se constitui num resultado das condições materiais anteriores e da recente reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo. Além disso, conforma uma multiplicidade de processos através dos quais se renovam as condições materiais e sociais da própria reestruturação.

Não poupamos informações para mostrar que a indústria têxtil cresce em relevância na Região Metropolitana e no Interior em detrimento da sua localização na Capital. Discutimos insistentemente o significado da realocação dos estabelecimentos têxteis, tanto do ponto de vista do processo espacial, como do social e ao mapearmos a sua distribuição constatamos uma expansão da aglomeração

para onde convergem elementos que redefinem o espaço da metrópole, configurando o que nomeamos de Região da Metrópole Desconcentrada.

A reestruturação urbano-industrial, no sentido de desconcentração da metrópole, é mundial e não é específica à São Paulo. Nas palavras de Henri Lefebvre, a metrópole cada vez mais apresenta um processo de implosão. Ela "s'est accrue et concentrée, mais, en même temps, dispersée dans ses périphéries, ses banlieus de plus en plus lointaines. Il en est de même de l'espace national: il implose, il se divise en régions et il explose, c'est-à-dire qu'il se mêle à d'autres espaces nationaux dans une interférence concrète." (LEFEBVRE: 1975: 237)

Em São Paulo uma nova configuração da metrópole se constitui. O primado metropolitano se reitera num espaço mais amplo, que tende a ser mais homogêneo, hierarquizado e fragmentado, tanto que em seu bojo a primazia da Capital se renova. A triade urbano-industrial e regional se recomõem. Trata-se de um conjunto de fenômenos novos que coloca uma série de problemas novos.

BIBLIOGRAFIA.

AGLIETTA, Michel - *Regulacion y Crisis del Capitalismo. La Experiencia de los Estados Unidos*. Mexico, XXI, 1986.

AMIN, Ash - "Flexible Specialisation and Small Firms in Firms: Myths and Realities." in *Antipode. A Radical Journal of Geography*, 21:1, 1989, pp. 13-34.

Anuário das Indústrias de 1987/88. São Paulo, Editora Pesquisa e Indústria Ltda. 1988.

Anuário das Indústrias de 1989/90, São Paulo, 1990, Editora Pesquisa e Indústria Ltda.

ASSOULINE, Gerald - "Mutações Industriais e Condicionantes Sociais no Brasil: Dois Exemplos da Diversidade e da Tentativa de Adaptação à Crise." in *Revista de Economia Política*. Vol. 7, Nº-1, jan-mar 1987, pp. 73-89.

Ata da Reunião Ordinária do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo. 10 de junho de 1984.

ATEM, Sueli - *Indústria Têxtil: Estrutura de Mercado, Inovação Tecnológica e Estratégia Empresarial*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, FUC, 1989.

AZZONI, Carlos Roberto - "O Novo Endereço da Indústria Paulista." Texto apresentado no 2º Encontro Nacional da ANPUR - Associação Nacional de Pesquisadores Urbanos. Nova Friburgo, mimeo, 1987.

AZZONI, Carlos Roberto - *Indústria e Reversão da Polarização no Brasil*. Tese de Livre Docência em Economia. São Paulo, FEA, 1985.

BADESP - Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Comitê de Coordenação Financeira da Política de Industrialização do Estado de São Paulo. "Política de Industrialização do Estado de São Paulo. Financiamento ao Setor Privado." in Tartaglia, J. C. e Oliveira, L. de (orgs.) *Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo*. São Paulo, UNESP, 1988.

BALBI, Carmen - *Liberalismo y Empleo en la Industria Textil*. Lima, CEDAL, 1982.

BETTELHEIM, Charles - *Cálculo Económico e Formas de Propriedade*. Lisboa, Dom Quixote, 1972.

BRANT, Vinicius Caldeira (coord.) - *São Paulo, Trabalhar e Viver*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

BRAVERMAN, Harry - *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BRAZAO, José Alberto - "A Estrutura Empresarial do Brasil de Hoje." in *Problemas Brasileiros*. São Paulo, maio 1980, pp. 22-38.

CAMPOS, Silvia Horst - "Notas sobre o Crescimento Industrial Brasileiro," in *Análise Económica*, ano III, nº 3, março, 1984, pp. 39-63.

CANO, Wilson & GUIMARAES NETO, Leonardo - "A Questão Regional no Brasil: Traços Gerais de sua Evolução Histórica," in *Desarollo Regional, Nuevos Desafios, Pensamiento Iberoamericano, Revista de Economía Política*, nº 10, Madri, Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986.

CANO, Wilson - "Perspectiva do Desenvolvimento Económico do Interior Paulista," in Tartaglia, José Carlos & Osvaldo Luís de Oliveira, (orgs.) *Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo*. São Paulo, UNESP, 1988.

CAND, Wilson - *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930-1970*. São Paulo, Ed UNICAMP/Global Ed. 1985.

CAPEL, Horacio - *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea. Una introducción a la Geografía*. Barcelona, Editorial Barcelona, 1983. 2ª ed.

CARDOSO, Fernando Henrique - *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CARLETTO, Salvador César - "Transporte," in *São Paulo em Temas*. São Paulo, IGC, 1990.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira - *O Nordeste e o Regime Autoritário*. São Paulo, HUCITEC/SUDENE, 1987.

CINQUETTI, Carlos Alberto - *Acumulação de Capital na Crise das Dívidas. A Economia Brasileira no Ciclo de 1981-86*. São Paulo, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, FUC, 1990.

DAVIDOVICH, Fanny Rachel. *Transformações do Quadro Urbano Brasileiro. Período 1970-1980*. Texto apresentado no 2º Encontro Nacional da ANPUR - Associação Nacional de Pesquisadores Urbanos. Nova Friburgo, mimeo, 1987.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - *Boletim DIEESE*. São Paulo, ano VIII, out. 1989.

DOCKES, Pierre - *L'Espace dans la Pensée Economique, du XVI au XVIII^e siècle*. Paris. Flammarion, 1969.

DROULERS, Martine - "Les Pôles Technologiques Brésiliens dans l'orbite Métropolitaine." in *Les Annales de la Recherche Urbaine*. Paris, (46) Mars-Avril 1990; pp. 39/48.

DURAND, José Carlos - "Façonismo: Produção Familiar em Tecelagem." in *Revista de Administração de Empresa*. Rio de Janeiro, 25 (1) 1985, pp. 5-14.

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *Censo Industrial do Brasil - 1980*. Vol. III, Rio de Janeiro, FIBGE, 1984.

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, FIBGE 1986.

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *Censo Industrial do Brasil - 1970*. Vol. IV, Rio de Janeiro, FIBGE, 1974.

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *Séries Estatísticas Retrospectivas*. Rio de Janeiro, IBGE, 1986, vol 2, tomo 3.

FIESP/CIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo & Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - *Cadastro industrial*. São Paulo. FIESP/CIESP, mimeo, 1991

FIESP/CIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo & Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - *Desenvolvimento Industrial Paulista*. São Paulo. FIESP/CIESP, 1972.

FREYSSENET, Michel & IMBERT Françoise - *Mouvements du Capital et Processus de Paupérisation. Elaboration d'une Problématique*. Paris, CSU, 1973.

FROBEL, Folker, HEIRICHS, Jurgen & KREYE, Otto - *Die Neue Internationale Arbeitsteilung*. Rowolt, Hamburgo, 1977.

FROBEL, Folker, HEIRICHS, Jurgen & KREYE, Otto - *The New International Division of Labour. Structural unemployment in industrialised countries and in developing countries*. London, Cambridge University Press, 1980.

GOTTDIENER, Mark - *The Social Production of Urban Space*. Austin, University of Texas Press, 1988.

GRAMSCI, Antonio - *Obras Escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

HILFERDING, Rudolf - *O Capital Financeiro*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

HOLMES, John - "The Organization and Locational Structure of Production subcontracting." in Scott, A. & Storper, M. - *Production, Work, Territory; the Geographical Anatomy of Industrial Capitalism*. London, Allen & Unwin, 1986, pp. 80-106.

LEFEBVRE, Henri - *Au-delà du Structuralisme*. Paris, Editions Anthropos, 1971.

LEFEBVRE, Henri - *La Révolution Urbaine*. Paris, Gallimard, 1970.

LEFEBVRE, Henri - *Le Droit à La Ville*. Paris, Anthropos, 1972.

LEFEBVRE, Henri - *Le Temps des Méprises*. Paris, Editions Stock, 1975.

LENCIONI, Sandra - *Agricultura e Urbanização. A Capitalização no Campo e a Transformação da Cidade. Jardinópolis, o Estudo de um Lugar*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1985.

LENCIONI, Sandra - "A mudança do Discurso Desenvolvimentista Face à Crise da Economia. A Falência das Políticas de Desenvolvimento Regional." *Anais do 3º Encontro Nacional da ANPUR - Associação Nacional dos Pesquisadores Urbanos e Regionais*. Aguas de São Pedro, 1989.

LIPIETZ, Alain - *Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo, Nobel, 1988.

LOJKINE, Jean - *Le Marxisme L'Etat et la Question Urbaine*. Paris, PUF, 1977.

MANDEL, Ernest - *A Crise do Capital: Os Fatos e sua Interpretação Marxista*. Campinas, UNICAMP, 1990.

MARX, Karl - *El Capital. Critica de la Economía Política*. México, Siglo XXI, 1984, 7ª ed..

MASSEY, Doreen - *Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production*. London, Macmillan, 1985.

MATHIAS, Gilberto & SALAMA, Pierre - *O Estado Super-Desenvolvido. Ensaio sobre a Intervenção Estatal e sobre as Formas de Dominação no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

MIC/CDI/SIND - Ministério da Indústria e Comércio. Conselho de Desenvolvimento Industrial. Sistema Integrado de Informações Industriais - *Análise dos Setores Industriais. Estrutura, Desempenho, Problemas*. Brasília, Conselho Nacional da Indústria Têxtil, 1982.

MINISTERIO DO TRABALHO - *Tabulação RAIS, 1988*. Brasília, Ministério do Trabalho, mimeo, s/d.

NEGRI, Barjas - "As Políticas de Descentralização Industrial e o Processo de Interiorização em São Paulo: 1970-1985", in José Carlos Tartaglia & Osvaldo Luiz de Oliveira (orgs.) *Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo*. São Paulo, UNESP, 1988.

OLIVEIRA, Fabricio Augusto de - "O sistema Fiscal Brasileiro: Evolução e Crise (1965/1985)", in *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, 2 (1) 5-24, jan/abr., 1987.

OLIVEIRA, Francisco de - "A Metamorfose da Arribaça, Fundo Público e Regulação Autoritária na Expansão Econômica do Nordeste." in *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 27, jul. 1990, pp. 67-92.

OLIVEIRA, Francisco de - "Anos 70: As Hostes Errantes," in *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, CEBRAP, vol 1, nº 1, 1981, 20-23.

OLIVEIRA, Francisco de - *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições do Grall. 1980. 3ª ed.

OLIVEIRA, Francisco de - *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. São Paulo, Paz e Terra, 1978, 2ª ed.

FRADILLA COROS, Emilio - "Las Politicas Neoliberales y la Cuestion Territorial," in *Revista Interamericana de Planificacion*, vol. XXIII, nº 90, abr., 1990, pp. 77-107.

PRICE WATERHOUSE - Levantamento, mimeo, 1991.

RATTNER, Henrique (org) - *Pequena Empresa: o Comportamento Empresarial na Acumulação e na Luta pela Sobrevivência*, São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1985.

RATTNER, Henrique - "A Utopia da Euforia Tecnológica." *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v.16 (1), jan.fev., 1985, pp. 29-34.

RATTNER, Henrique - *Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo*, Rio de Janeiro, FGV, 1972.

RODRIGUES, João Antonio - *Faconismo: um Sistema de Trabalho da Indústria Têxtil. O Exemplo de Americana*. São Paulo, IG/USP, 1978.

SANTOS, Milton - *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1985.

SCOTT, Allen J. - "Industrial Organization and the Logic of Intra-metropolitan Location: I. Theoretical Considerations" in *Economic Geography*, vol. 59, nº 3, jul., 1983, p. 233-250.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado) - *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, 1980. São Paulo, 1981.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado) - *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, 1984. São Paulo, 1985.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - *Características Gerais do Processo de Industrialização Paulista*, São Paulo, SEADE, 1988a.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado) - *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, vol. 1, nº 1, São Paulo, SEADE, 1988b.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado) - *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, vol 1, nº 2, São Paulo, SEADE, 1988c.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado) - *1990 Município de São Paulo*, São Paulo, SEADE, 1990.

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. São Paulo (Estado) - *Tendências de industrialização no Interior do Estado de São Paulo*, São Paulo, Série Pesquisa, 1989.

SEMPLA - Secretaria Municipal do Planejamento São Paulo (Município) - *São Paulo: Crise e Mudança*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

SENAI-SP/DPEA - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Regional de São Paulo. Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação - *Inovação Tecnológica e Formação Profissional na Indústria Têxtil*, São Paulo, SENAI, 1987.

SENAI-SP/DPEA - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Regional de São Paulo. Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação - *Região Metropolitana de São Paulo Sistematização de Dados Coletados em 1988*, São Paulo, SENAI, 1988a.

SENAI-SP/DPEA - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Regional de São Paulo. Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação - *Municípios do Interior do Estado Sistematização de Dados Coletados em 1988*, São Paulo, SENAI, 1988b.

SHIFFER, Sueli Ramos - *As Políticas Nacionais e a Transformação do Espaço Paulista*, São Paulo, Tese de Doutorado, FAU/USP, 1989.

SINDTEXTIL - Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo & Associação Têxtil do Estado de São Paulo - *Carta Têxtil*, 1988-1991.

SINERG - Sistema de Informações das Regiões de Governo Presidência da República - *Hierarquia das Regiões e dos Municípios no Estado de São Paulo*. São Paulo, SEPLAN-SAREN SINERG, 1987.

SMITH, Roberto - *Troca Desigual e Industrialização no Nordeste*. São Paulo, IFE-USP, 1985.

SPREAFICO, Luigi - *A Transferência da Tecnologia na Indústria Têxtil e do Vestuário*. São Paulo, CEPAL, 1970.

STEIN, J. Stanley - *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

STÖRPER, Michel - "A Industrialização e a Questão Regional no Terceiro Mundo," in Lícia Valladares & Edmond Preteceille (coord.) *Reestruturação Urbana. Tendências e Desafios*. São Paulo, Nobel, 1990, pp. 120-146.

SUZIGAN, Wilson - *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SUZIGAN et alli - *Reestruturação e Competitividade Internacional*. São Paulo, SEADE, 1989.

TARTAGLIA, José Carlos & OLIVEIRA, Osvaldo Luiz de - *Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo*. São Paulo, UNESP, 1988.

TAVARES, Maria da Conceição - *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, UNICAMP, 1986.

THORSTENSEN, Vera Helena - "Estrutura do Mercado e Dinâmica das PME" in Rattner, Henrique (org.) *Pequena Empresa: o Comportamento Empresarial na Acumulação e na Luta pela Sobrevivência*. São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1985, pp.263-265

TOWNROE, P. M. & KEEN, D. - "Polarization Reversal," in *Regional Studies*, vol. 18, 1984, pp. 45-54.

VERMULM, Roberto - *Os planos de Desenvolvimento no Brasil*. Brasília, Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 1985.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Jornais

Diário Comércio e Indústria

Diário de São Paulo

Folha de São Paulo

Gazeta Mercantil

Jornal do Brasil

Jornal do Comércio

Movimento

O Estado de São Paulo

O Globo

Demais Periódicos

Informativo CFP

Its Textiles Leader

Lista Telefônica de São Paulo

Quem é Quem na Economia Brasileira

Revista da Indústria

Tendência

Textile Horizons

Textiles Panamericanos

The International Textile Magazine

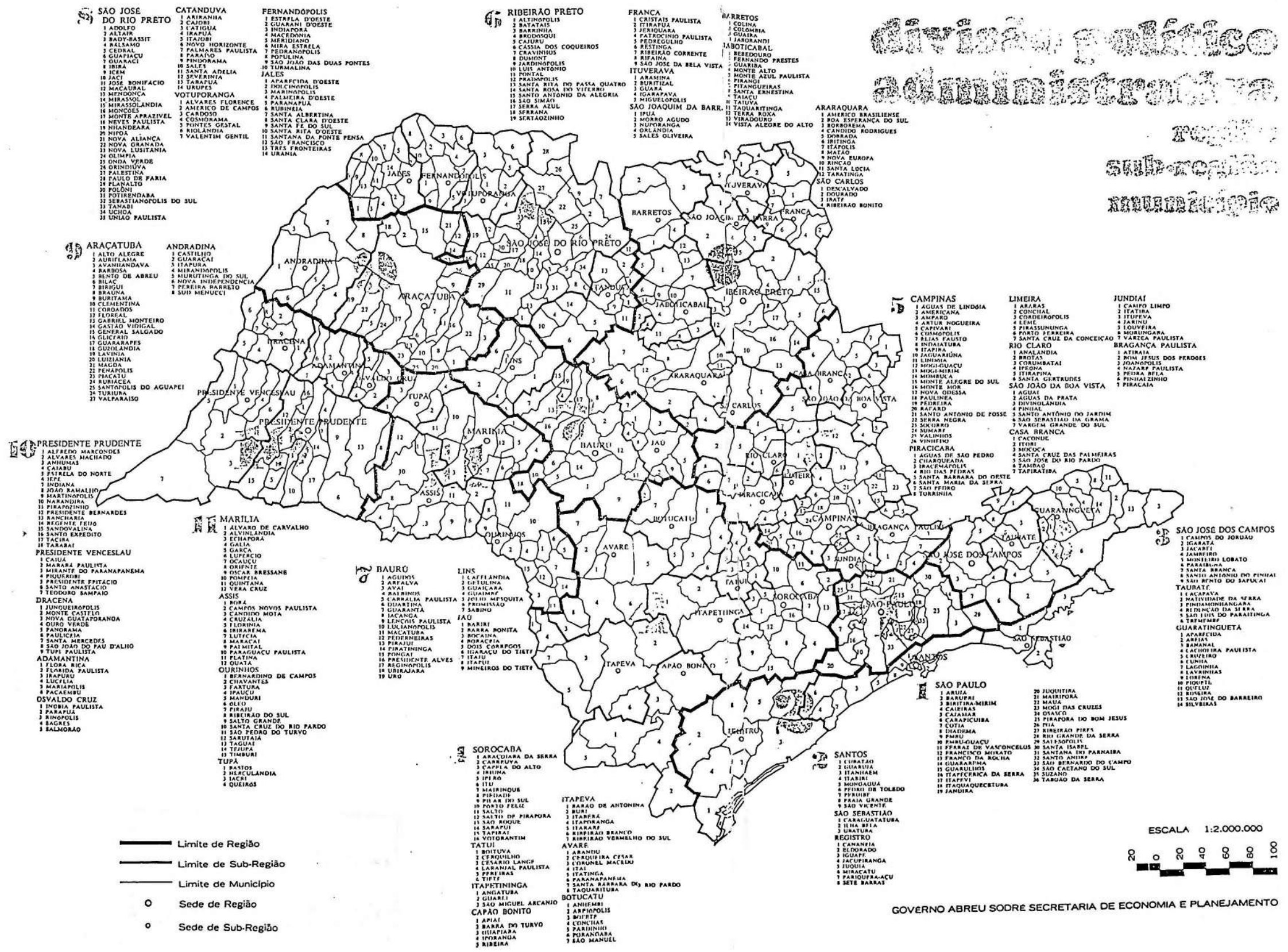
Visão

ANEXO

Divisão Política Administrativa do Estado de São Paulo

Região Sul-ocidental

Região Sul-Ocidental



- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**
- ADOLFO
 - ALAIR
 - BADY-BASSIT
 - BALSAMO
 - CEDRAL
 - GUAFIACU
 - GUARACI
 - IBIRA
 - ICEM
 - JACI
 - MACAUBAL
 - MENDONÇA
 - MIRASSOLÂNDIA
 - MONTES
 - NEVES PAULISTA
 - NIANDARA
 - NIPUA
 - NOVA ALIANÇA
 - NOVA GRANADA
 - NOVA LUSITÂNIA
 - OLÍMPIA
 - ONDA VERDE
 - ORINDIÚVA
 - PALESTINA
 - PAULO DE FARIA
 - PIRACATI
 - POLÍDORO
 - POTIRENDARA
 - PRESIDENTE ANTONIO DO SUL
 - TANABI
 - UCHIDA
 - UNIAO PAULISTA

- CATANDUVA**
- ARIRANHA
 - CAJOBI
 - CATIQUA
 - IRAPUA
 - ITAJOBI
 - NOVO HORIZONTE
 - PALMARES PAULISTA
 - PINDORAMA
 - SALTUS
 - SANTA ADELIA
 - SFERFINIA
 - TARAPUA
 - URUPES
- VOTUPORANGA**
- ALVARES FLORENCE
 - AMERICO DE CAMPOS
 - CARDOSO
 - CONDOMINA
 - PUNTES GESTAL
 - RIOLÂNDIA
 - VALENTIM GENTIL

- FERNANDÓPOLIS**
- ESTRELA D'OESTE
 - GUARANI D'OESTE
 - INDAIATUBA
 - INDAIÁPOLIS
 - MIRABELLA
 - POPULINA
 - SÃO JIÃO DAS DUAS PONTES
 - TURMALINA
- JALES**
- PARAFITA D'OESTE
 - DOLCINOPOLIS
 - MARINÓPOLIS
 - PALMEIRA D'OESTE
 - PARANAPUA
 - RUBINEIA
 - SANTA ALBERTINA
 - SANTA CLARA D'OESTE
 - SANTA FE DO SUL
 - SANTA RITA D'OESTE
 - SANTANA DA PONTE PENSEA
 - SÃO FRANCISCO
 - TRES FRONTEIRAS
 - URANIA

- RIBEIRÃO PRETO**
- ALTIOPOLIS
 - BOATÁPOLIS
 - BARRINHA
 - BRODOWSKI
 - CAJURU
 - CASSIA DOS COQUEIROS
 - DUMONT
 - JARDINÓPOLIS
 - LUIS ANTONIO
 - MONTE ALTO
 - PARANÓPOLIS
 - SANTA RITA DO PASSO QUATRO
 - SANTA ROSA DO VITEROU
 - SANTO ANTONIO DA ALEGRIA
 - SÃO SIMÃO
 - SERRA AZUL
 - SERIANA
 - SERTÃOZINHO

- FRANCA**
- CRISTAIS PAULISTA
 - ITIRATUA
 - JERIJARÁ
 - PATROCÍNIO PAULISTA
 - PEDEGULHO
 - RESTINGA
 - RIBEIRÃO CORRENTE
 - RIFAIMA
 - SÃO JOSÉ DA BELA VISTA
- ITUVERAVA**
- ARAMINA
 - BURITILAL
 - GUARA
 - IGARAPAVA
 - IGUAçu
 - MORRO AGUDO
 - MOURORANGA
 - ORLANDIA
 - SALES OLIVEIRA

- ARRAQUARA**
- AMERICO BRASILENSE
 - ROSA ESPERANCA DO SUL
 - BORBOREMA
 - CANDIDO RODRIGUES
 - DONORATO
 - IBIRINGA
 - ITAPOLIS
 - MATAO
 - NOVA EUROPA
 - RIPICAO
 - SANTA LUCIA
 - TARATINGA
 - SÃO CARLOS
 - DESAVALDO
 - DOURADO
 - IRATE
 - RIBEIRÃO BONITO

- ARRAQUARA**
- AMERICO BRASILENSE
 - ROSA ESPERANCA DO SUL
 - BORBOREMA
 - CANDIDO RODRIGUES
 - DONORATO
 - IBIRINGA
 - ITAPOLIS
 - MATAO
 - NOVA EUROPA
 - RIPICAO
 - SANTA LUCIA
 - TARATINGA
 - SÃO CARLOS
 - DESAVALDO
 - DOURADO
 - IRATE
 - RIBEIRÃO BONITO

- ARRAQUARA**
- AMERICO BRASILENSE
 - ROSA ESPERANCA DO SUL
 - BORBOREMA
 - CANDIDO RODRIGUES
 - DONORATO
 - IBIRINGA
 - ITAPOLIS
 - MATAO
 - NOVA EUROPA
 - RIPICAO
 - SANTA LUCIA
 - TARATINGA
 - SÃO CARLOS
 - DESAVALDO
 - DOURADO
 - IRATE
 - RIBEIRÃO BONITO

- ARRAQUARA**
- AMERICO BRASILENSE
 - ROSA ESPERANCA DO SUL
 - BORBOREMA
 - CANDIDO RODRIGUES
 - DONORATO
 - IBIRINGA
 - ITAPOLIS
 - MATAO
 - NOVA EUROPA
 - RIPICAO
 - SANTA LUCIA
 - TARATINGA
 - SÃO CARLOS
 - DESAVALDO
 - DOURADO
 - IRATE
 - RIBEIRÃO BONITO

- ARRAQUARA**
- AMERICO BRASILENSE
 - ROSA ESPERANCA DO SUL
 - BORBOREMA
 - CANDIDO RODRIGUES
 - DONORATO
 - IBIRINGA
 - ITAPOLIS
 - MATAO
 - NOVA EUROPA
 - RIPICAO
 - SANTA LUCIA
 - TARATINGA
 - SÃO CARLOS
 - DESAVALDO
 - DOURADO
 - IRATE
 - RIBEIRÃO BONITO

- ARRAQUARA**
- AMERICO BRASILENSE
 - ROSA ESPERANCA DO SUL
 - BORBOREMA
 - CANDIDO RODRIGUES
 - DONORATO
 - IBIRINGA
 - ITAPOLIS
 - MATAO
 - NOVA EUROPA
 - RIPICAO
 - SANTA LUCIA
 - TARATINGA
 - SÃO CARLOS
 - DESAVALDO
 - DOURADO
 - IRATE
 - RIBEIRÃO BONITO

- ARACATUBA**
- ALTO ALEGRE
 - AURIFLAMA
 - AVANHANDAVA
 - BARBOSA
 - BENTO DE ABREU
 - BILAC
 - BIRIGUI
 - BRUNA
 - BURITAMA
 - CLEMENTINA
 - CORADO
 - FLOREAL
 - GABRIEL MONTEIRO
 - GASTÃO VIDIGAL
 - GENERAL SALGADO
 - GLICÉRIO
 - GUARARAPES
 - GUZULÂNDIA
 - LAVÍNIA
 - LUIZIANIA
 - MACDÁ
 - PERAPOLIS
 - PRACATI
 - RUAÍCEA
 - SANTOPOLIS DO AGUAPEI
 - TURUNA
 - VALPARAISO

- ANDRADINA**
- CASTILHO
 - GUARACAI
 - ITAPURA
 - MIRANÓPOLIS DO SUL
 - MURUTINGA DO SUL
 - NOVA INDEPENDENCIA
 - PEREIRA BARRETO
 - SUD MENECCI

- ARACATUBA**
- ALTO ALEGRE
 - AURIFLAMA
 - AVANHANDAVA
 - BARBOSA
 - BENTO DE ABREU
 - BILAC
 - BIRIGUI
 - BRUNA
 - BURITAMA
 - CLEMENTINA
 - CORADO
 - FLOREAL
 - GABRIEL MONTEIRO
 - GASTÃO VIDIGAL
 - GENERAL SALGADO
 - GLICÉRIO
 - GUARARAPES
 - GUZULÂNDIA
 - LAVÍNIA
 - LUIZIANIA
 - MACDÁ
 - PERAPOLIS
 - PRACATI
 - RUAÍCEA
 - SANTOPOLIS DO AGUAPEI
 - TURUNA
 - VALPARAISO

- ARACATUBA**
- ALTO ALEGRE
 - AURIFLAMA
 - AVANHANDAVA
 - BARBOSA
 - BENTO DE ABREU
 - BILAC
 - BIRIGUI
 - BRUNA
 - BURITAMA
 - CLEMENTINA
 - CORADO
 - FLOREAL
 - GABRIEL MONTEIRO
 - GASTÃO VIDIGAL
 - GENERAL SALGADO
 - GLICÉRIO
 - GUARARAPES
 - GUZULÂNDIA
 - LAVÍNIA
 - LUIZIANIA
 - MACDÁ
 - PERAPOLIS
 - PRACATI
 - RUAÍCEA
 - SANTOPOLIS DO AGUAPEI
 - TURUNA
 - VALPARAISO

- ARACATUBA**
- ALTO ALEGRE
 - AURIFLAMA
 - AVANHANDAVA
 - BARBOSA
 - BENTO DE ABREU
 - BILAC
 - BIRIGUI
 - BRUNA
 - BURITAMA
 - CLEMENTINA
 - CORADO
 - FLOREAL
 - GABRIEL MONTEIRO
 - GASTÃO VIDIGAL
 - GENERAL SALGADO
 - GLICÉRIO
 - GUARARAPES
 - GUZULÂNDIA
 - LAVÍNIA
 - LUIZIANIA
 - MACDÁ
 - PERAPOLIS
 - PRACATI
 - RUAÍCEA
 - SANTOPOLIS DO AGUAPEI
 - TURUNA
 - VALPARAISO

- ARACATUBA**
- ALTO ALEGRE
 - AURIFLAMA
 - AVANHANDAVA
 - BARBOSA
 - BENTO DE ABREU
 - BILAC
 - BIRIGUI
 - BRUNA
 - BURITAMA
 - CLEMENTINA
 - CORADO
 - FLOREAL
 - GABRIEL MONTEIRO
 - GASTÃO VIDIGAL
 - GENERAL SALGADO
 - GLICÉRIO
 - GUARARAPES
 - GUZULÂNDIA
 - LAVÍNIA
 - LUIZIANIA
 - MACDÁ
 - PERAPOLIS
 - PRACATI
 - RUAÍCEA
 - SANTOPOLIS DO AGUAPEI
 - TURUNA
 - VALPARAISO

- ARACATUBA**
- ALTO ALEGRE
 - AURIFLAMA
 - AVANHANDAVA
 - BARBOSA
 - BENTO DE ABREU
 - BILAC
 - BIRIGUI
 - BRUNA
 - BURITAMA
 - CLEMENTINA
 - CORADO
 - FLOREAL
 - GABRIEL MONTEIRO
 - GASTÃO VIDIGAL
 - GENERAL SALGADO
 - GLICÉRIO
 - GUARARAPES
 - GUZULÂNDIA
 - LAVÍNIA
 - LUIZIANIA
 - MACDÁ
 - PERAPOLIS
 - PRACATI
 - RUAÍCEA
 - SANTOPOLIS DO AGUAPEI
 - TURUNA
 - VALPARAISO

- ARACATUBA**
- ALTO ALEGRE
 - AURIFLAMA
 - AVANHANDAVA
 - BARBOSA
 - BENTO DE ABREU
 - BILAC
 - BIRIGUI
 - BRUNA
 - BURITAMA
 - CLEMENTINA
 - CORADO
 - FLOREAL
 - GABRIEL MONTEIRO
 - GASTÃO VIDIGAL
 - GENERAL SALGADO
 - GLICÉRIO
 - GUARARAPES
 - GUZULÂNDIA
 - LAVÍNIA
 - LUIZIANIA
 - MACDÁ
 - PERAPOLIS
 - PRACATI
 - RUAÍCEA
 - SANTOPOLIS DO AGUAPEI
 - TURUNA
 - VALPARAISO

- ARACATUBA**
- ALTO ALEGRE
 - AURIFLAMA
 - AVANHANDAVA
 - BARBOSA
 - BENTO DE ABREU
 - BILAC
 - BIRIGUI
 - BRUNA
 - BURITAMA
 - CLEMENTINA
 - CORADO
 - FLOREAL
 - GABRIEL MONTEIRO
 - GASTÃO VIDIGAL
 - GENERAL SALGADO
 - GLICÉRIO
 - GUARARAPES
 - GUZULÂNDIA
 - LAVÍNIA
 - LUIZIANIA
 - MACDÁ
 - PERAPOLIS
 - PRACATI
 - RUAÍCEA
 - SANTOPOLIS DO AGUAPEI
 - TURUNA
 - VALPARAISO

- ARACATUBA**
- ALTO ALEGRE
 - AURIFLAMA
 - AVANHANDAVA
 - BARBOSA
 - BENTO DE ABREU
 - BILAC
 - BIRIGUI
 - BRUNA
 - BURITAMA
 - CLEMENTINA
 - CORADO
 - FLOREAL
 - GABRIEL MONTEIRO
 - GASTÃO VIDIGAL
 - GENERAL SALGADO
 - GLICÉRIO
 - GUARARAPES
 - GUZULÂNDIA
 - LAVÍNIA
 - LUIZIANIA
 - MACDÁ
 - PERAPOLIS
 - PRACATI
 - RUAÍCEA
 - SANTOPOLIS DO AGUAPEI
 - TURUNA
 - VALPARAISO

- ARACATUBA**
- ALTO ALEGRE
 - AURIFLAMA
 - AVANHANDAVA
 - BARBOSA
 - BENTO DE ABREU
 - BILAC
 - BIRIGUI
 - BRUNA
 - BURITAMA
 - CLEMENTINA
 - CORADO
 - FLOREAL
 - GABRIEL MONTEIRO
 - GASTÃO VIDIGAL
 - GENERAL SALGADO
 - GLICÉRIO
 - GUARARAPES
 - GUZULÂNDIA
 - LAVÍNIA
 - LUIZIANIA
 - MACDÁ
 - PERAPOLIS
 - PRACATI
 - RUAÍCEA
 - SANTOPOLIS DO AGUAPEI
 - TURUNA
 - VALPARAISO

- PRESIDENTE PRUDENTE**
- ALFREDO MARCONDES
 - ALVARES MACHADO
 - ANHUNAS
 - CAIARU
 - ESTRELA DO NORTE
 - IEPE
 - INDIANA
 - JÓÃO RAMALHO
 - MARTINÓPOLIS
 - NARANDIÁ
 - PIRAPOLÍNIO
 - PRESIDENTE BERNARDES
 - RANCHARIA
 - REGENTE FEIO
 - SANDÓVALIA
 - SANTO EXPEDITO
 - TACIRA
 - TARABAI
- PRESIDENTE VENCESLAU**
- CAIUA
 - MARARA PAULISTA
 - MIRANTE DO PARANAPANEMA
 - PIQUEIRIBI
 - PRESIDENTE FITACIO
 - SANTO ANASTÁCIO
 - TEDDORO SAMPAIO
- DRACENA**
- JUNQUEIROPOLIS
 - MONTE CASTILHO
 - NOVA GUATAPORANGA
 - DURO VERDES
 - PANORAMA
 - PAULICIA
 - SANTA MERCEDDES
 - SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO
 - TUPI PAULISTA
- ADAMANTINA**
- FLORA RICA
 - FLORIDA PAULISTA
 - IRAPURU
 - LUCFLIA
 - MARAPOLIS
 - PACAEMBU
- OSVALDO CRUZ**
- INÓBIA PAULISTA
 - PARAPUÁ
 - RINÓPOLIS
 - SACRÉS
 - SALMORÃO

- PRESIDENTE PRUDENTE**
- ALFREDO MARCONDES
 - ALVARES MACHADO
 - ANHUNAS
 - CAIARU
 - ESTRELA DO NORTE
 - IEPE
 - INDIANA
 - JÓÃO RAMALHO
 - MARTINÓPOLIS
 - NARANDIÁ
 - PIRAPOLÍNIO
 - PRESIDENTE BERNARDES
 - RANCHARIA
 - REGENTE FEIO
 - SANDÓVALIA
 - SANTO EXPEDITO
 - TACIRA
 - TARABAI
- PRESIDENTE VENCESLAU**
- CAIUA
 - MARARA PAULISTA
 - MIRANTE DO PARANAPANEMA
 - PIQUEIRIBI
 - PRESIDENTE FITACIO
 - SANTO ANASTÁCIO
 - TEDDORO SAMPAIO
- DRACENA**
- JUNQUEIROPOLIS
 - MONTE CASTILHO
 - NOVA GUATAPORANGA
 - DURO VERDES
 - PANORAMA
 - PAULICIA
 - SANTA MERCEDDES
 - SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO
 - TUPI PAULISTA
- ADAMANTINA**
- FLORA RICA
 - FLORIDA PAULISTA
 - IRAPURU
 - LUCFLIA
 - MARAPOLIS
 - PACAEMBU
- OSVALDO CRUZ**
- INÓBIA PAULISTA
 - PARAPUÁ
 - RINÓPOLIS
 - SACRÉS
 - SALMORÃO

- PRESIDENTE PRUDENTE**
- ALFREDO MARCONDES
 - ALVARES MACHADO
 - ANHUNAS
 - CAIARU
 - ESTRELA DO NORTE
 - IEPE
 - INDIANA
 - JÓÃO RAMALHO
 - MARTINÓPOLIS
 - NARANDIÁ
 - PIRAPOLÍNIO
 - PRESIDENTE BERNARDES
 - RANCHARIA
 - REGENTE FEIO
 - SANDÓVALIA
 - SANTO EXPEDITO
 - TACIRA
 - TARABAI
- PRESIDENTE VENCESLAU**
- CAIUA
 - MARARA PAULISTA
 - MIRANTE DO PARANAPANEMA
 - PIQUEIRIBI
 - PRESIDENTE FITACIO
 - SANTO ANASTÁCIO
 - TEDDORO SAMPAIO
- DRACENA**
- JUNQUEIROPOLIS
 - MONTE CASTILHO
 - NOVA GUATAPORANGA
 - DURO VERDES
 - PANORAMA
 - PAULICIA
 - SANTA MERCEDDES
 - SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO
 - TUPI PAULISTA
- ADAMANTINA**
- FLORA RICA
 - FLORIDA PAULISTA
 - IRAPURU
 - LUCFLIA
 - MARAPOLIS
 - PACAEMBU
- OSVALDO CRUZ**
- INÓBIA PAULISTA
 - PARAPUÁ
 - RINÓPOLIS
 - SACRÉS
 - SALMORÃO

- PRESIDENTE PRUDENTE**
- ALFREDO MARCONDES
 - ALVARES MACHADO
 - ANHUNAS
 - CAIARU
 - ESTRELA DO NORTE
 - IEPE
 - INDIANA
 - JÓÃO RAMALHO
 - MARTINÓPOLIS
 - NARANDIÁ
 - PIRAPOLÍNIO
 - PRESIDENTE BERNARDES
 - RANCHARIA
 - REGENTE FEIO
 - SANDÓVALIA
 - SANTO EXPEDITO
 - TACIRA
 - TARABAI
- PRESIDENTE VENCESLAU**
- CAIUA
 - MARARA PAULISTA
 - MIRANTE DO PARANAPANEMA
 - PIQUEIRIBI
 - PRESIDENTE FITACIO
 - SANTO ANASTÁCIO
 - TEDDORO SAMPAIO
- DRACENA**
- JUNQUEIROPOLIS
 - MONTE CASTILHO
 - NOVA GUATAPORANGA
 - DURO VERDES
 - PANORAMA
 - PAULICIA
 - SANTA MERCEDDES
 - SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO
 - TUPI PAULISTA
- ADAMANTINA**
- FLORA RICA
 - FLORIDA PAULISTA
 - IRAPURU
 - LUCFLIA
 - MARAPOLIS
 - PACAEMBU
- OSVALDO CRUZ**
- INÓBIA PAULISTA
 - PARAPUÁ
 - RINÓPOLIS
 - SACRÉS
 - SALMORÃO

- PRESIDENTE PRUDENTE**
- ALFREDO MARCONDES
 - ALVARES MACHADO
 - ANHUNAS
 - CAIARU
 - ESTRELA DO NORTE
 - IEPE
 - INDIANA
 - JÓÃO RAMALHO
 - MARTINÓPOLIS
 - NARANDIÁ
 - PIRAPOLÍNIO
 - PRESIDENTE BERNARDES
 - RANCHARIA
 - REGENTE FEIO
 - SANDÓVALIA
 - SANTO EXPEDITO
 - TACIRA
 - TARABAI
- PRESIDENTE VENCESLAU**
- CAIUA
 - MARARA PAULISTA
 - MIRANTE DO PARANAPANEMA
 - PIQUEIRIBI
 - PRESIDENTE FITACIO
 - SANTO ANASTÁCIO
 - TEDDORO SAMPAIO
- DRACENA**
- JUNQUEIROPOLIS
 - MONTE CASTILHO
 - NOVA GUATAPORANGA
 - DURO VERDES
 - PANORAMA
 - PAULICIA
 - SANTA MERCEDDES
 - SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO
 - TUPI PAULISTA
- ADAMANTINA**
- FLORA RICA
 - FLORIDA PAULISTA
 - IRAPURU
 - LUCFLIA
 - MARAPOLIS
 - PACAEMBU
- OSVALDO CRUZ**
- INÓBIA PAULISTA
 - PARAPUÁ
 - RINÓPOLIS
 - SACRÉS
 - SALMORÃO

- PRESIDENTE PRUDENTE**
- ALFREDO MARCONDES
 - ALVARES MACHADO
 - ANHUNAS
 - CAIARU
 - ESTRELA DO NORTE
 - IEPE
 - INDIANA
 - JÓÃO RAMALHO
 - MARTINÓPOLIS
 - NARANDIÁ
 - PIRAPOLÍNIO
 - PRESIDENTE BERNARDES
 - RANCHARIA
 - REGENTE FEIO
 - SANDÓVALIA
 - SANTO EXPEDITO
 - TACIRA
 - TARABAI
- PRESIDENTE VENCESLAU**
- CAIUA
 - MARARA PAULISTA
 - MIRANTE DO PARANAPANEMA
 - PIQUEIRIBI
 - PRESIDENTE FITACIO
 - SANTO ANASTÁCIO
 - TEDDORO SAMPAIO
- DRACENA**
- JUNQUEIROPOLIS
 - MONTE CASTILHO
 - NOVA GUATAPORANGA
 - DURO VERDES
 - PANORAMA
 - PAULICIA
 - SANTA MERCEDDES
 - SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO
 - TUPI PAULISTA
- ADAMANTINA**
- FLORA RICA
 - FLORIDA PAULISTA
 - IRAPURU
 - LUCFLIA
 - MARAPOLIS
 - PACAEMBU
- OSVALDO CRUZ**
- INÓBIA PAULISTA
 - PARAPUÁ
 - RINÓPOLIS
 - SACRÉS
 - SALMORÃO

- PRESIDENTE PRUDENTE**
- ALFREDO MARCONDES
 - ALVARES MACHADO
 - ANHUNAS
 - CAIARU
 - ESTRELA DO NORTE
 - IEPE
 - INDIANA
 - JÓÃO RAMALHO
 - MARTINÓPOLIS
 - NARANDIÁ
 - PIRAPOLÍNIO
 - PRESIDENTE BERNARDES
 - RANCHARIA
 - REGENTE FEIO
 - SANDÓVALIA
 - SANTO EXPEDITO
 - TACIRA
 - TARABAI
- PRESIDENTE VENCESLAU**
- CAIUA
 - MARARA PAULISTA
 - MIRANTE DO PARANAPANEMA
 - PIQUEIRIBI
 - PRESIDENTE FITACIO
 - SANTO ANASTÁCIO
 - TEDDORO SAMPAIO
- DRACENA**
- JUNQUEIROPOLIS
 - MONTE CASTILHO
 - NOVA GUATAPORANGA
 - DURO VERDES
 - PANORAMA
 - PAULICIA
 - SANTA MERCEDDES
 - SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO
 - TUPI PAULISTA
- ADAMANTINA**
- FLORA RICA
 - FLORIDA PAULISTA
 - IRAPURU
 - LUCFLIA
 - MARAPOLIS
 - PACAEMBU
- OSVALDO CRUZ**
- INÓBIA PAULISTA
 - PARAPUÁ
 - RINÓPOLIS
 - SACRÉS
 - SALMORÃO

- PRESIDENTE PRUDENTE**
- ALFREDO MARCONDES
 - ALVARES MACHADO
 - ANHUNAS
 - CAIARU
 - ESTRELA DO NORTE
 - IEPE
 - INDIANA
 - JÓÃO RAMALHO
 - MARTINÓPOLIS
 - NARANDIÁ
 - PIRAPOLÍNIO
 - PRESIDENTE BERNARDES
 - RANCHARIA
 - REGENTE FEIO
 - SANDÓVALIA
 - SANTO EXPEDITO
 - TACIRA
 - TARABAI
- PRESIDENTE VENCESLAU**
- CAIUA
 - MARARA PAULISTA
 - MIRANTE DO PARANAPANEMA
 - PIQUEIRIBI
 - PRESIDENTE FITACIO
 - SANTO ANASTÁCIO
 - TEDDORO SAMPAIO
- DRACENA**
- JUNQUEIROPOLIS
 - MONTE CASTILHO
 - NOVA GUATAPORANGA
 - DURO VERDES
 - PANORAMA
 - PAULICIA
 - SANTA MERCEDDES
 - SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO
 - TUPI PAULISTA
- ADAMANTINA**
- FLORA RICA
 - FLORIDA PAULISTA
 - IRAPURU
 - LUCFLIA
 - MARAPOLIS
 - PACAEMBU
- OSVALDO CRUZ**
- INÓBIA PAULISTA
 - PARAPUÁ
 - RINÓPOLIS
 - SACRÉS
 - SALMORÃO

- PRESIDENTE PRUDENTE**
- ALFREDO MARCONDES
 - ALVARES MACHADO
 - ANHUNAS
 - CAIARU
 - ESTRELA DO NORTE
 - IEPE
 - INDIANA
 - JÓÃO RAMALHO
 - MARTINÓPOLIS
 - NARANDIÁ
 - PIRAPOLÍNIO
 - PRESIDENTE BERNARDES
 - RANCHARIA
 - REGENTE FEIO
 - SANDÓVALIA
 - SANTO EXPEDITO
 - TACIRA
 - TARABAI
- PRESIDENTE VENCESLAU**
- CAIUA
 - MARARA PAULISTA
 - MIRANTE DO PARANAPANEMA
 - PIQUEIRIBI
 - PRESIDENTE FITACIO
 - SANTO ANASTÁCIO
 - TEDDORO SAMPAIO
- DRACENA**
- JUNQUEIROPOLIS
 - MONTE CASTILHO
 - NOVA GUATAPORANGA
 - DURO VERDES
 - PANORAMA
 - PAULICIA
 - SANTA MERCEDDES
 - SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO
 - TUPI PAULISTA
- ADAMANTINA**
- FLORA RICA
 - FLORIDA PAULISTA
 - IRAPURU
 - LUCFLIA
 - MARAPOLIS
 - PACAEMBU
- OSVALDO CRUZ**
- INÓBIA PAULISTA
 - PARAPUÁ
 - RINÓPOLIS
 - SACRÉS
 - SALMORÃO

- PRESIDENTE PRUDENTE**
- ALFREDO MARCONDES
 - ALVARES MACHADO
 - ANHUNAS
 - CAIARU
 - ESTRELA DO NORTE
 - IEPE
 - INDIANA
 - JÓÃO RAMALHO
 - MARTINÓPOLIS
 - NARANDIÁ
 - PIRAPOLÍNIO
 - PRESIDENTE BERNARDES
 - RANCHARIA
 - REGENTE FEIO
 - SANDÓVALIA
 - SANTO EXPEDITO
 - TACIRA
 - TARABAI
- PRESIDENTE VENCESLAU**
- CAIUA
 - MARARA PAULISTA
 - MIRANTE DO PARANAPANEMA
 - PIQUEIRIBI
 - PRESIDENTE FITACIO
 - SANTO ANASTÁCIO
 - TEDDORO SAMPAIO
- DRACENA**
- JUNQUEIROPOLIS
 - MONTE CASTILHO
 - NOVA GUATAPORANGA
 - DURO VERDES
 - PANORAMA
 - PAULICIA
 - SANTA MERCEDDES

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

